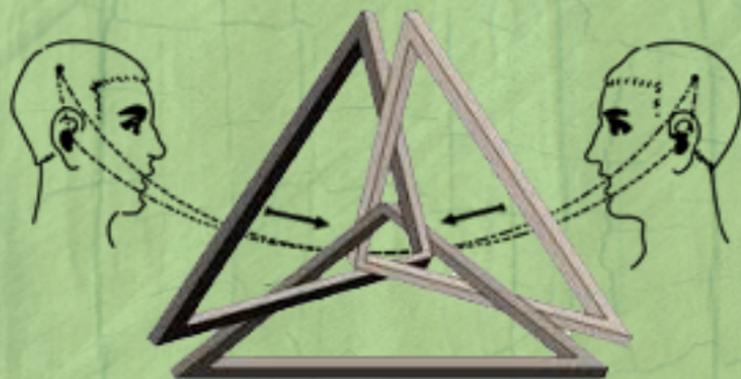


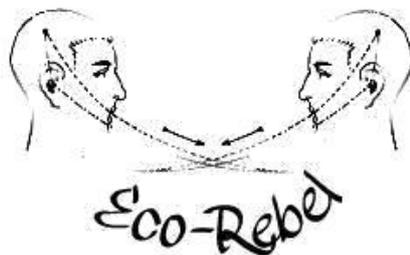
Ecolingüística

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem
(ECO-REBEL)**

Volume 9, número 2, 2023



**Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Linguística
Instituto de Letras
Universidade de Brasília**



Editorial

Os Organizadores

Prezadas leitoras, prezados leitores!

Este número 2, do volume 9, 2023, de *ECO-REBEL* contém textos apresentados no V Encontro Brasileiro de Ecolinguística (V EBE), realizado de 20 a 22 de outubro de 2022. <https://conferenciaweb.rnp.br/conference/rooms/eventos-academicos-cientificos/invite>

<https://encontroecolinguis.wixsite.com/vebe>

Os textos das três palestras plenárias (de Teresa Moure, Adelaide Chichorro e Lorena Borges) já foram publicados em *ECO-REBEL* v. 9, n. 1, 2023. Quanto à comunicação “Por uma gramática ecossistêmica do português”, apresentada por Hildo Honório do Couto, será publicada em *ECO-REBEL* v. 9, n. 3, 2023, como suplemento. Com efeito, ele foi enormemente ampliado em discussões que o autor manteve com Elza Kioko N. N. do Couto, chegando a mais de 50 páginas, motivo pelo qual não caberia no presente número. Por isso, sairá em um número especial da revista. O presente número contém 12 artigos.

O primeiro artigo é “A interação ficcional pela perspectiva da análise do discurso ecossistêmica: um estudo de fábulas”, de Mayara Macedo Assis, Zilda Dourado Pinheiro & Elza Kioko N. N. do Couto. Como já enunciado no título, o ensaio trata das interações ficcionais na perspectiva ADE, mais especificamente narrativas, utilizando o conceito de mimesis, em uma fábula de Esopo e duas versões criadas por Monteiro Lobato.

O segundo é “A ecologia do contato de línguas e a relexificação no crioulo afroportuguês da Casamança”, de Djiby Mane. O autor pratica o que faziam os pioneiros da ecolinguística (Voegelin & Voegelin, Haugen), que é o inevitável contato entre línguas que convivem em determinado estado. No caso, a variedade senegalesa do crioulo guineense que, devido à pressão das línguas dominantes da região, se vê em um processo de relexificação.

O terceiro artigo é “Não me chame de sacizeiro: o sentido das palavras nos crimes de linguagem à luz da análise do discurso ecossistêmica”, de Tadeu Luciano Siqueira Andrade. O autor vem propondo uma ecolinguística jurídica, que se preocuparia primordialmente com o que chama vulnerabilidade linguística de pessoas simples diante de termos técnicos especiosos, que elas não entendem, usados em julgamentos. No caso presente, trata-se de uma mulher que foi exposta ao ridículo em público.

O quarto texto, é “A geomorfologia e a hidronímia ecolinguística em Moçambique: a língua e o meio ambiente em debate”, de Alexandre António Timbane. Nas palavras do autor, o trabalho estuda os nomes dos “elementos da geomorfologia e sua relação com a

ECO-REBEL

cultura e línguas locais”, que mostra que há uma íntima relação desses nomes com o povos da região e respectivas línguas, refletindo sua identidade. O autor conclui asseverando que esse telurismo é fundamental para equilíbrio ambiental.

O quinto ensaio, “Vivências e desafios relatados por *yoububers* e imigrantes venezuelanos/as no Brasil: Um estudo à luz da análise do discurso ecossistêmica”, de Erick Samuel Silva Thomas & Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto, discute as dificuldades que imigrantes venezuelanos enfrentem ao imigrarem no Brasil, dificuldades devidas a diferenças culturais, linguísticas e a preconceitos. Isso é um prato cheio para a ADE que se importa sobretudo com a questão do sofrimento evitável.

Em sexto lugar, temos o texto “Mariana e Brumadinho: Vozes de vítimas e justiça no desastre ambiental de Minas Gerais” de Shirley Maria Batista, brasileira que atua na Università degli Studi di Udine, Itália. O objetivo da autora é assumir a perspectiva das vítimas e sua construção discursiva da justiça. Ela articula conhecimentos de ecolinguística, ecocrítica e os chamados Partnership Studies.

O sétimo ensaio é “O ensino-aprendizagem de língua portuguesa na educação do campo em Manaus sob a perspectiva da ecolinguística”, de Greicy de Jesus Coelho, Marta de Faria e Cunha Monteiro. A principal constatação da autoras é a de que a realidade concreta do campo não é atendida satisfatoriamente, devido sobretudo à “falta de formação adequada dos professores, de estratégias e projetos que respeitem as particularidades locais, além do material didático que só contempla a educação urbana, e não reconhece a realidade rural”.

O oitavo texto é “A toponímia ‘híbrida’ de Goiás: tupi e português na formação dos locativos goianos”, de Ana Maria Pereira Santos em coautoria com Kênia Mara de Freitas Siqueira. As autoras investigam topônimos goianos que combinam elementos tupis (mais especificamente língua geral) com elementos portugueses, o que reflete os contextos em que emergiram.

O texto seguinte, “A cor como elemento ecológico para motivação de topônimos”, é de Leênny Texeira de Araújo, outra colaboradora de Kênia Siqueira, que o assina com ela. O artigo examina a existência de cromotopônimos como *Rio Vermelho*, *Ouro Verde de Goiás* e *Serra Dourada*, muito comuns no estado de Goiás.

O décimo artigo, “Usos de preposições por falantes de italiano como língua materna na aprendizagem do português brasileiro como língua adicional: Uma visão linguístico-ecossistêmica” de Stephanie de Carvalho Guerra & Elza Kioko N. N. do Couto, trata de algo não muito comum no meio ecolinguístico, a questão das preposições. Partindo da ecologia das relações espaciais em que se insere o uso prototípico das preposições, as autoras mostram que grande parte do uso dessas palavras representa algum deslocamento desse uso prototípico, mesmo na sincronia de uma língua, o que causa dificuldade até para os falantes nativos. Quando se trata da aprendizagem de uma língua estrangeira, a questão se torna ainda mais difícil, como é o caso de italianos aprendendo o português. Alguém já disse que só se domina bem uma língua quando se domina o uso de suas preposições.

Como o sétimo texto, o décimo primeiro, de Adão Fernandes da Cunha, Gilberto Paulino de Araújo & Rosineide Magalhães de Sousa, intitulado, “O calendário sociocultural do sítio histórico e patrimônio cultural kalunga: Um diálogo entre os saberes tradicionais e a linguística ecossistêmica”, também trata da questão da educação do campo. Os autores discutem a proposta de um Calendário Sociocultural como apoio e fortalecimento de políticas públicas educacionais direcionadas às unidades escolares pertencentes ao Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, de uma perspectiva ecolinguística. Embora não o citem, eles vão na linha das propostas educacionais de Paulo Freire.

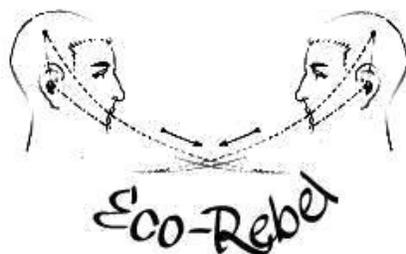
ECO-REBEL

O décimo segundo ensaio é “O discurso euclidiano acerca da guerra de Canudos: Uma interpretação ecolinguística de fontes históricas”, de Maria Rosileide Bezerra de Carvalho & Luiz Paulo Almeida Neiva. O artigo discute o processo de formação do discurso euclidiano sobre a guerra de Canudos, “a influência das relações de poder em sua construção e a repercussão sobre o discurso oficial”.

Por fim, temos o obituário de Jacob Louis Mey, feito por Izabel Magalhães. Mey é mais conhecido como pragmaticista, área em que publicou diversos artigos, livros e dirigiu algumas revistas. Mas, ele foi um grande simpatizante da ecolinguística, tendo inclusive colaborado com o grupo de Alwin Fill, de Graz, Áustria. Em *ECO-REBEL* v. 2, n. 2, 2016, encontra-se seu artigo “Sequencialidade: por uma ecologia do texto”. Ele tinha simpatia pela língua e cultura brasileiras, tendo visitado a Universidade de Brasília várias vezes, a convite de Izabel Magalhães.

Boa leitura a todas e a todos!

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 9, n. 2, 2023.



A INTERAÇÃO FICCIONAL PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOSISTÊMICA: UM ESTUDO DE FÁBULAS

Mayara Macedo Assis (UFG, PPGLL, NELIM, CNPQ)

Zilda Dourado Pinheiro (UEG, NELIM)

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG, NELIM, CNPQ)

Abstract: The objective of this article is to present an initial study on fictional interactions from the perspective of Ecosystem Discourse Analysis (EDA). Some considerations are made about the articulation between EDA and literature, more specifically the narrative, as well as about what is understood here by fiction, starting from the notion of mimesis. Aspects of fictional interaction are presented having as corpus a fable by Aesop and two versions created by Monteiro Lobato: “A cigarra e a formiga”, “A formiga boa” and “A formiga má”. In the analysis of the fables, the focussing method is used, in which it is chosen to focus on the interactions that occur in the narrative in its immanence, disregarding the production and reception of the fables. The study of the fables enabled the construction of a theoretical model of analysis of narratives according to the EDA. It is expected, with this, to expand the possibilities of studying narratives using EDA assumptions as a theoretical framework.

Key-words: Ecological Discourse Analysis; Fictional interaction; Fable.

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de apresentar um estudo inicial sobre as interações ficcionais na perspectiva da Análise do Discurso Ecológico (ADE). Para isso, são tecidas

ECO-REBEL

algumas considerações acerca da articulação entre ADE e literatura, mais especificamente a narrativa, bem como sobre o que se entende aqui por ficção, partindo-se da noção de mimesis. Os aspectos da interação ficcional são apresentados tendo-se como *corpus* uma fábula de Esopo e duas versões criadas por Monteiro Lobato: “A cigarra e a formiga”, “A formiga boa” e “A formiga má”. Na análise das fábulas, utiliza-se o método da focalização, no qual se opta por focalizar as interações que ocorrem na narrativa em sua imanência, desconsiderando aqui a produção e recepção das obras. O estudo das fábulas possibilitou a construção de um modelo teórico de análise de narrativas segundo a ADE. Espera-se, com isso, ampliar as possibilidades de estudo de narrativas utilizando-se como arcabouço teórico os pressupostos da ADE.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso Ecológica. Interação ficcional. Fábula.

1. Introdução

Para a Análise do Discurso Ecológica (ADE), a língua é a própria interação, visto que ela nasce e morre nos atos de interação comunicativa e é neles que as regras sistêmicas surgem. Tendo isso em vista, foram sistematizados os tipos de interação que podem ser observadas dentro dos ecossistemas, sendo elas a face a face (prototípica), a virtual e a potencial. Cada uma delas, apesar de diferentes, mantém os mesmos elementos – interactantes, tempo e espaço – com suas variações dentro de seus respectivos contextos.

Aspectos da interação	Tipos de interação		
	Face a face	Virtual	Potencial
Interactantes	Falantes presentes	Falante-interlocutor	Escritor/leitor potencial
Tempo	Sincrônico	Sincrônico/Assincrônico	Assincrônico
Espaço	Território, espaço em que os indivíduos se encontram	Território, espaço virtual	Território, espaço potencial

Fonte: Couto & Fernandes (2021)

A ADE pode se dedicar ao estudo de qualquer tipo de texto-discurso. Dessa forma, com o crescente número de trabalhos que tem sido realizados na área nos últimos anos, ocorreu também uma expansão dos objetos de pesquisa, de modo que textos literários, mais especificamente narrativas, começaram a ser também estudados. Considerando que a literatura como um todo e a

ECO-REBEL

narrativa têm as suas peculiaridades, surgiu a necessidade de se pensar na interação ficcional, não englobada pelos tipos de interações já sistematizados.

A interação entre escritor e leitor já é contemplada pela potencial, entretanto, não é ela o foco aqui. O objetivo é pensar nas interações que ocorrem dentro da própria narrativa, ou seja, na narrativa em sua imanência, com os elementos interactantes, tempo e espaço existindo em um contexto ficcional. É importante também ressaltar que a ficção não é aqui pensada como algo inventado e/ou fantasioso, como dita o senso comum, mas sim na sua particularidade de representar a realidade por meio de uma imitação criadora, a mimesis.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo inicial a respeito da interação comunicativa ficcional, analisando seus elementos e suas peculiaridades. Para isso, primeiramente são necessárias algumas considerações sobre a literatura e a mimesis, a fim de se compreender o que está sendo chamado aqui de ficção. Em sequência, os aspectos da interação comunicativa ficcional são apresentados em consonância com a análise de uma fábula de Esopo e de duas versões criadas por Monteiro Lobato, sendo elas: “A cigarra e a formiga”, “A formiga boa” e “A formiga má”. Espera-se, com essas análises introdutórias, demonstrar de que modo as interações comunicativas ficcionais podem ser estudadas no âmbito da ADE, assim impulsionando futuros estudos nessa perspectiva.

2. Análise do discurso ecossistêmica e literatura

A Análise do Discurso Ecossistêmica (ADE) é uma nova forma de se fazer análise do discurso que surgiu no seio da Ecolinguística. De acordo com Couto (2016), a Ecolinguística é um entrelugar da Ecologia e da Linguística, o que constrói uma perspectiva ecológica para o estudo da linguagem, a partir do conceito de ecossistema. Este é constituído pelo conjunto das interações entre os organismos em seu meio ambiente/território. No interior dessas inter-relações, a língua é o elemento mais importante, pois por meio dela ocorre a comunicação entre os falantes de um território.

Por isso, para a Ecolinguística, a língua é a própria interação comunicativa. Essas interações apresentam elementos capazes de formar outros três meios ambientes dentro do ecossistema linguístico, que são os meios ambientes mental, social e natural. Além disso, no momento da pesquisa, o ecossistema é delimitado pelo próprio pesquisador de acordo com os seus

ECO-REBEL

objetivos. Neste trabalho, consideram-se pequenas comunidades de fala ficcionais como objeto de análise.

Neste contexto, surgiu a ADE com o objetivo de analisar e compreender como os discursos emergem dos ecossistemas linguísticos e os sentidos são construídos, levando-se em conta as dimensões natural, mental e social já mencionadas (COUTO & FERNANDES, 2021). Nessa perspectiva, o discurso é entendido como “a relação entre os modos de ver/interpretar o mundo (perspectivas) em dado ecossistema linguístico e como se pode interagir comunicativamente/agir a partir deles” (SILVA, 2022, p. 19). Ou seja, trata-se de uma visão de mundo e, ao mesmo tempo, de um modo de conduta. Isso não significa que a ADE não considera a ideologia em suas análises, mas que, ao invés de focar em relações de poder e contradições sociais, prioriza a ideologia da vida ou ecoideologia.

Isso ocorre por a ADE ter como base a Ecologia, assim trazendo inovações e perspectivas diferentes das já abordadas, procurando enxergar o mundo de modo ecocêntrico e não antropocêntrico, exaltando a diversidade, enfatizando a harmonia e não o conflito, dentre outros. A ideia central é agir segundo um ponto de vista ecológico, que também pode ser chamado de visão ecológica de mundo (VEM), voltando-se para a ideologia da vida (ecoideologia). Seus princípios base são a luta contra o sofrimento evitável e a preservação da vida.

Conforme já foi mencionado, os objetos de estudo da ADE foram se expandindo conforme o crescimento da disciplina. Como ela pode se dedicar ao estudo de qualquer texto-discurso, textos literários também se tornam objetos de interesse. Aqui, é importante repensar a noção de ficção como uma “mentira”, como é normalmente difundida pelo senso comum, mas sim considerá-la como uma imitação que potencializa a realidade.

A ideia da arte como imitação, também chamada de mímese, vem desde a *Poética* de Aristóteles, segundo o qual as produções artísticas – aqui, especificamente, a narração – são imitações de pessoas em ação. Imitar, entretanto, não consiste em copiar, e sim em absorver a essência da realidade e recriá-la, originando um novo universo (ARISTÓTELES, 1979). Trata-se de um processo congênito ao homem, ou seja, a mimesis não é um processo exclusivamente artístico, e sim natural ao ser humano. Está intimamente relacionada com o aprendizado, com a assimilação do ambiente que nos rodeia e com a representação, não só da realidade, mas das coisas possíveis de acontecerem, desde que sejam verossímeis.

ECO-REBEL

Desde então, este conceito tem sido utilizado nos estudos envolvendo literatura, bem como também reformulado por outros teóricos. Um deles é Ricoeur (1983), que se dedica ao assunto. O autor postula que a mimesis é não apenas uma imitação, mas uma imitação criadora, que exige um conhecimento do agir humano para então tornar a experiência simbolizável e comunicável. Sendo assim, é possível dizer que uma narrativa dá forma e extensão a uma experiência, atribuindo sentido a ela. Conforme afirma Heitich (2010, p. 3), "a mimese é aqui entendida enquanto apreensão da experiência vivida entremeada pela imaginação".

É a partir dessas considerações que se assegura o lugar da literatura como uma representação e/ou recriação da realidade. Não se trata de apenas um mundo imaginado pela mente de um autor, mas sim de um sentido atribuído às ações humanas, tendo como base um mundo e uma experiência que são narráveis. Dessa forma, trata-se de um terreno fecundo para averiguar os discursos que estão presentes em nossa sociedade.

No que diz respeito às fábulas, que é o gênero aqui em análise, há algumas peculiaridades nesse processo de representação/recriação da realidade. As fábulas são narrativas de origem grega que foram criadas no Oriente da Grécia Antiga por um homem escravizado chamado Esopo (564 a.C). Ele foi um escritor de nacionalidade turca que foi vendido como escravo. Viajou pelo mundo até parar na Grécia Antiga, onde começou a se interessar pela composição das fábulas, tornando-se conhecido como o criador das narrativas com animais falantes.

Em todos os lugares que passava, contava suas narrativas sobre animais com características humanas e com lição de moral ao final das histórias. Os animais desempenhavam papéis importantes, pois estes tomavam o lugar dos homens, dando sentido à história. As fábulas mais conhecidas são: "A Lebre e a Tartaruga", "A Cigarra e a Formiga", "O Leão e o Rato", dentre outras.

Este gênero infantil faz sucesso entre as crianças por apresentar histórias com animais falantes que apresentam características humanas. Alguns dos animais representados nas narrativas são o leão que remete à força animal, a coruja à sabedoria, a raposa à astúcia, a formiga ao trabalho, enfim, são vários animais que possuem simbologias que se referem aos seres humanos. Ao final das narrativas, as fábulas apresentam lições de moral com o intuito de transmitir aos leitores ensinamentos sobre valores.

Segundo Coelho (2000, p. 165), a fábula é uma "narrativa de uma situação vivida por animais que alude a uma situação humana e tem por objetivo transmitir certa moralidade". Assim,

ECO-REBEL

as fábulas são definidas como curtas histórias que narram situações do cotidiano, e os personagens são animais ou seres inanimados falantes que pensam e agem como seres humanos, representando as virtudes e o caráter do homem, confluindo para uma lição de moral com a intenção de incutir nos leitores comportamentos que são tidos como corretos para a sociedade.

No Brasil, Monteiro Lobato foi um dos primeiros escritores a se destacar neste gênero literário. Ele escreveu a primeira estória infantil para as escolas no ano de 1921, publicada no livro *Narizinho Arrebitado*. Esta obra foi de grande sucesso, o que fez com que o autor prolongasse as aventuras dos personagens em outras obras, logo depois adaptadas para um seriado de televisão, *Sítio do Pica-pau Amarelo*, tendo várias versões. Assim, Monteiro Lobato foi consagrado como o precursor da literatura infanto-juvenil no Brasil. *Sítio do Pica-pau Amarelo* é formada por 23 livros sobre diferentes temas; dentre eles, há uma obra intitulada *Fábulas*, em que Monteiro Lobato apresenta diferentes versões para as fábulas de Esopo e de La Fontaine.

3. A interação comunicativa ficcional nas fábulas

Quando se fala em interação ficcional, é a narrativa em sua imanência que está sendo levada em consideração. A interação entre autor e leitor é contemplada pela interação potencial e, na literatura, pela estética da recepção. Porém, antes de adentrar nos textos literários propriamente ditos, é preciso especificar exatamente no que consiste uma narrativa para a ADE. A narrativa, assim como outros tipos de manifestações literárias, consiste em uma imitação, conforme já mencionado, na perspectiva do ser humano, que é o único animal capaz de fabulação. Há redes de interações no seu interior, sendo elas nos níveis: (1) mental – metáforas e símbolos – (2) social – personagens e narradores com visões de mundo, conflitos e vivências – e (3) natural – marcação temporal e espacial.

São essas interações que criam os efeitos de sentido na narrativa. A fábula, especificamente, mostra uma perspectiva humana – por meio dos animais personificados – sobre o meio ambiente, por isso foram escolhidos como primeiro estudo. Dessa forma, as fábulas “A cigarra e a formiga”, “A formiga boa” e “A formiga má” serão apresentadas para uma posterior análise de seus elementos. É importante mencionar que as fábulas compartilham dos mesmos personagens e da mesma ambientação. As diferenças entre essas três narrativas estão relacionadas ao enredo e à moral da história, sendo elas percebidas justamente nas interações.

ECO-REBEL

A fábula de Esopo, “A cigarra e a formiga”, conta a história da cigarra cantora e da formiga trabalhadora. A cigarra passava o tempo todo cantando, enquanto as formigas trabalhavam arduamente. Quando chegou o inverno, a cigarra se viu sozinha, com fome e com frio, então ela pediu ajuda à formiga. Ela, por sua vez, prontamente acolheu a cigarra em sua casa, dando-lhe comida e abrigo por todo o inverno. Assim, quando voltou a primavera, a cigarra voltou a cantar para alegrar o trabalho árduo das formigas. Por fim, essa fábula traz a seguinte lição de moral: “trabalhe duro hoje e poderá colher os frutos amanhã” (ESOPO, 2020, p. 9).

As fábulas “A formiga boa” e “A formiga má” compõem a parte do livro *Fábulas* da série do *Sítio do Pica-pau Amarelo*. Nessa obra, a Dona Benta reconta fábulas clássicas para as personagens Narizinho, Pedrinho e a boneca Emília. A referida parte se chama “A cigarra e as formigas”. Assim, a fábula da “Formiga boa” mantém o enredo de Esopo, mas não apresenta nenhuma moral. Já a fábula “A formiga má” apresenta um final diferente, em que a formiga rejeita a cigarra e a deixa morrer de fome e de frio. Esse desfecho é seguido pela seguinte lição de moral: “os artistas – poetas, pintores, músicos – são as cigarras da humanidade” (LOBATO, 2008, p. 28).

Essas narrativas demonstram uma representação figurativa de um ecossistema, pois é possível identificar um território, uma comunidade e uma interação comunicativa. Pode-se pensar nesse ecossistema ficcional como um conjunto de relações que se dão no interior da narrativa. O território é a floresta onde vivem a comunidade das formigas e a cigarra. As personagens cigarra e as formigas formam uma comunidade que interagem entre si por meio da língua. As interações, entretanto, vão além daquelas que ocorrem entre personagens. Em uma narrativa, as principais interações que podem ocorrer são: entre personagem e personagem, personagem e espaço, personagem e narrador.

Além disso, é importante ressaltar que existem dois tipos de interação. Em qualquer ecossistema linguístico, há a interação pessoa-pessoa, ou seja, entre os próprios membros da comunidade de fala, e interação pessoa-mundo, ou seja, entre os falantes e o seu entorno. A primeira consiste na comunicação e a segunda na referenciação. “Essas duas interações formam as duas faces da língua [...] Afinal, nós comunicamos referindo-nos a algo e referimos a algo comunicando” (COUTO, 2017, p. 51). Tal distinção é importante aqui devido ao fato de que se tem a comunicação nos diálogos entre personagens, mas no que diz respeito a narrador e espaço, trata-se de referenciação.

ECO-REBEL

Ao se observar as redes de interação natural, mental e social presentes na narrativa, essas diferentes interações e os sentidos advindos delas emergem no ecossistema, permitindo assim identificar os discursos veiculados no texto. Assim, apresenta-se abaixo uma análise dessas interações, ao final expondo uma síntese dos aspectos da interação ficcional que podem ser aplicados em outras análises.

No que diz respeito ao espaço, não basta identificar o território que compõe aquele ecossistema. É preciso pensar o espaço em sua dimensão ficcional, ou seja, não se trata de apenas um elemento que constitui o ecossistema e situa a narrativa, mas sim de um constructo que pode adquirir diversas funções dentro do enredo, tais como caracterizar as personagens, impulsionar a ação e representar ou contrastar os sentimentos vividos pelos personagens (BORGES FILHO, 2007).

Além disso, Borges Filho (2007) também fala sobre a possibilidade de dividir o espaço ficcional em três tipos, tendo sempre a realidade como parâmetro. Dessa forma, tem-se o espaço (1) realista, em que a narrativa faz referência a espaços que de fato existem no mundo real, conferindo verossimilhança à obra; (2) imaginativo, cujos espaços mencionados na obra não existem no mundo real, mas se assemelham a espaços existentes; e (3) fantasista, que são espaços que não seguem as regras do nosso mundo natural, característicos da literatura fantástica, distópica e ficção científica. Após essa delimitação mais ampla, o autor fala ainda sobre a possibilidade de identificar macroespaços – que seriam, por exemplo, a oposição entre campo e cidade, América e Europa, dentre outros – e microespaços, que são inúmeros, mas sempre se enquadram em cenário ou natureza, ou seja, espaços criados pelo homem ou não.

Nas fábulas aqui em análise, o espaço se enquadra no imaginativo, visto que não especifica nenhum local de fato existente, mas se assemelha a espaços conhecidos que fazem parte do repertório de mundo dos leitores. As três fábulas apresentam elementos linguísticos que representam o meio ambiente natural e permitem ao leitor caracterizar os espaços como pertencentes à natureza:

ECO-REBEL

Elementos linguísticos que caracterizam o espaço		
A cigarra e a formiga (Esopo)	A formiga boa (Monteiro Lobato)	A formiga má (Monteiro Lobato)
Bosque Folha pesada Verão Inverno Formigueiro	Formigueiro Tulha Chuva Galinho seco Formigueiro Dias de sol	Europa Inverno Primavera

Fonte: A autoria própria (2022)

De acordo com Couto (2016), o território é um elemento muito importante para a caracterização de uma comunidade. Dessa maneira, os substantivos mobilizados para a indicação do lugar nas narrativas “A cigarra e a formiga” e “A formiga boa” indicam uma interação harmoniosa entre personagens e espaço, isto é, entre a comunidade de formigas que acolheu a cigarra e seu respectivo território. Já na fábula “A formiga má” só há a indicação da Europa como macroespaço e suas estações como antagônicas entre si e com valores opostos, isto é, em que o inverno tem valor negativo e a primavera tem valor positivo para a vida. Também é importante mencionar que essa terceira narrativa não nomeia o lugar onde as formigas vivem, o que caracteriza uma interação desarmoniosa entre comunidade e território. Ainda no que diz respeito às estações antagônicas, cabe aqui ressaltar que elas servem como uma demarcação temporal, sendo que o tempo aqui pode ser visto como a relação das personagens com o seu meio ambiente.

É importante ressaltar que o tempo no qual a obra foi produzida e o tempo da narrativa são dois aspectos diferentes. Quando se fala na narrativa em sua imanência, trata-se de um tempo fictício que é inserido na história a fim de situar os acontecimentos. Esse tempo, entretanto, pode ser datado ou não.

O tempo datado, principalmente se for escolhido em consonância com o espaço realista, tem como propósito situar a história em determinado período histórico de modo que os acontecimentos sejam verossímeis e façam referências a momentos reais vivenciados pelas pessoas. Há a possibilidade, também, de se tratar de um tempo datado no futuro, no qual já não há compromisso com a realidade, mas entra-se no campo da fantasia e/ou distopia. O não datado já é

ECO-REBEL

uma escolha que se faz quando a marcação temporal não tem tanta influência assim no enredo e nas interações que ocorrem na narrativa.

No caso das fábulas aqui em análise, nota-se que a expressão “era uma vez” é utilizada na versão de Esopo, apenas reforçando a ideia de um tempo indeterminado, provavelmente longínquo, que não interfere de modo expressivo no desenrolar dos acontecimentos. A atemporalidade é justamente o que confere atualidade a essas histórias. Nas três fábulas, a marcação do tempo em si não é o mais relevante, mas sim a passagem do tempo. Essa passagem é evidenciada pela mudança de estações, visto que nas três versões há a transição entre o verão/primavera para o inverno, e é a partir dessa mudança que as interações são percebidas.

Essa ideia de tempo transcorrido também é notada na passagem: “Para a cigarra, o que importava era aproveitar a vida, e aproveitar o hoje, sem pensar no amanhã. Para que construir um abrigo?” (ESOPO, 2020, p. 05). Aqui, os advérbios hoje e amanhã não são usados em seu sentido literal, visto que não se sabe a que corresponde o hoje e o amanhã da fábula. Entretanto, compreende-se que se trata da passagem do tempo, que tais expressões correspondem a ideias pré-concebidas de presente e futuro, de agora e depois.

Essas relações entre as personagens com seu espaço e tempo também afetam a interação das personagens e o narrador e a caracterização dos respectivos meios ambientes sociais.

Elementos linguísticos que caracterizam as personagens		
A cigarra e a formiga (Esopo)	A formiga boa (Monteiro Lobato)	A formiga má (Monteiro Lobato)
Cigarra Formiguinha Formigas Rainha do formigueira	Jovem cigarra Formigueiro Animais Pobre cigarra Formiga friorenta Amiga Alegre cantora	Formiga má Cigarra Usurária sem entranhas, invejosa

Fonte: Autoria própria (2022)

Apesar do narrador não ter participação na história, a escolha dos elementos linguísticos denota uma relação entre narrador e personagens, conforme pode ser percebido na tabela acima. As três fábulas compartilham entre si a organização da comunidade por meio da dinâmica do

ECO-REBEL

trabalho em conformidade com a estação do ano, isto é, trabalhar para guardar comida para o inverno. Entretanto, essa organização fica mais explícita dependendo dos elementos linguísticos utilizados; a caracterização das personagens também muda.

A narrativa de Esopo apresenta essa divisão do trabalho de maneira mais explícita quando delimita a relação de hierarquia entre a formiguinha e a rainha do formigueiro, do mesmo modo com o ofício da cigarra como cantora. Outro fator interessante sobre a fábula de Esopo está no uso do diminutivo para a formiguinha, o que expressa um sentido de bondade e delicadeza condizentes com a postura da personagem ao acolher a cigarra no inverno.

Já as duas narrativas de Monteiro Lobato – “A formiga boa” e “A formiga má” – acrescentam o uso ostensivo de adjetivos para as personagens, de modo a caracterizá-las dentro de sua função na divisão do trabalho. Em “A formiga boa”, os adjetivos jovem e pobre (para a cigarra) e friorenta (para a formiga) criam um efeito de sentido de fragilidade, o que congrega as duas personagens no infortúnio causado pelo inverno. Em “A formiga má”, os adjetivos (má, usurária, invejosa) são aplicados somente para realçar a vilania e o individualismo da formiga. Desse modo, é possível estabelecer uma oposição entre a representação do meio ambiente social de “A formiga boa”, e o meio ambiente social de “A formiga má”. Na primeira, nós temos a marcação de uma comunidade harmoniosa organizada em seu labor. Na segunda narrativa, nós temos a ausência da comunidade, de maneira a ressaltar o individualismo e os sentimentos ruins que quebram a harmonia na comunidade e na sua relação com o espaço.

Ademais, a relação entre narrador e personagens é propícia de ser observada em um gênero como a fábula, visto que, além dos elementos linguísticos utilizados no decorrer do texto, a perspectiva do narrador também é revelada no final, com a moral. Dessa forma, é possível apreender qual o posicionamento do narrador diante da história apresentada. Na fábula de Esopo, independente da cigarra ter sido acolhida no final, é notável que seu ofício de cantar não é visto como um trabalho de verdade ou, então, é visto como um trabalho menos sério e importante do que o trabalho das formigas. A moral, “trabalhe duro hoje e colherá os frutos amanhã”, coloca-se para ensinar sobre a importância do trabalho na organização social da comunidade em seu território. Já na fábula de Lobato, a moral – os artistas – “poetas, pintores, músicos – são as cigarras da humanidade” – direciona para a valorização da arte como um trabalho, de modo a mostrar como a força de trabalho do artista é indispensável para o bem-estar da comunidade. Dessa forma, o enredo e as interações na história vão se desenrolando de acordo com a moral a ser exposta.

ECO-REBEL

A moral tem ainda relação com o período no qual a obra foi produzida. Considerando a narrativa como uma representação da realidade, conforme já foi mencionado, depreende-se de cada moral uma revelação de valores – instituídos ou que se deseja instituir – de seu tempo. Pode-se dizer, dessa forma, que se trata da mentalidade de uma época, ou seja, a interação comunicativa entre as personagens e a elaboração da moral consistem em uma representação do meio ambiente mental, visto que é na nossa memória que armazenamos os valores e modos de conduta aprendidos em sociedade.

Essa oposição entre o modo de conduta da cigarra e da formiga aparece nas fábulas de Monteiro Lobato não apenas na moral final, mas também nos diálogos, como se vê abaixo:

A formiga boa (Monteiro Lobato)	A formiga má (Monteiro Lobato)
<p>(...) A formiga olhou-a de alto a baixo: - E que fez durante o bom tempo, que não construiu a sua casa? A pobre cigarra, toda tremendo, respondeu depois de um acesso de tosse: - Eu cantava, bem sabe... - Ah!... – exclamou a formiga recordando-se - Era você então quem cantava nessa árvore enquanto nós labutávamos para encher as tulhas? - Isso mesmo, era eu... - Pois entre amiguinha! Nunca poderemos esquecer as boas horas que sua cantoria proporcionou. Aquele chiado nos distraía e aliviava o trabalho. Dizíamos sempre: que felicidade ter você como vizinha tão gentil cantora! Entre, amiga, que aqui terá cama e mesa durante todo o mau tempo. (LOBATO, 2008, p. 24).</p>	<p>Mas a formiga era usurária sem entranhas. Além disso, invejosa. Como não soubesse cantar, tinha ódio à cigarra, por vê-la querida de todos os seres. - Que fazia você durante o bom tempo? - Eu... eu cantava! - Cantava? Pois dance agora, vagabunda – e fechou-lhe a porta no nariz. Resultado: a cigarra ali morreu entanguidinha; e quando voltou a primavera o mundo apresentava um aspecto mais triste. É que faltava no mundo o som estridente daquela cigarra morta por causa da avareza da formiga. Mas se a usurária morresse, quem daria pela falta dela? (LOBATO, 2008, p.27).</p>

Fonte: autoria própria (2022)

Esses diálogos demonstram duas valorações do trabalho artístico da cigarra. Em “A formiga boa” há o reconhecimento da contribuição da arte para a comunidade, como alívio e alegria. Já em “A formiga má”, a ausência de marcação da comunidade ajuda a demonstrar como o individualismo, a avareza, a usura e a inveja configuram um comportamento de perseguição ao trabalho do artista. É possível reconhecer o modo de conduta da prudência em oposição ao modo

ECO-REBEL

de conduta conhecido como *carpe diem*. Assim, a formiga e a cigarra instruem para um equilíbrio entre o viver o presente e o cuidar do futuro.

Contudo, ao final dessa segunda narrativa, o narrador convoca o leitor à reflexão sobre a possibilidade de uma vida sem a arte. Dessa forma, nota-se que as fábulas veiculam diferentes discursos sobre o trabalho artístico, discursos esses que só são identificados pela contraposição de seus elementos linguísticos e interações.

Uma síntese do exposto encontra-se abaixo:

Aspectos da interação	Interação ficcional
Interactantes	Personagem-personagem Personagem-espço Personagem-narrador
Tempo	Datado Não datado
Espço	Espço realista Espço imaginativo Espço fantasista

Fonte: Autoria própria (2022)

4. Considerações finais

Essas breves considerações exemplificam de que modo os elementos interactantes, tempo e espço podem ser observados em textos ficcionais, especificamente narrativas, de modo a permitir uma análise segundo o viés da ADE. Identificar esses aspectos da narrativa, entendê-los e olhar para as interações que daí decorrem permite ao leitor e/ou pesquisador chegar aos discursos que estão sendo difundidos por essa narrativa e, posteriormente, posicionar-se diante deles, visto que posicionar-se em prol da ecoideologia faz parte do trabalho desenvolvido dentro da ADE.

É importante ressaltar que esse percurso indicado é apenas uma sugestão, ainda a ser melhor desenvolvida, que pode ser aplicada no estudo de narrativas ficcionais. Espera-se que a articulação entre a literatura e a ADE fomenta as pesquisas nessa perspectiva e abra novos caminhos a serem traçados, de modo que os campos teóricos possam se enriquecer mutuamente e que novas interpretações possam ganhar espço.

Referências

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ECO-REBEL

BORGES FILHO, Oziris. *Espaço e literatura: introdução à topoanálise*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, p. 139-159, 2007.

COELHO, Nelly Novaes. *A Literatura infantil*. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

COUTO, Elza Kioko Nakayama do. 10 anos de Ecolinguística no Brasil: inovações e reinterpretações. In: *Linguística Ecológica: 10 anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, p. 45-64, 2017.

COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. *Análise do discurso ecossistêmica (ADE): teoria e prática*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Linguística / Universidade de Brasília, 2021.
<http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>

COUTO, Hildo Honório do. Linguística ecossistêmica. In: COUTO, H. et al. *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2016.

ESOPO. *A cigarra e a formiga*. Projeto "Leia para uma criança". 1ª edição, 2020.

HEITICH, Paulo Ricardo. Paul Ricouer: A Tríplice Mímese. In: *IX SEMANA ACADÊMICA DE FILOSOFIA*. UNICENTRO, 2010.

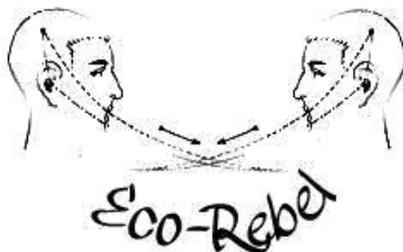
LOBATO, Monteiro. *Fábulas*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

RICOUER, P. *Temps et Récit I*, Paris, Seuil. 1983.

SILVA, Anderson Nowogrodzki da. O conceito de discurso sob a perspectiva da Análise do Discurso Ecossistêmica. *BOLETIM DO GEPLÉ (Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Ecossistêmica)*, n. 10, p. 16-21, 2022.
<http://www.ecoling.unb.br/images/numero10.pdf>

Aceito em 20 de abril de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



A ECOLOGIA DO CONTATO DE LÍNGUAS E A RELEXIFICAÇÃO NO CRIOULO AFROPORTUGUÊS DE CASAMANÇA, SENEGAL

Djiby Mane (UnB/GEPLÉ)

Abstract: Originating from contact between Portuguese and Africans on the West African coast, Casamance Creole is spoken in Ziguinchor, in the southern region of Senegal. Synchronously, there is contact for border and/or migratory reasons with Guinea-Bissau, not to mention the internal contact with French and Wolof. Due to these diachronic and synchronic contacts, Casamance Creole undergoes relexification – the process by which a language changes its lexicon without drastically altering the language's grammar. Given the above, the present study aims to analyze the relexification in the Afro-Portuguese Creole of Casamance, Senegal, in order to ascertain the influence of the languages with which it lives daily. As a methodological bias, a qualitative exploratory approach was used, based on studies by Nunez (2015) and Rougé (2004). As for the theoretical basis, I resorted to the studies of Biagui (2012), Calvet (1999), Couto (1996, 2007, 2015, 2017), Kihm (1980) and Lefebvre (1997), Mufwene (2008) and Thomason (2001). The analysis of 60 words collected in Nunez (2015) and Rougé (2004) showed relexification with 46.66% of Mandingo words, 31.66% of Wolof, 10% of Balanta, 6.66% of French and 5% of manjaco. Note that Mandinka (46.66%) is the main source of relexification of Casamance Creole, followed by Wolof, the most widely spoken national language in Senegal, with 31.66%.

Keywords: Contact; Casamance Creole; Relexification.

Resumo: Originado do contato entre portugueses e africanos na costa ocidental africana, o crioulo casamancês é falado em Ziguinchor, região sul do Senegal. Sincronicamente, se dá contato por razões fronteiriças e/ou migratórias com a Guiné-Bissau, sem contar o contato interno com o francês e o wolof. Devido a esses contatos diacrônico e sincrônico, o crioulo casamancês sofre a relexificação – processo pelo qual uma língua muda seu léxico sem alterar drasticamente a gramática da língua. Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar a relexificação no crioulo afro-português de Casamança, Senegal, a fim de averiguar a influência das línguas com as quais convive diariamente. Como viés metodológico, fez-se uso da via qualitativa de caráter

exploratório, com base nos estudos de Nunez (2015) e Rougé (2004). Quanto à base teórica, recorri aos estudos de Biagui (2012), Calvet (1999), Couto (1996, 2007, 2015, 2017), Kihm (1980) e Lefebvre (1997), Mufwene (2008) e Thomason (2001). A análise de 60 palavras colhidas em Nunez (2015) e Rougé (2004) apontou relexificação com 46,66% de palavras do mandinga, 31,66% do wolof, 10% do balanta, 6,66% do francês e 5% do manjaco. Nota-se que o mandinga (46,66%) é a principal fonte de relexificação do casamancês, seguido do wolof, língua nacional mais falada no Senegal, com 31,66.

Palavras-chave: Contato; Crioulo da Casamança; Relexificação.

1. Considerações iniciais

Em virtude da plasticidade e vitalidade que lhes são próprias, as línguas, por vezes, necessitam de alguma adaptação às mudanças e ao desenvolvimento constantes em diferentes áreas, entre as quais temos: história, economia, sociologia, política e tecnologia. Tal adaptação, tanto linguística como extralinguística, frequentemente resulta na criação de novas línguas (pidgins e crioulos) e de novas unidades linguísticas dentro da mesma língua (neologismos) ou pelo uso de empréstimos linguísticos para nomear, expressar e descrever novas realidades – o que se explica pelo contato de línguas, ou melhor, pelo contato de diferentes povos com suas respectivas línguas.

O contato entre as línguas constitui um motor essencial para o funcionamento e a evolução das línguas e das práticas linguísticas. É um conceito que inclui qualquer situação em que a presença simultânea de duas ou mais línguas afeta o comportamento linguístico de um indivíduo ou de uma comunidade linguística. Tal ação encontra-se no centro da mudança e variação linguística, diacrônica como sincronicamente.

As línguas crioulas, objeto do presente estudo, são formadas a partir do contato de uma língua de superstrato ou lexificadora (espanhol, francês, inglês e português) com línguas de substrato ou gramaticalizadora (línguas africanas). Algumas ainda mantêm algum contato estreito com as línguas de substratos, como, por exemplo, o crioulo afro-português de Casamança, Senegal, possibilitando a relexificação – processo pelo qual o crioulo pega emprestado palavras das línguas de substratos.

Surgido do contato do português seiscentista com as línguas locais, o crioulo casamancês é um meio regional de comunicação interétnica. Desde sua origem até os dias atuais, ele mantém contato com grande parte das línguas locais. Como resultado, as línguas locais – línguas de substrato e adstrato – são hoje fontes lexificadoras, como, por exemplo, a presença do léxico das

línguas balanta, mandinga, manajaca no crioulo afro-português de Casamança. Tal fenômeno é conhecido por relexificação – processo muito comum em línguas crioulas e pidgins, que consiste no fato de o léxico de uma língua ser substituído pelo de outra total ou parcialmente.

Diante do exposto, as linhas que se seguem buscaram explorar a relação entre o crioulo casamancês e as línguas locais via processo de relexificação, da perspectiva da endoecologia dessa língua. Os dados para a realização da presente pesquisa tiveram por base os estudos de Nunez (2015) e Rougé (2004), ao passo que a base teórica foi direcionada pelos estudos de Biagui (2012), Calvet (1999), Couto (1996, 2007, 2015, 2017), Kihm (1980) e Lefebvre (1997), Mufwene (2008) e Thomason (2001).

A fim de demonstrar o processo de relexificação no crioulo afro-português de Casamança, além das considerações iniciais e finais, temos as seguintes seções: 1) Algumas considerações sobre a ecologia de contato de línguas; 2) O ecossistema linguístico em Casamança; 3) A descrição da metodologia para coleta e análise de dados; 4) A análise de dados.

2. Algumas considerações sobre a ecologia de contato de línguas

2.1. A Ecologia de contato de línguas

A ecologia de contato de línguas é parte da ecologia das línguas, vertente da Ecolinguística. Tradicionalmente conhecida por Ecologia da Linguagem, a Ecolinguística, segundo Xiamen (2018, p. 646):

[...] tem sido usada para descrever estudos da mistura de línguas em escolas multiculturais; estudos de diversidade e interação linguística; estudos de algumas línguas ou dialetos que estão em extinção em determinadas áreas; estudos de discursos como placas de sinalização ao ar livre; e análise de textos que por acaso sejam sobre o meio ambiente ou estejam relacionados ao meio ambiente, como animais, recursos naturais, economia, publicidade, energia, ecoturismo ou mudanças climáticas.

De cunho interacional e integradora, a Ecolinguística desenvolve um modelo de complexidade para dar conta em todos os níveis das inter-relações entre as línguas, as pessoas e

ECO-REBEL

seu ambiente. Nesse viés: “O verdadeiro meio ambiente de uma língua é a sociedade que a utiliza como um de seus códigos (HAUGEN, 1972, p. 324)¹.

A Ecolinguística considera a língua do ponto de vista da interação, do mesmo modo que na Ecologia examina-se a interação entre os organismos e entre os organismos e o meio ambiente (COUTO, 2007).

A abordagem ecolinguística considera que “[...] as línguas são organismos vivos que nascem, crescem e, infelizmente, têm probabilidade de morrer” (SCHLEICHER, 1863 *apud* HAGÈGE, 2000, p. 26). Suas dinâmicas estão, portanto, sujeitas a diferentes parâmetros do ambiente.

A ecologia de contato de línguas refere-se às “[...] relações que se dão entre as línguas, juntamente com algumas de suas consequências” (COUTO, 2007, p. 281). Para Couto (2007), a ecologia das Línguas pode ser encarada em cinco perspectivas diferentes. A primeira “[...] é macroscópica, pois enfoca a ecologia das línguas do mundo como um todo” (COUTO, 2007, p. 281). No tocante à segunda, têm-se as “[...] migrações de populações, provocando contato de povos e respectivas línguas mutuamente ininteligíveis” (COUTO, 2007, p. 281). A terceira perspectiva tem a ver com “[...] um domínio político (*polity*), um estado que delimita determinado espaço (no qual convivem diversas línguas) como sendo o seu território” (COUTO, 2007, p. 281). Em relação à quarta perspectiva, refere-se mais ao contato intralinguístico, isto é, o contato de variedades da mesma língua. Por fim, na quinta perspectiva tem-se a mudança linguística, que é um dos resultados do contato de línguas, podendo ser interlinguístico quando da ocorrência entre duas ou mais línguas.

Tais perspectivas de abordagem da Ecologia das Línguas são muito importantes, mas é a primeira que mais tem a ver com os objetivos aqui propostos. Tal abordagem macroscópica tem com precursor Calvet (1999), com sua publicação intitulada *Pour une écologie des langues du monde*, que estuda as relações entre as línguas e a sociedade. Nesse viés, a ecologia das línguas diz respeito “[...] às migrações de populações, provocando contato de povos e respectivas línguas mutuamente inteligíveis” (COUTO, 2007, p. 281).

Para Calvet (1999), as línguas, equivalentes como as espécies são organizadas em populações em constante relação com o meio ambiente e que evoluem em resposta aos estímulos

¹ Do original: “*The true environment of a language is the society that uses it as one of its codes*” (HAUGEN, 1972, p. 324).

provenientes desse meio ambiente. É nesse sistema ecolinguístico que as línguas se multiplicam, variam, se cruzam, influenciam-se, competem ou convergem.

2.2. O contato de línguas

Cunhada por Weinreich (1953) em sua obra intitulada *Languages in contact: findings and problems*, a expressão “contato de línguas” implica o encontro de, pelo menos, dois povos diferentes com suas respectivas línguas em um determinado território, em uma situação de interação. Apesar de esse autor ser considerado o precursor desse assunto, o interesse acadêmico pela mudança induzida pelo contato de línguas remonta ao final do século XIX, com Schuchardt (1884, p. 5 *apud* THOMASON; KAUFMAN, 1992, p. 1), que, para explicar a evolução das línguas, já afirmava que dois princípios seriam amplamente retomados pela linguística de contato: 1) “[...] nenhuma língua é totalmente livre de influência de outras línguas”²; 2) O contato de línguas é um dos fatores essenciais na evolução das línguas.

Definido como sendo “[...] o uso de mais de uma língua no mesmo local ao mesmo tempo” (THOMASON, 2001, p. 1), a onipresença do contato de línguas sempre foi aparente para qualquer estudioso envolvido na documentação e descrição linguística, por constituir uma faceta da interação humana.

Segundo Mufwene (2008, p. 17), o contato de línguas ocorre:

[...] entre indivíduos e não entre populações (Mufwene, 2001a). [...] a coexistência de duas populações na mesma área geográfica não é condição suficiente para o contato linguístico. Eles devem interagir uns com os outros. No nível da comunicação linguística, isso é possível pela interação de indivíduos, que podem disseminar características da outra língua entre membros monolíngues de suas respectivas línguas. Além disso, como apontado por Weinreich (1953), o verdadeiro *locus* do contato de línguas são as mentes dos falantes individuais.

Duas populações diferentes com suas respectivas línguas e ocupando o mesmo espaço geográfico não necessariamente caracterizam uma situação de contato de línguas se não interagirem. Assim, deduz-se que a interação é de fundamental importância quando da temática “contato de línguas”. Segundo Couto (2007, p. 283), “[...] quando se fala em “contato de línguas” é preciso ter em mente que ele faz parte de toda uma ecologia, que constitui a ecologia do contato

² Do original: “*Es gibt keine völlig ungemischte Sprache*” (SCHUCHARDT, 1884, p. 5 *apud* THOMASON; KAUFMAN, 1988, p. 1).

ECO-REBEL

de línguas”, isto é, a existência de contato linguístico supõe o contato social dos respectivos falantes, em situações de comunicação.

A realidade do contato de línguas é de fundamental importância para compreender o dinamismo das línguas. Mas, sempre houve uma tendência a acreditar que a língua é um sistema fixo e estável, dada sua definição introduzida por Saussure (2002), que a considera como um sistema estruturado e fechado. O fato de a língua ser um sistema ou um conjunto estruturado de elementos dependentes uns dos outros não impede que ela evolua e se renove por meio de diferentes processos que permitem mudanças nesse sistema e que fornece unidades mais ou menos novidades.

A evolução de uma língua é uma das melhores metáforas para a evolução biológica, na medida em que obriga a pensar a mudança no contexto de uma população em uma escala de tempo. Sobre a questão, Mufwene (2008, p. 16) assevera:

[...] o termo evolução abrange mais do que o termo tradicional mudança. Além das preocupações tradicionais com mudanças estruturais e pragmáticas, também abrange a especiação da língua e o nascimento e morte de línguas, processos aos quais o termo mudança não se aplica em linguística.

O uso da palavra “evolução” – termo emprestado da Ecologia pela Ecolinguística – ao invés de “mudança” – termo usado tradicionalmente pela Linguística – justifica-se pelo fato de que as línguas, comparadas às espécies biológicas, estejam sujeitas à evolução e, conseqüentemente, à morte. Assim, a abordagem ecológica das línguas permite descrever, analisar e compreender a evolução da diversidade linguística.

Como o contato de línguas está no cerne da evolução linguística, seus resultados são propícios ao surgimento de línguas, por um lado, glotofágicos e, por outro lado, levando à sua extinção. Desses resultados, vale atentar-se para o impacto que seu estudo teve e tem no desenvolvimento da pesquisa em Linguística: a criação de novas línguas (pidgins e crioulos).

2.3. O crioulo afro-português de Casamança, Senegal

A expansão colonial europeia durante os séculos XV a XIX, levou ao contato das línguas dos colonizadores com as línguas dos colonizados, acarretando o surgimento de línguas crioulas – assim chamadas porque eram usadas pelo “crioulos”, os escravos e europeus nascidos nas colônias (BICKERTON, 2016).

ECO-REBEL

De acordo com Couto (1996), essas línguas crioulas são uma mistura de vocabulário predominantemente europeu com uma gramática que representa um compromisso entre as do substrato da África Ocidental e a do superstrato europeu.

Como todo crioulo resulta de um contato de povos com suas respectivas línguas, o crioulo afro-português de Casamança, Senegal, resultou do contato do português seiscentista com as línguas étnicas da costa ocidental africana durante o processo de escravatura e os primeiros séculos de colonização da região (KIHM, 1980).

O impacto dos pidgins e crioulos na ecologia das línguas “[...] pode ser tanto um fator estabilizador para a diversidade linguística existente quanto um fator destrutivo” (MÜHLHÄUSLER, 2018, p. 143). Assim, diante das novas realidades dos ecossistemas das línguas crioulas devido ao contato dessas línguas com seus substratos, além dos contatos com línguas hiper- e supercentrais, os crioulos passam por um processo de adaptação como, por exemplo, a relexificação.

O processo natural de formação dos crioulos consiste na junção de um léxico da língua dominadora, denominada superstrato, com a gramática e a fonologia das línguas de povos dominados ou substratos. Em outras palavras, os crioulos, em seus estágios formativos, apresentam um *input* lexical, principalmente europeu (superstrato), e um molde estrutural (fonologia, morfologia, sintaxe) com base nas línguas de substrato.

No caso em tela, o crioulo afro-português da Casamança é de base lexical portuguesa, isto é, composto pelo léxico da língua do dominador (português), ao passo que a gramática advém das línguas de substrato pertencentes aos grupos oeste-atlânticos e bak. Em outras palavras, o português é essencialmente a língua lexificadora, ao passo que os substratos gramaticalizadores contribuem com a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica concernentes.

Tal situação se inverte quando a língua crioula muda parcial ou totalmente seu *input* lexical, sem alterar drasticamente a gramática. Segundo Lefebvre (1997, p. 182) a relexificação

[...] é um processo que constrói uma nova entrada lexical copiando a entrada lexical de um léxico que já está estabelecido (um léxico de substrato) e substituindo ou rotulando de novo as representações fonológicas nesta entrada lexical copiada com a representação tomada da cadeia fonética de uma língua diferente (a língua de superstrato).

Por serem formados por um processo de contato diacrônico, alguns crioulos ainda convivem (sincronia) com as línguas de substrato (os crioulos da Guiné-Bissau e de Casamança) – o que faz com que, nas interações do dia a dia, os falantes recorram às línguas em questão fazendo uso de seu léxico: relexificação. Esses dois tipos de *input* – lexificador e gramaticalizador –, de certo modo, fazem parte da endoecologia da língua, que trata da interação das regras gramaticais das línguas, isto é, dos componentes gramaticais focalizando as regras fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e lexicais (COUTO, 2007).

3. O ecossistema linguístico em Casamança, Senegal

Definido como um conjunto formado por uma população (P) de organismos vivendo e convivendo em um determinado lugar, que é seu habitat, o ecossistema é a unidade fundamental da organização ecológica (COUTO, 2013). Aplicado à Ecolinguística, entende-se por ecossistema linguístico uma comunidade (um universo) formada(o) por diferentes línguas, interagindo de forma sustentável umas com as outras, no intuito de permitir o equilíbrio do ecossistema. Segundo Couto *et al.* (2016), esse ecossistema linguístico é formado por uma população (P), vivendo em um determinado território (T) e interagindo por meio de uma língua (L).

Abordar o ecossistema linguístico de Casamança, Senegal, isto é, um ecossistema linguístico regional (Casamança), significa abordá-lo a partir de um ecossistema linguístico nacional (Senegal), mais abrangente. O ecossistema linguístico da localidade em questão permite compreender a dinâmica das línguas nessa região sul do Senegal.

Senegal, assim como grande parte dos demais países africanos, é caracterizado por uma grande diversidade cultural, resultado da presença de vários grupos étnicos em seu solo. A cada grupo étnico corresponde uma língua – o que caracteriza o multilinguismo do país. Todas as línguas têm diferentes *status*, que vai de língua oficial (no caso, o francês) às línguas nacionais (wolof, diola, mandinga, serer e fula). Dessas línguas nacionais, o wolof constitui a língua franca do país, falada em quase todo o território nacional. Além destas, vale ressaltar a importante presença do árabe – língua da religião islâmica, com quase 95% de adeptos.

Fazendo uso do modelo gravitacional de Calvet (1999), as línguas supramencionadas podem ser classificadas em supercentrais (francês e árabe), centrais (diola, fula, mandinga, wolof e serer) e periféricas (as demais línguas consideradas minoritárias, tais como balanta, manjaca, mancanha e crioulo afro-português de Casamança).

ECO-REBEL

Historicamente, a região de Casamança era domínio de Portugal, fazendo parte da Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau). A invasão francesa nessa região começou com o estabelecimento de feitorias francesas em Ziguinchor, culminando no Tratado Franco-Português, de 12 de maio de 1886, quando Ziguinchor foi cedida à França. Com esse tratado, o crioulo casamancês foi separado do crioulo da Guiné-Bissau (ex-Guiné Portuguesa).

Do ponto de vista linguístico, a Casamança se caracteriza por um mosaico linguístico. Suas principais línguas são mandinga, diola, balanta, bainuc, manjaco, mancanha e pepel, também presentes na Guiné-Bissau por razões históricas e fronteiriças, tendo em vista que essa região era parte da Guiné-Bissau.

Casamança e Guiné-Bissau constituem um conjunto linguístico e étnico que foi dividido pelos “acazos” da política colonial, quando em 1886 a Casamança, antes Portuguesa, foi anexada ao Senegal. Mas, aqui como em outros lugares na África, o mapa nunca foi sinônimo de delimitação territorial. Em nenhum momento, mesmo durante a guerra de independência da Guiné-Bissau, a fronteira foi totalmente fechada, refugiados continuavam a passar no Senegal e suprimentos a transitar para os maquis “clandestinamente”, claro (KIHM, 1980, p. 369).

As línguas faladas em Casamança pertencem à família Níger-Congo, que é composta principalmente pelas línguas bak (diola (joola, gusilay, karon, kuwaataay, bayotte), manjaaku (manjaku, pepel, mancanha), balanta e bainuque) e mandé, que compreende as línguas mandinga, soninke e/ou sarakole e malinke. Grande parte dessas línguas contribui na formação do crioulo afro-português de Casamança.

No tocante ao ecossistema linguístico, Couto (2015, p. 56) afirma que é composto principalmente por três elementos, quais sejam:

1) ecossistema natural da língua, 2) ecossistema mental da língua e 3) ecossistema social da língua. Os três convergem ou se fundem no 4) ecossistema integral da língua. Em cada um deles a língua deve ser relacionada ao respectivo meio ambiente, no caso, o 1') meio ambiente natural, 2') mental e 3') social da língua.

O Ecossistema Natural da Língua (ENL) é composto por um povo (P), morando em um espaço geográfico ou território (T) e compartilhando uma mesma língua como meio de comunicação (COUTO, 2015). Para ilustrar o ENL, vale tomar o exemplo do crioulo casamancês. Também chamado *kriol* ou *lingu kriston* (língua cristã), o crioulo casamancês é a língua (L), falada

ECO-REBEL

na Casamança, região sul do Senegal, seu território (T), é membro da família crioula de base lexical portuguesa da África Ocidental, que inclui, principalmente, o cabo-verdiano e o guineense, com os quais mantêm um alto grau de inteligibilidade mútua (BIAGUI, 2012). Este crioulo é chamado *lingu kriston* pelo fato de a maioria dos crioulófonos de Casamança ser de religião católica.

Quanto ao ecossistema mental da língua (EML), Couto (2015, p. 58-59) afirma: “O meio ambiente mental da língua é constituído de P₂ mais T₂, pois é aí que se dão as interações mentais da aquisição, do armazenamento e do processamento da língua”. No caso do crioulo casamancês, resultado do do contato entre a língua portuguesa e as línguas de Casamança, é possível afirmar que se trata de uma língua (L) falada em um território (T) por um povo (P), que, não necessariamente a tem como língua materna, isto é, sem grupo étnico definido, uma vez que, nessa região, cada etnia tem a sua própria língua.

É importante ressaltar que, atualmente, com o declínio demográfico os bainunques, esse povo se identificam mais como crioulo, em detrimento de sua própria língua, diante da pressão do mandinga e do diola. Assim, para manter o crioulo casamancês vivo, os bainunques o ensinam aos filhos em casa. Em algumas comunidades onde a língua é falada (em Niaguis e Sindone, por exemplo), ela ainda é transmitida para crianças e até mesmo adquirida por recém-chegados (BIAGUI, 2012).

Já o ecossistema social da língua (ESL) contém o meio ambiente social da língua, sendo o conjunto formado por T₃ mais P₃ – membros de uma população organizados socialmente (COUTO, 2015). Considerando o mesmo exemplo, mesmo sendo bairros ou cidades diferentes, os falantes do crioulo casamancês pertencem ao mesmo T da Casamança. Sobre a questão, Biagui (2012) mostra que, em Ziguinchor, o casamancês é falado nos bairros de Boudody, Cobitaine, Escale, Goumel, Boucotte-Nord, Santhiaba, entre outros. Já nas cidades próximas a Ziguinchor, ele é falado, por exemplo, em Ziguinchor capital, Sindone, Niaguis, Fanda, Adéane, Kougoundou, Brin e Tobor.

Por ser falado no grande centro urbano de Ziguinchor e em cidades próximas, os falantes do crioulo casamancês, segundo Biagui (2012), pertencem a vários grupos étnicos de Casamança, especialmente, Bainunques, mas também Manjacas e Mancanhas, geralmente de religião católica, que ainda fazem uso do crioulo casamancês como língua franca entre os cristãos (daí o termo “língua cristã” (*lingu kriston*)). É importante ressaltar que devido ao processo da colonização da região, muitas famílias desses grupos étnicos ainda mantêm contato, favorecendo, assim, o uso

constante dos crioulos casamancês e guineense, uma vez que são muito próximos. Aquele autor ainda estima o número de creolófonos de Casamança em pouco mais de 20.000 falantes.

4. A metodologia adotada

O presente trabalho faz parte do paradigma qualitativo que, segundo Creswell (2010, p. 26), “[...] é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” – paradigma utilizado em pesquisas exploratórias, cujo objetivo é “[...] desenvolver ideias com vista em fornecer hipóteses em condições de serem testadas em estudos posteriores” (GIL, 2002, p. 152). Gil (2002) mostra que essas pesquisas tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador.

Por se concentrar na revisão de documentos, a presente pesquisa seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2002, p. 529), “[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

De fato, a finalidade da pesquisa bibliográfica consiste em colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tal procedimento se enquadra no presente estudo, pois foram utilizados livros físicos (ROUGÉ, 2004) e tese de doutorado acessada via *internet* (NUNEZ, 2015). Rougé (2004), por exemplo, é um trabalho sobre a origem das palavras dos crioulos portugueses na África. Esse autor chegou à conclusão de que essas palavras são de origem portuguesas, por ser o português a língua lexificadora, ou de origem africanas, por constituir as línguas de substrato. Por sua vez, Nunez (2015) pesquisou a presença do léxico de línguas senegalesas no crioulo casamancês, em especial, o wolof e o francês.

A coleta de dados teve por base a leitura exploratória de todo o material selecionado (leitura rápida, que objetiva verificar se as obras consultadas são de interesse para o trabalho), isto é, a influência lexical das línguas senegalesas no crioulo casamancês; a leitura seletiva (leitura mais aprofundada das partes que realmente interessam); registro das informações extraídas das fontes em instrumento específico (autores, ano, método, resultados e conclusões).

Quanto ao método de análise de dados, fez-se uso da Análise de Dados Textuais (ADT) que, segundo Fallery & Rodhain (2007, p. 1), “[...] reúne métodos que visam descobrir as

ECO-REBEL

informações “essenciais” contidas em um texto”. Aqueles mesmos autores distinguem quatro abordagens principais para uma análise dos dados textuais, quais sejam: 1) Lexical (Lexicometria³); 2) Linguística; 3) Cognitiva; 4) Temática.

Por se tratar de análise do léxico de línguas senegalesas no crioulo casamancês, acredita-se que a primeira abordagem tem mais a ver com a presente pesquisa. Nesse viés, a importância do léxico é assim ressaltada por Couto (2007, p. 188): “[é] o componente da língua que mais diretamente tem a ver com o meio ambiente de que ela faz parte”.

Assim, recorrer ao léxico das línguas senegalesas é uma forma de estabelecer a comunicação entre os falantes de línguas diferentes, tendo o crioulo casamancês como língua veicular. Para melhor entender a relexificação no crioulo casamancês, acredita-se que uma análise lexical pode ser complementada por uma análise semântica, que consiste em determinar os conceitos aos quais as palavras exploradas se referem.

Fazendo uso da ADT, o presente estudo analisou 60 palavras de origem de línguas senegalesas, tiradas de Nunez (2015) e Rougé (2004), buscando evidenciar a frequência de ocorrência de palavras ou intensidade lexical de origem senegalesa, no intuito de averiguar qual das línguas mais contribui no processo de relexificação do crioulo casamancês (LABBÉ; LABBÉ, 2013), conforme evidenciado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Frequência de ocorrência.

DADOS ANALISADOS					60
Línguas	Balanta	Francês	Mandinga	Manjaca	Wolof
Frequência nº	10	4	28	3	19
Frequência %	10	6,66	46,66	5	31,66

Fonte: Adaptado de Labbé e Labbé (2013).

³ É a aliança das ciências da Linguagem, Estatística e Ciência da Computação. Permite processar vastos conjuntos de textos (*corpus*), estabelecer seu vocabulário e classificar os termos de acordo com sua frequência, sua distribuição e suas categorias gramaticais (LABBÉ; LABBÉ, 2013).

5. A relexificação: uma influência substratista no crioulo de Casamança, Senegal

A ADT visa reduzir um texto a ser analisado de todo o vocabulário utilizado pelos atores. Além disso, consiste em calcular a frequência de ocorrência de palavras ou intensidade lexical de origem senegalesa nos estudos daqueles autores, no intuito de averiguar qual das línguas mais contribui com o crioulo casamancês. Por se tratar de um artigo científico, fez-se uso de uma amostra de 17 palavras, conforme se segue.

No crioulo casamancês tem-se o uso frequente da partícula “*ba*”, desempenhando o papel da preposição “em”. Tal partícula se dá antes de nomes próprios, com valor coletivo. Sobre a questão, Rougé (2004, p. 292) assevera: “Em todas as línguas oeste-atlânticas, ‘ba-’ é muitas vezes o prefixo de classe plural ou coletivo para os seres humanos”. Por exemplo, em *N bay kaw dia ba Djon* (Fui à casa dos João), entende-se a casa de João e familiares. Mais especificamente, acredita-se que esse prefixo foi emprestado da língua balanta, onde “*ba*” significa “eles”, apresentando “*ban*” (“nós”) como variação.

Como forma alternativa para caracterizar o uso singular, os falantes do crioulo casamancês recorrem à palavra “*gan*”, que significa “o lugar de”, “em casa de”. Aqui, Rougé (2004, p. 311) observa que da palavra “*gan*” se formam muitos topônimos, como, por exemplo, em *gan Mamadu* (na casa de Mamadu). Acredita-se que essa palavra veio emprestada do wolof, onde “*gan*” significa “hóspede”.

De origem mandinga, “Banbu” (“carregar”, “colocar nas costas”) é uma palavra que simboliza a cultura africana. O costume de a mãe africana colocar o bebê nas costas é um tipo de contato que consiste em o bebê ir interagindo com a mãe por meio do calor humano. *Banbu* derivou de *banbaran* ~ *banburan*, que é o pano usado para segurar a criança nas costas. Por exemplo: *Bu bu banbu fidju ku ratadju di banburan, si pé ta lontilonti; si bu fala bu na kuri, banburan ta sapa, fidju ta kay; ma kin ki tene si banburan nobu, si i bambu si fidju, nin ki kuri k’el, i ka ta sapa, si fidju ka ta kai* (Quando você leva seu filho nas costas com um pano portador de bebê, seus pés balançam; quando correr, o pano rasga e seu filho cai; mas aquele que tem um novo portador de bebê, quando carrega seu filho, mesmo quando corre, o portador de bebê não quebra, a criança não cai). Tem-se ainda a expressão “*torkya banbaran* ~ *torkya banburan*” (“trocar de pano”), significando “[...] ter um filho do sexo diferente do anterior” (ROUGÉ, 2004, p. 294).

ECO-REBEL

Do balanta “*blufu*” (“jovens”, “faixa etária”), “*blufu*”, no crioulo de Casamança, significa pessoa não circuncisa. Na África, um homem não circuncidado não é um deles. Tal realidade reflete a importância da circuncisão, que tem função socializadora para os africanos. O homem não é considerado como tal se não passar pelo rito da circuncisão. A circuncisão é chamada pelos cirurgiões de postectomia, realizada por razões médicas específicas. Ela tem um interesse em termos de higiene. O procedimento cirúrgico corresponde anatomicamente à remoção do prepúcio: a parte da bainha do pênis que cobre o pênis em repouso.

Tradicionalmente, a circuncisão é uma operação cirúrgica que consiste em cortar parte do pênis por motivos religiosos, higiênicos ou culturais. Nesse período, todos aqueles que se submeterem à referida cirurgia passam de 30 a 45 dias longe de suas casas, isolados no mato, recebendo uma educação para a vida do “homem”. Na cultura balanta, bem como em toda a África, ser ou não ser tratado de *blufu* é uma afronta para a pessoa e para a família. Ali se tem uma cultura que acredita que para ser macho, o homem precisa ser circunciso. Pelo fato da idade máxima para ser circunciso ser de 12 anos, em geral, *blufu* significa moleque, para xingar alguém.

A palavra “*Djagatu*” (jiló), no crioulo casamancês, parece ser de uso comum nas línguas oeste-atlânticas, com algumas modificações morfológicas. Por exemplo: *Ken ki kere djagatu debe osa fidida* (Quem gosta de jiló não deve temer o amargo). Assim, ela é encontrada nas formas *jakato* em mandinga, *vtchakté* em balanta, *be-jakata* em manjaku e *jaxato* em wolof. Mas, sua provável origem parece ser o mandinga, por ser a língua mais falada na região e a que mais contribui no processo de relexificação do crioulo casamancês. Nesse caso, houve uma adaptação fonológica de *jakato* do mandinga, onde a consoante oclusiva velar surda /k/ se realiza como oclusiva velar sonora e, por ser uma língua de acento fixo na última sílaba (oxítone), a vogal /o/ de *jakato* se realiza /u/ no crioulo afro-português de casamança, seguindo a norma do português de elevação da vogal média /o/ em posição átona final como posterior /u/.

Emprestada do árabe “*Al-Imaam*”, “*Almamy*” significa “imã” no crioulo de Casamança. Tal palavra é encontrada nas formas *Almaame* em fula, *Elimaan* em wolof, *Almaam* em balanta e *Aalmaamo* em mandinga, com o sentido literal de “aquele que fica na frente, dirigente, líder”. Nas mesquitas, significa a pessoa que dirige a reza. Para os xiitas, é o sucessor de Maomé, o guia espiritual da comunidade. No Senegal, muitas pessoas são chamadas de *Almamy* ou *Elimane* em homenagem a uma pessoa que desempenha o papel de *Al’Imaam*.

ECO-REBEL

Formada pelos radicais mandingas “*fen*” (coisa) e “*koto*” (velho), a palavra “*fenkoto*” significa literalmente “coisa velha”. No crioulo de Casamança, “*fenkoto*” ~ “*fengato*” ~ “*fingatu*” tem o significado de “assombração em forma de anão” e, por extensão, “anão”. A tradição africana acredita que os mortos voltam em forma de assombração para atormentar a vida dos moradores das comunidades.

O pronome indefinido que expressa a totalidade das coisas e seres, “*fep*”, no crioulo casamancês, significa “todo”, “inteiro”, “completamente”, “até o fim”, como, por exemplo: *I kume byanda fep* (Ele comeu todo o arroz); *Padja kema fep!* (A grama queimou por inteiro). *Fep* tem diferentes realizações em wolof e mandinga. Em wolof, ele se apresenta na forma “-*épp*”, similar à consoante inicial do classificador. Por exemplo: *Fasi wepp* (Todos os cavalos); *Fep fo deme* (Em qualquer lugar que for); *Nhom nhepp* (Todos eles). De fato, *fep*, em wolof, tem seu uso para lugares. Já em mandinga, ele é encontrado na forma “*few*” – advérbio ideofônico associado com verbos como “*lón*” (conhecer), “*kanu*” (amar) na forma negativa, que significa “nada”, bem como associado ao verbo “*ban*” (terminar), traduz-se por (completamente) (ROUGÉ, 2004).

Do francês *en pagaille*, a palavra “*ampakai*”, no crioulo casamancês, é uma aglutinação da preposição “*en*” (em) mais o substantivo “*pagaille*” (bagunça, desordem, muito). É uma locução que expressa a quantidade ou intensidade. Por exemplo: *No bibi serbeja ampakai!* (Bebemos muita cerveja!). No crioulo de Casamança, tal expressão desempenha o papel de advérbio de intensidade, com sentido de muito. Tem-se aí um processo fonológico de ensurdecimento, que consiste na consoante velar oclusiva sonora /g/ em “*en pagaille*” se realizar como /k/ no crioulo casamancês “*ampakai*”.

Além de “*ampakai*”, os falantes do crioulo casamancês recorrem também a “*kun*” – partícula intensificadora, que desempenha papel de advérbio de intensidade, como, por exemplo: *intxi kun* (estar muito cheio, encher completamente). É uma palavra de origem manjaku, onde “*cum*” significa “estar cheio”, ao passo que mancanha “*ku*” tem o sentido de “carregar” (ROUGÉ, 2004).

No crioulo casamancês, “*kinding kodong*” significa “sozinho”, “único”, “estar sozinho”, “ser único”, “apenas”, como, por exemplo: *I ami N'kindin, fidju di Lope ku Konosaba* (E eu sou o único filho de Lope e Konosaba). Em “*kindin kodon*”, “*kondon*” pode ser utilizado sozinho com o mesmo significado. A expressão parece ter se originado na língua mandinga, a partir das palavras

ECO-REBEL

“*kili*” (um) e “*doro*” – partícula posposta no sentido restritivo (apenas) com algumas adaptações fonológicas. Assim, em mandinga, “*kili doro*” significa “apenas um” (ROUGÉ, 2004).

“*Kindin kodon*”, “*dingi*” ~ “*djingi*” ~ “*dengi*”, no crioulo de Casamança, significa “estar sozinho”, como, por exemplo: *Kabu dingi!* (Não fique sozinho!); *I ten gora un kasa ku dingi* (Então há uma casa isolada). Advérbio restritivo com sentido de “apenas”, “só”, a palavra “*dingi*” tem origem provável no balanta “*ding*” (“estar sozinho”, “viver sozinho”) ou no wolof “*dong*” (“apenas”, “estar sozinho”).

Do wolof “*kot*” (“agarrar”, “pegar”, “colar”, “grudar”), “*koti*”, no crioulo de Casamança, tem o mesmo significado (agarrar, pendurar(-se), envolver(-se)), como, por exemplo: *Kabelu Koti na pé di mangu* (O cabelo ficou preso no pé de manga). Por meio do processo de reduplicação, forma-se, a partir de “*koti*”, o verbo “*koti-koti*” (“se agarrar”, “se levar”, “andar com dificuldade”) e o substantivo “*koti-koti*” (“uma praga”, “um chato”).

Semanticamente próxima a “*koti-koti*”, “*lonki-lonki*” ~ “*lonti-lonti*”, no crioulo de Casamança, significa “pendurar”, “suspender”, “balancear”. Por exemplo: *Bu banbu bu fidju ku ratadju di banburan, si pe ta lonti-lonti* (Quando você coloca o seu filho nas costas com um pano portador de bebê, seus pés balanceiam). É uma palavra emprestada do wolof “*lonk*” (“pendurar”, “suspender”).

A reduplicação da palavra mandinga “*ñi*” (“dente”), “*Ñiñi*”, significa, no crioulo de Casamança, “sorriso”. Segundo Rougé (2004), no crioulo de Casamança, o substantivo “*dinti*” (dente) tem, muitas vezes, por metonímia, o significado de “sorriso”, como, por exemplo, no seguinte provérbio: *Dinti ka tene sangi* (Os dentes não têm sangue), mas que poderia significar “o sorriso não é obrigatório”. Assim, no crioulo de Casamança, coexistem as duas formas – “*Ñiñi*”, do mandinga, e “*dinti*”, do português.

Muito comum nas línguas africanas, a reduplicação é um processo morfológico que consiste em repetir parte ou toda uma palavra com muitos valores, tal como o cumulativo. Ela indica naturalmente um processo que se repete ou uma ação contínua, como, por exemplo, “*nini*”, em que dá para perceber que a pessoa continua sorrindo, ou seja, a continuidade da ação.

“*Woi*”, segundo Rougé (2004), significa “mostrar as nádegas para alguém em um sinal de desprezo”. É uma postura muito frequente quando os mais velhos querem amaldiçoar os mais novos. Tal palavra é encontrada nas formas “*uñi*” ~ “*oñi*”, com o significado de “abaixar-se”, “curvar-se”, como, por exemplo: *Si bu oñi, i ta diskunfia kuma pedra ku bu ua kodje pa yel* (Se

você se abaixar, ele vai entender que você está pegando uma pedra para ele). Esta é uma característica de cachorro, que sempre desconfia de uma pessoa que se abaixa, achando que esta vai pegar uma pedra para jogar nele. Tal situação também se aplica a uma pessoa medrosa. É uma palavra emprestada do wolof “*wone*”, que significa “mostrar algo a alguém”.

Em *E ta sina-ntá lang-us ciw* (Eles estudam muitas línguas), “*lang-us*” (NUNEZ, 2015) significa “língua”. Tem-se aqui uma aglutinação da palavra “*lang*” do francês *langue* (língua), com “*us*” do português “os” – artigo definido masculino plural. Nesse caso, ele é usado para marcar o plural de “línguas”. Como se sabe, a flexão de número é quase inexistente nos crioulos. Essa tentativa de marcar o plural não pode ser uma influência do francês, uma vez que, na oralidade, essa língua não marca a flexão de número. Acredita-se, assim, que o falante do crioulo afro-português de Casamança, nesse caso, recorre ao português, onde é ou deve ser bem marcada.

No mesmo exemplo, tem-se a presença da palavra “*ciw*” – um determinante de origem wolof, que expressa a quantidade. Literalmente, a palavra significa “famoso” e, neste caso, ela é utilizada para mostrar o número de línguas.

6. Considerações finais

Diante do exposto, foi possível perceber os contatos que ocorreram em Casamança, resultando, principalmente, no processo de relexificação no crioulo afro-português da região, isto é, na incorporação de itens lexicais das línguas locais. Assim, é importante salientar que o crioulo daquela localidade possui vários elementos não portugueses próprios, devido ao contato prolongado com as línguas faladas em Casamança (adstratas), principalmente, bainounck, balanta, mandinga, manjaca, mancanha e diola, caracterizando o processo de relexificação.

O nicho ecolinguístico de Casamança é um exemplo claro nesse contexto de relexificação, devido não somente ao contato sincrônico interno, mas também ao contato externo (com pessoas provenientes da Guiné Bissau). O diola (uma das línguas mais faladas no sul do Senegal), por exemplo, tem pouca influência no crioulo casamancês. Já o wolof e o mandinga representam a principal entrada lexical sincrônica, ao passo que o francês foi responsável por uma entrada lexical mais recente. Influências diacrônicas sobre o léxico crioulo, embora variadas, têm sido o mandinga e o balanta.

Diante dessas situações de ameaça ao crioulo afro-português pelas línguas locais, até o francês, a língua oficial do Senegal, a solução é tentar preservá-la, como ressalta Hagège (2000, p.

12): “Defender nossas línguas e sua diversidade, especialmente contra a dominação de uma, é mais do que defender nossas culturas. É defender a nossa vida”.

Apesar de estar em declínio devido ao wolof, ao mandinka e ao francês, o crioulo de Casamança continua a ser a língua materna de várias crianças. Como forma de defendê-lo, ele é utilizado na educação religiosa católica (o catecismo é parcialmente feito em crioulo em grande parte das igrejas em Ziguinchor e nas aldeias de língua crioula – daí a produção de alguns manuais de catequese em crioulo) (NUNES, 2015).

Referências

- BIAGUI, Noel Bernard. *Description générale du créole afro-portugais parlé à Ziguinchor (Sénégal)*. Dakar/Paris: Université Cheikh Anta Diop/Institut National des Langues et Civilisations Orientales, 2012.
- BICKERTON, Derek. *Roots of language*. Berlim: Language Science Press, 2016. (Classics in Linguistics 3).
- CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.
- COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. *Ecolinguística: um diálogo com Hildo Honório do Couto*. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- COUTO, Hildo Honório do. *Contato interlinguístico: da interação à gramática*. 2. ed. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, 2017.
<http://www.ecoling.unb.br/images/e-book-Forma.pdf>
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- COUTO, Hildo Honório do. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996.
- COUTO, Hildo Honório do. Linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, v. 1, n. 1, p. 47-81, 2015.
<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967/8800>
- COUTO, Hildo Honório do; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nonoki do; ARAÚJO, Gilberto Paulino de; ALBUQUERQUE, Davi Borges de (orgs). *O paradigma ecológico para as Ciências da Linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Ed. UFG, 2016.

ECO-REBEL

- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FALLERY, Bernard; RODHAIN, Florence. Quatre approches pour l'analyse de données textuelles: lexicale, linguistique, cognitive, thématique. In: XVIème Conférence de l'Association Internationale de Management Stratégique AIMS, Montreal, 2007. **Anais...** Montreal, p. 1-16, 2007. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00821448/document>
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAGÈGE, Claude. *Halte à la mort des langues*. Paris: Odile Jacob, 2000.
- HAUGEN, Einar. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- KIHM, Alain. La situation linguistique en Casamance et Guinée-Bissau. *Cahiers D'Études Africaines*, v. XX, n. 79, p. 369-386, 1980.
https://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1980_num_20_79_2342
- LABBÉ, Cyril; LABBÉ, Dominique. Lexicométrie: quels outils pour les sciences humaines et sociales? *Usages de la Lexicométrie en Sociologie*. Guyancourt, p. 1-24, jun. 2013.
<https://hal.science/hal-00834039>
- LEFEBVRE, Claire. Relexification in creole genesis: the case of demonstrative terms in haitian creole. *Journal of Pidgin and Creole Languages* n. 12, p. 181-202, 1997.
- MUFWENE, Salikoko S. *Language evolution: contact, competition and change*. Londres: Continuum, 2008.
- MÜHLHÄUSLER, Peter. What Creolistics Can Learn From Ecolinguistics. In: *The Routledge Handbook of Ecolinguistics*. FILL, Alwin; PENZ, Hermine. Nova York: Routledge, 2018.
- NUNEZ, Joseph Jean François. *L'alternance entre créole afro-portugais de Casamance, français et wolof au Sénégal: une contribution trilingue à l'étude du contact de langues*. Tese de Doutorado, Université Cheikh Anta Diop, de Dakar, 2015. <https://theses.hal.science/tel-01368961/document>
- ROUGÉ, Jean-Louis. *Dictionnaire étymologique des créoles portugais d'Afrique*. Paris: Karthala, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de Linguística Geral*. Organização e edição: Simon Bouquet e Rudolf Engler, Antoinette Weil. São Paulo: Cultrix, 2002.
- THOMASON, Sarah G. *Language contact: an introduction*. Washington: Georgetown University Press, 2001.

ECO-REBEL

THOMASON, Sarah Grey; KAUFMAN, Terrence. *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press, 1992.

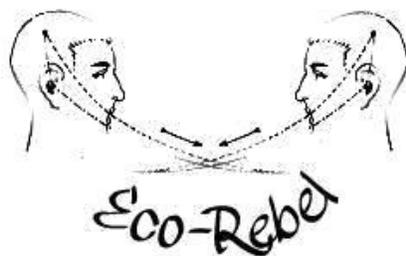
WEINREICH, Uriel. *Languages in contact: findings and problems*. New York: Linguistic Circle of New York, 1953.

XIAMEN, Yina Wu. *Ecological Discourse Analysis*. University Tan Kah Kee College Zhangzhou, Fujian, China. Advances in Social Science, Education and Humanities Research (ASSEHR), volume 181. 4th International Conference on Social Science and Higher Education (ICSSHE 2018). Copyright © 2018, the Authors. Published by Atlantis Press.

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Aceito em 04 de maio de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



NÃO ME CHAME DE SACIZEIRO: O SENTIDO DAS PALAVRAS NOS CRIMES DE LINGUAGEM À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOSSISTÊMICA

Tadeu Luciano Siqueira Andrade (UNEB-Jacobina/GEPLE)

Abstract: Advances in Ecosystemic Discourse Analysis (EDA) have enabled Ecosystemic Linguistics to have a holistic view of interactions in different segments of society, considering language not only as a system of rules, but as interaction itself. This work aims at the analysis of language crimes, especially the insult in a perspective that considers the insult not only as a violation of the victim's honor, but also the interactional rules. Thus, based on the principles of the EDA, we propose a dialogue between Criminal Law and EDA with regard to injury as a crime harmful to community life.

Key-words: Crime; Law; Ecology; EDA; Interaction; Language.

Resumo: Os avanços dos estudos da Análise do Discurso Ecosystemica (ADE) possibilitaram à Linguística Ecosystemica uma visão holística acerca das interações nos diversos segmentos da sociedade, considerando a língua não apenas como um sistema de regras, mas como a própria interação. Este trabalho visa à análise dos crimes de linguagem, sobretudo a injúria em uma perspectiva que considera a injúria não somente como uma violação à honra da vítima, mas também às regras interacionais. Dessa forma, com fundamentos nos princípios da ADE, propomos um diálogo entre o Direito Penal e a ADE no que se refere à injúria como um crime pernicioso à vida em comunidade.

Palavras-chaves: Crime; Direito; Ecologia; ADE; Interação; Linguagem.

1. Introdução

A linguagem sempre teve destaque no Direito, a partir do próprio termo jurisdição, que significa dizer o direito, e o direito é dito mediante uma linguagem. Não falamos em direito sem falar em linguagem, pois dissociá-los seria privá-los de sua própria existência, uma vez que o direito é somente linguagem, defende Calmos de Passos (2001). Ao mesmo tempo em que a linguagem materializa o Direito em alguns contextos pode resultar nos sujeitos uma violação a uma norma, trazendo consequências sociais e psicológicas, por exemplo, os crimes de linguagem que constituem a calúnia, a difamação e a injúria porque tais delitos se constituem na e pela linguagem.

As palavras assumem conotações diferentes dos sentidos atribuídos a elas pelos dicionários, pois o contexto contribui para os diversos matizes semânticos que uma palavra ou expressão apresentam no mundo jurídico. Uma palavra ou expressão podem ter um sentido positivo em determinada circunstância, mas pode também exercer uma função semântica pejorativa a depender das circunstâncias em que é proferida.

Este trabalho visa à análise de um crime de injúria e descreve os processos pelos quais uma palavra ou expressão passam nesse tipo penal. Trata-se de um crime específico de linguagem que afeta a vítima tanto no meio ambiente social quanto no mental. Por essa razão, adotamos os fundamentos da Análise do Discurso Ecológica (ADE), propondo um diálogo entre o Direito Penal e a ADE, considerando o sofrimento que o crime, sobretudo o de linguagem, proporciona à vítima.

O *corpus* deste artigo se constitui da análise ecológica referente à prática de um crime de injúria. Adotar-se-ão os pressupostos metodológicos da ADE.

2. Entendendo o caso

Na cidade de Salvador (BA) no mês de outubro de 2022, houve uma discussão entre uma mulher e um homem em um ponto de ônibus. Durante essa discussão, o homem chamou a mulher de *sacizeira*. O caso foi ao Poder Judiciário. Inicialmente, a vítima registrou a queixa no Juizado Especial Criminal que, segundo a Lei 9.099/95, julga as Infrações penais de menor potencial

ofensivo, ou seja, as contravenções penais e aqueles crimes cuja pena máxima prevista não ultrapasse a 02 (dois) anos.

Apesar de os atos processuais serem públicos, optamos pela omissão dos dados dos sujeitos da relação processual e quaisquer informações que pudessem identificá-los, haja vista o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos personalíssimos.

2.1. *Com seu saci pra lá/Eu não sou sacizeiro/Não vou me sacizar* (sic): Analisando o termo *sacizeiro*

Iniciamos essa subseção usando uns versos do grupo *Olodum* (Salvador). O termo *sacizeiro* é uma palavra usada no léxico de Salvador (BA) para se referir às pessoas viciadas em *crack* ou usuário de drogas pesadas. A palavra *sacizeira*, no caso em análise, recebeu um sentido diverso do possível sentido que os dicionários apresentam.

As palavras ou expressões linguísticas, conforme Bang & Døør (2016), apresentam dois sentidos: a) sentido social: insere-se no contexto geral e corresponde ao aspecto diacrônico da semântica de um texto/palavra; b) sentido geral: corresponde ao que definem os dicionários comuns, compartilhado pelos falantes de uma comunidade de língua.

Do sentido social, decorre o *sentido social importado* (*social import*) que se refere ao sentido que a palavra/texto adquire em um contexto específico, é sincrônico e “condicionado pela identificação e aceitação dos participantes do contexto comunicativo do diálogo” (BANG; DØØR, 2016, p. 124). O sentido da palavra *sacizeiro* configura um significado importado. É uma variação do sentido social, isto é, o sentido lexical, é compartilhado por uma determinada comunidade de falantes.

Do ponto de vista morfológico, o substantivo ‘*sacizeira*’ é formado pelo sufixo agentivo [-**eiro**] que caracteriza a atividade típica de uma pessoa (BASILIO, 2011) anexada ao substantivo ‘*saci*’. O sufixo [-**eiro**] recebeu a desinência [-**a**] para indicar o gênero feminino. Observamos que o falante, ao criar a palavra *sacizeira*, seguiu as regras presentes no meio ambiente mental e no social da língua.

Do ponto de vista semântico, constatamos uma metáfora associativa. Como o *saci* usa, segundo a lenda, o cachimbo, o falante faz essa relação metafórica porque o cachimbo é usado para fumar o *crack*. Daí, a motivação semântica para a palavra *sacizeiro*, havendo, portanto, uma transposição que ocorre de duas maneiras:

ECO-REBEL

- a) Associação contextual ou situacional, devido à relação metafórica, mediante os mecanismos de contextualização em que o falante ajusta o significado das palavras ao contexto e à situação. Cada palavra recebe parte de seu significado e de força semântica da situação, como defendem Bang & Døør (2016), não há nenhum significado livre do contexto ou da situação.
- b) Relação metonímica corresponde a uma predicção de identificação circunstancial. A relação pode ocorrer pelo acréscimo, substituição de informações relacionadas às circunstâncias em que ocorre o significado, (DUARTE, 2003). Tratando-se do significado contextual, Bang & Døør (2016) definem que a linguagem não pode ser compreendida a não ser que seja considerada na sua relação com o meio ambiente.

A palavra *sacizeira*, nessa análise, além do processo morfológico da derivação, sofreu processo metafórico, foi criada por semelhança, e metonímico, considerando a relação de proximidade ou afinidade, segundo (JAKOBSON, 1980). Esses processos de transposição semântica se inter-relacionam. Nem sempre se diferencia uma da outra. As palavras podem assumir sentidos que implicam a vida dos sujeitos seja na sua intimidade, seja na convivência social. Por essa razão, o Direito denominou os crimes de linguagem, conforme veremos a seguir.

3. Os crimes de linguagem: Uma análise doutrinária

A expressão crime de linguagem foi usada pelo Direito francês para se referir aos delitos da linguagem contra a honra e tipificados no Código Penal de 1810. Esses delitos eram classificados como calúnia, injúria e ultraje (MAIA, 1929).

A língua/linguagem possibilita aos sujeitos de uma determinada comunidade de fala a interação, seja entre os próprios indivíduos ou entre esses sujeitos e o mundo que os cerca e no qual estão inseridos. Parafrazeando a célebre frase de Ulpiano no *Corpus Iuris Civilis: Ubi societas, ibi jus*, ou seja, onde houver sociedade haverá direito, defendemos que onde houver língua, há falantes dessa língua e um espaço onde esses falantes convivem, mediante as interações, conforme advogam também a Linguística Ecológica e a Análise do Discurso Ecológica.

Se por um lado, a língua, nas suas diversas modalidades, presta-se às artes, à ciência, à história e ao Direito, ainda comove, suaviza, harmoniza; por outro, envenena, mata, arruína e exclui. A sufocação dos timbres, das vozes e da linguagem dos oprimidos é condição essencial para a manutenção da hegemonia dos opressores, segundo Carbono & Maestri (2005). Nesse caso,

a linguagem é sinônimo de opressão, está se negando ao sujeito um direito fundamental. Daí, surgem os crimes de linguagem. A expressão *crime de linguagem* foi usada por Maia (1929) para se referir aos crimes contra a honra.

Distribuímos os crimes de linguagem em dois grupos: (i) **crime de linguagem vítima**: decorrente do preconceito acerca da língua usada pelo falante. Nesses crimes, o réu usa a linguagem da vítima para excluí-la. Por exemplo, dizer que o nordestino fala errado, o mineiro diz “*cafezim*” em vez de *cafezinho*, a forma *nós vai* é errada, entre outras condutas, configura um tratamento desumano, degradante ou uma tortura moral, conforme argumenta Scherre (2013); segundo (ii) **crime de linguagem agente**: na doutrina, refere-se aos crimes praticados contra a honra: a calúnia, a difamação e a injúria. Esses crimes se configuram mediante a linguagem em uso. O réu usa a linguagem para agredir a vítima. Da perspectiva da ADE, trata-se de sofrimento mental.

Para Shuy (2005), crimes de linguagem são aqueles cometidos somente por meio da língua. É a linguagem em ação ainda que de forma perniciosa.

Os crimes de linguagem não estão inseridos apenas no que se refere aos crimes contra a honra, por exemplo, o suborno, o assédio sexual, o plágio, o perjúrio, a concussão, as ameaças e outras violações à honra.

2.1. Os crimes de linguagem no Direito Penal Brasileiro

No Brasil, segundo o Código Penal, os crimes de linguagem são tipificados em três e inseridos no capítulo V – Dos crimes contra a honra:

Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhes falsamente fato definido como crime.

Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. (BRASIL, 1940)

A calúnia consiste na imputação de fato delituoso ou difamatório, falso ou não comprovado como verdadeiro (SOUZA, 2003). A difamação é a atribuição ofensiva à honra de alguém, objetivando desacreditá-lo no contexto onde a vítima se encontra e provocar contra ela desprezo ou menosprezo público. A injúria significa a imputação de um atributo que importe ultraje, menoscabo a alguém. Linguisticamente, a calúnia é atribuição de um fato/ação a alguém, enquanto a difamação e a injúria consistem na imputação de valores a uma pessoa. Nesse ponto, enfatizamos

ECO-REBEL

um dos fundamentos da ADE: Evitar os sofrimentos natural, mental e social, excluindo quaisquer condutas que provoquem nas pessoas tais sofrimentos.

A honra, como bem jurídico tutelado pelo Direito Penal, Constitucional e Civil, corresponde ao respeito que o cidadão tem entre os concidadãos e ao valor que cada pessoa tem de si, segundo Hungria (1980). Considerando os aspectos psicossociais, a doutrina classifica a honra em dois tipos: a) honra objetiva ou externa é o apreço e respeito que o sujeito tem na sociedade. Está voltada para as interações no meio ambiente social onde vivem/convivem os sujeitos; b) honra subjetiva: é a autoestima, a dignidade e o valor que o indivíduo tem de si próprio, referente aos seus atributos, morais, intelectuais e físicos.

Para o Direito Penal, a calúnia e a difamação atingem a honra objetiva, enquanto a injúria viola a honra subjetiva. Esse argumento deve ser revisto, uma vez que um sofrimento que afeta o psicológico do sujeito influenciará no comportamento da vítima no meio ambiente social, pois, segundo Couto (2020), os seres humanos são seres integrais, biopsicossociais.

Os crimes contra a honra podem ter a pena majorada se forem praticados em algumas circunstâncias. Para este trabalho, interessa: (i) quando a calúnia, a difamação ou a injúria forem perpetradas na presença de várias pessoas ou por meios que facilitem a divulgação do fato delituoso ou das atribuições negativas à vítima; (ii) quando a vítima for um cego e a conduta delituosa do agente for meio simbólico ou um gesto; (iii) se a vítima desconhecer o idioma ou se a ofensa for escrita ou oral.

Para Prado (2006), os delitos contra a honra, cujas vítimas não estejam em condição de perceber o ato ou entender o seu significado ofensivo devem ter a pena majorada. Qualquer crime deve ser analisado apenas nos seus elementos constitutivos: tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Esses elementos devem ser inseridos e inter-relacionados em um contexto mais amplo. Como define Alves (2016, p. 04), “o crime só é crime em razão de um contexto normativo e cultural; não é crime como essência, como algo que tenha sentido por si mesmo”. Não existe um crime isolado. O crime é essencialmente um fenômeno biopsicossocial. Por isso, justificamos a necessidade de uma análise do crime de linguagem em uma visão ecossistêmica.

3. A Análise do Discurso Ecosystemica

Quando falamos em Análise do Discurso Ecosystemica (ADE), não nos referimos a uma análise de natureza apenas ambiental, mas a uma análise que, além das relações de poder e

ECO-REBEL

ideologias presentes nos discurso, mostra outros olhares para o discurso e a língua/linguagem em geral, ou seja, o olhar ecolinguístico, conforme defende Couto (2020). Não podemos falar em língua, sem levar em conta as pessoas falantes dessa língua, as interações entre os diversos integrantes de uma comunidade de fala e o território onde vivem/convivem esses sujeitos porque “nenhuma língua é uma ilha” (EVERETT, 2018, p. 285).

Para Couto (2020), a ADE se fundamenta em três bases:

- a) A valorização da vida, sendo essa base uma importante contribuição da ADE para o Direito, uma vez que sem vida, não existiriam seres humanos, conseqüentemente, não haveria direitos. A vida deve ser alicerçada no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana;
- b) Engajamento do pesquisador a fim de garantir essa valorização mediante um discurso em defesa da vida humana- Por isso, os discursos são inseridos em um contexto mais amplo, considerando os falantes, as interações e as circunstâncias espaço-temporais onde os discursos são produzidos. O sentido do discurso é um sentido contextual construído na interação. Segundo Warat (1995), um significado contextual é derivado dos processos interacionais e das regras coconstruídas na interação;
- c) Resolução de conflitos sem violência, buscando-se, portanto, a harmonia entre os seres humanos e os demais seres vivos e suas inter-relações com o mundo que os rodeia, pondo-os em comunhão, fundamentado na Ecologia Profunda, que reconhece “o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida” (CAPRA, 2006, p. 16).

Associados a essas bases, encontram-se os três princípios basilares da ADE: a) a defesa incondicional da vida, não considerando apenas a vida humana, mas todos os seres vivos que se encontram na natureza porque a sobrevivência no planeta Terra deve combater a destruição da vida, do meio ambiente e o domínio do homem sobre a natureza que tanto caracteriza a atual tendência desenvolvimentista, argumentam Capra e Mattei (2018); b) a luta contra o sofrimento evitável. Por isso, a ADE enfatiza a ideologia da vida.

O crime, quando analisado à luz da ADE, é uma conduta que repercute no autor, na vítima e na sociedade, causando-lhe sofrimento mental, social e físico, uma vez que, para a ADE, o importante é evitar qualquer sofrimento e defender uma ideologia de vida fundamentada na

ecologia jurídica, promovendo, pois, uma visão de mundo integrada nas comunidades ecológicas e humanas, haja vista o crime ser um problema jurídico, social e mental, cujos efeitos ultrapassam o âmbito do Direito.

A doutrina considera a injúria como um crime que viola a honra subjetiva da vítima. No entanto, a palavra, o gesto ou o sinal são reputados insultantes na opinião pública, e o significado de expressões linguísticas, sinais ou gestos serão compreendidos no contexto da interação. Se o termo não tiver uma repercussão negativa na sociedade nem sempre afetará o moral da vítima. A injúria também causa um sofrimento psíquico-social à vítima. Contestamos, a partir desses argumentos, que a injúria atinja também a honra objetiva da vítima.

Assim, analisamos o crime de injúria na perspectiva da ADE a partir de dois pontos:

1. O significado dos termos linguísticos, gestos e símbolos são reputados insultantes na opinião pública. Para Maia (1929), o sinal é um ato que possui uma significação convencional. Uma estrutura linguística, segundo Bang & Døør (2016), apresenta um sentido social quando compartilhado com os integrantes da interação. Por exemplo, chamar alguém de *sacizeiro*, desconsiderando o contexto e os interlocutores da interação, não será um crime de injúria. No entanto, para aqueles que estão inseridos no contexto, compreenderão que se trata de um atributo negativo, constituindo, portanto, uma injúria. Malheiro (2013), analisando a interação entre os usuários de drogas no Centro Histórico de Salvador – BA, constatou uma distinção entre *consumidores iniciantes*, também chamados de *sacizeiros* e *consumidores experientes* que se autodenominam usuários. Estamos diante de um significado contextual ou um sentido social conforme defendem Bang & Døør (2016), pois é o contexto e as circunstâncias que dão o sentido às palavras.

Para Nabuco Filho (2016), por exemplo, chamar alguém de açougueiro pode ser natural, referindo-se a uma pessoa que trabalha em um açougue, mas será ofensiva essa expressão se dirigida ao um médico-cirurgião.

2. A defesa da vida e a luta contra o sofrimento e os crimes contra a honra, contextualizados em uma situação discursivo-social, trazem sofrimento à vítima nos planos mental, social e físico, considerando a pessoa na sua individualidade e na sua intersubjetividade, ou seja, a vida coletiva com as outras pessoas. As pessoas não têm apenas uma vida mental (psíquica), mas também uma vida social. Daí a injúria ter implicações psicossociais. Cabe, portanto, ao ordenamento jurídico editar leis que assegurem a coexistência e harmonia nos fatos da vida, pois a vida em harmonia

pressupõe pleno respeito pela pessoa humana, devendo-se prestar atenção também ao mundo natural, considerando a natureza de cada ser e as interações entre todos em um sistema ordenado.

4. **Analisando o corpus:** “Os sacizeiros nem ligam, ficam aí, fumando na frente de todo mundo”.

Intitulamos esta seção, usando as palavras de um *sacizeiro* em um fragmento de uma entrevista concedida a Malheiro (2013). Na primeira audiência, autor e réu têm possibilidade de chegar a um acordo, que pode ser concretizado por meio:

- a) Do arquivamento da ocorrência: se a vítima renunciar ao andamento do processo;
- b) Da composição civil dos danos: caso a vítima sofra um prejuízo com o delito, aceitar receber uma indenização mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro;
- c) Da transação penal: se não houver nenhuma das possibilidades anteriores ou se o delito não for condicionado à representação, ou seja, mesmo que a vítima não leve o fato delituoso ao conhecimento da Autoridade Policial, ou não queira que o agente seja punido, o Ministério Público tem o dever de investigar. Nesse caso, a lei permite ao conciliador oferecer uma pena alternativa ao autor, que pode ser prestação de serviços à comunidade ou pagamento de prestação pecuniária a uma instituição cadastrada no tribunal de justiça.

Na audiência a que assistimos, não houve acordo. Nesse caso, o processo prosseguirá.

4.1. Audiência

Compareceram à audiência preliminar com o conciliador, o autor e o réu do processo. Dada a palavra à autora da queixa, ela relatou: *“tava num ponto de ônibus, e outras pessoa e também minha amiga da aria. Ele mim cobrou um dinheiro, eu disse que num tinha com pagá a ele que num tinha recebido. Ele começou a mim xingá de vagabunda, descarada, sacizeira que paga pau pra mala. Eu mim senti arrasada, destruída, fui humilhada no meio das pessoa. Duas vezes, ele mim chamou de sacizeira e passadeira. Ele parou quando os homi passaram na viatura, depois me xingou de novo”*.

Mantivemos na transcrição da fala dos sujeitos do processo a linguagem no nível morfossintático conforme a situação sociocultural dos falantes. A narrativa da vítima evidencia que os crimes contra a honra maculam, conforme já vimos tanto a honra objetiva quanto a subjetiva. Quando a vítima disse: *“mim senti arrasada e fui humilhada”*, deixou claro que a sua

ECO-REBEL

convivência social e a sua personalidade foram violadas. A injúria foi compartilhada entre as pessoas que estavam no ponto de ônibus. A violação à honra da vítima trouxe-lhe reflexos não apenas na sua subjetividade, mas também na convivência na comunidade porque “ser difamado e desmoralizado perante a comunidade é um sofrimento social bem mais forte do que o beliscão” (COUTO, 2014, p. 33).

O caso em tela mostra que o crime de linguagem deve ser analisado no contexto, considerando a relação entre réu e vítima, as circunstâncias em que o delito fora praticado. Observamos que, paralelos ao termo *sacizeira*, outros xingamentos pelo autor contribuíram para o crime de injúria, por exemplo, *vagabunda*, *descarada*, *paga pau pra mala*, *passadeira*. O termo *mala* é uma redução da palavra *malandro* já o termo *passadeira*, no léxico das drogas, significa a pessoa que passa a droga para alguém e *pagar pau* significa sustentar alguém em troca de benefícios.

Trata-se de um crime de injúria qualificado, pois foi cometido com um elemento mais grave quando comparado com a forma simples. Há uma circunstância na prática do crime que amplia a sua gravidade. A pena é aumentada porque o delito foi praticado na presença de várias pessoas, conforme prevê o Artigo 141, Inciso III, do CP.

Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

III - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria. (BRASIL, 1940)

O parágrafo 3º do Artigo 140 do CP definia a injúria qualificada quando praticada mediante a utilização de elementos referentes à cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa com deficiência. No entanto, com a promulgação da Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, que alterou a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial) a injúria racial deixou de ser uma qualificadora do crime de injúria, apossou a ser tipificado como crime de racismo.

Na análise de um crime a partir da linguagem, é necessário, segundo Buzato (2020), levar em conta os indicadores circunstanciais do dolo, as palavras, o contexto e os sujeitos, tanto o autor quanto a vítima, produzindo, dessa forma, a segurança jurídica. Ainda nessa linha de argumento, Cabral (2020) afirma que as boas ou más intenções da prática de um crime se dão no contexto linguístico e se formam na interação, considerando-se os antecedentes e os determinantes da ação, o ambiente, o sentido atribuído às palavras, pois o sentido é construído na intersubjetividade.

ECO-REBEL

O acusado, durante a sua fala, disse: “*é comum à gente usá o nome sacizeiro no meio da gente, entre a gente é de boa*”.

Na situação do crime em tela, a palavra *sacizeiro* tem um sentido compartilhado entre os indivíduos da comunidade de fala onde eles estão inseridos. No entanto, a vítima sabe que, fora do contexto, a palavra assume um sentido negativo, sobretudo no que se refere às circunstâncias em que o termo *sacizeira* fora empregado. Daí, a queixa no Juizado Especial Criminal (JECRIM). É importante também considerar o *animus injuriandi* do autor do delito, os gestos e os outros termos correlacionados com a palavra *sacizeira*, por exemplo, *vagabunda*, *discarada*, *paga pau pra mala e passadeira*. Os gestos, a entonação, a elevação da voz e a postura devem ser analisados em sintonia com as estruturas linguísticas. O falante ajusta os gestos e a fala de uma maneira harmônica com o objetivo de enfatizar o conteúdo que está sendo expresso, conforme defende Everett (2018).

Não podemos entender a linguagem como um depósito de significação acabado que permanece com os mesmos sentidos em qualquer situação de uso (ALVES, 2018) porque o significado é construído na interação.

A conciliação entre os sujeitos do processo não obteve êxito. A queixa-crime foi acolhida pelo conciliador e encaminhada ao Estado-Juiz. Haverá a audiência de instrução, onde serão produzidas e analisadas provas. Advogados e Juiz debaterão acerca dos fatos, podendo o réu ser ou não condenado no julgamento do processo.

5. Diálogos possíveis: Direito e Linguística Ecológica

O Direito se manifesta na vida em sociedade como um sistema de comunicação que deve possibilitar a vida em comunidade. Por isso, inexistem um Direito desvinculado da realidade cultural, política e social do contexto onde se estabelecem as normas jurídicas. É na e pela linguagem que o Direito se materializa. Quando usamos a máxima: “traga-me os fatos que te dou o direito”, estamos dizendo que esses fatos são levados ao Poder Judiciário mediante a linguagem, e as demandas são decididas pela linguagem. Daí, a indissociabilidade de Direito e linguagem.

Na visão doutrinária, o Direito é uma cadeia de transmissão de normas impostas de cima para baixo que são obedecidas por questão do princípio da legalidade. As normas são elaboradas pelo Estado e impostas às pessoas que apenas as obedecem. Para que o Direito atinja seus fins, por exemplo, a comunhão, a pacificação e a organização da sociedade, é necessário adotar os

ECO-REBEL

fundamentos da Ecologia jurídica, referindo-se a um ordenamento que não veja o Direito como um campo distinto da vida em sociedade.

Adotando os princípios da Linguística Ecológica, o Direito passará a ser uma ação coletiva, construída em longo prazo em que as pessoas, compartilhando um objetivo comum, expressam o desejo de manter a harmonia nas diferentes comunidades. Essa harmonia se fundamenta nos princípios da ADE: (i) a defesa da vida. Sem vida, não falamos em direitos e em pessoas. Há crime porque há uma lei definindo-o como tal, e esse crime constitui uma ofensa às pessoas e à sociedade. (ii) visão holística do fenômeno jurídico. O crime só existe em razão do contexto normativo e cultural onde ocorre; (iii) Erradicação de qualquer conduta que possibilite sofrimento às pessoas, prejudicando a harmonia nas interações.

A ADE, como ramo da Linguística Ecológica e integrada a Ecolinguística Jurídica, possibilita ao profissional do Direito:

- a) A compreensão macro das circunstâncias em que os crimes de linguagem são cometidos, considerando o espaço físico-temporal, o comportamento do autor e da vítima, os recursos linguísticos empregados na prática do delito. Essa visão holística ajudará o magistrado na dosimetria da pena, considerando as agravantes e as atenuantes.
- b) Análise dos crimes de linguagem na perspectiva do ADE, considerando o grau de lesão à honra da vítima. Ao contrário do Direito Penal, não há separação entre honra subjetiva e objetiva, pois uma lesão psíquica é também uma lesão social;
- c) Aplicação das regras interacionais ao contexto forense, transformando-o em um ambiente mais interativo e pacífico. O contexto forense deve inspirar harmonia para que as pessoas envolvidas nas relações jurídicas possam sentir-se tranquilas e ter seus direitos preservados e, no decorrer do processo, possam exteriorizar com serenidade e equidade seus problemas, chegando, dessa forma, a comunhão e a equidade tão desejadas pelos princípios do Direito.
- d) Análise das consequências do crime nas três dimensões: mental, física e social;
- e) Propor ao jurista uma análise do sofrimento correlacionando a graduação definida pelo Código Penal no que se refere ao crime de lesão corporal. Classificamos a lesão oriunda dos crimes de injúria em graus: (i) **leve**: viola a honra subjetiva diretamente, por exemplo, um simples xingamento por meio de palavras, gestos

ECO-REBEL

escritos imagens, caricaturas (PRADO, 2009); (ii) **grave**: a injúria discriminatória caracterizada pela utilização de elementos referentes à religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência: (Artigo 140 § 3º Redação dada pela Lei nº 14.532, de 2023); (iii) **gravíssima**: causa um sofrimento maior, expondo a vítima a situações que ultrapassam a pessoa e atinge o seu convívio social.

Essas lesões devem ser analisadas no contexto macro, não considerando apenas a norma jurídica. Esperamos que esta pesquisa, dialogando com a Ecologia da Direito e com os fundamentos da ADE, possa trazer mudanças de paradigma no ordenamento jurídico, despertando um novo olhar acerca dos crimes de linguagem nos juristas para que passem a ver o Direito em um paradigma sistêmico-ecológico, formando uma rede de interdependências.

Considerações Finais

A linguagem, por ser a própria interação, está vinculada ao contexto da comunicação, considerando o contexto, os interlocutores, o assunto a ser tratado. Desses fatores, surgem as regras interacionais que estruturam e organizam o fluxo interlocucional. O sentido atribuído a uma palavra ou expressão sofre influência direta do contexto. Por isso, há o significado que é construído na interação entre os interlocutores, conforme constatamos na análise da palavra *sacizeiro*, cujo significado negativo foi considerado pejorativo pela vítima porque ela conhecia o sentido desse termo na seara das drogas. No momento em que a vítima recorreu ao Estado-Juiz, demonstrando a insatisfação ao ser tratada como uma *sacizeira*, esse termo passou a ter um sentido pejorativo naquela relação jurídica, envolvendo os sujeitos do processo.

Neste contexto, destacamos a importância da Linguística Ecológica para a compreensão e análise de determinados fatos do Direito, sobretudo quando se trata principalmente dos crimes linguísticos, isto é, dos crimes contra a honra. Não podemos analisar um fato no Direito considerando apenas a norma jurídica, mas também o contexto em que o Direito se constitui. Destacamos que o Direito não nasce nos tribunais, mas das comunidades. Quando há o fato social, surge uma norma para proteger ou reprimir esse fato. O Direito tem a função de proteger e realizar valores ou bens fundamentais à vida social. Daí, a teoria tridimensional do Direito: Fato, valor e Norma (REALE, 2003).

A Linguística Ecológica é imprescindível para conhecer e aplicar o Direito não apenas como norma, mas, sobretudo como um ato de interação a fim de preservar a harmonia na

ECO-REBEL

convivência social. Esperamos que o estudo tratado neste artigo, ainda em estágio inicial, possibilite ao jurista a visão de que o sentido dos termos está ligado às circunstâncias interacionais e ao uso desses significados nas interações que os interlocutores realizam cotidianamente na sua comunidade.

Referências

ALVES, Alaôr Caffé. *Dialética e direito: linguagem, sentido e realidade: fundamentos a uma teoria crítica da interpretação do direito*. Barueri, SP, Manole, 2018.

BANG, Jørgen Chr.; DØØR, Jørgen. *Ecolinguística: um enquadramento conceitual*. In: COUTO, Hildo Honório; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; ARAÚJO, Gilberto Paulino; ALBUQUERQUE, Davi Borges (Orgs). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: Ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: GEGRAF/EDUFG, 2016, p. 119-142.

CAPRA, Fritjof e MATTEI, Ugo. *A revolução ecojurídica: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade*. São Paulo: Editora Cultrix, 2018.

BASILIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Código penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 20 dez. 2022.

BUZATO, Paulo Cezar. Dolo e Linguagem. 9ª [Webinar série Diálogos Penais](https://www.youtube.com). Data: 11 de ago.2020. 1:12. Disponível em <https://www.youtube.com> Acesso em: 20 jan.2023.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Instrumentalidade do processo e devido processo legal*. Revista de processo, v. 102, São Paulo, 2001.

COUTO, Hildo Honório do. *Análise do Discurso Ecológica – ADE. Árboles y Rizomas Vol. II, Nº 2 (julio-diciembre, 2020): 1-14* Universidad de Santiago de Chile, p. 1-14.

COUTO, Hildo Honório do. *Linguística Ecológica Crítica ou análise do discurso ecológica*. In: COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; DNCK-CINTRA, Ema Marta, BORGES, Lorena Araújo de Oliveira (Orgs). *Antropologia do Imaginário, ecolinguística e metáfora*. Brasília: Thesaurus, 2014.

ECO-REBEL

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. Dolo e Linguagem. 9ª [Webinar série Diálogos Penais](#). Data: 11 de ago.2020. 1:12. Disponível em <https://www.youtube.com> Acesso em: 20 jan.2023.

CARBONI, F. & MAESTRI, M. A linguagem escravizada. Língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

DUARTE, Maria Helena. Iniciação à Semântica. Rio de Janeiro. Zahar, 2003.

EVERETT, Daniel Leonard. Linguagem: a história da maior invenção da humanidade. São Paulo: Contexto, 2019.

HUNGRIA, Nélon. FRAGOSO, Heleno Cláudio. Comentários ao código penal. Vol. I. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 1989.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. “Entre sacizeiro, usuário e patrão: Um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador”. In: MACRAE, Edward, TAVARES, Luís Antônio, NUÑEZ, Maria Eugênia (orgs.). Crack: contextos, padrões e propósitos de uso. Salvador, Editora UFBA, Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, 2013, pp. 223-314.

MAIA, Campos. Delitos da linguagem contra a honra. Imprensa: São Paulo, Saraiva, 1929.
PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Volume 02. Parte Especial – arts. 121 a 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

REALE, Miguel. Teoria Tridimensional do Direito. 5ª ed., Editora Saraiva, 2003.

SCHERRE, Marta. **O preconceito linguístico deveria ser crime**. Rio de Janeiro: Revista Galileu, 5 nov. 2019. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDR87198-7962,00.html>. Acesso em: 5 nov. 2019.

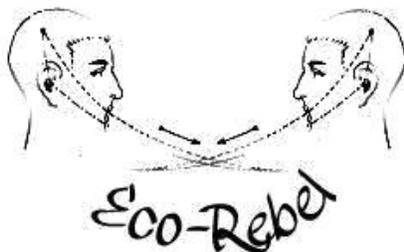
SHUY, R. W. (2005). Creating language crime: how law enforcement uses (and misuses) language. New York: Oxford University Press.

SOUZA, Luciano Anderson de. Direito Penal V.02. São Paulo: RT, 2019.

WARAT, Luís Alberto. O direito e sua linguagem. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995.

Aceito em 03 de março de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



A GEOMORFOLOGIA E A HIDRONÍMIA ECOLINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE: A LÍNGUA E O MEIO AMBIENTE EM DEBATE

Alexandre António Timbane (UNILAB, Câmpus dos Malês, São Francisco do Conde, BA)

Abstract: Portuguese is the official language of Mozambique according to the 2004 Constitution, although it is not the mother tongue of most Mozambicans, especially in rural and suburban areas. Mozambicans are Bantu speakers speaking more than 20 languages. These languages were important in assigning names to rivers, hills and other elements of Mozambique's geomorphology. Hydronymy is dedicated to the study of water courses, lakes, seas and the like (Couto, 2007) and geomorphology is dedicated to the study of the forms of the Earth's surface. The present research studies the names of these elements of geomorphology and their relationship with the local culture and languages. It is a bibliographical and documentary research, from which it is concluded that the names of mountains and rivers in Mozambique establish an intrinsic relationship with the languages and the people seeking an identity. It is concluded that linguistic ecology is fundamental for the environmental balance of the people of Mozambique.

Keywords: Ecolinguistics; Toponymy; Geomorphology; Environment.

Resumo: O português é a língua oficial de Moçambique, segundo a Constituição de 2004, embora não seja a língua materna da maioria dos moçambicanos, especialmente nas zonas rurais e suburbanas. Os moçambicanos são bantófonos, falando mais de 20 línguas. Essas línguas foram importantes na atribuição de nomes de rios, montes e outros elementos da geomorfologia de Moçambique. A hidronímia se dedica ao estudo dos cursos da água, lagos, mares e semelhantes (Couto, 2007) e a geomorfologia se dedica ao estudo das formas da superfície terrestre. A presente pesquisa estuda os nomes desses elementos da geomorfologia e sua relação com a cultura e línguas locais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, da qual se conclui que os nomes de montes e rios de Moçambique estabelecem uma intrínseca relação com as línguas e do povo buscando uma identidade. Conclui-se que a ecologia linguística é fundamental para o equilíbrio ambiental do povo de Moçambique.

Palavras-chave: Ecolinguística; Toponímia; Geomorfologia; Meio ambiente.

Introdução

Moçambique é um país multilíngue, multicultural, cheio de crenças e tradições que guiam as regras de ser e de estar em sociedade. A diversidade linguística nunca constituiu um problema para os povos locais; ela é apreciada como elemento importante para a identidade étnica. Pela língua é possível identificarmos de onde a pessoa vem, qual é a sua etnia e em alguns casos é possível identificar o sobrenome (nome de família), saber de qual região provém, qual é sua árvore genealógica assim como a história do povo a que pertence. Quando Couto (2021) fala de “linguagem rural” de uma dada região ou município se refere a esta soma de elementos linguísticos, culturais e ambientais que ficam amalgamados, articulando-se mutuamente e marcando uma identidade própria que, em muitos momentos, se manifesta nessa “linguagem rural”. Isso pode ocorrer em nível de língua, em nível da variedade em questão ou do dialeto. Tudo isso faz parte do ‘mapa mental’ que é discutido com pormenor em Couto (2017).

Quando se faz uma análise linguística não se pode descartar as condições enunciativas e crenças socioculturais que fazem com que a língua tenha características peculiares. O ser humano (o falante) não está isolado do mundo e o meio ambiente de que faz parte. O indivíduo está inserido nas práticas sociais e na visão de mundo de sua comunidade. Na presente pesquisa não descartamos os fenômenos socioculturais e ambientais que envolvem o entendimento da língua, pois as línguas “naturais” são assim chamadas devido às relações que estabelecem com o meio social, meio cultural e meio ambiente com que os falantes estão envolvidos. Para ilustrar, os valores semânticos de uma unidade lexical estão intimamente ligados às crenças socioculturais. É por meio das crenças socioculturais, dos mitos e das tradições que se atribui significados e valores ideológicos a uma unidade lexical.

Moçambique é um país africano predominantemente constituído por povos do grupo bantu, sendo que parte da população localiza-se nas zonas rurais. O Recenseamento Geral da População realizado em 2017 apontou que do total de 26.899.105 de habitantes recenseados, 66.6% vive nas zonas rurais (INE, 2017). As cidades são ocupadas por cerca de 33,4% da população apenas. É nas zonas rurais que se preservam as línguas bantu, apesar do português ser ensinado nas escolas como segunda língua. Por exemplo, o aluno fala português na escola com os colegas e com o professor, mas quando chega na rua e em casa fala uma das línguas bantu, que é a língua materna e de identidade. É esta língua materna de origem africana que influencia a língua portuguesa fazendo com que a variedade seja mais específica. Normalmente os alunos permanecem na escola de 4 a 4h30min por dia. Isso significa que a maior parte do tempo, esta criança fala a língua autóctone. Este dado é a prova da resistência das línguas bantu diante de uma política linguística colonial e dos governos pós-independentistas que insistem na desvalorização das línguas autóctones.

A língua sempre acompanhou a existência humana e é por meio dela que o homem consegue estabelecer relações mais profícuas e duradouras com o mundo, dominando e estabelecendo superioridade com relação aos restantes seres do mundo. A seleção natural (na perspectiva do darwinismo) só está a favor do ser humano porque o homem possui uma inteligência superior em relação aos outros seres vivos, especialmente com o advento da língua. A língua é uma das tecnologias mais sofisticadas do ser humano porque, embora sequer exista um órgão humano criado para tal efeito. Mas o ser humano adaptou os sistemas respiratório e digestivo para produzir os sons da fala que é a materialização da língua. A fala, a escrita e o sinal são apenas modalidades da materialização da língua que está registrada no cérebro, a ponto de Ferdinand de Saussure caracterizar a língua como elemento abstrato.

Os estudos sobre as relações entre a língua e o meio ambiente ainda não são consolidados na lusofonia. No Brasil, a obra de Nenoki do Couto et al. (2017) celebrou os 10 anos da linguística

ecossistêmica, o que mostra que os desafios são enormes. Já nos países africanos de língua portuguesa, a situação é mais complexa, pois os estudos desta temática são escassos. Esta pesquisa visa contribuir para que a ecolinguística ganhe o seu espaço nos PALOP e em especial em Moçambique, nosso território de pesquisa.

Sabendo que em Moçambique, os nomes de acidentes geográficos (relevo), rios, lagos e plantas carregam influências das línguas africanas, se questiona de que modo esse processo se realiza nas relações entre o meio ambiente e as línguas locais. A pesquisa visa estudar as relações linguísticas entre os nomes de fenômenos ambientais e as línguas bantu que ocupam o espaço geopolítico de Moçambique. Trata-se de um estudo inicial de caráter bibliográfico e documental que visa discutir os processos da nomeação na geomorfologia e na hidronímia ecolinguística em Moçambique. A pesquisa debate os conceitos da linguística ecossistêmica, define o conceito de comunidade de fala e explica a relevância das línguas locais na nomeação.

A pesquisa é relevante por aplicar a linguística ecossistêmica à realidade das línguas do grupo bantu do Sul da África, espaço onde ainda estudos deste tipo são raros. A pesquisa é relevante também porque as culturas africanas ainda são pouco conhecidas além-fronteiras, mas elas têm um papel importante na afirmação linguística de uma comunidade de fala.

O artigo inicia discutindo os aspectos socioecolinguísticos dos contextos de Moçambique buscando descrever o mosaico sociolinguístico e as políticas linguísticas. Em seguida, o artigo analisa o conceito de comunidade de fala na perspectiva de Couto (2007, 2021) analisando a relevância da comunidade nas relações com os meios ambientes. A questão da relação do nome com o meio ambiente será debatida, trazendo alguns exemplos que ilustram a geomorfologia e a hidronímia em contexto moçambicano. Apresentar-se-á a estreita relação entre as línguas e os diversos meio ambientes que agem de forma harmônica para a estabilidade das comunidades de fala. Com mais de vinte línguas bantu, temos que falar de ‘comunidades de fala’ que formam um mosaico socioecolinguístico mais amplo.

1. Aspectos socioecolinguísticos dos contextos de Moçambique

A “África é o berço da humanidade”. Cremos que não há sombra de dúvidas com relação a esta afirmação. Deste o surgimento da humanidade, os africanos estavam organizados, agrupados em impérios, reinos e etnias usando um ou vários idiomas que se relacionam com as práticas culturais. Quem dividiu África em “países” (quem criou a noção “país”) foram europeus na Conferência de Berlim (1884/1885); e não consultaram os africanos. O ecossistema linguístico na África não incluía o conceito “país” porque ele é artificial; por isso muitas línguas faladas em Moçambique também são faladas nos países vizinhos. A partilha de África não respeitou as línguas, não teve em conta os grupos étnicos nem as culturas e, por isso mesmo, os povos bantu ficaram divididos por limites geopolíticos artificiais.

Os que passaram a ser chamados de “moçambicanos” na conferência de Berlim são bantófonos e falam cinyanja, cisenga, cinyungwé, cisena, ciwutee, cimanyika, cindau, cibarwe, kiswahili, kimwani, shimakonde, ciyao, emakhuwa, ekoti, elomwé, echuwabo, citshwa, gitonga, cicopi, xirhonga, xiChangana, ciswati, xizulu e a língua de sinais. (TIMBANE, 2013). São línguas de tradição oral. A escrita padronizada de 17 línguas só foi realizada e publicada recentemente, numa obra de Ngunga e Faquir (2011).

Ora, estas línguas foram menosprezadas pelo sistema colonial, (i) primeiro porque os colonos portugueses não as consideravam línguas, mas sim “dialetos” (ii) segundo porque eram tidas línguas sem estrutura, sem civilização e sem gramática e (iii) terceiro porque havia uma política segundo a qual o uso delas fosse proibido em contextos formais de comunicação. O Decreto-Lei nº 39.666, de 20 de maio de 1954 falava do “Estatuto dos Indígenas Portugueses das

ECO-REBEL

Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” e em seu Art. 56º deixava claro o poder do português com relação às restantes línguas africanas já faladas no território “moçambicano”.

Apesar da tentativa de eliminação das línguas africanas, elas resistiram e mantiveram alguma vitalidade (LEONARD, 2017) e continuam a resistir no tempo e no espaço, especialmente nas zonas rurais onde são meios de comunicação nos ritos, nas cerimônias tradicionais, na educação informal, na religião e na educação local. Os 66,6% (INE, 2017) dos moçambicanos que moram na área rural preservam a sua ecologia linguística protegendo, expandindo e estabelecendo políticas linguísticas locais que ajudam na preservação. Para Leonard (2017, p. 273) “a vitalidade depende tanto das condições de materialidade das línguas (por exemplo, adequação às exigências técnicas de uma sociedade), quanto ao grau de elaboração do seu corpus, segundo as condições de imposição diglósica, ou ao contrário, do bilinguismo equilibrado.”

O português é a língua oficial e de ensino, o que lhe garante maior prestígio social, especialmente desde 1975, ano em que o país se tornou independente. O que se observa é que os falantes de português aumentam, diminuindo assim o número dos falantes das línguas bantu, tal como o quadro 1 ilustra. O quadro mostra os quatro recenseamentos populacionais realizados em Moçambique no período pós-independência.

Quadro 1: Percentual da ecologia das línguas em Moçambique

Estatuto da língua	% falantes em 1980	% falantes em 1997	% falantes em 2007	% falantes em 2017
Português como L2	24,4	39	50,3	60,3
Português como L1	1,2	6,5	10,7	16,5
Línguas bantu como L1	98,8	93,5	89,3	81,2

Fonte: Timbane e Andrade (2019)

Os dados apresentados mostram o desequilíbrio ecológico das línguas faladas em Moçambique. É um desequilíbrio provocado (artificial e propositalmente) pela política linguística ao oficializar apenas o português como a única língua prestigiada. A ameaça de quebra permanente do equilíbrio ecolinguístico existente, pode pôr em causa o desenvolvimento dos estudos nessas línguas, na inserção dessas línguas na ‘ciência moderna’, na cultura e nas artes expressas nessas línguas, tendo em conta o princípio de que o sistema ecológico mais diverso é o mais forte (HAMEL, 2010). Hamel explica que a diversidade linguística não é problema, mas sim potencialidade. O número crescente de cidadãos alfabetizados (a maioria jovens) favorece a mistura e o contato de línguas, provocando em muitos casos mudanças linguísticas por meio do processo de empréstimos, tanto “necessários” quanto “de luxo” (TIMBANE, 2013, 2019).

Uma das características comuns das línguas é a capacidade de evoluir (perda ou ganho de certos traços linguísticos) ao longo do tempo, fato que não é mau, errado, feio, mas sim um destino normal de todas as línguas vivas. A título de exemplo, o português falado e escrito por mim, moçambicano, alfabetizado é bem diferente daquele que é falado por um português, alfabetizado do Porto (Portugal). São transformações ecolinguísticas que aparecem de forma discreta, quase imperceptíveis e que mais tarde se generalizam em toda a comunidade linguística formando

variedades e variantes. Com isso se pretende afirmar que as variedades são resultado da ecologia presente em cada lugar geográfico.

A Região de Major Porto, no Município de Minas (MG) não pode ter os mesmos traços ecológicos que a Região de Tsalala, Município da Matola, Província de Maputo. As plantas e os animais que existem em Tsalala até podem ser parecidos sob o ponto de vista morfológico com os da região de Major Porto, mas são diferentes na ecologia mental e no comportamento da comunidade. Em Tsalala, a ratazana (rato do mato) faz parte da cadeia alimentar, o que pode ser diferente em Major Porto. Enquanto as galinhas de Major Porto emitem o som: **tchi-tchi-tchi-tchi** (COUTO, 2021, p. 99), os de Tsalala fazem **có-có-có-có**. Enquanto em Tsalala temos **mapfilwa** (nome científico *Vangueria Infausta*), Major Porto tem **cagaita** (nome científico, *Eugenia dysenterica*). São frutos e plantas de ambientes diferentes que resistem a temperaturas diferentes, para além de sabores distintos. A visão do mundo sobre essas plantas e animais assim como do meio ambiente é interpretada dentro de cada território, atendendo o povo e a língua.

No contexto de Moçambique, as interferências do português nas línguas bantu e vice-versa são evidentes e presentes, tal como mostra o estudo de Timbane e Berlinck (2019). Os autores apontam que “os **meios ambientes** e os usos moldam as formas léxico-semânticos dos dois espaços geográficos. Fica clara a ideia de que as características gramaticais serão iguais diferenciando-se nas escolhas e usos das unidades léxico-semânticos.” (TIMBANE, BERLINCK, 2019, p. 121). Fica a ideia de que o meio ambiente desempenha um papel importante na formação lexical de uma língua. Muitas palavras estão intimamente ligadas aos contextos socioculturais e ambientais em que os falantes estão envolvidos e refletem uma visão ecológica do mundo (NENOKI do COUTO et al. 2017).

Parto do pressuposto de que não existe meio ambiente que seja único, singular, particular, é comum a todos indivíduos, no mundo todo. Há vários meios ambientes e submeios ambientes dentro de contextos mais específicos. De longe, posso perceber determinado meio ambiente, mas quem está nele, vivenciando aquele espaço (território), falando aquela variedade pode estar inserido em ambientes diferentes do pesquisador ou daquele que observa à distância. Para ilustrar este argumento, darei dois exemplos:

O primeiro exemplo ocorreu quando os colonos portugueses chegaram às colônias no século XV. Muitos deles achavam que os africanos não tinham línguas nem culturas. A visão colonialista, nesta perspectiva, não conseguia enxergar ambientes ecolinguísticos mais profundos, a existência de línguas e seus dialetos em contextos da África. Achava-se que os africanos não tinham cultura, como se a europeia fosse o único modelo de cultura. Colocavam hierarquia entre culturas, o que sob o ponto de vista social é equívocado.

O segundo exemplo, ocorre pelo fato de que a língua não é apenas para os vivos. Os mortos falam, tal como sustenta a pesquisa de Brigitte Bagnol (2008), cujo título é “Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique”. Os “mortos” não desaparecem e comunicam-se com os “vivos” em várias culturas. Falamos com os “mortos”, comunicamos com eles e alguns curandeiros conseguem falar línguas que jamais aprenderam em suas vidas e só conseguem falar quando o tal “espírito” se manifesta. Esses ambientes/subambientes ecolinguísticos são mais profundos, mais sutis e longe dos olhos de quem não conhece aquela cultura, aquelas tradições. Seria ingenuidade afirmar que eles não existem, enquanto estão presentes nas práticas linguísticas do cotidiano dos diferentes grupos étnicos, especialmente nas zonas rurais.

A foto 1 do anexo mostra a inauguração de um monumento público, no Município da Cidade de Beira. Houve obrigatoriedade de anunciar aos “antepassados” sobre a sua construção e inauguração. Nessa foto está a Sua Excia, o Presidente do Município da Cidade da Beira bem sentado no chão apesar de ser autoridade. Não se trata de falta de cadeiras, mas sim de obediência

ECO-REBEL

aos aspectos da cultura local que não podem se sotopor ao poder público (do Estado). Na foto, quem dirige a cerimônia de invocação aos antepassados é o régulo (líder local). Qual foi a língua usada na cerimônia? Lógico que é a língua Cindau (S15), a língua autóctone dos espíritos daquele grupo étnico. O Cindau é falado nas províncias de Sofala, Manica e zona setentrional da província de Inhambane. Para além de Moçambique, o Cindau é falado na República do Zimbabwe (NGUNGA, FAQUIR, 2011, p. 159). Não importa se usa uma ou outra variedade: cimashanga, cidanda, cigova, cidondo, cibangwe, ciqwaka, cinyai ou cindau. Todas são variedades válidas, há inteligibilidade entre elas e o peso sociocultural é o mesmo, porque habitam no mesmo meio ambiente natural, mental e social.

A ecologia linguística para aquela cerimônia é exatamente aquela língua, daquele território (ecossistema linguístico = Povo + Língua + Território). O régulo, mesmo sabendo português, não pode usá-lo porque a comunicação com os antepassados não pode se estabelecer. Não haverá linha (rede/ligação) de comunicação com os mortos a não ser por meio da língua que estes antepassados conhecem. Ora, isto é uma política e um planejamento linguístico. A oração em português, naquele contexto provoca ruídos, incompreensões e, sobretudo, é imperceptível diante das entidades espirituais. O régulo (líder comunitário) tem a tarefa de informar, de dialogar com essas entidades em cindau, usando um discurso característico, cheio de “não ditos” e sutilidades.

Acabamos de mostrar exemplos de submeios ambientes que não podem ser descartados por quem analisa fenômenos pela linguística ecossistêmica. Por essa razão, a comunidade de fala é fundamental para a descrição e compreensão dos fenômenos da língua e do meio ambiente. A compreensão se liga à ideia de comunhão, de sintonia para que haja entendimento, pois “tudo que faz parte do ecossistema cultural pode ser usado para o entendimento nos atos de interação comunicativa” (COUTO, 2021, p. 53).

De acordo com Ntakirutimana e Kabano (2013, p. 117), a abordagem ecolinguística considera que as línguas são organismos vivos, que nascem, que crescem e que infelizmente são suscetíveis à morte. Os autores sustentam que a língua é precisamente um organismo vivo e justifica-se pela relação entre a ecologia e a gestão dos fatos linguísticos. Para os autores, a ecologia é geralmente definida como o estudo dos ambientes nos quais os seres vivos habitam, bem como as relações desses seres uns com os outros e com o meio ambiente. A ecolinguística deve ser concebida como o estudo das línguas levando em consideração os diversos parâmetros ambientais relacionados às comunidades linguísticas. Para Leonard (2017, p. 266)

a ecologia das línguas é um vasto paradigma que, lidando com a evolução e a "vida e morte" das línguas em seu contexto social, até mesmo ecossocial, aborda questões empíricas e teóricas tão diversas quanto políticas linguísticas, planejamento linguístico, as práticas em situação multilíngue, a crioulogogênese e as situações de criouliização ou pidginização, a sociolinguística dos contatos linguísticos, até os modos de funcionamento e efeitos dos discursos ambientalistas.

Estudos de Calvet (1999), na obra “*Pour une écologie des langues du monde*”, mostram que a formação de uma variedade revela a necessidade de adaptação de uma norma estrangeira por uma norma local, que realmente atenda as realidades sociolinguísticas. O autor dá exemplos do francês popular ou francês africano para mostrar como a vernacularização é fundamental para a integração ecológica da língua. Por outro lado, as línguas locais transmitem valores que são inexistentes na língua oficial que muitas vezes é uma língua de origem europeia. Os dialetos urbanos, os dialetos rurais, o dialeto estatal (NENOKI DO COUTO et al. 2017, p. 29) são exemplos de que uma língua é composta por várias gramáticas. A linguística ecossistêmica deve dar conta de todas estas gramáticas, procurando estudá-las em contexto real de uso porque elas representam

a ecologia linguística total. O português moçambicano, por exemplo, é um dos dialetos do português; não pode ser considerado inferior à outras variedades do português. Por isso, “é preciso desconstruir a imagem tradicional de que a realidade primeira é a língua culta, padrão, e que as demais variedades seriam variações, derivações pioradas dela” (COUTO, 2017, p. 29).

A política linguística interfere na ecologia linguística. Uma decisão da Constituição que determina o uso de uma língua é uma tentativa de degradação do ambiente natural linguístico, especialmente em territórios multilíngues. A chegada de uma língua A (português) no território de uma língua B, C, D, E... (mais de 20 línguas bantu) provoca a degradação do meio ambiente natural, há corrosão, sugam-se as energias das línguas autóctones, há tendência ao apagamento destas porque normalmente a língua A chega com o poder dominador. A ecologia linguística natural fica comprometida, tal como a situação do quadro 1 provou. A redução do número de falantes das línguas bantu é um perigo para os moçambicanos porque a língua carrega elementos do meio ambiente mental. Vejamos a força da presença da língua A que interfere no ecossistema natural moçambicano por meio da Constituição. A constituição da República de Moçambique possui 306 artigos, dos quais apenas três falam sobre as línguas:

Quadro 2: A mais recente Constituição de Moçambique fala sobre as línguas

Constituição de Moçambique (2004)
Art. 9 (Línguas nacionais) “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”.
Art. 10 (língua oficial) “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial”.
Artigo 27 (Por naturalização) “Pode ser concedida a nacionalidade moçambicana por naturalização aos estrangeiros que, à data da apresentação reúnam cumulativamente as seguintes condições: (...) conheçam o português ou uma língua moçambicana.”

Fonte: Constituição da República de Moçambique (2004)

O que se observa no quadro 2 é o domínio do português por meio da oficialidade (Art. 10º) e a inferiorização das línguas autóctones que são chamadas de “nacionais” (Art. 9º) apenas, como se o português não fosse também uma língua nacional; atualmente ele conta com cerca de 16,5% de falantes como língua materna e 60,3% como segunda língua. Entendemos que o português é uma língua nacional de origem europeia. A Constituição (de 2004) não cita os nomes das línguas autóctones como se não tivessem nomes. A Constituição nem estabelece algum poder superior para as línguas que pertencem ao ambiente ecológico moçambicano. O Art. 9º fala da promoção e utilização, algo que ainda não está sendo colocado em prática por parte das políticas do Estado e muito menos dos Governos desde 1975. Quer dizer, 45 anos após a independência continuamos sem políticas linguísticas direcionadas às demais línguas locais.

A política de adoção do português como a única língua oficial revela claramente a falta de interesse dos políticos pela ecologia linguística. Entendamos por ecologia linguística como o “estudo das relações entre língua e questões ecológicas, tais como diversidade, problemas ambientais” (COUTO, 2007, p. 42). O ambiente natural das línguas bantu se encontra contaminado, especialmente pelas interferências tanto das línguas bantu quanto do português, que procura se sobrepor às línguas autóctones. De acordo com Hamel (2010, p.5)

As línguas do mundo distribuem-se por espaço e por função e estabelece-se uma hierarquia entre os tipos de línguas, a nível macrossocial. As funções que as línguas desempenham para cada indivíduo e cada grupo no nível microssocial podem ser organizadas em uma tipologia que vai das funções mais imediatas às mais mediatas.

ECO-REBEL

Desde que não haja pressões e invasões de domínio, um sistema multilíngue pode ser relativamente estável.

Os argumentos de Hamel mostram que cada língua natural foi criada/adotada por uma comunidade de fala e essa língua passa a ser parte da cultura e estabelece interação entre os membros do território em que os falantes convivem (COUTO, 2007). As construções dos significados por parte da comunidade são relevantes porque são elas que criam estratégias individuais e coletivas de comunicação. É no nível microssocial que a comunidade determina como a língua deve ser usada e em quais circunstâncias. Mas há dois lados importantes, o primeiro é a decisão feita pela comunidade e o segundo é a decisão feita pelos políticos. O português continua não sendo a língua de consenso entre moçambicanos. O mesmo acontece na francofonia africana onde não há unanimidade, tal como ilustram os estudos de Lechevrel (2010), Mufwene & Vigouroux (2012), Pallotti (2002) e Paveau (2013).

Há que realçar que não há nenhuma intenção de diabolizar o português. É uma língua importante na comunicação entre moçambicanos de etnias diferentes e na comunicação com o mundo. O que estamos defendendo é colocar o português em pé de igualdade com as diversas línguas bantu para permitir que haja equilíbrio ecossistêmico. O que estamos defendendo é a oficialização das línguas locais para que a ecologia linguística se mantenha, pois não existe uma língua superior a outra. O contrário seria um desequilíbrio ecossistêmico.

A decisão do ensino de uma língua estrangeira (ORI, 2022), assim como a metodologia de ensino poderia envolver a linguística ecossistêmica porque uma língua estrangeira está desconectada do meio ambiente natural. A decisão sobre a variedade a ensinar envolve a ecologia sociolinguística (LEONARD, 2017), porque apesar de ser língua estrangeira é possível ser ensinada uma variedade específica. O estudo do plurilinguismo envolve a ecolinguística, que é “uma disciplina linguística relativamente nova, segundo a qual as línguas são entidades vivas, essenciais à vida e à sobrevivência do ecossistema sociocultural universal” (NTAKIRUTIMANA E KABANO, 2013, p. 116).

Na releitura dos estudos de Boudreau, Dubois, Maurais & Connel (2011), de Calvet (1999), de Couto (2021) e de Ehrhart (2012) observa-se que a ecologia linguística é muito mais do que podemos pensar. Exige estudos aprofundados para que se possa explorar as sutilidades que envolvem o meio ambiente natural, mental e social em que a língua está envolvida. Os contatos linguísticos, as questões das normas e dialetos são de suma importância e exigem do pesquisador uma atenção mais aguçada. Entendemos que o contato linguístico não é pacífico porque se trata de uma língua invadindo o ecossistema natural de outra. Ehrhart (2012) mostra os contatos das línguas da Nova Caledônia, das Ilhas Reunião no Oceano Índico, assim como formação dos crioulos, são resultantes dos contatos plurilíngues. A formação de um crioulo é a formação de um novo ecossistema linguístico que busca a sua identidade e acomodação próprias.

Couto (1994) estudou o crioulo português da Guiné-Bissau e confrontou debates que defendiam que o crioulo guineense tenha sido criado a partir do crioulo caboverdiano de Sotavento. Essas hipóteses comprovam a ideia de que a ecologia da interação comunicativa não é pacífica porque implica a invasão do ecossistema natural. A formação do crioulo resultou da evasão do território e da interferência da ecologia do contato de línguas. A criouliização do português na Costa Ocidental africana constituiu num primeiro momento a violação do ecossistema linguístico porque naquele território já havia línguas faladas por diversos povos: os balanta, os manjaco, os papel, bijagó etc. Veja-se que antes de ser crioulo, primeiro passa por um processo de pidginização. Em cada uma dessas passagens há novas mutações que passam pela relexificação, regramaticalização até chegar à estabilização (COUTO, 2007). Por essa razão Lechevrel (2014, p. 4) argumenta que

o contato linguístico e as mudanças populacionais no território podem ter levado a novos dialetos ou a novas línguas porque cada indivíduo carrega consigo traços não linguísticos fixos, abstratos e representativos de uma linguagem fictícia ideal. As atividades linguísticas são realizadas pela comunidade de fala. Vejamos a seguir, o que é uma comunidade de fala. Daí a relevância da análise profunda do meio ambiente natural, meio ambiente mental e meio ambiente social.

2. Analisando o conceito de Comunidade de fala na perspectiva ecolinguística

De acordo com Couto (2016, p. 52) a comunidade de fala é um ecossistema linguístico constituído por um território geralmente de pequenas proporções, em que os atos de interação comunicativa entre seus membros se dão com relativa frequência. Essa comunidade pode ser uma comunidade de fala mínima. Ela seria equivalente à célula. É esta comunidade que carrega traços socioculturais e ambientais próprios daquele lugar. A comunidade de fala precisa de ecossistemas para viver e sobreviver porque é na ecologia da interação comunicativa que encontramos significados. Para que isso aconteça basta ter “a) o cenário; b) falante e ouvinte; c) regras interacionais e regras sistêmicas; e) circunstâncias, ou seja, aquilo/aquela(s) de que o falante fala e/ou está/estão com o ele, e aquilo/aqueles(s) que está/estão com o ouvinte e/ou de que fala” (COUTO, 2016, p. 233). A seguir levantarei algumas discussões embasadas nas crenças e nas tradições das comunidades bantu. É muito importante que façamos essas discussões para comprovar que a comunidade de fala se liga a um território, interagindo entre si com uso de uma língua. Para a ecolinguística, a língua não é um “instrumento” de comunicação, mas sim a própria comunicação (COUTO, 2016, 2021).

Nas crenças aos antepassados se valoriza a árvore, pois é onde os antepassados são acomodados, de acordo com a tradição. Não se deve derrubar uma árvore sem motivo maior, nem se mata um animal selvagem/da natureza por razões esportivas ou de lazer. Normalmente se derruba e mata por razões muito bem justificadas. Isso corresponde ao respeito pela natureza. Há árvores que não se pode derrubar mesmo por necessidade justa. Normalmente, é a árvore mais frondosa e alta no centro do quintal da família. As orações são feitas na árvore, dialogando com os antepassados por meio de uma língua. Não há oração sem que haja alguma língua. A oração é expressa por meio de uma língua. O baobá, por exemplo, é uma planta que ocorre nas savanas africanas. As folhas e os frutos quando caem tem algum significado. As características do tronco e das raízes carregam informações interpretáveis dentro da comunidade de fala. As pessoas sabem interpretar esses fenômenos ligados à natureza. O baobá, por exemplo, é uma árvore considerada o símbolo de fertilidade, da fartura e da cura. É uma árvore de grande significado cultural.

As pessoas se comunicam com as plantas, ou o contrário, as plantas se comunicam com as pessoas. Em algumas culturas, como as do grupo bantu, uma planta oferece informações sobre o meio ambiente, sobre o estado de tempo, sobre a aproximação ou afastamento da estação seca ou chuvosa, sobre produção ou aproximação do período seco na região etc. Os animais (noturnos e diurnos) também conseguem manifestar sinais da natureza e podem servir de alerta para os seres humanos. É importante conhecer os códigos que estabelecem a comunicação entre os animais, plantas e os humanos. É a comunidade de fala que deve ensinar a decifração desses códigos

O uso da língua não depende da fala, da escrita ou do sinal. De boca fechada, sem mexer os lábios é possível utilizá-la. Para se comunicar não precisa que haja uma segunda pessoa, o interlocutor. A depender da cultura é possível se comunicar com animais, plantas ou ainda seres inanimados. Os exemplos de Couto (2021) extraídos da Região de Major Porto mostram como a comunicação entre homem e os animais domésticos é permanente e exige o domínio da cultura e tradição local. Em muitos momentos, atribuir um nome a um lugar, a um objeto ou fenômeno é uma forma de manter a comunicação. É com nome que podemos lembrá-lo, referenciá-lo ou ainda

ECO-REBEL

evocá-lo. Atribuímos nomes a situações, coisas ou entidades jamais vistos ou sentidos, tudo isso para manter vínculo e comunicação.

Os nomes de rios, lagos, montanhas são atribuídos pelo poder local (comunidade de fala). É o poder local que se comunica com a natureza e com os antepassados da decisão de atribuição de nomes. O poder local é a autoridade mais importante porque antecede o Estado. O poder da autoridade tradicional manifesta a autonomia da comunidade local. O poder da autoridade tradicional funciona no plano jurídico-público, ou seja, se ergue como um verdadeiro poder público. Quem orienta a comunidade de fala é o líder comunitário chamado régulo em Moçambique ou soba em Angola. Segundo Aço (2012), o poder local é poder político originário ou derivado exercido, nos termos da lei, a nível das comunidades locais através de órgãos descentralizados, de instituições organizativas tradicionais e de outras formas de participação democrática das populações visando a satisfação dos interesses próprios, tendo como principais elementos as autarquias, as autoridades tradicionais e as outras formas de participação dos cidadãos. O autor realça que este poder é entendido como administrativo e tradicional exercido com base na lei e tradição ao nível das comunidades e circunscrições administrativas definidas pela lei, de acordo com as entidades que visam a persecução dos interesses coletivos.

É na comunidade de fala que se materializa o poder local, estabelecendo política linguística e planeamento. Os membros da comunidade sabem qual língua usar e em quais contextos deve ser usada. As estratégias discursivas são aprendidas no seio da comunidade podendo ser punido aquele(a) que as infligir. Por exemplo, o casamento tradicional na região Sul de Moçambique é chamado de *lovolo* (BAGNOL, 2008), mais comumente chamado pela comunidade de “pedir água” (*ku kombela mati*). Enquanto para a cultura brasileira se fala em “pedir a mão em casamento”, o mesmo ato é conhecido como *ku kombela mati*. A simbologia “água” neste ato tradicional simboliza a pureza, a vida, a proteção, a procriação. Estes são adjetivos que são atribuídos à noiva. Significa que a mensagem não pode ser direta, são códigos legalmente instituídos que a comunidade respeita em momentos de cerimônias desse tipo. A água está no meio ambiente e é por meio dela que animais e plantas precisam para a sua sobrevivência. A imagem e os significados que se atribuem à água são dados à mulher.

Outro exemplo ocorre quando a noiva estiver grávida antes de *lobolo*, a família do noivo deve anunciar da seguinte maneira: “partimos as patas” (*hi tsovi nengue*) ou “saltamos o muro” (*hi tlulile xitlangu*). Quando a família do noivo se despede após o *lovolo* deve dizer: “batemos as palmas” (*hiba mandla/mavoco*). O uso desses termos, o uso desta estratégia discursiva tem uma função social muito profunda dentro da comunidade de fala. O mais importante é que entre as famílias da noiva e do noivo se usam estratégias comunicativas mais complexas, imterpretáveis dentro do grupo. Em outras palavras, há comunhão na interação entre membros da comunidade de fala.

A morte nas tradições bantu é tabu. A linguagem utilizada é subjetiva, justamente para não atrair mais azar ou maldade para a família. Por exemplo: *Mungana werhu a hi siyile* (o nosso amigo nos deixou). O significado da morte se relaciona a uma viagem, uma ida e não um desaparecimento definitivo. *Ku siya* (deixar) carrega sentidos semânticos que justificam o regresso. Há provérbio que diz que “o que vai, volta sempre”.

Cada língua se articula dentro do seu contexto e não existe uma língua natural incapaz, limitada que não consiga satisfazer seus falantes. Os estudos de Ntakirutimana & Kabano (2013) mostram que com o advento da linguística moderna, a tendência de priorizar determinadas línguas perdeu terreno: para os linguistas contemporâneos, todos os dialetos são objetos cientificamente interessantes, dignos de interesse porque são capazes de revelar novas estruturas linguísticas, confirmam a existência de estruturas linguísticas raras, ou permitem uma generalização de certos

princípios linguísticos (NTAKIRUTIMANA, KABANO (2013, p. 120). Isso mostra como a língua é viva e mora no seio da sociedade. A essas relações entre o meio ambiente físico e o homem inserido na sociedade que se impregnam na cultura Paveau (2013) chama de linguística simétrica. Existe sim uma relação entre o homem, o meio, a cultura e a língua. Há um diálogo permanente de relações de funcionalidade, uma dependendo da outra.

Cabe ao homem a nomeação das plantas, a nomeação dos lugares, dos rios, do relevo e de todos os seres presentes no meio ambiente. A atribuição do nome interessa ao homem e não ao próprio animal ou a própria planta. O homem interfere no meio ambiente o tempo todo porque dele depende e não o contrário. p₁ p₂

A comunicação é normalmente bidirecional. Ela vai de uma pessoa (p₁) a outra (p₂), ou vice-versa, de modo sucessivo, como se vê no fluxo interlocucional do diálogo. A comunhão também pode ser bilateral, como no diálogo, já que ela é prerequisite para sua eficácia. (COUTO, 2021, p. 51).

A ecologia é o ramo da biologia que estuda as inter-relações dinâmicas entre os seres vivos e o meio onde vivem. O ecossistema é o conjunto formado por todas as comunidades que vivem e interagem em determinada região que inclui os integrantes da raça humana, da fauna e da flora. O ecossistema é um conjunto formado por uma população de organismos que agem entre si e com o meio ambiente (NENOKI DO COUTO; FERNANDES, 2013; COUTO, 2017). E a cultura ambiental é um conjunto de práticas comuns relativas aos ser humano e o ambiente em que está envolvido (TIMBANE, 2022).

A seção que segue levantará debates de caráter bibliográfico e documental. Uma pesquisa bibliográfica se embasa e discute os teóricos mais relevantes sobre discussões da temática. A pesquisa documental analisa documentos legais cujo intuito é entender o fenômeno em estudo.

3. Geomorfologia e a hidronímia ecolinguística em Moçambique: a questão nome e sua relação com o meio ambiente

A geomorfologia é uma área das ciências da terra responsável pelo estudo das formas superficiais de relevo, tanto em suas fisionomias atuais quanto em seu processo geológico e histórico de formação e transformação. A palavra geomorfologia é formada por ‘geo’, que significa terra, ‘morfo’, que significa “forma”, e ‘logia’ que significa estudo. A geomorfologia “trata das formas do relevo na superfície da terra, estudando suas propriedades geométricas, ou seja, a morfologia do relevo” (AFONSO, et al. 2014, p. 19). Esse campo do conhecimento é visto como uma área de intersecção entre duas diferentes ciências: a geografia e a geologia. Hoje podemos incluir o meio ambiente como área específica que nos ajuda a compreender aspectos geográficos e geológicos. De acordo com Bastos, Maia & Cordeiro (2015, p. 10),

O avanço do conhecimento geomorfológico deriva de concepções geológicas de meados do século XIX. Nessa época, já se registraram os primeiros estudos geomorfológicos elaborados por Alexandre Surret, que, em 1841, estabeleceu os princípios ou leis da morfologia fluvial (erosão regressiva ou remontante), Jean Louis Agassiz (morfologia glacial), Jukes (traçados dos rios), Andrew Ramsay e Grove Karl Gilbert (aplainamento elaborado pelos rios) e John Wesley Powell e Clarence Eduard Dutton (ritmo de arraste de sedimentação).

Muitas formações geológicas são influenciadas pelo meio ambiente, tanto para degradação (erosão), curso e percurso, quanto para a manutenção. Por isso, há uma relação intrínseca entre o

estudo da geomorfologia e o do meio ambiente. Araújo (2018, p. 10) argumenta que a geomorfologia “exerce um papel fundamental ao subsidiar o planejamento territorial atrelado à área ambiental e a projetos ligados às atividades econômicas, assim como ao contribuir para os estudos de recuperação de áreas degradadas.” Estes aspectos se relacionam com o meio ambiente.

A geomorfologia interage com o curso de água, com as plantas e os animais de um determinado território, interage com o solo, a direção dos ventos enfim com um ecossistema mais amplo. A existência de montes mais altos ou a existência de uma planície estará relacionada ao tipo de animal ou planta que se encontra naquele lugar. As mudanças de estado de tempo estão em muitos momentos ligados às condições de relevo e de meio ambiente. Estudos de Araújo & Andrade (2011), Moneche (2009), Meireles (2014) entre outros são unânimes em afirmar que todas as formas de relevo, as rochas, os solos estão em constante processo de evolução e modificação, mas também estabelecendo relações com os seres vivos e o meio ambiente. A interação de todos esses elementos garantem a beleza esculpida pela ação da natureza.

Outro conceito importante a definir é a hidronímia. Ela se refere a um rio ou a um curso de água que depende em muitos momentos da disposição do relevo, portanto, a geomorfologia. Ela realiza estudos sobre os nomes de rios e outros cursos de água. Por outro lado, a toponímia é a divisão da onomástica que estuda os topônimos, ou seja, nomes próprios de lugares, sua origem e evolução, bem como a etimologia (origem e significado) dos topônimos (NGUNGA, 2021). A toponímia é uma área de estudos científicos que se interessa pelo estudo da procedência da significação dos nomes dos lugares, levando em consideração aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que tenham influenciado sua escolha (Sousa, 2008).

Sobre a nomeação Baldez e Silva & Moraes (2015) dizem que o estudo da nomeação de seres, coisas, animais e lugares é interdisciplinar, pois leva em consideração os elementos de natureza física, que é a relação do homem com o ambiente em que vive e os de natureza antropocultural, que são os elementos de ordem sócio-histórica e cultural, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, a história, a linguística e a antropologia.

A significação do nome “exerce uma grande influência sobre aquele que o traz e também sobre os outros” (CUNHA, 2004, p. 224). Segundo Alves (2017, p. 46), “o nome assume a função de porta-voz, ele comunica e conecta pessoas e empresas, estabelecendo uma relação na qual as missões e os valores da empresa são associados a princípios e ideologias individuais e coletivas”. De acordo com a Lei nº 2/2014 (MOÇAMBIQUE) os critérios gerais para atribuição de nomes são: primeiro, a criação ou a alteração de topônimos é feita considerando as seguintes temáticas: a) desporto, ciência, cultura, arte, usos e costumes; b) unidades territoriais nacionais e estrangeiras; c) riqueza nacional e valores; d) acidentes geográficos; e) factos e datas históricos; f) cidadãos nacionais e estrangeiros, que se notabilizaram na luta de libertação nacional, nas áreas de história, desporto, ciência, cultura, ensino, produção, política social, economia, academia e da religião; segundo, quando se trata de nomes de pessoas físicas vivas, as qualidades e os feitos por que são mencionados, devem ser, em princípio, irrefutáveis e historicamente irreversíveis.

A Lei nº 2/2014 (MOÇAMBIQUE, Art. 6º) diz que “compete à Assembleia Provincial, sob proposta do Governo Provincial: a) atribuir e alterar topónimos de infra-estruturas de dimensão distrital; b) atribuir e alterar topónimos de acidentes geográficos de nível distrital e provincial.” Um nome não é atribuído por acaso. Segundo Baldez, Silva & Morais (2015), trata-se de “nomeação dos topônimos: memória e história em confronto entre o passado e presente.” De acordo com Ngunga (2021, p. 47) quando os portugueses chegaram em Moçambique no século XV

ECO-REBEL

encontraram uma realidade, encontraram céu, mar, pessoas e terra com todos os acidentes geográficos hoje por todos conhecidos. A terra, os territórios e seus conteúdos tinham seus nomes de acordo com as várias línguas das pessoas que ali (e muitos deles ainda vivem, mesmo que mortos!), como testemunham hoje.

Sem respeitar a originalidade dos nomes originais, o governo português colocou seus nomes de origem portuguesa que não tinham nada a ver com a realidade da comunidade de fala. Houve uma mudança de nomes de lugares por pressão colonial, tal como se observou na pesquisa de Ngunga (2021)

Quadro 3: Nomes portugueses ao invés de nomes originais, das línguas locais

Nome de lugares atribuído pelo Governo Português	Nomes de lugares atribuídos pela comunidade local antes da colonização
Porto Amélia	Pemba
Vila Cabral	Lichinga
Vila Junqueiro	Gurué
Vila Coutinho	Ulongwe
Vila Gouveia	Catandica
Vila Pery	Chimoio
Vila Paiva de Andrada	Gorongosa
Vila João Belo	Xai-Xai
Vila Luísa	Marracuene
Salazar	Matola

Fonte: Ngunga (2021, p. 54)

Como se pode ver, houve uma tentativa deliberada de apagamento dos nomes originais atribuídos pelos povos locais e baseados nas línguas locais. Se a ecologia fundamental da língua é composta por uma língua, um povo e um território (COUTO, 2007; COUTO et al., 2016) como é que houve uma imposição de nomes que não estão intimamente ligados à comunidade de fala. Por vezes, foram adulterados os nomes de locais originais. Ngunga (2021) cita exemplos de: Mukwampa (Cuamba), Makoloje (Macaloge), Ntipwehi (Montepuez), Angoci (Angoche), Ulongwe (Ulongue), Guruwe (Guruè), Katandika (Catandica), Gorongosi (Gorongosa), Matshitshi (Maxixe), Chokwè (KaXokwe), Murakweni (Marracuene), Mfumu (KaMpfumu). Se a linguística ecossistêmica é o estudo das interações comunicativas que se dão no interior do ecossistema linguístico (COUTO, 2016b), então a intenção colonial foi a de agredir o ecossistema linguístico moçambicano buscando trazer realidades europeias que não fazem sentido para a realidade moçambicana. Não há interação entre população local e os nomes vindos da Europa. O quadro 4 mostra os nomes de montes que se ligam as línguas e ao significado das comunidades.

ECO-REBEL

Quadro 4: Nomes de montes e seus significados

Nome do Monte	Significado	Origem Linguística
Bengo	Assemelha-se a cabeça de um velho deitado de costa	chitonga
Kalinga muntse	Tipo pilador/semelhante a pilador	chitonga
Djamulamonde	Mama da vaca	chitonga
Chinhamapere	Que tem lepra	shona
Binga	Árvore com folhagem densa; casa do líder da aldeia/comunidade	shona

Fonte: Dados da pesquisa

Algumas montanhas, como o monte Binga, se localizam em dois ou mais países. O Monte Binga é o ponto mais alto de Moçambique e o segundo mais alto do Zimbabwe, com uma altitude de cerca de 2.436m. Está localizado no maciço de Chimanmani, sobre a fronteira Moçambique-Zimbabwe, a oeste da cidade-capital da província de Manica, Chimoio. Acontece que uma montanha pode ter vários nomes, a depender das fronteiras e línguas das comunidades com que fazem fronteira.

Quadro 5: Os nomes de rios e seus significados

Nome dos rios	Significado	Origem linguística
Púnguè	Passar toda noite acordado realizando alguma atividade; Passar a noite trabalhando	chimanyika
Messica	Aquele que é O criador	shona
Mzunduzi	Que agita a água	chitonga
Muerera	Que corre	chimanyika
Mariondo	Que organiza	chimanyika
Rotanda	Troncos ou defesa	chimanyika
Mudzira	Veias	chimanyika
Incomati	O nome é originalmente escrito Komati derivado de inkomati, que significa "vaca", pois sua natureza perene é comparada a uma vaca que sempre tem leite.	icizulu
Limpopo	Água que corre em cascata	icisotho
zambeze	O Zambeze é o quarto rio mais longo da África, depois dos rios Nilo, Congo e Níger. É o maior rio que flui para o leste na África. O nome Zambeze vem da frase de Tonga “Kasambabezi”, que significa “só quem sabe pode nadar ou tomar banho”.	chitonga

Fonte: Dados da pesquisa

O que se observa nos nomes dos lagos é diferente dos rios porque os rios recebem o nome na língua onde fonte se encontra, isto é, recebe o nome nas línguas dos povos onde esses rios nascem. Sabe-se que muitos rios de Moçambique nascem nos países vizinhos e apenas passam do

território de Moçambique rumo ao Oceano Índico. Em muitos momentos, os rios já chegam no território de Moçambique já com o nome dado na origem.

O Município da Cidade de Maputo (Ex-Lourenço Marques) renomeou os distritos do município atribuindo nomes originais da história daquele território. Por exemplo: KaMpfumu, kaNlhamankuku, kaMaxakeni, KaMavota, kaMubukwana, kaTembe, kaNyaka. O prefixo ka-marcado em cada nome do distrito significa “casa de/dos” (família). O próprio nome se refere a uma comunidade de fala caracterizado pelo domínio do chefe do clã daquela região. Portanto Mpfunu, Tembe, Mavota Nyaka, Maxakeni são sobrenomes dos régulos mais importantes daqueles locais e a região acabou herdando seus respectivos sobrenomes. Aqui identificamos as relações entre território, língua e povo.

O Lago Niassa é compartilhado por Moçambique, Malawi e Tanzânia. Enquanto em Moçambique deu-se o nome Niassa ao lago, em Malawi ele recebe o nome de Lago Malawi (Lake Malawi); na Tanzânia ele é chamado de Lago Nyasa (*Lake Nyasa*). Portanto, um lago, as mesmas águas, mas com nomes diferentes em cada país. Qual é a razão dessa diferença? É que cada comunidade linguística estabelece uma relação íntima com o lago havendo necessidade de atribuir nome para efeito sociocultural.

Considerações finais

Iniciamos as considerações finais citando Ngunga (2021, p. 58), quando apela para que a geração de hoje não tenha o direito de ser egoísta. Segundo Ngunga há obrigação de sermos solidários para com as gerações vindouras a quem devemos deixar como legado um país com uma identidade linguística, reforçando a relevância da Lei nº 2/2014, de 22 de maio, que orienta como os topônimos devem ser atribuídos aos vários lugares de Moçambique.

Conclui-se que os nomes de montes e rios de Moçambique estabelecem uma intrínseca relação com as línguas do território em que as populações falam essas línguas. Para o caso dos rios se observa que os nomes usados são os que foram atribuídos no local onde o rio brota. Então o percurso do rio mantém o nome na língua do local onde o rio nasce. A geomorfologia e a hidronímia moçambicana carregam elementos que estabelecem as relações entre a língua, povo e território numa simbiose que marca a identidade dos povos falantes das diferentes línguas bantu.

As línguas bantu são as que mais contribuem com nomes na geomorfologia, toponímia e hidronímia de Moçambique. A atribuição do nome a montanhas é mais complexa ainda porque depende da consulta aos antepassados. As tradições bantu exigem que haja consulta sobre qual nome atribuir a um lugar, uma montanha. A responsabilidade dessa ação é do líder comunitário (régulo), aquele que representa o grupo social.

A geomorfologia e a hidronímia ecolinguística em contexto de Moçambique se liga ao meio ambiente, estabelecendo contraponto entre povo, língua e território. Diferentemente do Brasil (que conservou os nomes indígenas), em Moçambique houve uma tendência colonial de mudar os nomes para nomes ligados a Portugal. Muitos desses nomes permaneceram, outros foram substituídos por nomes africanos graças a decretos que foram criados com intuito de valorizar a cultura e as tradições locais.

As fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras políticas, por isso muitas línguas faladas em Moçambique também são faladas nos países vizinhos. As línguas autóctones têm poder, carregam elementos essenciais para a identidade, embora a oficialidade faça com que o português tenha mais prestígio social. Discutiram-se os conceitos de geomorfologia, hidronímia, analisou-se a formação de nomes de rios e montes em contexto de Moçambique. Ainda nesta pesquisa debateram-se as relações entre a formação do nome e suas relações com o ambiente em que os seres humanos estão inseridos. Leonard sugere o uso do nome “sociolinguística dinâmica”, ou de

ECO-REBEL

“sociolinguística situada”, ou mesmo de “sociolinguística complexionista” para designar as relações entre a língua e o povo. Também “é necessário distinguir ecolinguística da ecologia das línguas, embora os dois termos sejam frequentemente confundidos ou usados como equivalentes” (LEONARD, 2017, p. 269).

Referências

AÇO, S. Experiência histórica do poder local em Angola. *IV semana social Nacional “Democracia e Participação”*. 2012. Disponível em: <http://googleescolar.com/media/users/7/399161/files/23110/Poder_local_angoladoc.docx>.

AFONSO, Anice et al. *Geomorfologia Geral*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

ALVES, Maria José. *A formação de nomes comerciais nas cidades de Palmas (TO) e de Catalão (GO): questões de identidade linguística e cultural*. Dissertação, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2017.

ARAUJO, Hélio Mário de; ANDRADE, Ana Cláudia da Silva. *Geomorfologia estrutural*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. CESAD, 2011.

ARAUJO, Paulo Coelho. *Geomorfologia*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, S.A. 2018.

BAGNOL, Brigitte. Lovolo e espíritos no Sul de Moçambique. *Análise Social*, vol. XLIII (2º), p. 251-272, 2008.

BALDEZ e SILVA, Teresinha de J.; MORAES, Pedro H. V. de. A nomeação dos topônimos: memória e história em confronto entre o passado e presente. *Littera Online*. vol. 6, n. 10, 2015.

BASTOS, Frederico de Holanda; MAIA, Rubson Nunes; CORDEIRO, Abner Monteiro Nunes. *Geomorfologia*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

BOUDREAU, Annette; DUBOIS, Lise; MAURAS, Jacques, CONNEL, Grant Mc. *Ecologie des langues*. Paris: L’Harmattan, 2011.

CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.

COUTO, Hildo Honório do. *O crioulo português da Guiné-Bissau*. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1994.

_____. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. Comunidade de fala revisitada *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, vol. 2, n. 2, p. 49-72, 2016.

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9690/8558>

ECO-REBEL

_____. Linguística ecossistêmica. In: COUTO et al. (org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Ed. UFG, p. 209-262, 2016.

_____. Linguística ecossistêmica: um novo modo de estudar os fenômenos da linguagem. In: NENOKI do COUTO, et al. (org.). *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes, p. 21-44, 2017a.

_____. Mapa mental. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, Brasília, vol. 3, n. 1, p. 205-226, 2017b.

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/10482/9235>

_____. *A linguagem rural da região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica*. Campinas: Pontes Editora, 2021.

CUNHA, Celso. *Sob a pele das palavras*. Rio de Janeiro: ABL, 2004.

EHRHART, Sabine. *L'écologie dans les langues de contact*. Paris: L'Harmattan, 2012.

HAMEL, Rainer Enrique. L'aménagement linguistique et la globalisation des langues du monde. *Télescope*, vol. 16, n. 3, p. 1-21, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA. *Resultados do recenseamento geral da população*, Maputo: INE, 2017

LECHEVREL, Nadège. L'écologie du langage d'Einar Haugen. *Histoire Epistémologie Langage*. Sciences du langage et psychologie à la charnière des 19e et 20e siècles, vol.32, n. 2, p. 151-166, 2010.

_____. Linguísticas d'intervenção: les dimensions socio-politiques de la linguistique écologique. Dossiers d'HEL. Linguísticas d'intervenção. Des usages socio-politiques des savoirs sur le langage et les langues, p.1-8, 2014.

LÉONARD, Jean Léo. Écologie (socio)linguistique : évolution, élaboration et variation. *Langage & Société*. p.267-282 nos 160-161, 2017.

MEIRELES, Antônio Jeovah de A. *Geomorfologia costeira: funções ambientais e sociais*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República*. Maputo: Assembleia da República, 2004.

MOÇAMBIQUE. *Decreto-Lei no 14/76, de 15 de Abril*. Boletim da República. I Série. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E. P. 1976.

MONECHE, Mairon Subtil de Faria. *A perspectiva geomorfológica: ambiental, subsídios a análise* 84p. 2009. Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais Departamento Geografia, Vitória, 2009.

ECO-REBEL

MUFWENE, Salikoko S.; VIGOUROUX, Cécile B. Individuals, Populations, and Timespace: Perspectives on the Ecology of Language. *Cahiers de Linguistique: Revue de sociolinguistique et de sociologie de la langue française*, v. 38, n. 2, p. 111-138, 2012.

NENOKI DO COUTO, Elza Kioko Nakayama et al. *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2017.

NGUNGA, Armindo. A toponímia e a diversidade linguística em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº 1, p.38-62, jan./jun. 2021.

NGUNGA, Armindo; FAQUIR, Armindo G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. Maputo: CEA, 2011.

NTAKIRUTIMANA, Jean B.; KABANO, Alphonse. Pour une approche écolinguistique du plurilinguisme dans la zone CEPGL-EAC. *Synergies: Afrique des Grands Lacs*. nº 2, p.113-132, 2013.

ORI, Julia. Pour une vraie transversalité de l'enseignement de l'écologie en classe de FLE. *Anales de Filología Francesa*, nº 30, p.309-332, 2022.

PALLOTTI, Gabriele. La classe dans une perspective écologique de l'acquisition. In: COSTE, Daniel. (eds.). *L'acquisition en classe de langue*. nº16, p.165-197, 2002.

PAVEAU, Marie-Anne. Technodiscursivités natives sur Twitter. « Technodiscursivités natives sur Twitter. Une écologie du discours numérique », dans Liénard, F. (2013, coord.) *Culture, identity and digital writing, Epistémè 9*, Revue internationale de sciences humaines et sociales appliquées, Séoul : Université Korea, Center for Applied Cultural Studies, p. 139-176.

PORTUGAL. *Decreto-Lei nº39.666, de 20 de maio de 1954*. Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique. Lisboa: Governo.

SOUSA, Alexandre Melo de. Etnotoponímia acreana: reflexos da cultura nordestina em nomes de seringais. *Recorte*. Ano 5, n. 8, s.p. jan.-jun.2008.

TIMBANE, Alexandre António. A etnotoponímia dos nomes dos distritos das províncias de Gaza e Maputo: uma análise da identidade ecolinguística. In: NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal; PONSO, Letícia Cao (org.). *Pesquisa e ensino em línguas moçambicanas: um tributo a Bento Sítio*. Maputo: Gala-Gala, 2022, p.130-155.

_____. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. (Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013).

TIMBANE, Alexandre António; ANDRADE, Cardoso. As variedades do português na lusofonia: o português moçambicano. in: JORGE, Wellington Júnior (Org.). *Novos olhares para a linguística e literatura*. Maringá: Uniedusul, 2019. p.5-18.

ECO-REBEL

TIMBANE, Alexandre António; BERLINCK, Rosane de Andrade. A influência da língua portuguesa nas línguas bantu faladas em Moçambique: o caso da língua xichangana. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*. vol.8, p.105-125, 2019.

ANEXO

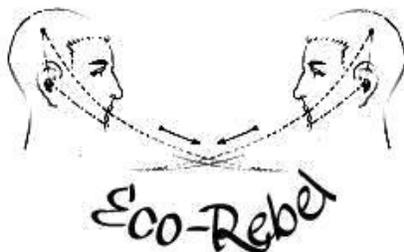
Foto 1: Cerimônia de Inauguração da Praça da Moeda, Cidade da Beira, Moçambique



Fonte: Facebook Oficial do Conselho Municipal da Beira, 09/12/2020.

Aceito em 30 de junho de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



VIVÊNCIAS E DESAFIOS RELATADOS POR *YOUTUBERS* E IMIGRANTES VENEZUELANOS/AS NO BRASIL: UM ESTUDO À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO ECOSSISTÊMICA

Erick Samuel Silva Thomas (UFG/CAPES)

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG/NELIM)

Abstract

This article aims to describe, analyze and discuss the experiences and challenges faced by Venezuelan immigrants on Brazilian soil, since, upon arriving in Brazil, these individuals encounter many difficulties, such as linguistic and cultural differences, as well as face prejudices, such as xenophobia. To achieve this objective, testimonies from Venezuelan immigrants were used on the YouTube platform, as well as videos and images of them in various situations of begging. In these statements, emphasis is given to the ecology of communicative interaction (ECI), from the perspective of ecosystem discourse analysis (EDA), which follows an ecological view of the world (EVW). As a theoretical basis, the works of Couto & Fernandes (2021), Couto (2018; 2020), Couto; Couto & Borges (2015) are used.

Key-words: Venezuelan immigrants; EDA; ECI; Experiences.

Resumo

Este artigo tem como objetivo descrever, analisar e discutir as vivências e desafios enfrentados pelos imigrantes venezuelanos em solo brasileiro, visto que, ao chegarem ao Brasil, esses indivíduos encontram muitas dificuldades, como as diferenças linguísticas e culturais, bem como

enfrentam preconceitos, como a xenofobia. Para atingir esse objetivo, foram utilizados depoimentos de imigrantes venezuelanos na plataforma *YouTube*, bem como vídeos e imagens deles em diversas situações de mendicância. Nesses depoimentos, é dada ênfase à Ecologia da Interação Comunicativa (EIC), sob a ótica da Análise do Discurso Ecológica (ADE), que possui uma Visão Ecológica de Mundo (VEM). Como embasamento teórico, são utilizados principalmente os trabalhos de Couto & Fernandes (2021), Couto (2018; 2020), Couto; Couto & Borges (2015).

Palavras-chave: Imigrantes venezuelanos; ADE; EIC; Vivências.

1 Introdução

A Linguística é uma disciplina que possui diversas ramificações, visto que, desde o seu surgimento, houve diversos debates e reflexões acerca da língua e seus diversos níveis de análise. No entanto, antes das reflexões iniciais que abriram espaço para o surgimento de novas abordagens na linguística, Einar Haugen, no início da década de 1970, ~~desenvolveu~~ apresentou um estudo relacionando linguagem e meio ambiente através do ensaio “A ecologia da linguagem” (1972). Contudo, este estudo diferencia-se do objetivo atual dos estudos ecolinguísticos. Haugen considerou como o ambiente da língua apenas a sociedade em que ela é falada e suas relações com outras línguas (COUTO; COUTO & BORGES, 2015).

Em Couto (2007), a Ecolinguística é compreendida como o estudo das relações entre língua e meio ambiente. No entanto, esta definição sofreu alterações, passou a ser entendida como o estudo das interações que se dão no seio do ecossistema linguístico; só que o ecossistema linguístico é triplo: ele compreende o natural, o mental e o social, fora o integral, que engloba os três (COUTO; COUTO; BORGES, 2015, p. 91-107). Em 2012, em contextos de pesquisas e reflexões nas universidades federais do eixo Brasília-Goiânia, surge a linguística ecossistêmica (LE), vertente brasileira da ecolinguística. A LE parte do conceito central da ecologia, o ecossistema, e tudo o que lhe diz respeito (COUTO; COUTO & BORGES, 2015). A LE contém um sub-ramo intitulado Análise do Discurso Ecológica (ADE) (COUTO; FERNANDES, 2021).

ECO-REBEL

Este artigo trata dos desafios enfrentados pelos sujeitos venezuelanos em solo brasileiro à luz da ADE. É uma descrição e análise dos desafios enfrentados pelos sujeitos imigrantes venezuelanos que, ao emigrarem da Venezuela, deparam-se com os maiores desafios, como língua, cultura, emprego e as diferentes formas de preconceito.

Este trabalho apresenta essas vivências e desafios e os investiga à luz dos princípios da ADE que, por sua vez, defende, sobretudo, a preservação da vida e a luta contra o sofrimento evitável (COUTO; FERNANDES, 2021). Os conceitos, as propriedades e as categorias da ADE, bem como o método da focalização, serão de suma relevância para a presente pesquisa, pois aprofundaremos uma questão ainda não tratada pela ótica macroscópica da LE, a ideologia da vida. Assim, o presente trabalho surge de leituras, discussões, análises e reflexões dentro do campo dos estudos ecolinguísticos, que possibilita a análise de objetos de pesquisa inseridos no ecossistema linguístico. Esse ecossistema consta de uma população, um povo (P) que vive em um território (T), interagindo através de uma linguagem própria (L).

Algumas das perguntas que direcionam este estudo são: a) Por que abordar os desafios, as vivências e os preconceitos enfrentados pelos sujeitos venezuelanos em solo brasileiro sob a ótica da ADE? b) Como a ADE, a partir de seu aparato teórico-metodológico, ajuda a compreendê-los e pode ser utilizada para explicar as vivências e dificuldades dos imigrantes venezuelanos? e c) Que metodologia utilizar na investigação?

Na seção pós-introdução, tratamos do problema dos venezuelanos nas cidades do Brasil, bem como suas causas e consequências. Na seção seguinte, apresentamos o trajeto teórico-metodológico para o desenvolvimento do presente artigo, os motivos, os métodos e as metodologias que escolhemos para desenvolver o trabalho. Aí são discutidos os princípios da ADE, comentando sobre os seus pressupostos teóricos e suas fontes de inspiração, lembrando que sua ela parte sempre do conceito de ecossistema. Ainda nesta seção, apresentamos de forma breve a ecometodologia, ou seja, a metodologia própria aplicada em pesquisas da ADE. Na seção intitulada “Análises”, apresentamos e discutimos as dificuldades que o povo venezuelano enfrenta ao chegar em solo brasileiro, relacionando essas dificuldades às recomendações e princípios da ADE. Os depoimentos dos imigrantes venezuelanos são analisados levando-se em consideração a ecologia da interação comunicativa (EIC), ou seja, os elementos presentes no momento do ato da

ECO-REBEL

interação comunicativa (AIC) em si, que consiste no fluxo interlocucional entre os interlocutores. Por fim, mas não menos importante, temos as observações finais.

2 O problema dos venezuelanos no Brasil, suas causas e consequências

É de conhecimento geral que a Venezuela enfrenta uma de suas maiores crises econômicas, sociais, políticas e humanitárias da história. A crise enfrentada por esse país, que ainda sofre com a rivalidade entre os governos de Nicolás Maduro e Juan Guaidó, ocasionou o êxodo em massa do povo venezuelano. Conforme o site *Gazeta do Povo* (2021), estima-se que 7 milhões de venezuelanos já deixaram o país, superando até mesmo o êxodo de sírios: a Síria enfrenta uma crise civil desde 2011.

Enquanto a Venezuela convive com uma disputa político-ideológica, sanções econômicas de nações de todo o globo lhe são impostas, levando a população ao emprego, com desvalorização recorde de sua moeda, colapso dos sistemas públicos e a violação dos direitos humanos. Os índices comprovam essa emergência, visto que quase 95% da população do país vivem abaixo da linha da pobreza, segundo a *Gazeta do Povo* (2021). Vale ressaltar, ainda, que as prateleiras dos mercados das cidades venezuelanas estão praticamente vazias, faltando inclusive produtos básicos de higiene e alimentação (PINTO; OREGON, 2018).

Outro fator que agravou a crise na Venezuela é a pandemia da Covid-19, que resultou em mais de 500 mil casos e mais de 5.000 mortes por todo o país. Além das dificuldades em receber auxílios básicos do governo, o povo venezuelano ainda enfrenta uma fraca campanha de vacinação, favorecendo a circulação do vírus. Dentre os mais diferentes países escolhidas pelos povos que emigraram da Venezuela em busca de sobrevivência e de melhores condições de vida, destaca-se o território brasileiro.

O Brasil é um dos destinos escolhidos pelos venezuelanos por questões geográficas, históricas e geopolíticas. A cidade fronteiriça de Pacaraima abriga muitos venezuelanos com o intuito de chegar a Boa Vista, em Roraima (PINTO; OREGON, 2018). É nesta região que ocorre a conversão de moedas, assim como o pagamento pela entrada no Brasil. Contudo, muitas pessoas não têm condições de pagar por essa viagem e, assim, arriscam suas vidas andando a pé pelas rodovias entre os dois países.

ECO-REBEL

Os estados do centro-oeste brasileiro tornam-se refúgio para esses sujeitos que entram no Brasil, pois estas regiões possuem alguns asilos para ajudá-los em suas dificuldades. No entanto, ao chegar no centro-oeste, esses indivíduos deparam-se com inúmeros desafios, como moradia, emprego, diferenças étnico-culturais e linguísticas. As dificuldades linguísticas se dão pelo fato de falarem a língua espanhola, enquanto as diferenças étnico-culturais acontecem pelos costumes, valores e crenças.

Os venezuelanos têm inúmeras dificuldades para conseguir emprego no Brasil, conforme relatado nos depoimentos dos *youtubers*. Assim, um dos empecilhos para conseguir trabalho refere-se à perda dos documentos durante a travessia entre os estados-nações, o que dificulta mais ainda o processo de cidadania (PINTO; OREGON, 2018). Como não conseguem trabalho, esses sujeitos aventuram-se nos semáforos da cidade e em praças, como já se pode ver em Goiânia. Esses indivíduos encontram-se em situação de mendicância acompanhados, na grande maioria das vezes, de suas esposas, filhos e outros membros da família.

A presente pesquisa busca descrever essas vivências e dificuldades, relacionando-as com os princípios da ADE, que recomenda a defesa da vida. É importante adiantar que a ADE recomenda lutar contra o sofrimento evitável (COUTO, 2020). Há alguns sofrimentos que não se pode evitar, como, por exemplo, a morte de uma pessoa com uma doença terminal, a predação que ocorre na natureza na cadeia alimentar, dentre outros.

3 Análise do Discurso Ecológico

Conforme já mencionado, este trabalho se embasa nos pressupostos teóricos da análise do discurso ecológico (ADE). A ADE dispõe de algumas fontes de inspiração para análise dos fenômenos linguísticos sob uma perspectiva ecológica. As principais fontes são a ecologia profunda formulada pelo filósofo norueguês Arne Naess, o taoísmo, a análise de discurso positiva proposta por Martin (2004) e a ecologia social, entre outras. A ADE tem o intuito de analisar e compreender como os discursos e sentidos são construídos, partindo sempre do ecossistema linguístico e dando ênfase à defesa da vida. Ela pode se dedicar ao estudo de todo e qualquer fenômeno linguístico (COUTO; FERNANDES, 2021), não apenas os de cunho político-

ECO-REBEL

ideológico, pois, como a linguística ecossistêmica de que faz parte, ela olha para seu objeto holisticamente.

A ADE preocupa-se com entender como os discursos atuam e emergem nos ecossistemas. Ela entende que a língua/linguagem é um fenômeno biopsicossocial. Considerando que a ADE parte das interações comunicativas no seio do ecossistema linguístico, ela traz a ideia de que o texto-discurso surge de uma interação comunicativa que produz sentidos em uma rede de interações comunicativas, em um sistema complexo. Nesse âmbito de produção de sentidos estão envolvidas as dimensões natural, mental e social (COUTO; FERNANDES, 2021), não apenas a social, como é praxe nas demais teorias de análise do discurso.

Empregamos a expressão texto-discurso, pois todo discurso é materializado em um texto, assim como todo texto veicula um discurso. Dessa forma, o texto é uma forma pela qual o discurso caminha. Um texto é um evento no âmbito da comunicação e pode emergir sob diversas formas. Discursos diferentes podem vir em qualquer forma de texto se entendemos que discurso são os valores socioculturais que permeiam qualquer tipo de texto (SILVA, 2022). O discurso é "a relação entre os modos de ver/interpretar o mundo (perspectivas) em dado ecossistema linguístico e como se pode interagir comunicativamente/agir a partir deles" (SILVA, 2022, p. 19).

Partindo do ecossistema linguístico, a ADE utiliza a ecologia da interação comunicativa (EIC), que investiga as categorias do fluxo interlocucional, ou seja, os elementos que constituem o diálogo (LUIZ; COUTO, 2021). Assim, ao discutir sobre os atos de interação comunicativa (AIC), ela analisa categorias linguísticas como as sintáticas, morfológicas e semânticas, além das paralinguísticas. Dessa forma, a ADE dedica-se ao estudo do "cenário onde a interação acontece, do falante e do ouvinte que estabelecem a comunicação, das regras interacionais que determinam as regularidades da interação de uma sociedade" (LUIZ; COUTO, 2021, p. 100). Em síntese, a ADE se dedica ao estudo do discurso nos ecossistemas.

Vale mencionar, ainda, os conceitos, categorias e propriedades que os praticantes de ADE utilizam para analisar seus objetos de estudo. São eles: a) a defesa incondicional da vida, b) recomendação para intervir em defesa da vida e evitar o sofrimento evitável, c) a abordagem das questões pelo lado positivo, não pelo negativo, buscando a harmonia e a comunhão (MARTIN, 2004). Contrariamente a outras vertentes de análise do discurso, a ADE "pode se debruçar sobre

ECO-REBEL

todo e qualquer texto-discurso, uma vez que sua visão é holística, embora seu texto-discurso prototípico seja o dialógico” (COUTO, 2020, p. 10).

Vemos a língua, dentro da ADE, como uma interação verbal ou interação comunicativa dentro do ecossistema linguístico, análogo ao ecossistema biológico, com exceção das interações sistêmicas (sintáticas, morfológicas, semânticas) que não existem no ecossistema biológico. O importante é que esses dois ecossistemas constam de uma população de organismos vivos – chamada povo (P) no ecossistema linguístico –, um lugar ou território (T) em que esses organismos, ou povo, vivem e convivem, bem como o modo de seus membros interagirem entre si, sua linguagem/língua (L).

Na obra supracitada, Couto & Fernandes (2021) apresentam as três dimensões do ecossistema linguístico. São elas: natural, mental e social. O ecossistema natural é um meio ambiente complexo que envolve, além do ser humano, todo o meio ambiente circundante, aí inclusos os propriamente “naturais” e ambiente construído, como as cidades e outras construções humanas que passam a ter existência própria (COUTO; FERNANDES, 2021). O ecossistema mental deve ser entendido como habilidade interior de cada um dos membros da comunidade. Cada indivíduo é dotado de um cérebro no qual há uma mente. No caso, o T é o cérebro, onde ocorrem interações entre os neurônios. Essas interações constituem a mente. Já o ecossistema social é constituído por sujeitos, como seres que interagem num meio social, envolvidos nos diversos papéis sociais em que suas interações constituem a linguagem como um fenômeno social e histórico (COUTO; FERNANDES, 2021). Vale ressaltar que esses ecossistemas não são independentes, eles interagem entre si, constituindo o ecossistema integral da língua. Vale ressaltar também que o ecossistema mental da língua está entre o natural e o social, é um tipo de elo entre eles. Por exemplo, o social só se relaciona com o natural via mental, e vice-versa.

Tendo em vista o exposto acima sobre os ecossistemas, a ADE busca:

olhar para as interações como fundamento da existência do discurso, em que a língua se encontra articulada ao meio ambiente. Pensa-se, dessa maneira, numa forma de ecossistema fundamental da língua (EFL), ou ecossistema integral da língua, na medida em que reúne, em sua base, três meios ambientes que, em conjunto, propiciam sua existência, sua produção e disseminação (SILVA, 2022, p. 92).

ECO-REBEL

Como a ADE adota a visão ecológica de mundo (VEM), faz-se necessário explicitar o que compreendemos por isso. Quem adota a VEM passa a ver o mundo de modo inteiramente diferente da visão ocidental, olhando para seu objeto de estudo em sua integralidade (holismo), além de procurar abordá-lo pelo lado positivo, não no sentido de desconsiderar o que é negativo, mas no sentido de observá-lo por outro prisma (LUIZ, 2017, p. 88). A VEM possibilita um olhar diferente para o mundo, uma forma de ver do ponto de vista ecológico. Dessa forma, “um ecólogo deve preocupar-se até mesmo com a linguagem que emprega, priorizando aquela que não incita à depredação da natureza, verificando seu objeto de estudo de uma maneira mais ampla, como parte de uma totalidade” (LUIZ, 2017, p. 88).

Com relação à metodologia adotada neste trabalho, utilizamos a ecometodologia, que se constitui como uma metodologia própria da análise do discurso ecossistêmica. A “ecometodologia é vista como o ponto de vista da cumeeira da casa, ou o topo da montanha de Löwy, de onde se pode ter uma visão do todo (holismo)” (COUTO, 2018, p. 26). Isso não significa que o pesquisador é onisciente e consegue observar todos os aspectos do objeto de estudo de uma só vez. Pelo contrário, ele pode observar determinado aspecto microscópico do objeto mediante o método da focalização de Mark Garner, mas sem perder de vista o todo do qual ele faz parte. A ecometodologia é de base empírica e dialética (COUTO, 2018). Ela inicia-se preferencialmente pelo objeto de estudo e enceta um diálogo com o modelo teórico. Contrariamente às metodologias de cunho tradicionais, a ecometodologia pode partir tanto do objeto quanto do ponto de vista teórico, pois sempre os fará dialogar entre si (COUTO, 2018).

É importante enfatizar o método da focalização sugerido por Garner. Para esse autor, o conceito de focalização implica prestar bastante atenção a um problema ou fenômeno contra o pano de fundo do contexto em que ele ocorre. O autor apresenta o exemplo de um filme em que a câmera pode focalizar a face de um ator com o intuito de chamar a atenção para uma expressão particular, mas, durante o tempo em que os outros elementos da cena estiverem fora de foco, estão ainda lá como um pano de fundo essencial para entender a expressão (GARNER, 2004).

4 Análises

Para a descrição, análise e discussão dos dados desta pesquisa, partimos dos comentários e depoimentos dos/as *youtubers* venezuelanos/as que relataram as dificuldades enfrentadas e as

ECO-REBEL

vivências ao chegar no Brasil, emigrando da Venezuela. Os canais da plataforma *YouTube* que foram escolhidos para desenvolver o artigo são: Liberdade Venezuela, de José Gabriel, Thays e Thayle e José Luiz Ferrer. Justificamos a escolha desses canais pelo número de inscritos e pelo perfil dos *youtubers* de cada canal. São canais em que os seus criadores relatam as dificuldades enfrentadas ao chegar no Brasil, como emprego, cultura, língua etc. Há um grande número de visualizações e *likes* nos vídeos desses imigrantes; os vídeos têm, em média, de 8 a 12 minutos.

Os perfis dos criadores desses canais são de jovens que tinham emprego na Venezuela e precisaram deixar o país devido à crise econômica e política. Por exemplo, o proprietário do canal Liberdade Venezuela era cabeleireiro em sua terra natal e, no Brasil, continuou a exercer essa profissão. Já José Luiz Ferrer, em busca de melhores condições de vida, resolveu se tornar comerciante no Brasil. Uma curiosidade importante sobre Thays é que ela escreveu um livro (*no prelo*) que narra sua história de vida, desde a saída da Venezuela, passando pela fronteira dos estados-nações até a chegada e os desafios no território brasileiro. É importante mencionar que os vídeos dos três canais são destinados a pessoas de todas as idades e credos, pois os criadores apenas relatam suas vivências e as dificuldades enfrentadas ao chegarem no Brasil.

Iniciaremos pelo canal Liberdade Venezuela, segue a transcrição:

Liberdade Venezuela

Esses dias fiquei pensano nas situaciones que eu vivi lá em Boa Vista, Roraima, perto da frontera com a Venezuela... e foram situaciones que me incomodaram muito [...] Bom, a primera vez que senti algo relacionado à xenofobia fue quando eu fiquei no hospital de Roraima... o hospital Coronel Mota.... Fiquei nesse hospital em treis ocasiones, e todas as veces que fui lá, cheguei ses da manhã e tive que facer uma fila enorme pra ser atendido.... Dessas treis veces, só una vez eu consegui falar com o médico que fue na última. [...] Ao reclamar com a coordenadora do serviço ruim prestado pelo hospital, ela disse que estava tentando facer o que pudesse, mais se estava incomodado com o servicio podia voltar pra o mio país e procurar um médico lá.... Aí eu me senti muito rui, porque eu achei que no era essa forma de responder. A coordenadora disse ainda, que ela no tem culpa de termos escolhido ese presidente da Venezuela, ese ditador. [...] Outra situacione que eu vivi fue no supermercado, eu entrei com mi namorada né... aí ela ficou olhando um *shampoo*, e ela estava procurando um *shampoo* sem sal, [...] então ela ficou meia hora procurando um *shampoo* e no achou. [...] Eu percebi que tinha um cara que estava seguindo a gente pelos corredores do supermercado [...] e quando a gente ia saindo... na entrada do supermercado, um

ECO-REBEL

cara simplesmente disse assim pra a gente “pera aí, deixa eu dar uma olhada na sua bolsa” e ela ficou assim... nossa... surpresa. [...]

Segundo o relato acima, é importante pensarmos na escolha da expressão “algo relacionado à xenofobia” dita por José Gabriel em seus relatos. Essa expressão nos leva a refletir se o que ele vivenciou foi realmente uma situação xenofóbica, pois ele poderia dizer “a primeira vez que sofri com xenofobia” ao invés de dizer “a primeira vez que senti algo relacionado à xenofobia”. A escolha de palavras parece uma tentativa de amenizar a situação, de relatar o preconceito, mas sem afirmar de fato ser um preconceito. Há uma possibilidade dele ter utilizado a segunda expressão pelo receio de ser julgado ou mal interpretado e, ainda, acusado de vitimismo como muitas vezes acontece na internet.

Em contrapartida, o *youtuber* não hesita em dizer o nome do hospital, de modo que não quer esconder ou proteger quem o ofendeu. O hospital deve ser um lugar de refúgio, de cuidado com o outro. No entanto, isso não ocorreu. Outra coisa interessante é que ele menciona o nome do hospital, mas não do supermercado. Entretanto, não parece querer manter o supermercado em anonimato nem nada do tipo, só parece não se atentar para o nome dele. Podemos pensar que o supermercado é um lugar impessoal, as pessoas vão para fazer as suas compras e nada mais. Já o hospital é um local que pressupõe acolhimento, empatia, visto que existe para cuidar das pessoas. Nota-se que o espaço faz toda a diferença. Destaca-se, assim, um dos aspectos do ecossistema natural, o espaço e a ausência de empatia dos atendentes, comunhão (COUTO; COUTO & BORGES, 2015).

Como se vê, nas primeiras dificuldades descritas acima, o sujeito venezuelano relata ter passado por situações complicadas, como não receber atendimento em hospitais e ser acusado de roubar produtos de supermercados, o que, de fato, não ocorreu. A afirmação da coordenadora de não ter culpa da insatisfação dele com os serviços prestados, dizendo a ele para retornar à ditadura do seu país revela uma falta de empatia para com o sofrimento alheio, não importa de quem. De novo, ausência de comunhão com os clientes.

Outro fator importante na descrição acima diz respeito a acusar Gabriel e sua namorada de furtarem produtos e passarem por uma agressão verbal, sugerindo/afirmando levemente que

venezuelano é “ladrão”. Propomos aqui uma associação com os ecossistemas mental e social, pois esse estereótipo de “imigrante ladrão” parece já enraizado na mente das pessoas.

As descrições de José Gabriel nos levam a refletir sobre a ausência de comunhão de funcionários do hospital e do supermercado, sendo que ela é um pré-requisito para a eficácia da interação comunicativa (COUTO, 2012). A atendente não estava interessada nos problemas dos imigrantes. Enfim, não houve harmonia nem comunhão entre brasileiros e venezuelanos nesse contexto e nas demais dificuldades enfrentadas que foram relatadas pelo *youtuber*. Por meio da acepção do dicionário *Houaiss*, Couto diz que estar em comunhão “é estar em sintonia em termos de sentimentos, de modos de pensar, agir ou sentir” (COUTO, 2012, p. 70). Analisaremos, agora, as dificuldades e vivências relatadas por Thaysle em seu canal do *YouTube*:

Thays & Thaysle

En nuestro caso, moramos na parte das barracas de plástico que eram pequenas e na parte de mulheres solteiras (...) No era muito grande, lembro que parecia uma casinha de bonecas pras crianças brincarem. A gente morou com algumas mulheres na mesma barraca de plástico com quinze metros quadrados, ou seja, era bem pequeno para cinco ou seis mulheres. (...) No tiempo que a gente ficou nesse abrigo, haviam muitas famílias com pessoas com câncer, vinha da Venezuela com aquelas doenças e sem medicação. Como as doenças estavam avançadas e aí muitas pessoas morreram, aconteceram também muitos nascimentos. Fue una mistura de emociones, a gente ficou um mês no abrigo Rondon três e muitas coisas aconteceram. (...) Houve um tiempo em que não tínhamos lugar nem para dormir, que é uma realidade muito triste dos imigrantes que tem milhares de pessoas que sem ter um lugar pra se refugiar decidem ficar nas ruas. No tive escolha também e já morei na rua. (...) lembro que na época o natal estava quase próximo, aí a gente decidiu né... ficar na rodoviária e ficá junto com as pessoas que estavam na mesma situacione que nois.

Há alguns aspectos dos relatos de Thays e Thaysle que valem a pena ser ressaltados e analisados. A *youtuber* afirma ter ficado na parte de mulheres solteiras da barraca. Devemos pensar no que leva a essa separação, quais são os valores e visões de mundo aí embutidos pelos sujeitos envolvidos. Vale pensarmos, em primeiro momento, na separação entre homens e mulheres no abrigo; isso seria uma forma de resguardar as mulheres de um possível constrangimento ou assédio naquele ambiente? Mas, por que a separação entre mulheres casadas e solteiras? São questões que levantamos a partir dos relatos das *youtubers* e que não são explicadas por elas, mas pode-se

ECO-REBEL

deduzir que tenha a ver com a ideologia machista, visto que os maridos cuidam de suas esposas caso algo acontecesse com elas.

Além disso, nos relatos da *youtuber*, há também a comparação com uma casinha de boneca. Ao pensarmos nessa questão, uma casa de boneca é literalmente um brinquedo, um objeto que serve para a fruição de seu dono. Além da questão do tamanho, será que há outra razão para ela ter feito essa comparação? Algo no sentido da moradia ser indigna, visto que o valor atribuído a uma casa de verdade e a um brinquedo infantil é diferente. Há também a questão do espaço: pode-se pensar no porquê da escolha da rodoviária dentre tantos outros lugares públicos que existem. Contudo, a *youtuber* apenas mencionou que escolheu a rodoviária, pois havia ali outros imigrantes venezuelanos/as e, dessa forma, poderia se sentir mais em casa, devido aos conterrâneos estarem na mesma situação dela. Nesse sentido, pode-se imaginar que a escolha da rodoviária se dá por ser um lugar impessoal, onde viajantes e pessoas sem-abrigo que não têm moradia optam por estarem com a família e entes queridos.

Nos excertos acima, nota-se a importância da criação de refúgios para os venezuelanos desenvolvidos através de movimentos sociais, cujo foco é ajudar e auxiliar os imigrantes com suas dificuldades. As barracas dos abrigos não eram tão confortáveis, visto que eram pequenas e feitas de plástico. Outro relato feito por Thayle é sobre pessoas com doenças e sem a devida medicação que, em alguns casos, morreram. Isso vai frontalmente contra um dos princípios mais importantes da ADE, a defesa da vida, evitando todo o sofrimento evitável (COUTO, 2020). No caso, não houve intervenção para que eles fossem respeitados.

Diante dos relatos da *youtuber*, constatamos que, como no depoimento de José Gabriel, houve falta de compaixão para com os venezuelanos. Ao estar em situação de rua com sua família, Thayle nos conta sobre o primeiro natal que passou no Brasil, em que esteve em uma rodoviária com outros imigrantes que estavam na mesma situação. O que podemos observar, por meio deste relato, é que não se tem uma autorrealização (COUTO, 2012) desses sujeitos, pois, ao passarem por inúmeras dificuldades, não conseguem desfrutar dessa data comemorativa.

Sabemos que a visão ecológica de mundo (VEM) propõe que cada falante seja observado em seu todo, nas diversas interações. Por isso, a importância de observar as interações comunicativas, os relatos dos sujeitos da pesquisa, o recolhimento dos dados, assim como a análise e reflexões dos dados obtidos.

ECO-REBEL

Por fim, segue a transcrição do *youtuber* José Luis Ferrer que, como os outros youtubers venezuelanos, consegue falar português fluentemente, apesar do sotaque espanhol:

José Luis Ferrer

Eu demorei cuatro dias para chegar até Manaus, porque do mio estado tive que ir para otro estado que faz frontera com o Brasil, daí pulei pra Roraima e de Boa Vista pulei pra Manaus. Então, nessa travessia foram cuatro longos dias.... passei em rodoviária, em estradas, dentro de ônibus rodando e todas essas cosas. Bom.... cheguei en Brasil. Lembro que cheguei con cem dólares. Acho que... lá em 2016, cem dólares estavam valendo 250 a 300 reais. Tá... a gente já chegou lisos. Tinha que procurar algo pra fazer, então.... já me joguei na rua, começou ver que cosas a gente poderia vender. Daí começamos a vender aqueles picolés né, sorvetinho e sacolés también. A gente comprava e revendia. (...) As pessoas queriam saber de donde eu era, por causa do mio sotaque, mas eu não sabia falar português. (...) Poco a poco, fui aprendendo português, fue escutando músicas, fue abrindo meu círculo de amizades pra pessoas brasileiras que foram me ensinando o português. (...) Todas as pessoas falam que lá pro sul do Brasil tem mas oportunidades de trabalho e tudo mas. Então.... a gente vai experimentar mais lá pro sul, a gente conseguiu vender algumas coisas que tínhamos. Pensa, gente! Vendi tudo, só não vendi o celular, porque eu precisava né.... Vendemos fogão, vendemos geladeira, vendemos closet, guarda roupa, cama, tudo. A gente conseguiu comprar uma passagem, então consegui o mio primeiro emprego em Curitiba.

A questão da fronteira, presente no relato acima, se relaciona ao conceito de porosidade, importante para teorias embasadas no ecossistema, como a ADE. Para Couto (2012), uma característica relevante do ecossistema é o que chamamos de porosidade, visto que ele não tem fronteiras delimitadas. O que existe é um *continuum*, “justamente devido ao fato de que tudo no mundo está de alguma forma inter-relacionado” (COUTO, 2012, p. 51). Cabe aqui pensar que há um fluxo de pessoas entre as fronteiras, mas não necessariamente um fluxo de ideias. Vale dizer, as fronteiras entre os países são artificiais, arbitrárias: na natureza não há fronteiras. A questão de não saber falar a língua tem a ver diretamente com os três elementos do ecossistema, P-T-L, que, juntos, constituem a identidade de um povo. Nesse caso, os indivíduos perderam não apenas seu território, mas também a sua língua. A situação em si, obviamente, continua sendo desarmônica para os venezuelanos. A instauração de uma comunhão entre as partes é fundamental para haver uma mudança para melhor.

ECO-REBEL

Por meio da transcrição acima, observamos as dificuldades enfrentadas por José Luis em solo brasileiro, como a dificuldade e a necessidade de vender seus produtos para juntar dinheiro a fim de viajar para outras regiões do Brasil. Nesse sentido, os relatos apontados por José Luis servem como base para pensarmos nas recomendações da ADE, uma vez que essa disciplina recomenda a harmonia e a comunhão nas interações que ocorrem dentro de um ecossistema linguístico (COUTO, 2020).

Nesse momento, faz-se necessário abordar os tipos de sofrimento, que também podem ser natural, mental e social. O sofrimento físico (natural) máximo é a morte. No entanto, uma lesão, a mutilação de um órgão, uma tortura física e qualquer outro tipo de ferimento também trazem sofrimento físico aos seres vivos.

O sofrimento mental pode ser causado por uma tortura verbal. Alguns prisioneiros de guerra já foram submetidos não apenas à tortura física, mas também à mental. Couto; Couto & Borges (2015, p. 76), ao falar sobre o sofrimento mental, comentam que “numa empresa, um chefe neurótico pode provocá-lo em um subordinado, o que, aliás, às vezes até têm nomes específicos, como assédio (moral, sexual), provocações, humilhações, gritos, insultos etc”. É o que aconteceu nas cenas do hospital e do supermercado mencionadas acima. Já o sofrimento social pode ser provocado quando alguém difama outra pessoa, criando intrigas contra ela, tentando desmoralizá-la nos contextos da comunidade a que pertence (COUTO; COUTO & BORGES, 2015). Infelizmente, os relatos acima de venezuelanos revelam que passaram pelos três tipos de sofrimento.

Para contextualizarmos esses sofrimentos em consonância com a proposta do presente ensaio, podemos dizer que as pessoas privadas do atendimento médico, por exemplo, passam por um sofrimento natural. O preconceito verbal e as acusações de roubo são um sofrimento social, que gera constrangimento perante a sociedade, o que inclui sofrimento mental. No caso dos venezuelanos, todos esses tipos de sofrimento estão sendo experienciados simultaneamente. Nesse sentido, devemos refletir sobre esses fatos e pensarmos no que pode ser feito para mudarmos essa situação, por meio de intervenções a fim de evitar esses sofrimentos.

Ao falar das interações com os brasileiros e brasileiras, José Luis Ferrer relata que as pessoas queriam saber de onde ele era devido a seu sotaque, pois ele não falava português, ou seja, havia uma barreira linguística entre venezuelanos e brasileiros nesse contexto. Contudo, o

youtuber afirma que pouco a pouco, através da interação, foi aprendendo o português com músicas, ampliando o círculo de amizades e com pessoas brasileiras que lhe foram ensinando o português. Isso confirma mais um dos princípios da LE e da ADE: a língua se forma e transforma nos atos de interação comunicativa.

O relato do imigrante venezuelano revela que houve também preconceito linguístico ou provavelmente outros preconceitos em torno da linguagem, como racismo, sexismo, xenofobia etc (COUTO, 2009).

5 Observações Finais

O objetivo do presente trabalho era descrever e analisar as dificuldades e vivências enfrentadas pelos imigrantes venezuelanos em solo brasileiro sob a ótica da análise do discurso ecossistêmica (ADE). Descrevemos as dificuldades e as vivências dos sujeitos venezuelanos e analisamos essas dificuldades a partir dos pressupostos, dos conceitos e categorias utilizadas pela ADE que defende a vida. O trabalho teve como implícita a visão ecológica de mundo (VEM), além do paradigma ecológico que pode ajudar a explicar as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos venezuelanos, como dificuldades com emprego, moradia, alimentação e diferentes formas de preconceito.

No corpo do texto, argumentamos sobre as dificuldades dos sujeitos venezuelanos em solo brasileiro, assim como o trajeto que enfrentam ao fugir da Venezuela e chegar ao Brasil. Notamos que as dificuldades dizem respeito à cultura, à língua, às dificuldades financeiras e às interações com os brasileiros. Discutimos, também, os princípios e os conceitos da ADE, disciplina que utilizamos como orientação teórica para analisarmos as vivências e dificuldades dos sujeitos venezuelanos em solo brasileiro.

Assim, este trabalho colabora no entendimento de que os fenômenos da linguagem e os conceitos abordados ocorrem em múltiplas instâncias da sociedade. Este trabalho, ao investigar as vivências dos imigrantes venezuelanos, contribui para a expansão das pesquisas realizadas sob a ótica da ADE, bem como abre caminhos para novas investigações que tenham como objetivo analisar fenômenos linguísticos levando-se em consideração a ideologia da vida.

Referências

COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. *Análise do discurso ecossistêmica (ADE): teoria e prática*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Linguística / Universidade de Brasília, 2021. Disponível em:

<http://www.ecoling.unb.br/images/ADE.pdf>

COUTO, Hildo Honório do. A metodologia na linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 4, n. 2, p. 18-33, 2018.

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967/8800>

_____. Análise do discurso ecossistêmica – ADE. *Arboles y Rizomas*, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2020.

_____. Ecolinguística. *Cadernos de linguagem e sociedade*, v. 10, n. 1, p. 125-152, 2009.

_____. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Thesaurus Editora, 2007.

_____. *O tao da linguagem: um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012.

_____; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. *Análise do Discurso Ecológica – (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015.

ÊXODO Venezuelano pode superar o sírio em 2022. *Gazeta do Povo*, 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/exodo-venezuelano-pode-superar-o-sirio-em-2022/>

GARNER, Mark. *Language: An ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.

HAUGEN, E. The Ecology of Language. In: DIL, A. S. (org) *The Ecology of Language: Essays* by Einar Haugen. Stanford: Stanford University Press, 1972.

José Luis Ferrer. Venezuelano morando no Brasil. Te conto a minha história de como cheguei no brasil no ano 2016. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cEKILPTg4Ts>

LIBERDADE VENEZUELA. Nós venezuelanos sofremos xenofobia no Brasil? O que é Xenofobia?. YouTube, 2021. <https://www.youtube.com/watch?v=LfgwF70aR94>.

LUIZ, Michelly Jacinto Lima; COUTO, Kioko Nakayama Nenoki do. Uma Leitura ecossistêmica do conto Maria, da autora Conceição Evaristo. *Ecolinguística: Revista Brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 7, n. 1, p. 92–109, 2021.

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/35360/29030>

LUIZ, Michelly Jacinto Lima. As práticas religiosas em O pagador de promessas sob a perspectiva da ADE. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 3, n. 1, p. 84–95, 2017.

ECO-REBEL

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/10739/9434>

MARTIN, James R. *Positive discourse analysis: Solidarity and change. Revista canaria de studios ingleses*: 179-200, 2004.

PINTO, Lara Constantino; OBREGON, Marcelo FQ. A crise dos refugiados na Venezuela e a relação com o Brasil. *Derecho y Cambio Social*, p. 1-21, 2018.

SILVA, Anderson Nowogrodzki da. O conceito de discurso sob a perspectiva da Análise do Discurso Ecológica. *Boletim do GEPLA* (Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Ecológica), Brasília, DF, v. 10, p. 16-21, 2022.

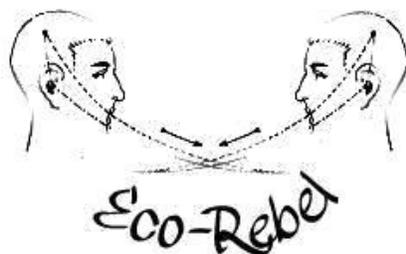
<http://www.ecoling.unb.br/images/numero10.pdf>

Thais & Thayle. Assim é morar em um abrigo para refugiados venezuelanos no Brasil. YouTube, 2022.

<https://www.youtube.com/watch?v=3WyC6ouT2YQ>

Aceito em 26 de abril de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



MARIANA E BRUMADINHO: VOZES DE VÍTIMAS E JUSTIÇA NO DESASTRE AMBIENTAL DE MINAS GERAIS

Shirley Maria Batista (Università degli Studi di Udine, Itália)

Abstract: Studies on the relationship between language and ecology have brought attention to the effects of human action on the system on which life depends by identifying discourses and worldviews included in language use along with their impacts on biodiversity. Following this perspective, this article deals with discourses about the collapses of the Mariana and Brumadinho dams with the objective of accessing and analyzing the narrative of the events from the perspective of the victims, the re-presentation of the victim and the construction of justice as a discourse. Based on the combination of interdisciplinary perspectives from Ecolinguistics, Ecocriticism and Partnership Studies, the analysis is based on methodological instruments for identifying discourses and debates about stories (STIBBE, 2021). It also starts with an Ecosophy founded on the principles of care, partnership, protection and justice (EISLER, 1988, 2018; EISLER; FRY, 2019).

Key words: Ecolinguistics; Mariana and Brumadinho dam collapse; *Stories*; *Partnership*.

Resumo: Os estudos sobre as relações entre língua e ecologia levaram a atenção para os efeitos do agir humano sobre o sistema do qual a vida depende através da identificação de discursos e visões do mundo incluídas no uso da língua juntamente com seus impactos na biodiversidade. Seguindo essa perspectiva, esse artigo trata de discursos sobre os desabamentos das barragens de Mariana e Brumadinho com o objetivo de acessar e analisar a narrativa dos eventos na perspectiva

das vítimas, a reapresentação de vítima e a construção de justiça como discurso. Baseado na junção de perspectivas interdisciplinares de Ecolinguística, Ecocrítica e Partnership Studies, a análise baseia-se nos instrumentos metodológicos para a identificação de discursos e debates sobre *stories* (STIBBE, 2021). Parte-se também de uma Ecosofia fundada nos princípios de cuidado, *partnership*, proteção e justiça (EISLER, 1988, 2018; EISLER, FRY, 2019).

Palavras-chave: Ecolinguística; Rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho; *Stories*; *partnership*.

1. Introdução

Os estudos das relações entre língua e ecologia avançados pela ecolinguística nos permitem entender como determinados discursos promovem modos de comportamento mais ou menos benéficos para com a ecologia, pois na ótica ecolinguística a língua não é meramente um código de comunicação, mas uma forma de comportamento, como sugere a expressão “atos linguísticos” ao definir a vasta gama de atos que uma comunidade de falantes pode realizar através de sua língua. Muitos são os exemplos do agir humano sobre os sistemas que suportam a existência da vida no planeta, desde questões ambientais a questões sociais, que se manifestam como resultados de visões de mundo e ideologias impregnadas na língua e colocadas em prática por parte de poderes dominantes. Sendo uma forma de comportamento e interação, a língua pode criar uma enorme quantidade de possibilidades que podem se tornar ordinárias ou convenções, e uma vez que baseadas em pressuposições (ideologias), tais formas de comportamento, ordinárias ou convenções legitimam relações sociais e diferenças de poder, como afirma Fairclough (2001, p. 2). De fato, formas de domínio e exploração demonstram, como se vê em Halliday (1990), a capacidade da língua de moldar a experiência humana e criar significados.

A língua reflete o modo em que os seres humanos se relacionam entre si e com o mundo, pois “o mundo natural é influenciado por nossos pensamentos, conceitos, ideias, ideologias e visões de mundo que, por sua vez, são moldados pela língua” (STIBBE, 2021, p. 2). Existe então uma profunda correlação entre língua e ambiente, visto tanto como natural quanto social, que pode ser identificada por exemplo em situações de estereotipização como os exemplos citados por Couto tais como antropocentrismo, etnocentrismo, androcentrismo, sexismo, racismo e classismo (COUTO, 2009, p. 130-135). A visão ecossistêmica da língua (COUTO, 2016, p. 389) mostra,

ECO-REBEL

portanto, que a língua funciona em uma rede de inter-relações dentro de três ambientes interconexos: o ambiente natural, mental e o social.

Diferentes visões do mundo levam a diferentes estratégias e modelos de organização social, como demonstrado pela estudiosa Riane Eisler em sua teoria sobre a evolução cultural. Eisler (1988) identifica dois modelos basilares de organização social: o modelo do dominador, baseado em formas de *ranking*, e o modelo de parceria (*partnership model*), baseado em formas de *linking*. O modelo do dominador e o modelo de *partnership* formam as extremidades de um continuum em cujo interior se encontram numerosas polarizações e oposições binárias. A teoria explica claramente como a maior parte das questões que afligem a sociedade em escala global são na realidade consequências do modelo do dominador e de suas estruturas hierárquicas. Um exemplo é claramente a visão do meio ambiente como fonte de recursos para serem explorados a favor do bem-estar econômico humano, onde se entende como “humano” um grupo social limitado, ao passo que os povos indígenas, as comunidades locais e tradicionais, assim como os ecossistemas em que vivem, se tornam vítimas de um processo que é antes de tudo ideológico. Uma visão oposta ao modelo do dominador é a visão ecocêntrica do mundo que se reflete, por exemplo, na língua dos *Borun*: “O córrego da Gata é igual a nossa mãe, todos os córregos são iguais a nossa mãe” (KRENAK et al., 2009, p. 21). Fica assim evidente o poder da língua não só para criar significados para o mundo mas também para definir o tipo de comportamento que a sociedade adota e as consequências a que os mesmos levam. Afinal,

[...] a língua é ao mesmo tempo uma parte da realidade, um modelador da realidade e uma metáfora para a realidade. [...] Em primeiro lugar, como parte da realidade, ela possibilita que as pessoas coordenem práticas materiais e estabeleçam as relações sociais que as acompanham. Em segundo lugar, ao permitir que essas formas evoluam também, como o “gerador” da realidade, tanto garante quanto ao mesmo tempo restringe suas evoluções em outro sentido. [...] E assim, em terceiro lugar, como uma metáfora para a realidade, a língua reencena, simultaneamente, em seu próprio sistema-e-processo interno, através de múltiplas formações fractais, as várias contradições e complementaridades que impõem à realidade que ela está construindo (HALLIDAY, 1990,p. 146).

As relações entre língua e meio ambiente são evidentes também na própria ecologia da língua: uma mudança no ambiente natural de uma língua pode impactá-la drasticamente. Quando uma

comunidade indígena ou tradicional perde o próprio ambiente natural, a perda envolve também a sabedoria tradicional e a cultura associada ao ambiente natural que se manifestam e se transmitem através da língua. O borun que perde o seu rio, perde um parente, uma fonte de sustento físico e espiritual, uma escola, a possibilidade de transmitir a própria cultura e a própria língua.

Passando então de uma visão dominadora a uma visão de *partnership* se torna claro que desastres ambientais, como o de Mariana e Brumadinho, causados pelo agir humano, devem ser considerados por uma ótica mais ampla para que a retórica do desastre não se limite a uma representação aproximativa que permita subestimar as consequências desses fatos. A opção de analisar os discursos sobre Mariana e Brumadinho da perspectiva das vítimas nasce da necessidade de se distanciar das “grandes” vozes da mídia com sua linguagem geralmente sensacionalista e dar espaço à ecologia das “pequenas” vozes.

2. Mariana e Brumadinho: uma análise linguística

A partir do contexto das relações entre língua e ambiente, defendi a dissertação *Mariana and Brumadinho: Voices of Victims and Justice in the Environmental Disaster of Minas Gerais* (2022, não publicada), baseada na análise e discussão de discursos sobre as tragédias das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) em Minas Gerais, envolvendo a atividade de mineração. A dissertação focaliza especificadamente a apresentação dos fatos e suas consequências segundo a perspectiva das vítimas e se baseia numa análise linguística que utiliza como arcabouço teórico a proposta de Stibbe (2021) para análise e discussão de ‘narrativas com que convivemos’ (*stories we live by*), ou seja, modelos mentais que influenciam o comportamento humano (STIBBE, 2021). Para a avaliação dos modelos mentais (*stories*) foi também formulada uma ecosofia fundada nos princípios de *partnership*, proteção, cuidado e justiça e que recusa qualquer forma de violência, destruição e violação de direitos. O objetivo é a identificação das escolhas linguísticas feitas na construção da identidade de vítimas e no discurso de justiça.

Para a análise dos materiais foi utilizada uma lente ecocrítica baseada na junção dos princípios de *Partnership*, dos valores da ecocrítica como linha de investigação e dos instrumentos e conhecimentos fornecidos pela ecolinguística, juntamente com a análise ecocrítica do discurso. Assim como a ótica de *partnership* nos permite superar a oposição binária humano/natureza e chegar à reavaliação do ser humano como parte integrante da biodiversidade, a ecocrítica tenta recuperar o valor do mundo além do humano em uma discussão em defesa da natureza que está

ECO-REBEL

associada também com a busca de uma justiça social (RIGBY, 2002, p. 4). Por fim, a análise do discurso no contexto da ecolinguística se concentra em discursos sobre o ambiente e sobre questões ecológicas baseados no conceito de ecologia como metáfora que considera uma vasta gama de aspetos como os habitantes de uma ecologia, a sua diversidade, o seu equilíbrio e as inter-relações entre os seus habitantes (FILL; MÜHLHÄUSLER, 2001, p. 3). Dessa forma, a própria língua é vista como parte integrante da ecologia, o que por sua vez permite uma abordagem pela análise do discurso que considere todos os aspetos, elementos e fenômenos linguísticos juntamente com suas implicações na construção de significados e suas consequências no mundo físico.

[...] A ecolinguística, então, trata de criticar as formas de linguagem que contribuem para a destruição ecológica e auxiliar na busca de novas formas de linguagem que inspirem as pessoas a proteger o mundo natural.

[...] A ecolinguística pode explorar os padrões mais gerais de linguagem que influenciam no como as pessoas pensam e tratam o mundo. Pode investigar as histórias pelas quais vivemos – modelos mentais que influenciam o comportamento e estão no cerne dos desafios ecológicos que enfrentamos (STIBBE, 2021, p. 1).

O material analisado¹ consta de três diferentes textos: a letra da música *O que dirá o mar?* (2020) de Dimir Viana; o texto da entrevista à líder indígena Shirley Krenak por Júlia Neiva (Business & Human Rights Resource Centre – 26 de Novembro 2016); depoimentos de vítimas de Brumadinho no relatório *270 Deaths Foretold, Report of the International Independent Commission of Inquiry on the Impact of the January 25, 2019 Brumadinho Dam Collapse* (The International Commission for Labor Rights, Critical Assistance for Working People and Trade Unions Worldwide, 2019).

O método de análise proposto por Stibbe (2021) se baseia na análise de esquemas linguísticos com foco em aspectos sociocognitivos permeados de manifestações linguísticas tais como “ideologias, arcabouços [framings], metáforas, avaliações, identidades, convicções, apagamentos, saliência e narrativas” (STIBBE, 2021, p. 16). Essas *stories* são consideradas com relação à ecosofia do analista e avaliadas como benéficas, destrutivas ou ambivalentes, de modo que é possível não só identificar um determinado discurso, mas também a reação mais adequada, ou seja, se tal discurso deve ser promovido, rejeitado ou aperfeiçoado:

¹ A dissertação foi idealizada e completada em língua inglesa e os materiais analisados foram considerados em versões traduzidas do português para o inglês.

ECO-REBEL

[...] histórias que valorizam e celebram a vida e o bem-estar de todas as espécies apelam à redução do consumo e promovem a redistribuição de recursos são avaliadas positivamente. Por outro lado, as histórias que tratam as pessoas ou outras espécies como recursos a serem explorados, promovem a distribuição desigual de recursos e o acúmulo de bens materiais se manifesta (STIBBE, 2021, p. 16).

A análise apresentada na dissertação tem como foco cinco tipos de recursos (*devices*) linguísticos:

1. *Frames*: um *frame* é um conjunto de conhecimentos sobre uma determinada área da vida (STIBBE, 2021, p. 40) e o processo de *framing* permite a aplicação de um conjunto de conhecimento proveniente de uma determinada área da vida em uma outra área;
2. *Identities*: identidades são construções cognitivas que podem ser definidas através de elementos que contribuem para uma “descrição” de um indivíduo/grupo de indivíduos; podem ser manifestadas através de formas particulares de expressão como vestimentas, escritura, fala, comportamento (STIBBE, 2021, p. 107); podem ser enfatizadas, ignoradas, minimizadas, explicitadas, implicadas, interpretadas e consideradas juntamente com outros discursos e sistemas semióticos de construção de significados (BENWELL; STOKOE, 2006, p. 3-4);
3. *Narratives*: construídas com uma sequência lógica de fatos, inclusos sujeitos, causas, efeitos; narrativas podem expressar intenções, motivações, relações entre causa e efeito, transmitir uma certa ética e atribuir culpabilização (STIBBE, 2021, p. 182).
4. *Exclusion*: forma de supressão, *backgrounding*, abstração, exclusão, meio usado em geral para “afastar” a atenção sobre determinados participantes ou áreas da vida (STIBBE, 2021, p. 141);
5. *Salience*: processo mental pelo qual uma determinada área da vida é representada como importante ou digna de atenção (STIBBE, 2021, p. 160).

O processo de análise se concentra nos itens léxico-gramaticais, nos esquemas linguísticos e nos discursos presentes nos textos selecionados e considera também aspectos socioculturais que influenciam os cinco *devices* acima citados e usados na representação de eventos, vítimas e justiça.

O texto da música *O que dirá o mar?* e da entrevista com a líder indígena Shirley Krenak foram divididos em sequências de frases em que mensagem e significado estão inteiramente expressos. O texto do relatório sobre as vítimas de Brumadinho foi dividido por depoimentos.

ECO-REBEL

Vale lembrar que a dissertação vê a interação entre duas línguas, português e inglês, e que a língua objeto de análise conta com técnicas de tradução e interpretação.

Os resultados da análise linguística dos três textos podem ser resumidos da seguinte tabela²:

	Event representation	Victim identification	Justice conception
Text 1: <i>O que dirá o mar?</i>	A flowing failure; a case of injustice	An anthropomorphised nature; set of values, symbols, traditions, cultural items; the social and physical environment	A living and acting sacred entity; inviolable; beyond human laws
Text 2: <i>Interview with Shirley Krenak</i>	A tragedy in a context of “fight”	The Krenak people as warriors, not forgetful, and other-than-human; Rio Doce as humanized entity	Unequal, based on power relations

² Tabela presente no texto original da dissertação

ECO-REBEL

<p>Text 3:</p> <p><i>270 Deaths Foretold, Report of the International Independent Commission of Inquiry on the Impact of the January 25, 2019 Brumadinho Dam Collapse</i></p>	<p>A murder by a pen stroke; the loss of happiness; a fault, distress, disservice, an injustice; a crime, the experience of a crusher; a calculus; a lie; a sacrifice, a dying process; a crime of passion; a painful and predictable event, an ongoing process, a physical and spiritual damage; the loss of livelihoods, the</p>	<p>Murdered; deprived from happiness; apology “creditors”; buried and broken, unrecognized by institutional entities; priceless, worthless, numbers; liars, lied to; sacrificial victims, slowly dying; trusting and committed partner; humans and the planet; deprived from livelihoods, ashamed, psychologically damaged, silenced;</p>	<p>An institutional and bureaucratic process; the victim’s purpose, the punishment of the guilty; unfair, not trustworthy; nonexisting</p>
	<p>exercise of power; the loss of life, psychological stability, dignity and future; an apocalypse, a mutilation caused by greed; the loss of normality, an unending and consuming mourning; a source of fear; the loss of humanity</p>	<p>physical, psychological, moral, material and “institutional” victims; mutilated by greed; frightened; guilty and depressed</p>	

ECO-REBEL

Como ilustrado na tabela acima, o discurso de vítima vai além da dimensão física humana. Trata-se de uma identidade que inclui um amplo potencial de representações que podem ser aplicadas também a interações sociais, modos de vida e a própria natureza. Além disso, a identidade de vítima representada por humanos não prioriza determinados grupos em relação a outros, ou seres humanos em relação a natureza. O fenômeno de antropomorfização da natureza como vítima é resultado de uma ótica ecocêntrica que promove um modo mais respeitoso e cuidadoso de viver na e com a biodiversidade.

A identidade de vítima da natureza aparece em duas formas: numa dimensão física, em que é antropomorfizada e comunica seu estado como entidade viva e vítima, e numa dimensão ambiental, entendida como contexto em que as comunidades interagem e constroem suas vidas e identidades.

De modo geral, os desastres de Mariana e Brumadinho aparecem como um caso de “fracasso” humano e “injustiça”, uma “tragédia”, um “crime” contra a humanidade e contra a natureza, uma “mutilação” em diversos aspectos. O domínio semântico de “lei” e criminologia levam a atenção a representação de agência e atribuição de responsabilidade; neste sentido o discurso “justiça” aparece como processo institucional e burocrático não acessível a todos enquanto resultado das relações de poder existentes ao interior da sociedade.

Uma consideração holística dos elementos analisados e discutidos na dissertação comprova o argumento de acordo com o qual as histórias das vítimas de Mariana e Brumadinho não são (somente) histórias de “desastres ambientais”. Os resultados da análise provam que Mariana e Brumadinho são pelo contrário histórias do “desastre humano”, do “fracasso humano” causado por uma sociedade de domínio que põe em risco os sistemas que permitem a existência da vida no planeta, inclusive a vida da humanidade, uma humanidade que é (e deve ser) a expressão de um modo humano de pensar, sentir e agir.

Todos os textos, a despeito das diferenças entre eles, condenam a configuração antropocêntrica, egocêntrica, materialista, consumista e dominadora da sociedade de hoje, cuja representação se encontra em muitos exemplos como os desastres de Mariana e Brumadinho. Neste contexto, a configuração de domínio tem suas origens na história de colonização do Brasil, com suas consequências ambientais, e persiste através de numerosos níveis de injustiça conexos, com a longa presença do setor de mineração no país. Ao mesmo tempo, os textos promovem a

necessidade de um sistema mais responsável, ecocêntrico, justo e sustentável onde seres humanos e biodiversidade convivem harmoniosamente como um todo.

3. Conclusão

Os eventos de Mariana e Brumadinho reúnem uma grande variedade de questões problemáticas: destruição da natureza, problemas sociais, interesses políticos, desigualdade econômica, territorialidade, direitos humanos, tradições culturais, equilíbrio da biodiversidade. O ponto em comum entre essas questões é dado por dois (f)atores: a humanidade e a natureza, onde a segunda compreende a primeira. Para obter uma visão global do cenário em que as interações entre humanos e natureza são concebidas em discursos sobre Mariana e Brumadinho, foi necessário considerar aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais do contexto.

Os instrumentos fornecidos pelo referencial teórico, a abordagem crítica e objetiva, assim como o conjunto de conhecimentos adquiridos, levaram à conclusão de que a perspectiva de vítima não considera somente seres humanos mas também, e especialmente, a humanidade como valor. Se trata de seres humanos não na pirâmide da vida mas no círculo da vida; se trata não de seres humanos com o mundo, mas de ser humanos o mundo.

Os discursos sobre Mariana e Brumadinho transformam a retórica do desastre “material” e mudam o foco para a retórica do “desastre humano” como perda de humanidade. *Desastre, fracasso, tragédia, crime, injustiça* se tornam sinônimos da desumanização causada pela sociedade de domínio. As vítimas de Mariana e Brumadinho são vítimas porque perderam suas vidas, suas famílias, suas casas, suas tradições, sua relação com o território e os valores sobre os quais fundaram suas existências.

Em conclusão, Mariana e Brumadinho devem ser pensados não como desastres ambientais mas como crimes contra a biodiversidade e todos os seus componentes: desde o rio até a tribo indígena, desde o território até a família de agricultores, desde a floresta até as comunidades locais.

Referências

BENWELL, B.; STOKOE, E. *Discourse and Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

ECO-REBEL

COUTO, H. H. Ecolinguística. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 125-149, 2009.

COUTO, E.K.; COUTO, H.H. *Ecolinguística, Linguística Ecosistêmica e Análise do Discurso Ecológica (ADE)*. *Signótica*, v. 28, n. 2, p. 381-404, 2016.

EISLER, R. *The Chalice and the Blade. Our History, Our Future*. San Francisco: Harper Collins, 1988.

EISLER, R. (2018) *Contracting or Expanding Consciousness: Foundations for Partnership and Peace*, in *Interdisciplinary Journal of Partnership Studies* v. 5, n. 3, Article 5, Fall.

EISLER, R., FRY, D.P. *Nurturing our Humanity*, New York: Oxford University Press, 2019.

FAIRCLOUGH, N. (2001) *Language and Power*, London: Longman.

FILL, A. F., MÜHLHÄUSLER, P. (2001) Introduction. In: FILL, A. F., MÜHLHÄUSLER (orgs.) *The Ecolinguistics Reader: Language, Ecology and Environment*. New York: Continuum, p. 1-9, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. New Ways of Meaning. In: WEBSTER, J. (org.) (2003) *On Language and Linguistics*, New York: Continuum, p. 139-174, 1990.

KRENAK, I. et al. *Uatu Hoom*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras-UFMG/Edições Cipó Voador, 2009.

RIGBY, K. *Ecocriticism*. In: WOLFREYS, J. *Literary and Cultural Criticism at the Twenty-First Century*, Edinburgh: Edinburg UP, p. 151-178, digitalized pdf for ASLE by Edinburgh UP, retrieved from www.asle.org (last accessed on 29th October 2021), 2002.

STIBBE, A. *Ecolinguistics. Language. Ecology and the Stories We Live By*. New York: Routledge, 2021.

Dados analisados

Entrevista com Shirley Krenak/ Interview with Shirley Krenak (2016), available on: <https://www.youtube.com/watch?v=CnI99Siq-ak> (last accessed on 10th September 2021).

Moreira, G. (2020) *Letra e Música “O que dirá o mar?”*, de Dimir Viana, na voz de Sérgio Pererê, [HTTP://GILVANDER.ORG.BR/SITE/LETRA-E-%EF%BB%BFMUSICA-QUE-DIRA-O-MAR-DE-DIMIR-VIANA-NA-VOZ-DE-SERGIO-PERERE/](http://gilvander.org.br/site/letra-e-%EF%BB%BFMUSICA-QUE-DIRA-O-MAR-DE-DIMIR-VIANA-NA-VOZ-DE-SERGIO-PERERE/) (last accessed on 10th September 2021).

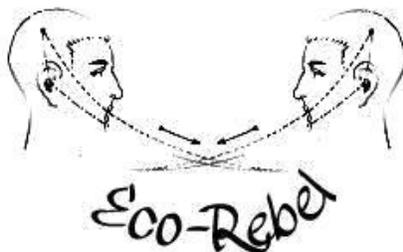
ECO-REBEL

270 Deaths Foretold: Report of the International Independent Commission of Inquiry on the Impact of the January 25, 2019 Brumadinho Dam Collapse (2019), available

on: <https://justice-project.org/resources-and-publications/relatedpublications/country-specific/brazil/> (last accessed on 10th September 2021).

Aceito em 11 de abril de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



O ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MANAUS SOB A PERSPECTIVA DA ECOLINGUÍSTICA

Greicy de Jesus COELHO (UFAM)
Marta de Faria e Cunha MONTEIRO (UFAM)

Abstract: This article deals with the teaching learning of the Portuguese language in rural education in Manaus from the perspective of Ecolinguistics. The research was based on the qualitative paradigm of an ethnographic nature, using one case study. The contexts in which the research was carried out were two schools in the rural area of the city of Manaus, with four teachers of the Portuguese language of the curricular component of elementary school I and II as participants. The selected data generation instruments were questionnaires, interviews and observation in the classroom. The results showed that public policies do not effectively contemplate the teaching and learning of the Portuguese language in the reality of the field. The teaching practices were not in accordance with the rural reality due to the lack of adequate training for teachers, strategies and projects that respect local particularities, in addition to teaching material that only contemplates urban education, and does not recognize the rural reality.

Keywords: Portuguese language teaching-learning; Field education in Manaus; Ecolinguistics.

Resumo: Este artigo trata do ensino-aprendizagem de língua portuguesa na educação do campo em Manaus sob a perspectiva da ecolinguística. A pesquisa foi baseada no paradigma qualitativo de cunho etnográfico, utilizando o estudo de caso. Os contextos de realização da pesquisa foram duas escolas da zona rural do município de Manaus, tendo como participantes quatro professores do componente curricular de língua portuguesa do ensino fundamental I e II. Os instrumentos de geração de dados selecionados foram questionários, entrevistas e observação em sala de aula. Os resultados apontaram que as políticas públicas não contemplam efetivamente o ensino-aprendizagem de língua portuguesa na realidade do campo. Evidenciaram-se dificuldades nas práticas docentes desse ensino que estejam de acordo com a realidade rural por falta de formação adequada dos professores, de estratégias e projetos que respeitem as particularidades locais, além do material didático que só contempla a educação urbana, e não reconhece a realidade rural.

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem de língua portuguesa; Educação do campo em Manaus; Ecolinguística.

1. Introdução

Não se pode negar que a educação rural no Brasil enfrentou e enfrenta muitas dificuldades em seu processo de construção. Por mais que se tenham tido muitos avanços no decorrer dos anos, os desafios continuam ainda muito grandes. Isso porque as escolas rurais foram construídas com muita luta e, muitas delas, não tiveram o apoio do estado. De acordo com Brasil (2002, p. 2), o descaso era explícito e “[...] a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891”.

Apenas no final do século XX, a expressão ‘do campo’ foi consolidada como “um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, como parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades” (BRASIL, 2010a, *on-line*), e toda essa mudança de conceito gerou a mudança de atitude necessária para impulsionar um ensino mais comprometido com a realidade rural.

De acordo com Caldart (2008, p. 40), a educação do campo “[...] tem como origem as lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas [...] que mantenham as comunidades camponesas com suas experiências de educação, seu território, sua identidade”, ou seja, o conceito de educação do campo se relaciona à ideia de que é um ensino que respeita a particularidade da realidade do campo.

Os parâmetros educacionais, a teoria pedagógica, as diretrizes político-pedagógicas direcionadas à educação do campo devem ser norteadas pela singularização da identidade, da cultura e da linguagem do povo do campo, para que aconteça “[...] a transformação da tradicional escola rural em escola do campo, isso é, numa escola pensada, organizada e vivida pelos povos do campo”, no qual se “valoriza o trabalho, a identidade; a cultura dos povos do campo” pode ser uma realidade (SOUZA, 2011, p. 44).

Entretanto, há muito o que se fazer diante da grande diversidade das escolas do campo, inclusive em um mesmo campo geográfico, e esse é o caso da região amazônica, em Manaus, a base deste estudo, que carrega uma biodiversidade plural com uma geografia marcada por distâncias e contextos peculiares de ensino, e também é “[...] constituída por populações indígenas de diferentes etnias, pela cultura cabocla como os ribeirinhos e trabalhadores rurais que habitam o

campo” (CAVALCANTE; WIEGEL, 2002 p. 2). Todos esses constituintes são desafios enormes para alcançar um ensino de qualidade na região amazônica em sua vasta diversidade geográfica.

Este trabalho teve como objetivo investigar o processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa direcionada à educação do campo nas escolas São José I e Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos da zona rural de Manaus, em sua realidade ecolinguística.

2. Ensino-aprendizagem de língua portuguesa na Educação do Campo em Manaus

O ensino-aprendizagem de língua portuguesa que valoriza a identidade, a cultura e a linguagem dos que vivem na zona rural estão alicerçadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 2000b) que, ao tratar especificamente desta disciplina curricular advogam que:

O ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral. Essa concepção destaca a natureza social e interativa da linguagem, em contraposição às concepções tradicionais, deslocadas do uso social. O trabalho do professor centra-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais (BRASIL, 2000b, p. 18).

A investigação do ensino-aprendizagem de língua portuguesa na educação do campo de Manaus tem evidenciado uma questão fundamental entre o anseio teórico regido na constituição federal brasileira (BRASIL, 1988) e a prática de ensino-aprendizagem formalizada e orientada pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que orientam a promoção, as adaptações necessárias e as adequações às peculiaridades da vida rural.

Observa-se, nesse caso, que o processo histórico de marginalização dos sujeitos do campo, com estereótipos de caipiras e pobres coitados desprovidos de conhecimento, ainda se faz latente. Nessa visão, percebendo o campo, a zona rural, apenas como o “quintal da cidade”, seu desenvolvimento educacional foi retardado, como exposto por Leite (2002, p. 14) “A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional [...]”.

A visão estereotipada e preconceituosa de atraso dos que vivem no campo, colocando o sujeito como coitado, miserável, “jeca” e classificando sua região como o submundo da miséria brasileira (ANTUNES-ROCHA, 2012, p. 61), impediu que se construíssem propostas de educação focadas no sujeito e em sua realidade (ARROYO, 2010). Quanto a isso, Martins (2004, p. 81) afirma que “O que se desdobrou desta matriz regionalista foi à proliferação de ‘obras’ que retratam

a imagem de penúria, produzindo uma cultura de comiserção”; essa visão discriminatória ainda precisa ser desconstruída.

Andrade (1995, p. 20) diz que “[...] a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido de territorialidade que, de forma subjetiva cria uma consciência de confraternização entre elas”. Desse modo, a educação do campo se constitui como território de saberes produzidos pelos sujeitos em suas vidas cotidianas e advindos da escola, na produção/socialização dos conhecimentos e na organização da prática pedagógica. Fortalecendo essa ideia, Antunes-Rocha (2012, p. 24-25) diz que

Os projetos pedagógicos elaborados na perspectiva da Educação do Campo [...] têm como princípio agregar necessariamente o movimento do sujeito no mundo, nos diferentes contextos em que esteja inserido, onde os processos de ir e vir estão baseados em princípios fundamentais, como: a produção da vida (em casa, no trabalho, na rua, nos movimentos sociais, na luta, dentre outros) é um espaço educativo tal qual a escola. Nessa perspectiva analítica e prática, a realização das atividades é entendida não como complementar, mas de interação permanente entre as atividades formativas e o trabalho do formador no processo educativo, onde os sujeitos e os sistemas constituem-se num movimento dinâmico de formação, e não uma mera transmissão de conhecimentos.

A educação do campo em Manaus exige uma reflexão em relação à formação de professores de língua portuguesa no que diz respeito às matrizes curriculares, pois os docentes atuantes nessa realidade devem estar alinhados ao cotidiano dos sujeitos do campo. Assim, os professores que compreendem e se apropriam de uma educação legitimada contextualmente, provocam uma transformação educacional de localidade, e então, contribuem para o aluno entender a importância de ser atuante no desenvolvimento da sociedade a que pertence.

3. Perspectiva da Ecolinguística no ensino-aprendizagem de LP em Manaus

O ensino-aprendizagem de língua portuguesa que valoriza a composição linguística dos sujeitos do campo e que não concentra seu ensino apenas na mentalidade distorcida e centralizadora de que só se deve ensinar o “português correto”, é o que deveria ser a prática cotidiana nas diversas escolas do campo de Manaus.

Segundo Couto (1994, p.7), ouve-se muito que “português é difícil demais”, “português é a língua mais difícil do mundo” porque, aparentemente, a norma padrão é o que de maior valor se ensina na zona rural de Manaus. Quando o ensino da língua não permite uma reflexão e uma prática respeitando o contexto linguístico no qual o indivíduo está inserido, não se percebe, logo, não se respeita o fato de que “a língua de uma comunidade é a língua usada por esta comunidade [...]”, (COUTO, 1994, p. 9-10). Ainda conforme Couto:

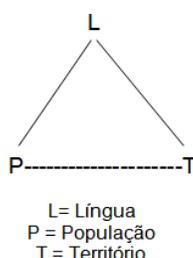
ECO-REBEL

Há um fosso entre aquilo que querem impor de cima para baixo como “português correto” e o que o povo efetivamente usa, tanto oral quanto graficamente, tanto no caso de pessoas cultas quanto no das analfabetas da cidade e no dos roceiros (ou camponeses, se preferirem). O próprio professor de português se sente perdido, pois se vê entre fogos cruzados. De um lado tem na cabeça tudo aquilo que estudou na faculdade e que se espera que transmita aos seus alunos. De outro, percebe que a realidade linguística concreta é bem diferente (COUTO, 1994, p. 8).

Assim sendo, crê-se ser fundamental haver um olhar linguístico-territorial, ecolinguístico, no ensino da língua, a fim de proporcionar uma educação que vá além de aspectos normativos e escolasticistas. Nesse sentido, entende-se que as línguas não têm vida independente de seus falantes, os quais nunca a adquirem fielmente, remodelando-se à medida que se comunicam uns com os outros. Seguindo esse viés Couto (2009) apresenta três ecossistemas significativos pertencentes a um ecossistema maior constituído por língua (L), população (P) e Território (T), pois, para se ensinar uma língua, é importante reconhecer seu ecossistema de que faz parte.

Continuando, Couto (2009, p. 21) afirma que “é necessário haver um povo para formar e usar a língua, esse povo vive e convive em um território e a necessidade de interação produz um falar específico dessa comunidade”. É preciso, portanto, destacar a língua nessa inter-relação, pois ela é formada pelos atos de comunicação comunicativa dos membros. O ecossistema linguístico se apresenta da seguinte maneira:

Figura 1 – Ligação interdependente



Ecologia Fundamental da Língua (EFL)
(Comunidade)

Fonte: Couto (2007, p. 90).

A estrutura apresentada na figura 1 demonstra o ensino da língua que não pode ser indiferente à construção da própria língua, em comunidade, e que ensinar a língua fechada em uma caixa de regras ditatoriais sem contextualização geográfica é transgredir todo o processo de desenvolvimento e reconhecimento da própria língua no ato de maior importância, que é o ato de ensinar, pois esse ensino está ligado à essência do indivíduo.

A ecolinguística traz para o ensino uma abordagem ecológica à evolução da língua e conduz a um ensino que entende como a língua é mutável e se diferencia de um lugar para o outro de forma abrangente. Esse entendimento permite que se faça uma reflexão do triângulo interativo que Couto (2009) propõe – língua, população (P), território (T) –, já que se sabe que os diversos fatores ecológicos, por meio do contexto geográfico (ecossistema, meio ambiente), influenciam o movimento linguístico de uma comunidade.

4. Metodologia

As escolas e, especialmente, as salas de aula, são espaços privilegiados para a pesquisa qualitativa, pois, conforme Proetti (2005, p. 7) “[...] possibilita investigar os fatos e compreendê-los no contexto em que eles ocorreram ou ocorrem, pois o pesquisador vai a campo para levantamento e coleta de dados, analisa-os e pode entender a dinâmica dos fatos”; assim, a abordagem qualitativa supõe a compreensão da realidade humana de acordo com suas relações sociais.

Bortoni-Ricardo (2008, p. 34) diz que “[...] segundo o paradigma interpretativista [...] não há como observar o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes”; por isso, este estudo com abordagem qualitativa foi direcionado pelo método do estudo de caso. Para Nisbett & Watt (1978, p. 5) o estudo de caso é “[...] uma investigação sistemática de uma instância específica”.

O II Fórum de Educação do Campo e duas escolas de Educação do Campo do município de Manaus foram o contexto da pesquisa em tela. No intuito de resguardar a identidade dos professores participantes desta pesquisa, utilizaram-se os seguintes nomes fictícios: Clarice, Carlos, Manuela e Raquel. Celani (2005, p. 110) lembra que, a fim de proteger os participantes, é [...] indispensável o consentimento informado, esclarecido, na forma de diálogo contínuo e reafirmação de consentimento ao longo da pesquisa.

Ressaltamos que os participantes selecionados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), tendo sido a pesquisa aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e identificada pelo certificado de apresentação para apreciação ética – CAAE 09940419.0.0000.5020, como consta no parecer número 3.550.689.

A geração de dados desta pesquisa foi realizada por meio de questionários, de observação em sala de aula e entrevista semiestruturada. Todos os instrumentos foram devidamente autorizados pela SEMED de Manaus e pelos participantes. O questionário pode ser administrado

em interação social e a técnica da observação foi o *modus operandi* mais adequado. A análise de dados ocorreu por meio da análise de conteúdo que, de acordo com Moraes (1999, p. 3) “[...] consiste em uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”.

5. Discussão dos dados e resultados

Os questionamentos a seguir direcionaram o estudo a fim de que se investigue o ensino-aprendizagem de língua portuguesa na educação do campo em Manaus, sob a perspectiva da ecolinguística: *No processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa nas escolas da zona rural de Manaus, respeita-se o aspecto linguístico territorial? Há formação de professores adequada ao processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa no contexto de Educação do Campo? As políticas públicas, o currículo, os projetos político-pedagógicos, o material didático direcionado à Educação do Campo de Manaus estão adequados ao contexto local?*

Para as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) (BRASIL, 2013a) “[...] é o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade” (BRASIL, 2013a, p. 17). Seguindo esse pensamento, é preciso considerar as relações que se estabelecem entre falante-ouvinte, contexto e sistema de comunicação, além do ensino-aprendizagem que atua nesse constituinte (MAKKAI, 2015, p. 71).

Observa-se que a SEMED de Manaus promove o ensino-aprendizagem de língua portuguesa mediado por sistemas linguísticos que não levam em consideração os elementos proxêmicos e ecolinguísticos, pois a prática do ensino-aprendizagem de língua portuguesa segue um padrão norteado pelos documentos nacionais embasados na realidade urbana, que não favorece a educação do campo em Manaus e não valoriza a realidade complexa e singular do contexto rural do município. A seguir, a apresentação dos dados gerados para esta pesquisa.

5.1. Observação em sala de aula – Escola Municipal São José I

A Escola Municipal São José I foi criada em 1983 está localizada no Tarumãzinho, na Comunidade Nossa Senhora do Livramento no Rio Negro, na Zona Rural Ribeirinha de Manaus. Para chegar à comunidade, saindo de Manaus, é necessário utilizar um barco.

ECO-REBEL

Fotografia 1 – Barco-escola



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

De forma geral, a escola conta com um espaço amplo e se encontra em boas condições para receber as crianças. Dispõe de seis salas de aula, cinco banheiros, cozinha, três depósitos, secretaria, sala de professores e sala de computação e atende cerca de 140 crianças, nos turnos matutino e vespertino, distribuídas nas turmas de educação infantil 1º e 2º períodos; Ensino Fundamental I do 1º até o 5º ano; e Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano. A escola atende crianças cujas famílias são de origem indígena e não indígena.

Fotografia 2 – Sala de aula da Escola Municipal São José I



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Nota-se na observação em sala de aula que a professora Manuela, nome fictício de uma das participantes da pesquisa, tem entre 35 e 40 anos. É licenciada em pedagogia e trabalha nessa escola no turno vespertino no ensino fundamental I. A professora faz parte da comunidade e estudou na referida escola. As atividades propostas para a aula observada contemplaram o conteúdo programático com um trabalho de leitura e escrita. O tema abordado atraiu a atenção das crianças, que se agitaram positivamente no momento de fazer os exercícios do livro didático. Muitas se empolgaram na questão específica sobre a forma correta de pronunciar as palavras e

ECO-REBEL

trouxeram outros exemplos como o uso adequado da palavra “iogurte/iorgute”, o que, na verdade, levantou uma leve discussão por alguns acharem que se pronuncia “iorgute” e a professora esclareceu as dúvidas dos alunos.

5.2. Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos

A Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos foi criada em 1979 e está localizada no KM 23 da BR 174, também conhecida como a estrada Manaus – Caracará – Zona Rural Rodoviária. Para se chegar à comunidade, saindo de Manaus, é necessário pegar o ônibus escolar em rotas determinados pela SEMED ou usar o transporte público ou mesmo o transporte particular.

De forma geral, a escola conta com um espaço amplo, pois é toda aberta. Inclusive, as salas de aulas têm ventilação natural, pois não são fechadas em paredes e se encontram em boas condições para receber as crianças e também dispõe de oito salas de aula, dez banheiros, cozinha, dois depósitos, secretaria, biblioteca, auditório, refeitório, sala para a direção e sala de professores. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, com turmas de educação infantil 1º e 2º períodos; Ensino fundamental I do 1º até o 5º ano e ensino fundamental II do 6º ao 9º ano. A escola atende crianças cujas famílias são de origem indígena e não indígena e até oriundas de outros países.

Fotografia 3 – Sala de aula Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Nota-se na observação em sala de aula o professor Carlos, que é licenciado em letras e pedagogia e concluiu o mestrado em ciência e meio ambiente pela Universidade Federal do Pará. O Professor trabalha nesta escola nos turnos matutino e vespertino com ensino fundamental I e II. As atividades propostas para a aula citada contemplaram o conteúdo programático do EF II com um trabalho de leitura e escrita, mas também proporcionou aos alunos a produção de um texto relacionado ao contexto rural, produzindo um poema sobre a infância, retratando a experiência dos alunos em pertencer a essa realidade.

ECO-REBEL

O tema abordado já havia atraído a atenção dos alunos, pelo seu caráter lúdico, e eles se engajaram na produção de seus poemas. De forma geral, o professor reforçou o aspecto ecolinguístico em sua atividade e possibilitou a valorização dos alunos no que diz respeito à sua origem e ao fato de pertencerem ao ambiente rural.

5.3. Questionários/Entrevistas

Quanto à formação e as práticas pedagógicas para a educação do campo, o quadro abaixo explicita as respostas dos professores entrevistados aos questionamentos.

Quadro 1 – Formação educacional para o contexto rural

Pergunta 1 – Você vivenciou formação específica para trabalhar na realidade da Educação do Campo em Manaus? A Secretaria proporcionou algum tipo de formação continuada para esse contexto?	
Clarice (Zona Rural Rodoviária)	<i>Não, não tive nenhuma formação. Formação para educação no campo específica não, o que eu tive foi um contato no PNAIC- Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa- quando eu fiz a formação que fala sobre educação do Campo, mas específica, mesmo, para a Educação do Campo, não.</i>
Raquel (Zona Rural Ribeirinha)	<i>A SEMED promoveu algumas formações voltadas ao contexto da Educação do Campo, mas não era um curso, algo mais elaborado. Foram orientações para saber como é a realidade do campo, só.</i>

Fonte: Elaborado com base nas perguntas da entrevista (adaptado).

Para os docentes da educação do campo ter preparo científico, metodológico, pedagógico para atuar no ensino-aprendizagem dos alunos num contexto singular do campo isso é fundamental. A implementação de uma formação específica para esse contexto não só é necessária como deveria ser obrigatória. Isso possibilitaria o ensino da língua portuguesa engrandecendo o conhecimento dos envolvidos no processo.

As perguntas abaixo ressaltam o aspecto significativo do professor considerar em sua prática pedagógica um ensino-aprendizagem que valoriza a realidade linguística local.

Quadro 2 – Ensino-aprendizagem de língua portuguesa e ecolinguística

Perguntas	Respostas dos participantes			
	Carlos	Clarice	Manuela	Raquel
Pergunta 01 – Você acredita que um lugar (geografia) causa mudanças significativas na forma de se comunicar?	Sim	Sim	Sim	Sim
Pergunta 02 – Você faz uso do vocabulário linguístico da comunidade em suas aulas?	Não	Não	Sim	Não
Pergunta 03 – Como professor(a) há correções quanto à forma de aluno falar a língua portuguesa?	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Elaborado com base nos dados gerados por meio do Questionário.

ECO-REBEL

Ao adentrar e avançar em um espaço geográfico é inegável se perceber que as diferenças se acentuam linguisticamente, pois a língua não é homogênea. Nas respostas dos professores, há uma consciência significativa com relação à diversidade linguística existente no contexto rural; eles entendem que isso é resultado do meio ambiente em que vivem e das diferenças sociais existentes nesse meio. Tudo isso interfere e modela a fala e a escrita do aluno.

Somente Manuela fez uso do vocabulário local para propor atividades que valorizassem a realidade ecolinguística, enquanto os demais docentes consideram mais importante que o aluno desenvolva uma linguagem padrão, a fim de buscarem oportunidades na zona urbana. Por isso, valorizam o ensino da língua padrão, bem como corrigem a fala do aluno para adequá-la à norma padrão da escrita.

As questões a seguir demonstram a importância da ecolinguística por parte dos professores que atuam na zona rural de Manaus.

Quadro 3 – Concepções da Ecolinguística

Pergunta 2 – Você acredita que ensino de língua portuguesa baseado nas concepções da ecolinguística são importantes para se promover a ideia de pertencimento do aluno bem como o conduzir a um pensamento de contribuição no desenvolvimento de sua comunidade rural?	
Carlos (Zona Rural Rodoviária)	<i>A gente procura trabalhar a língua conforme o padrão mesmo, e conversamos com os alunos quando temos oportunidade, como eles são importantes porque eles ajudam a construir essa comunidade que eles fazem parte da zona rural do Estado do Amazonas[...]</i>
Clarice (Zona Rural Rodoviária)	<i>Eu acredito que tem que ensinar o aluno de forma a atender os parâmetros, os conteúdos, porque aqui na nossa região não há incentivo para as pessoas do Campo, não vejo isso, então eu vou incentivar o aluno a ficar no campo, por quê? Pra quê? Pra ele ser o quê? O que ele vai ser se ficar no campo?... Eu vou incentivar o aluno a ficar aqui?... No meu ponto de vista, eles têm que estudar... Educá-los mesmo pra zona urbana. Então ensino a língua para ele poder ir para a cidade e ter alguma chance.</i>
Manuela (Zona Rural Ribeirinha)	<i>Eu acredito que é importante ensinar a Língua Portuguesa baseado nas concepções da ecolinguística, e tento, quando posso, contextualizar, porque não adianta passar um monte de conteúdo globalizado... coisa lá do Estado que não tem nada a ver com o nosso Estado, mas os alunos daqui não aceitam muito ser do campo... quando ele entra em contato com a escola com coisas diferentes da realidade dele, a questão da zona rural perde, e ele recebe muita influência e isso faz com que ele não queira voltar a trabalhar e viver na comunidade quando vai embora, isso já aconteceu muito.</i>
Raquel (Zona Rural Ribeirinha)	<i>Eu acho importante trabalhamos aqui e ensinar os alunos a saber falar, na verdade a gente precisa só orientar para que eles possam errar o menos possível porque a intenção é ajudar, porque muitos pretendem ir para a cidade conseguir algo, e aí para que possam se sair bem em qualquer lugar que eles chegarem, é preciso ensinar a forma correta do uso da língua[...]</i>

Fonte: Elaborado com base nas perguntas da entrevista (adaptado).

Os professores Carlos, Clarice e Raquel reconhecem que sua prática de ensino é mais voltada para colaborar com o desenvolvimento pessoal fora do contexto rural e justificam suas

ECO-REBEL

didáticas, pois acreditam que as melhorias significativas para seu educando só ocorrerão com oportunidades de trabalho na zona urbana. Manuela afirma que é importante valorizar e ensinar a língua portuguesa contextualizada. Para Manuela embora haja tentativas de se adequar o ensino da língua de forma que contribua substancialmente para que o aluno queira participar ativamente do desenvolvimento de sua comunidade, não é um processo bem sucedido, pois são necessárias ações condizentes com uma educação territorial que propicie uma autoestima local que seja efetiva no dia a dia dos professores para com seus alunos.

Seguem, então, as respostas a respeito dessas questões.

Quadro 4 – Ecolinguística territorial

Pergunta 3 – Há observância quanto ao uso da língua conforme a localidade?	
Clarice (Zona Rural Rodoviária)	<i>Na questão da linguagem o que a gente vê entre a escrita e a fala é que há uma distorção grande no falar e no escrever em termos de ortografia, é bastante complicado... Acredito que não tenha sido trabalhado bem a questão gramatical no início da vida escolar dos alunos né, questão de ortografia, da escrita, porque eles falam 'nós semo, nós olhemo... aí, se corrige, mas na hora de escrever eles vão escrever 'nós semo', parece que está internalizado ... ele verbaliza ali na escrita.</i>
Raquel (Zona Rural Ribeirinha)	<i>Eu lembro quando eu vim para cá no início tinha muitos alunos indígenas, então misturava índios e não índios e usavam palavras indígenas e a gente se esforçava pra entender, mas os próprios índios não queriam mais falar igual a própria língua porque eles tinham vergonha de ser indígenas, muitos ainda têm vergonha. Agora eles usam poucas palavras indígenas. Eles têm vergonha.</i>

Fonte: Elaborado com base nas perguntas da entrevista (adaptado).

Os professores entendem a relevância de se considerar os aspectos territoriais na fala, no entanto, reforçam a inadequação de uso da língua nessa constância de realização. Embora reconheçam que “[...] a língua surge na *práxis* diária de seus usuários para se entenderem no meio em que vivem a fim de falarem dele entre si” Couto (2007, p. 279), os docentes reforçam sempre a importância de se adequar o ensino da língua à norma padrão.

A seguir, o questionamento sobre os aspectos linguísticos do contexto rural:

Quadro 5 – Valorização da linguagem rural em sala de aula

Pergunta 4 – Na sua prática docente já desenvolveu trabalhos que valorizassem os aspectos ecolinguísticos da comunidade rural?	
Carlos (Zona Rural Rodoviária)	<i>A gente procura trabalhar mais a questão da valorização dele pra ajudar na comunidade, pra ele não se sentir diminuído perante a sociedade, mas faço isso somente nos bate-papo diário. Os alunos trazem consigo uma linguagem, conceitos, ensinamentos, palavras, mas não comecei a trabalhar essas questões não... Aqui já ouvimos falar na ecolinguística e outros aspectos que podem ajudar com a educação do campo, mas não me aprofundei saber sobre esses assuntos e não temos incentivo pra isso.</i>
Raquel (Zona Rural Ribeirinha)	<i>Aqui desenvolvo mais atividades que contemplem o conteúdo, mais voltado para o material didático e livro didático. Fazemos algumas atividades com todos os</i>

ECO-REBEL

	<i>professores nas datas comemorativas, como a páscoa, o dia do índio e daí aproveito pra trabalhar a literatura amazonense.</i>
--	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base nas perguntas da entrevista (adaptado).

O ensino-aprendizagem da língua portuguesa evidenciado nas respostas dos professores, segue focado no conteúdo programático e descontextualizado da realidade linguística rural. Percebeu-se que as metodologias usadas nas aulas não possibilitam um aprendizado que promova a valorização dos falares da região amazônica e que o interesse, a priori, é completar o plano de ensino (educação urbana) para ir ao encontro das metas da Secretaria de Educação.

Os questionamentos, a seguir, destacam os aspectos das políticas públicas, o currículo, os projetos político-pedagógicos, o material didático direcionado à educação do campo de Manaus e suas adequações ao contexto local.

Quadro 6 – Políticas públicas para a Educação do Campo

Pergunta 5 – As políticas públicas, o planejamento didático, o currículo e afins no ensino de Língua Portuguesa, orientado pela Secretaria, alcança o contexto da Educação do Campo?	
Clarice (Zona Rural Rodoviária)	<i>O Planejamento didático no ensino de Língua Portuguesa, orientado pela Secretaria não creio que alcança a educação do campo legitimamente, assim, não totalmente, se fosse voltado para o campo, para alunos do campo, não fugiria um pouco da realidade [...]</i>
Manuela (Zona Rural Ribeirinha)	<i>Em relação ao livro didático não há nada que aproveito direcionada para nossa região (amazônica), eu pesquisei na internet quando preciso, quando faço alguma atividade sobre a nossa região. Para mim não adianta eu passar coisa lá do Estado que não tem nada a ver com o nosso, mas seguimos o plano orientado pela secretaria.</i>

Fonte: Elaborado com base nas perguntas da entrevista (adaptado).

Nas respostas dos professores, as políticas públicas, os currículos, as propostas pedagógicas, os livros didáticos e afins direcionados à educação do campo em Manaus não contemplam suas particularidades. Sendo assim, ações urgentes quanto à formação de professores para atuar na zona rural, materiais didáticos contextualizados e projetos políticos pedagógicos necessitam de uma atenção e uma ação efetiva nessa realidade. Assim, as implicações pedagógicas que reforçam um ensino distorcido e discriminatório quanto aos falares da região amazônica serão minimizadas.

Finalizamos a análise dos dados apresentados, ratificando que as informações e interpretações aqui expostas foram embasadas nos dados gerados e nas teorias que fundamentaram este trabalho à época da investigação. Ressaltamos, portanto, que esta pesquisa está sujeita a discussões e a outras interpretações.

Considerações finais

Esta pesquisa evidenciou que o ensino-aprendizagem da língua portuguesa precisa ser valorizado no contexto da educação do campo em Manaus de forma a não se restringir a uma abordagem normativa e distante de seu contexto de uso.

Observou-se que a situação atual do ensino se caracteriza por uma tendência de se reduzir a diversidade linguística. Couto (2007, p. 393) considera que “[...] a situação atual se caracteriza pela secular tendência unificadora da maioria [...] a reduzir a diversidade e a favorecer atitudes adversas à pluralidade cultural e ao pluralismo linguístico”, ou seja, a ideia do “português correto” é ensinada equivocadamente como o todo, reforçando a distorção social e territorial da língua (COUTO, 1994).

O ensino-aprendizagem de língua portuguesa na educação do campo de Manaus, de acordo com os dados apresentados, caminha numa superficialidade, na qual os resultados sistemáticos são os que importam, e, mesmo com o esforço da parte de muitos professores em fortalecer esse ensino no contexto rural, a maioria não acredita no sucesso do aluno, se esse permanecer na comunidade rural.

Assim sendo, é importante investigar e criar ações que sanem a crença em um ensino tendencioso e desacreditado quanto a qualquer avanço pessoal dos discentes que permanecem no contexto do campo. Portanto, a SEMED de Manaus deve efetivar formações específicas ao contexto da educação do campo, a fim de que os professores se sintam seguros, preparados e motivados a enfrentar os desafios existentes, além de serem instigados a perceber que sua atuação precisa ir além de documentos estáticos.

A SEMED de Manaus deve também identificar os projetos dos professores das escolas do campo e dar oportunidade de execução em seu cotidiano escolar. Além disso, deve ser ativa e contínua na melhoria da estrutura, bem como dos recursos didáticos pedagógicos direcionados à educação do campo.

Referências

ANTUNES-ROCHA, M. I. *et al. Territórios educativos na Educação do Campo: escola, comunidade e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2. Ed., 2012.

ARROYO, M. G. Escola: terra de direito. In: ROCHA, M. I. A.; HAGE, S. M. *Escola de direito: reinventando a escola multisseriada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ECO-REBEL

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 3. Ed., 2008.

BORTONI-RICARDO, S. M. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita. In: GORSKI (org.). *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2000a.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002*. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Presidência da Câmara de Educação Básica, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: Presidência da Câmara de Educação Básica, 2010a.

CALDART, R. *Por uma educação do Campo: sem-terra*. São Paulo. Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. dos (org.). *Campo. Políticas públicas: educação*. Brasília: Inkra-MDA, p. 67-86, 2008.

CAVALCANTE, L. I. P.; WEIGEL, V. A. C. de M. Educação na Amazônia: oportunidades e desafios. In: MELLO, Alex Fiúza (org.). *O futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2002.

CELANI, M. A. A. Questões de ética na pesquisa em linguística aplicada. *Linguagem e Ensino*. v. 8, n.1, p 101-122, 2005.

COUTO, H. H. do. *O que é português brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 8. Ed., 1994.

COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, H. H. do. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.

LEITE, S. C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2002.

ECO-REBEL

MAKKAI, A. *Por que ecolinguística*. Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem. (ECO-REBEL) v. 1, n. 1, 2015, p. 19-29.

MORAES, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NISBETT, J.; WATT, J. *Case Study*. Redguide 26: Guides in Educational Research. University of Nottingham School of Education, 1978.

PROETTI, S. *Metodologia do trabalho científico: abordagens para a construção de trabalhos acadêmicos*. São Paulo: Edicon, 4. Ed., 2005.

SECRETARIA Municipal de Educação. *Diretrizes pedagógicas da Educação do Campo na rede pública de Ensino*. Manaus: SEMED, 2017a.

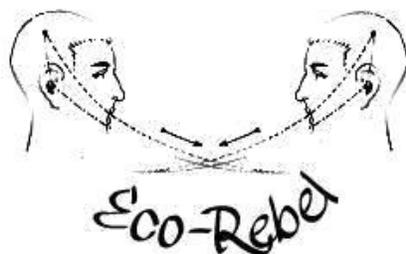
SECRETARIA Municipal de Educação. *Guia de orientações pedagógicas para escolas do campo*. Manaus: SEMED, 2018.

SECRETARIA de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. Conselho Estadual de Educação. *Plano Estadual de Educação do Amazonas*. Manaus: SEED/CEE, 2008.

SOUZA, M. A. de. A educação é do campo no estado do Paraná. In: SOUZA, M. A. de (org.). *Práticas educativas do/no campo*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

Aceito em 22 de maio de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



A TOPONÍMIA “HÍBRIDA” DE GOIÁS: TUPI E PORTUGUÊS NA FORMAÇÃO DOS LOCATIVOS GOIANOS

Ana Maria Pereira Santos (POSLLI/UEG)

Kênia Mara de Freitas Siqueira (POSLLI/UEG)

Abstract: The interest in describing the hybrid toponyms of Goiás comes from the perception that, when looking for Tupi linguistic elements to name the places in Goiás, the first naming of the Goiás' territory (T), revealed an intrinsic relationship between the people (P) and the environment newly occupied, a relationship that is at the origin of the motivation for dozens of place names in Goiás. The objective of the study is, then, to describe some of these toponyms to reflect on the probable impression that the environment causes on P and to recognize how the linguistic mechanisms of word formation fit in the translation of these motivations. The present study is based on the works of Cabrera (2002), Mexias-Simon (undated), Pocklington (undated), Siqueira (2022) and Couto (2007, 2015). The methodology is characterized by a bibliographical review, consultation of documents and interpretation of data from an ecosystemic perspective. Initially, we could give as example of hybrid toponyms (by derivation or composition) toponyms like Goiânia, Campinaçu, and Nova Crixás.

Keywords: Toponyms; Hybridism; Ecosystem.

Resumo: O interesse por descrever os topônimos híbridos de Goiás advém da percepção de que, ao buscar elementos linguísticos do tupi para nomear os lugares goianos, os primeiros nomeadores do território (T) goiano, revelaram uma intrínseca relação entre o povo (P) e o ambiente recém ocupado, relação essa que está na origem da motivação para dezenas de locativos de Goiás. O objetivo do estudo é então, descrever alguns desses topônimos para refletir sobre a provável impressão que o ambiente causa em P e reconhecer como os mecanismos linguísticos de formação de palavras se encaixam na tradução dessas motivações. Para tanto, pauta-se nos trabalhos de Cabrera (2002), Mexias-Simon (s/d), Pocklington (s/d), Siqueira (2022) e em, Couto (2007), (2015). A metodologia caracteriza-se pela revisão bibliográfica, consulta a documentos e interpretação dos dados sob viés

ecossistêmico. Inicialmente, podem ser relacionados os topônimos híbridos (por derivação ou composição) Goiânia, Campinaçu, Nova Crixás para citar alguns.

Palavras-Chave: Topônimos; Híbridismo; Ecossistema.

Introdução

Há, em todas as línguas, um acervo de elementos em constante expansão, que, em contrapartida, utiliza-se de material linguístico disponível que faz com que toda língua tenha a capacidade de ampliar seu léxico de maneira, segundo Basílio (2011), ecologicamente correta, isto é, face à necessidade de nomear algum objeto do mundo físico, seja um objeto cultural, físico natural ou mesmo tecnológico, a língua dispõe de um acervo de lexemas, morfemas, raízes e mecanismos que permitem expandir o léxico de modo a atender ao povo (P) que interage por meio dessa língua (L). Se falta algum elemento que dê conta de, linguisticamente, descrever tal objeto, o nomeador lança mão de elementos linguísticos de outras línguas para fazê-lo.

O estudo se baseia nas relações entre os componentes do Ecossistema Integral da Língua, representados na figura 1, pois conforme Couto (2017, p. 25), essa “figura pode ser considerada a porta de entrada para um outro mundo” ou uma nova maneira de olhar para o mundo, “a visão ecológica do mundo (VEM)”. Isso pode significar inúmeras outras possibilidades de ver e entender os fatos da língua, sejam no âmbito gramatical ou lexical em suas inter-relações com os elementos do mundo.

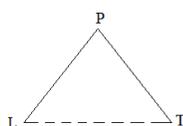


Fig. 1 Ecossistema Integral da Língua

Em relação à onomástica, área de estudos em que está inserida a toponomástica, tem-se que, em consonância com Dick (2001), o sistema onomástico, a princípio, utiliza-se dos constituintes disponíveis no léxico virtual de dada língua. Se, por ventura o nomeador considerar que, em consonância com a proposta de Todorov (2019), não há a analogia entre o nome e a descrição (não entre nome e coisa), aquele que vai escolher o nome do lugar, pode-se valer de elementos de outras línguas, usando apenas morfemas ou combinando-os com a língua do nomeador.

É aí que se insere o interesse pelo estudo dos topônimos considerados, a princípio, como “híbridos”, cujos elementos constituintes combinam morfemas, bases, raízes e outros de línguas diferentes para realçar ou descrever um traço característico do lugar nomeado. Tendo em mente que os primeiros agentes da nomeação do território (T) goiano revelaram uma relação intrínseca entre o povo (P) e o lugar recém-ocupado, relação que pode ser vista como fonte de motivação para inúmeros topônimos de Goiás.

Este estudo tem o objetivo de descrever alguns topônimos goianos para refletir sobre as impressões que o ambiente causa em P e verificar como os mecanismos linguísticos de formação de palavras se encaixam na expressão dessas motivações. Conforme Dick (2001) o locativo é a palavra cujo entendimento se complementa no espaço.

A metodologia consiste, inicialmente da revisão bibliográfica, mas caracteriza-se pela ideia de que qualquer estudo ecológico assume um itinerário teórico multimetodológico (COUTO, 2017). Utiliza-se, ainda, do método de focalização de Garner (2004), isto é, aproxima-se o foco do objeto, quando se fizer necessário investigar um fenômeno microscopicamente. Em outras palavras, aproxima-se o foco fazendo um *zoom*. O fenômeno de formação de palavras mediante processo de hibridismo recebe o foco deste estudo. Inicialmente, podem ser relacionados os topônimos híbridos (por derivação ou composição) Goiânia, Campinaçu, Nova Crixás para citar alguns.

1 Morfologia: a formação de palavras

É consensual relacionar o conceito de “morfologia” à estrutura e formação de palavras” em dada língua. Quando se fala em estrutura, pensa-se em sistema, nas relações que se estabelecem entre as palavras, em termos sintáticos, e nas relações intrapalavras, quando se estuda a morfologia de alguma língua. Há inúmeras abordagens que podem ser feitas sobre as relações “dentro” das palavras, entre os elementos que as formam. Para Couto (2007), quando se pretende discutir as inter-relações entre os elementos do ecossistema integral da língua, isto é, as relações entre língua e meio ambiente, pode-se pensar na função desses elementos, no significado que acrescentam a outras palavras, e isso caracteriza as relações entre língua e meio ambiente. Assim, é possível discutir algumas questões sobre morfologia e meio ambiente.

Especificamente, este estudo visa reconhecer, por meio da descrição de processos de formação de palavras em português, os elementos linguísticos, raízes, sufixos, prefixos, que estão

na “estrutura” de alguns topônimos goianos, considerados, a princípio, como híbridos, por combinar elementos de línguas diferentes (português, tupi, inglês entre outras).

As estruturas e as formas das palavras são objetos de estudo da morfologia. A morfologia, do grego, *morphé* (*morfo*: forma) e *logia* (*logos*: estudo), tem como objetivo, portanto, estudar as palavras quanto as suas estruturas e os seus processos de constituição.

Para Couto (2007, p. 174), “o termo ‘palavras’ indica que a morfologia tem algo a ver com léxico”. Sobre isso, o autor, reafirma que “a morfologia tem sido considerada um dos componentes da língua de mais difícil delimitação”. O conceito de palavra já foi amplamente discutido, o que pode ser enfatizado aqui é o que Biderman (2001, p. 106) resumiu a questão afirmando que muitos linguistas mais radicais, consideram-no (o conceito de palavra) como “pré-científico”, mas em contrapartida pode-se pensar como tipo particular “de sintagma autônomo caracterizado pela inseparabilidade de seus elementos” constituintes.

Morfemas não são palavras, mas as constitui como formas mínimas significantes e recorrentes. Biderman (2001, p. 99) acrescenta que “em todo falante existe uma consciência intuitiva de uma unidade léxica”. Considerando uma comunidade de língua, é difícil imaginar que P não saiba o que significa uma palavra na sua língua. Qualquer falante de uma L tem noção intuitiva do que constitui uma palavra na sua língua, ainda que essa língua não tenha uma escrita sistematizada.

O que se pretende neste estudo é investigar como o denominador nomeia um lugar. Quando o faz, pode utilizar o léxico comum de L ou criar, de acordo com os processos de formar palavras, um novo termo, que não é considerado neologismo se oficializado imediatamente após o batismo. Os topônimos são considerados componentes do léxico, mas como signos linguísticos que também são, passam pelos mesmos processos de formação e composição caso sejam criados pelo nomeador. Se forem palavras da língua, nomes comuns que se convertem em nomes próprios de lugar, apresentam os mesmos morfemas da língua, mas sofrem um processo de formação de palavras específico: a conversão (nome comum que se torna nome próprio). Para Basílio (2011),

a mudança de classe de palavras pode estar associada a um processo não de derivação mas de conversão¹, o que ocorre quando uma palavra de uma dada classe passa a ter também as propriedades de uma outra classe, mas sem uma marca morfológica correspondente. O nome é adequado, pois não se trata, propriamente, de uma derivação; a rigor, a conversão é o resultado de uma expansão de

¹ Alguns estudiosos chamam de “derivação imprópria”.

ECO-REBEL

propriedades de uma palavra, a qual passa a ser usada em situações próprias de outra classe.

A marca que corresponde à conversão de um nome comum em nome próprio se dá apenas na escrita, ou seja, os nomes próprios são grafados com letra maiúscula. Dick (2001, p. 82) o aponta como um dos pontos básicos para reconhecimento da formação e significação das denominações, processo de formação de locativos, que ela chama de “derivação imprópria ou por conversão de uma classe gramatical em outra”. Como exemplo de conversão na toponímia goiana, pode-se citar: águas lindas > Águas Lindas de Goiás, caldas novas > Caldas Novas, baliza > Baliza, ouvidor > Ouvidor, porteirão > Porteirão, todos nomes de municípios goianos.

A língua é constituída pelo léxico e pela gramática. É pela língua que o ser humano interage e é capaz de compreender o mundo à sua volta. Biderman (1987, p. 81), ressalta que “O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos objetos, o homem os classifica simultaneamente”. Assim, nomear coisas, sentimentos, lugares (atividade característica do ser humano) é fundamental para a compreensão do meio, para comunicar algo e conhecer a cultura de povos distintos.

[...] o homem só existe histórica e socialmente quando houver linguagem para expressar essa história social. A linguagem faz parte da sua história. Essa linguagem é expressa por palavras e essas palavras irão constituir o sistema lexical de uma língua e, conseqüentemente, de um povo. Partindo dessa premissa, estudar o léxico de uma língua é abrir possibilidades de conhecer mais um pouco da história social do povo que a utiliza (ISQUERDO; SEABRA, 2012, p. 141-142).

A palavra pode ser uma fonte de informações valiosas que apresentam costumes, crenças, histórias e culturas de comunidades, etnias e grupos distintos. Portanto, pode-se dizer que, “Léxico e cultura são indissociáveis. A língua de um povo é um de seus mais fortes retratos culturais. [...] Cada palavra selecionada nesse processo acusa as características sociais, econômicas, etárias, culturais etc. de quem a profere” (ISQUERDO; SEABRA, 2012, p. 141). Nesse sentido, entende-se que, a palavra possui uma carga significativa enorme que, no caso dos topônimos, por exemplo, pode carregar a história de um lugar e de povos, traços culturais, entre tantas outras informações.

De acordo com Bechara (2009, p. 297), no português, há dois principais processos de formação de palavras: a composição e a derivação. Na composição, as palavras resultam da união de dois radicais enquanto na derivação, as palavras se constituem por meio de palavras já existentes com acréscimo de prefixos e sufixos.

ECO-REBEL

Couto (2007) reconhece tanto processos de composição (que envolvem relações metafóricas ou metonímicas) quanto de derivação em que se utiliza raízes, bases lexicais, morfemas produtíveis e disponíveis de L. Caso não haja esses elementos na língua, pode-se recorrer a acervos de outras línguas.

Bezerra (2015, p. 147) salienta que “Boa parte das palavras da nossa Língua provém de outras já existentes. Como a Língua é dinâmica, outras palavras foram surgindo a partir da influência tanto do povo como dos escritores”. Neste sentido, compreende-se que, muitas palavras que constituem o léxico do português brasileiro, têm sua origem em outras línguas. O latim, por exemplo, língua extremamente importante no processo de formação do português, deu origem a incontáveis palavras do português, Entre os processos de formação de palavras, há, também, o hibridismo.

Segundo Bechara (2009, p. 310), “Chama-se hibridismo à formação de palavras com elementos de idiomas diferentes”. Lima (2011, p. 279) conceitua hibridismo como “[...] palavras compostas, ou derivadas, constituídas por elementos de procedências diferentes”. Portanto, são palavras híbridas, aquelas que se constituíram por meio da união de elementos mórficos de línguas distintas.

De acordo com Basílio (2011, p. 48), a expansão do léxico de uma língua é efetuada sobretudo por processos de formação de palavras; isso garante “a máxima eficiência do sistema”. A língua dispõe, assim, de fórmulas padronizadas de construção de novas palavras por meio de material já existente no léxico. É possível formar ou captar a estrutura de palavras e então reconhecer palavras já existentes, mas não conhecidas anteriormente. Em outras palavras, segundo Basílio (2011, p. 48), “o léxico é ‘ecologicamente correto’: temos um banco de dados em permanente expansão, mas utilizando sobretudo material já disponível, o que reduz a dependência de memória” e garante interações automáticas. Isso mostra que a língua é sustentável; havendo necessidade, cria-se palavras para atender novas formas de interação e comportamentos. Basílio (2011, p. 48) fala ainda de:

Um esquema geral de reciclagem com o qual conseguimos mais produtividade e eficiência no sistema se resume em utilizarmos fragmentos de material em novas construções. Mas apenas materiais estruturados, isso é, reconhecidos por padrões gerais de estruturação, podem ser utilizados. Podemos pensar nos processos de formação de palavras como padrões de reciclagem de materiais para a produção de novas formas.

ECO-REBEL

Se, em contrapartida, P quer nomear lugares novos e não encontra materiais para a produção de nomes que considerada adequados, lança mão de elementos de outras línguas e pode até criar nomes híbridos. Há, em português brasileiro, um número significativo de nomes que resultam da contribuição de línguas distintas na composição ou formação de locativos. Exemplo disso são os vários topônimos espalhados Brasil afora que se formaram da junção de duas (ou mais) bases de línguas diferentes como Campinaçu (latim + tupi), Rubiataba (latim + tupi), Uruceres (tupi + latim), entre tantos outros.

Há também, segundo Lima (2011, p. 279), palavras constituídas da junção de outras línguas como o grego e o latim, o árabe e o tupi, o tupi e o grego, o tupi e o português, entre outras combinações. Estas e outras línguas, como o inglês e o alemão, também estão presentes nos topônimos brasileiros.

De acordo com Sandmann (2020, p. 48), o elemento “[...] -Lândia originou-se do alemão/inglês Land/land. [...] podem-se encontrar no Brasil muitos topônimos com o morfema -lândia: Bragalândia, Romelândia, Roselândia, Uberlândia, Vasconcelândia, etc.”. Este sufixo é visto também nos topônimos goianos como em Crixalândia, Maurilândia, Niquelândia, entre outros.

Segundo Couto (2007, p. 177), é provável que o sufixo “-ia” usado em diversas línguas europeias de origem latina (Grécia, Itália), “tenha tido a ver com terra ou território”, já que “a ideia de nome de país significando ‘a terra dos’ é bastante generalizada nas línguas da Europa”.

Os topônimos híbridos possuem, portanto, contribuições lexicais de línguas distintas que carregam histórias e peculiaridades. Em consonância com Biderman (1987, p. 83), admite-se que, “O léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística que tem uma história”.

A toponímia goiana apresenta alguns topônimos que, a princípio, podem ser considerados híbridos porque, na sua formação aparecem morfemas de língua diferentes como bases lexicais, sufixos ou prefixos. Dada a história da ocupação do território goiano e mesmo posteriormente, há um número expressivo de elementos mórficos do tupi, escolhido pelos bandeirantes que para Goiás acorreram em busca do ouro, ou formados intencionalmente pela combinação, composição de morfemas do tupi já no século XX.

Segundo Bagno (2011), por um longo período inicial, o português foi uma língua minoritária no Brasil, já que eram dominantes duas línguas gerais de base indígena: a língua geral

ECO-REBEL

da Amazônia e a língua geral paulista, empregada, principalmente em São Paulo e, posteriormente, levada ao interior (ou sertão), pelos bandeirantes. De acordo com Bagno (2011, p. 231), a despeito do grande número de línguas indígenas,

o tupi foi a que mais deu contribuição do português brasileiro, sobretudo no léxico, por causa da ação dos bandeirantes paulistas, que denominavam com palavras tupi os locais e acidentes geográficos que encontravam em seu caminho sertão adentro. Por essa razão, é comum encontrar toponímia tupi mesmo onde nunca houve uma população tupi original.

Nesse sentido, Bagno (2011) reitera que ainda não houve consenso entre os pesquisadores acerca da influência das línguas indígenas sobre o português que não tenha sido a contribuição ao léxico. Acrescente-se que a contribuição maior foi para o léxico toponímico brasileiro.

Segundo Dick (2001, p. 83), de certa forma, continuam sendo empregadas, em sua maioria, as mesmas matrizes lexicais do período colonial, com substratos vários “incorporados à dialetologia portuguesa e aqui mesclados com os tupinismos ocorrentes e, depois com os empréstimos de outras fontes americanas”.

2 Nomes formados por constituintes de língua diferentes

Os nomes formados por elementos mórficos de línguas diferentes, denominados topônimos híbridos, referem-se a nomes de lugares compostos por bases de línguas distintas. Este estudo procurou focalizar nos híbridos que têm entre seus constituintes pelo menos um elemento do tupi.

Topônimos: *Buriti Alegre* e *Buritinópolis*

Ambos os topônimos combinam a base tupi *mbiriti* ‘nome de uma palmeira’, mais um elemento de outra língua; para *Buriti Alegre*, uma composição toponímica com *mbiriti* + modificador de origem latina *alegre* ‘animado’; para *Buritinópolis* a composição se dá com a base tupi + elemento grego *-polis* ‘cidade’.

Topônimo: *Caiapônia*

ECO-REBEL

Caiapônia: do tupi *caá-y-póra* + - (*a*)*nia*² variação do sufixo nominal do latino (-*a*) *nus*, (-*a*)*na* que se documentam em nomes e modificadores com as noções de proveniência, território, terra de origem, em lembrança aos primeiros habitantes da região.

Topônimo: *Campinaçu*

Campina: ‘*campo*’: “Do lat. *Campus* // Acampamento XX. O voc. ing. *camping* ‘acampamento’ é de uso bastante extensivo no Brasil” (CUNHA, 1998, p.144-145) + *açu* (do tupi, grande). “v. assu, melhor grafia” (TIBIRIÇÁ, 1985, p.156). Em nomes formados com sufixos do tupi -*açu*, utiliza-se o hífen se o primeiro elemento terminar em vogal acentuada ou em tônica nasal. Quando não forem acentuados, são utilizados sem hífen.

Topônimo: *Crixalândia*

Crixás³, *crixá* (etnotopônimo) - “cid. de Goiás; de Crixá, nome de uma tribo que outrora habitou a região” (TIBIRIÇÁ, 1985, p.45) + -*lând* + *ia*, variação do sufixo nominal do latino (-*a*) *nus*, (-*a*)*na* de origem anglo-saxão, alatinados com o recurso do sufixo -*ia*, . 2. terra (CAVALCANTE; ANDRADE, 2009, p.15). *Crixalândia*, top. No Brasil: Goiás. de *Crixá* + *lândia*” (MACHADO, 2003).

Topônimos: *Goiandira*, *Goianésia*, *Goiânia*, *Goianira*, *Goianópolis*

A base *goyá* serviu de base para formação de vários topônimos seja na época das bandeiras, durante a ocupação da região, seja posteriormente, já no século XX. Então tem-se: *Goiandira* do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante⁴’ + -*dira* elemento desconhecido, mas como não é de origem tupi, se considera a formação como híbrida. *Goianésia* do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante, o nome é homenagem a uma cidade de Minas Gerais com mesmo nome. O elemento -*esia* não tem origem clara, mas não há indicação de ser tupi. *Goiânia*, nome escolhido por Pedro Ludovico, para a então nova capital do estado, vem do tupi corr. *Guayá*, c. *guá-yá* ‘o indivíduo semelhante’ + - (*a*)*nia* variação do sufixo nominal do latino (-*a*) *nus*, (-*a*)*na* que se documentam em nomes de territórios, em referência a terra de origem; *Goianira* também

² Cf. Couto (2007, p. 177), citado acima.

³ “Kirirás” ou “Curuchás”, uma tribo que habitava Goiás, adaptado em português para *Crixás*.

⁴ A contraparte de *guayá* ‘indivíduo semelhante’ é tapuia ‘povo de outra etnia, não tupi’.

ECO-REBEL

apresenta a base tupi *goyá* + (d) *-ira*, também de origem desconhecida. *Goianápolis*, mesma base tupi *guayá* + elemento grego *-polis* ‘cidade’. Há ainda entre os topônimos com a base *guayá* o locativo *Goiatuba*, mas este não constitui uma formação toponímica híbrida já que o elemento *-t(i)uba* ‘abundância, coletividade’ é de origem tupi.

Topônimo: *Nova Crixás*

Nova Crixás “novo *adj.* ‘moço, jovem’ ‘original’ ‘de pouco uso’ XIII. Do lat. *novus* –a || inovação | ennução XV, emnução XV, inovação XVI” (CUNHA, 1998, p.552) + *crixá* (etnotopônimo – nome dos indígenas da etnia “kirirás” ou “curuchás” adaptado em tupi para Crixás): “cidade de Goiás; de *Crixá*, nome de uma tribo que outrora habitou a região” (TIBIRIÇÁ, 1985, p.45).

Topônimo: *Rubiataba*

“Rubiataba – cidade de Goiás; é um nome híbrido; de rubiá (rubiácea, fam. de plantas a que pertence o café), e *-taba*, termo tupi que significa aldeia; portanto, rubiá-taba, quer dizer: aldeia das rubiáceas, cidade das rubiáceas” (TIBIRIÇÁ, 1985, p.101).

Topônimo: *Uruana*

Para o topônimo *Uruana*, há algumas possibilidades de descrição, mas todas indicam o processo de hibridismo. “Uruana – cid. do E. de Goiás; possível alt. de uruã, que por sua vez é contração de uruanga, sombra de uru, abrigo de uru” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 118). *uru* + *ana*; *uru* + *-an(a)*- ano, suf. nom., do lat. *anus* –ana, que se documentam em adjetivos e em substantivos com noções de: (i) proveniência, origem (goiano) (CUNHA, 1998, p. 51). *Uru* (espécie de ave, de origem tupi) + *ana* (f. Do hebr. Hannah, <<graça>>, isto é, <<graciosa>>, pelo gr. Anna e depois pelo lat. Anna (MACHADO, 2003, p. 128).

Topônimo: *Uruceres*

Uruceres, de *uru* do tupi – esp. de ave + *ceres*: “sf. ‘(Mit.) deusa da agricultura, no paganismo’ ‘fig. Os cereais, o campo’ 1844. Do mit. lat. *Ceres* // cério sm. ‘(Quím.) elemento de número atômico 58’ 1858. Do lat. cient. *cerium*, introduzido por Berzelius na linguagem internacional da química, em 1804, em alusão ao planeta Ceres, descoberto em 1801, cujo nome dimana do mit. *Ceres* // *cerita* sf. ‘mineral composto de silicato hidratado de cério’ 1858. Cp. cereal” (CUNHA, 1998, p.173).

Considerações finais

A interpretação léxica dos topônimos deve levar em conta que estes são signos linguísticos criados a partir de uma motivação ou escolhidos entre os demais signos de L. Estes signos, que remetem a uma realidade do mundo exterior podem ser vistos como referenciais. O que acontece é que, ao aproximar os nomes de lugar de referentes físicos e dos recortes culturais específicos de cada P, fica de certa forma, subentendida sua estreita relação com tais referentes, são vistos como dêiticos. Para Dick (2001, p. 89), “quanto mais específico se tornar o modelo e mais adequado ao objeto menos provável sua expansão a outros centros, pela descontinuidade da relação onomástica”. Assim, certos percursos no ato de nomear podem indicar um “continuum” cultural, socialmente adotado, que leva a condutas durante o processo de nomeação. Nesse sentido, a despeito de haver acervo disponível e adequado para nomeação em dada língua, o denominador pode recorrer a outros elementos de línguas diferentes que podem ou não, ser vistas como substrato ou adstrato de L, mas usando os mesmos mecanismos disponíveis em L. Em outras palavras, o nomeador quando escolhe um recurso que considera mais adequado ao nomear um dado lugar, está apenas percorrendo um caminho cultural já aceito socialmente ou historicamente contextualizado.

De acordo com Dick (2001, p. 89), há imbricamentos entre os componentes toponímicos. Tal imbricamento é que pode permitir a visualização da combinação interna de cada composição toponímica. Ainda que de línguas diferentes, pode-se verificar se estão em harmonia interna, nomes e características ambientais e termos escolhidos. O que acontece, na verdade, é a designação do objeto por meio da palavra, as formas lexicais, que estão amalgamadas no simbolismo de representação de L, seja no recorte nominal que faz parte do léxico ou no onomástico: “projeção da forma linguística a um objeto espacial que a ela se aplica”.

Nesse sentido, verifica-se pelo imbricamento de elementos constitutivos do topônimo considerados híbridos, que há a combinação de constituinte da língua tupi combinado com outro ou outros componentes do português ou até mesmo de outras línguas. Isto reflete, mesmo algum tempo depois do ato nominativo, ainda que não saibam atribuir um significado (etimológico) para, por exemplo, *Nova Crixás*, *Rubiataba*, *Uruana*, os falantes do território reconhecem que se trata de composição toponímica com língua de origem indígena. Em outras palavras, reconhecem que não são apenas nomes de origem portuguesa que formam o locativo, pois conseguem identificar o elemento tupi. Esse fato pode indicar que, de fato, esses nomes podem ser considerados híbridos.

Referências

- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileira*. São Paulo: Contexto, 2011.
- BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BEZERRA, Rodrigo. *Nova gramática da língua portuguesa para concursos*. São Paulo: Método, 2015.
- BIDERMAN, M.T. C. *Teoria Linguística*, 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. Porto Alegre, PUCRS, 1987. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/17049>
- CABRERA, G. T. Sobre Toponomástica, 2002. Disponível em: http://www.canatlantico.ulpgc.es/pdf/8/7/Sobre_toponomastica.pdf
- CAVALCANTE, L.R.; ANDRADE, K.S. Análise e descrição dos topônimos tocantinenses no contexto da Belém-Brasília. São Paulo: USP, 2009.
- COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____. Linguística: um novo modo de estudar os fenômenos da linguagem. In: COUTO, E. K. N. N. do; DOURADO, Z.; SILVA, A. N. da; AVELAR, J. N. (orgs.). *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2017. p. 21-44.
- COUTO, E. K. N. N. do. Dez anos de ecolinguística no Brasil: inovações. In: COUTO, E. K. N. N. do; DOURADO, Z.; SILVA, A. N. da; AVELAR, J. N. *Linguística ecossistêmica: 10 anos de ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2017. p. 45-64.
- CUNHA, A.G. *Dicionário etimológico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- _____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2.ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 79-90.
- GARNER, M. *Language: na ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.

ECO-REBEL

ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2012.

LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MACHADO, P. J. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. V. A-D.

MEXIAS-SIMON, M. L. Os nomes e sua possível motivação, s/d. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4599>

POCKLINGTON, R. Introducción a la Toponomástica, s/d. Disponível em: https://www.academia.edu/21713377/INTRODUCCI%C3%93N_A_LA_TOPONOM%C3%81STICA_1_ASPECTOS_UNIVERSALES_DE_LA_TOPONIMIA

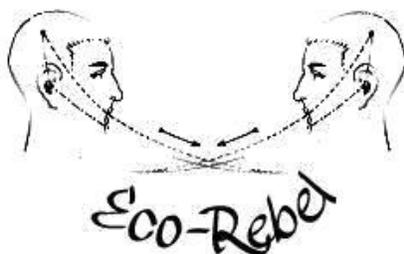
SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: UFPR, 2020.

TIBIRIÇÁ, L.C. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significados dos nomes geográficos de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. 5. ed. Martins Fontes: São Paulo, 2019.

Aceito em 31 de maio de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



A COR COMO ELEMENTO ECOLÓGICO PARA MOTIVAÇÃO DE TOPÔNIMOS

Leênny Texeira de Araújo (POSLLI/UEG)

Kênia Mara de Freitas Siqueira (POSLLI/UEG)

Abstract: In this research the concept of language (L) is considered to be the way in which members of a people (P) interact with each other in the territory (T) where they live. This study is focused on T, more specifically on the names of aspects of T, more specifically chromotoponyms, toponyms with names of color, in the state of Goiás. The study is based on ecosystemic theoretical assumptions to recognize the relationships between chromotoponyms and the environment that motivated the mental perception of the color manifested in L. For toponomastic issues (a branch of onomastics), we base ourselves on, Mexias-Simon (s/d), Pocklington (s/d), Siqueira (2022), and Dick (1990). The methodology consists of a bibliographic review, reading and interpretation of data inter-relating them to the perception of color through elements of the environment. Initially, the toponyms *Rio Vermelho* (Red River), mainly in Coralian poetics, *Ouro Verde de Goiás* (Green Gold of Goiás) and *Serra Dourada* (Golden Mountain Range) may be given.

Key-words: Chromotoponyms; Toponomastics; Language; Ecolinguistics

Resumo: Considera-se para esta pesquisa, de acordo com Couto (2007), o conceito de língua (L) como sendo a maneira de os membros de povo um (P) interagirem entre si no território (T) onde convivem. Este estudo tem seu foco em T, mais especificamente nos nomes de aspectos de T. O recorte aqui colimado são os cromotopônimos, nomes de lugares com nomes de cor, em Goiás. O estudo se fundamenta nos pressupostos teóricos ecossistêmicos para reconhecer as relações entre os cromotopônimos e o ambiente que motivou a percepção mental da cor manifestada pela L. Para questões toponomásticas (ramo da onomástica), pauta-se em Mexias-Simon (s/d), Pocklington

(s/d), Siqueira (2022), Dick (1990). A metodologia constitui-se de revisão bibliográfica, leitura e interpretação de dados inter-relacionando-os à percepção da cor por meio de elementos do ambiente. Pode-se indicar, inicialmente, os topônimos *Rio Vermelho* (principalmente na poética coralínea), *Ouro Verde de Goiás* e *Serra Dourada*.

Palavras-Chave: Cromotopônimos; Toponomástica; Língua; Ecolinguística

Introdução

Este estudo tem como objetivo reconhecer algumas relações feitas pelo nomeador em torno de elementos físicos sensoriais que envolvem a percepção das cores como motivação para escolha de macrotopônimos goianos, isto é, os cromotopônimos goianos mais representativos do elemento cor como um dos formadores do nome do lugar. Até-se, assim, ao reconhecimento de traços semânticos desses nomes, os quais compõem o léxico toponímico, e os vínculos com elementos ecológicos ou culturais de Goiás, que pode dar lugar a nomes de lugares já ocupados desde o século XVII, quando a capitania de Goiás começou a ser ocupada por bandeirantes em busca das então riquezas goianas.

Ao chegar a um território desconhecido, uns dos primeiros atos é dar um nome à descoberta, o ato de nomeação precede a divulgação. A motivação que subjaz à escolha dos nomes muitas vezes repousa em sensações diversas que o nomeador provavelmente sentiu ao descortinar o lugar então desconhecido e sem nome.

Em algumas teorias da linguagem, o reconhecimento da inter-relação língua e ambiente pode se dar pelo espectro das cores, ou melhor, as cores que são reconhecidas em dada cultura quando são percebidas, essas cores recebem um nome na língua. Nesse sentido, parece natural que alguns topônimos tenham na sua composição (seja por acréscimo de afixos ou por composição de nome mais cor) um nome designativo de cor (*Rio Vermelho, GO, Rio Verde, GO, Monte Verde (MG), Serra Dourada (GO)*), para citar apenas alguns.

Segundo Biderman; Nascimento; Pereira (2007), os nomes relativos a cor, formam um campo do léxico de natureza universal, mesmo que não haja isonomia linguística porque as línguas categorizam diferentemente as cores. Para essas autoras, em qualquer língua as palavras que designam as cores estão relacionadas à sensibilidade humana.

De acordo com Elman; Benetti (s/d), a cor é elemento de grande poder discursivo. As cores, nos diferentes campos de atividade humana, veiculam significados ancorados na capacidade

cognitiva da percepção humana para reconhecer sensações, valores e outros aspectos que estão na base da capacidade humana de simbolizar.

O presente trabalho tem como objetivo discutir algumas questões acerca de cores que aparecem na composição ou formação de topônimos goianos, nomes de lugares povoados já no século XVIII ou posteriormente, no século XX, com inúmeros adventos populacionais relacionados com outros tipos de negócio ou atividades mercantis que Goiás fazia emergir após a exploração do ouro se exaurir.

A nomeação está sempre vinculada a diversos fatores que tanto podem se efetivar coletivamente (por processo deliberado de escolha de um nome entre vários outros) não apenas como um ato de um indivíduo, mas de um grupo, de um povo (P), ou de outra forma, pode se dar individualmente ou ainda institucionalmente, como um ato deliberativo de quem tem poder para isso. O denominador ao nomear o lugar, mantém-se atento (mesmo que não tenha consciência disso) à referencialidade. Dessa forma, o simulacro do real intensifica um viés cognitivo que foca em uma ou mais características do referente, situando-o num contexto histórico, cultural, social e também político. Integram e organizam o mapa mental.

O aporte teórico específico dos estudos toponomásticos centra-se na classificação proposta por Dick (1990), em estudos posteriores tais como Pocklington (s/d), Siqueira (2015, 2021) entre outros. Em relação ao arcabouço teórico ecossistêmico recorre-se a Siqueira; Costa Neto; Araújo (2021), Couto (2007, 2022), Silva (2021).

A metodologia consiste de alguns procedimentos que vão desde a pesquisa bibliográfica propriamente dita à consulta em documentos oficiais dos municípios cujos topônimos foram objeto deste estudo. Juntam-se assim, métodos de aporte teórico toponomástico e de caminho metodológico próprio de pesquisas qualitativas, haja vista a natureza subjetiva inerente ao processo de nomeação dos lugares em geral.

1. O ecossistema mental

Faz-se necessário rever, ainda que em linhas gerais, em que se constitui constitui-se o ecossistema mental da língua, em termos ecolinguísticos, já que, entre outras questões, é possível associar sensações visuais ou percepções da cor pelo falante que influenciam na maneira como o nomeador escolhe um dado nome para um lugar. Para se falar em ecossistema, é preciso ter em

ECO-REBEL

mente as interações que podem ocorrer entre o povo (P) de determinado lugar, que é o território (T). O território quase sempre está desenhado no mapa mental de P.

Couto (2022, p. 98) considera a língua como meio pelo qual os integrantes de uma comunidade interagem verbalmente. Nessa perspectiva, a língua é vista como interação (I), “a língua é o modo habitual pelo qual os membros da comunidade interagem entre si por meio de palavras”. Caso a tríade P, T e I não se efetive, não haverá, por conseguinte, ecossistema. O ecossistema integral da língua contém os demais ecossistemas, engloba-os. Assim, ecossistema natural, social e mental integram o ecossistema integral da língua.

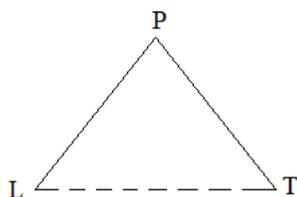


Fig. 1 Ecossistema Integral da Língua

Para este estudo, o foco recai sobre o ecossistema mental que pode ser apresentado conforme Silva (2021, p. 21), pois este ecossistema abarca as regras interacionais que permeiam os atos comunicativos de todos os indivíduos que partilham conhecimentos comuns acerca da língua que falam e do território que habitam. “Essas regras são armazenadas e processadas no ecossistema mental”. Os nomes das cores fazem parte de L, mas a percepção de cada cor advém de um intrincado processo que envolve língua, cultura e ambiente, com tudo processado pelas interações entre os neurônios. Para Silva (2021), o processo começa pelo natural, passa pelo mental até chegar ao social.

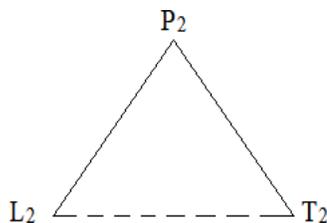


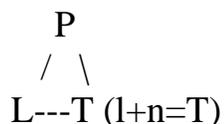
Fig. 2 Ecossistema mental da língua

Há inúmeros aspectos do natural que subsistem antes e sem o mental. A cor pode se incluir no ambiente natural, mas a percepção sensorial da cor se dá no mental, embora dependa tanto de fatores físicos como de elementos culturais presentes em cada comunidade.

ECO-REBEL

Para Siqueira; Costa Neto; Araújo (2021, p. 57) os estudos toponomásticos integrados a uma proposta teórica ecossistêmica deve levar “em consideração as interações verbais que ocorrem no ecossistema integral da língua”, pois “os membros de determinada comunidade/população interagem entre si, partilham conhecimentos, saberes, tradições, culturas, no território em que se encontram/vivem”. Assim, no processo de nomeação de qualquer lugar (seja natural ou cultural) existe uma série de fatores motivadores que refletem aspectos do meio ambiente que compõe o ecossistema linguístico.

Convém mais uma vez, de acordo com Siqueira (2021, p. 75), reiterar que “T não existe sem um nome, ou seja, T¹ só existe pelo batismo, pelo ato de designação, ou ainda, só existe como tal pelo topônimo que o designa”.



Ecosistema Integral da Língua
Fig. 3 Adaptada para este estudo

Siqueira (2021, p. 75) apresenta na figura 3, “a inserção da díade lugar + nome (l + n) constituinte de T”. Ressalta também, que

[...] a nomeação dos lugares elementos diferentemente de outros objetos do mundo, tem como base fatos históricos, sociais, culturais e ambientais ou ainda se finca em motivações cuja face cognitiva reflete-se em descrições metafóricas ou metonímicas para escolha do nome do lugar a ser designado a partir da inter-relação L, T e P. L surge da relação de P com T, em outras palavras, a visão de mundo de P, reflete-se na língua, mas advém do próprio mundo.

Para Couto (2007, p. 199), os nomes são itens do léxico e estão inter-relacionados a L. Nesse sentido, o nome de dado elemento passará a compor parte do léxico de algum membro da comunidade se este interagir com outros membros da comunidade acerca do fato ou lugar nomeado. Tais “atos interativos de comunicação evidenciam o caráter biopsicossocial da língua”: meio ambiente natural, meio ambiente social e meio ambiente mental, que formam o meio ambiente integral da língua. Conforme Siqueira (2021, p. 77), todos esses elementos em que há elos entre P e T, estão de alguma forma arrumados em mapas:

¹ Claro que o lugar propriamente dito existe independente de ter ou não um nome.

ECO-REBEL

No ecossistema mental da língua, há uma parte em que os lugares com os quais P estabeleceu vínculos são projetados como um mapa. Um desenho topográfico que possibilita a P orientar-se pelos lugares que conhece, pelos lugares que “conviveu”, com os que teve algum tipo de experiência e envolvimento com o mundo. Como o meio ambiente mental de L é considerado L em funcionamento, armazenamento e processamento, significa que nele há também uma projeção de T, como recurso para se orientar e se movimentar pelos lugares conhecidos. Esse recurso se constitui no mapa mental que os membros de P têm na memória, do território em que vivem, que conhecem ou conheceram.

No texto literário “Rio Vermelho” Cora Coralina (2003, p. 101) discute como os lugares vão se vinculando entre P e T criando elos que fazem parte de mapas cognitivos mais amplo que P tem do mundo (COUTO, 2016). O nome de T estabelece assim a referência: “Goiás tem um rio (*Rio Vermelho*) que a recorta, dividindo a cidade em duas parte iguais. É um antigo e lendário rio de ouro e minerações passadas [...]”

Os topônimos parecem funcionar como um elo, por sua função referencial, que atua para organizar o sistema mental em relação ao território, criando um estado de “sintropia²”, organiza os espaços que são diferenciados ou identificados pelo nome que têm (*Rio Vermelho* recorta a cidade, sensorialmente divide o lendário e o real). Em outro trecho Coralina (2003, p. 103), distante de Goiás, invoca o rio pelo nome: “Longe de ti, oh!, Rio Vermelho da saudade, meus olhos têm sede das tuas águas, meus ouvidos anseiam pela tua voz brandiciosa e sedativa que despertou complacente as ilusões de minha adolescência”. Para Siqueira (2021, p. 77): o nome concede ao lugar uma espécie de simbiose, lugar e nome são uma coisa só:

[...] depois de nomeado, o lugar passa a ser identificado também pelas diferenças que possui em relação àquilo que não é, ou melhor, é diferenciado em face aos demais elementos topográficos, conferindo-lhe existência, passa a existir. Tem um nome porque existe, tornou-se conhecido e é reconhecido como elemento físico ou cultural importante para continuidade de P como um dos milhares de traços que o caracteriza.

Nesse sentido, há de se pensar que os mapas mentais não são apenas arranjos dos respectivos mapas cartográficos, vão muito além do que se pode observar por meio do olhar. São representações, simbólicas ou não, integradas de muitas maneiras, que envolvem diversas representações, significados e referências que contribuem para a interpretação da

² Sintropia do grego syn-, ‘junto’ + entropia do alemão *Entropie* também do grego entropia, ‘ato de virar-se para’. Com o sentido de dar ordem, organizar, contrário de entropia “caos”.

realidade.

Convém ainda fazer uma ressalva a respeito de princípios ecológicos que norteiam, de certa forma, também a escolha de nomes para os lugares em geral. Essa ressalva é a de que a linguística ecossistêmica se vale de conceitos ecológicos de maneira não metafórica, mas sob a perspectiva da ecologia de uma maneira que tais conceitos se equivalham, que haja correspondência entre eles. Couto (2016), mostra algumas equivalências entre ecologia e ecologia linguística.

Cabe aqui entretanto salientar alguns conceitos da ecologia linguística e relacionar ao fato de um nome de cor³ estar compondo algum topônimo: ecossistema linguístico, comunidade linguística (ecossistema integral da língua: comunidade de fala, comunidade de língua); população, povo; território. Traz também a relação pessoa-mundo: significação, referência, denominação e ainda relação pessoa-pessoa: que é a interação comunicativa.

Sobre significado e referência, pode-se dizer que, por ser o topônimo um signo linguístico em função toponímica, ele traz uma característica que o difere dos demais signos linguísticos, pois estes são desmotivados (arbitrários), já o topônimo é necessariamente motivado. Dessa maneira, para Pocklington (s/d, p. 3), “o único significado operativo de um topônimo é o lugar que designa”. O topônimo reveste-se do caráter referencial, é indicial. Um lugar é reconhecido pelo nome que tem.

Os nomes de cor, normalmente, são denotativos, representam a sensação visual de dado reflexo de luz. Assim, quando entram na composição linguística de dado topônimo, significam a cor que nomeiam (azul, verde, dourada⁴, branco), ou seja, permanecem com função denotativa. Assim, semanticamente, um nome como “Ouro Verde” seria algo rico de cor (denotativa) verde, uma riqueza verde natural ou cultural. Claro que o nome composto “Ouro Verde” apresenta traços conotativos; não se refere ao metal ouro propriamente dito, mas a algo de valor simbólico ou não associado ao valor do ouro. Por outro lado, a cor verde guarda seu significado denotativo e sua função de modificador.

³ Não é numeroso o conjunto de topônimos brasileiros que tem um nome de cor na sua composição linguística, a saber: o verde é a cor que mais aparece em cromopônimos compostos no Brasil: *Rio Verde*, *Campo Verde*, *Carmo do Rio Verde* (todos goianos); e ainda *Mata Verde* (MG), *Monte Verde* (MG), *Lucas do Rio Verde* (MT) para citar apenas alguns. Não há dados para topônimos compostos com a cor amarela; já a cor azul aparece muito, também aparecem preto, branco.

⁴ Este estudo considera o “dourado” como cor por apresentar características que definem uma cor e é reconhecida como tal.

Para Basílio (2011, 71), os nomes de cores, como adjetivos, atribuem cores específicas aos referentes dos nomes que acompanham e modificam. Se usados isoladamente, denotam a cor em si e apresentam propriedades mais específicas dos nomes (substantivos). “A dupla possibilidade, de certa maneira, se relaciona à própria situação semântica da cor, que é, em si, abstrata: as cores existem nas coisas”. A situação que se vê nos nomes de cores é análoga à que se vê entre adjetivos e “suas formas nominalizadas”. É possível dizer que alguma coisa é bela, mas também pode-se falar da beleza em si. Do mesmo modo, pode-se dizer que algo é vermelho; e também é possível falar do vermelho em si. “Como os substantivos referentes a cor apresentam uma semântica particular, os contextos de substantivos devem ser modificados para adequação semântica” em cada situação que, constituindo um dos elementos do topônimo, tem função adjetival.

Para Biderman; Nascimento; Pereira (2007, p. 107) seguem um padrão que se pode classificar como universal, que se pode atribuir uma semântica universal das línguas e tem como “núcleo central uma das sete cores do espectro: vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, anil e violeta”. Entretanto, na qualificação dos referentes, gradua-se apenas “parcialmente em padrões universais”.

2. A cor como elemento linguístico de topônimos

Convém retomar Elman; Benetti (s/d), que consideram a cor como elemento de grande poder discursivo. Em diferentes âmbitos da atividade humana, a cor veicula significados ancorados na percepção humana para reconhecer sensações, sabores, valores e outros aspectos que estão na base da capacidade humana de simbolizar.

A cor faz parte do mundo em todos os aspectos, está na natureza, na linguagem, na cultura e até mesmo no mundo onírico. Segundo Nunes (2012, p. 64), “O termo cor surgiu na Roma antiga e, desde então, vem sendo utilizado como forma de expressar a sensação visual obtida da natureza através dos raios de luz”. Cada cor traz consigo uma carga de significado que está relacionada a fatores climáticos, sociais, culturais e psicológicos. Nesse sentido, a percepção desses fatores reflete a maneira como o conhecimento da cor é processado na mente e como a língua expressa essa sensação.

Farina, Perez e Bastos (2011), descrevem que o homem tenta a todo tempo reproduzir o colorido da natureza em tudo que o rodeia, buscando explicar a energia catalisadora que é transmitida pela vibração das cores. A cor é um elemento básico na transmissão de ideias, pois

ECO-REBEL

possui movimento, peso e equilíbrio e, em relação à linguagem, vai além das fronteiras da língua, sendo capaz de ser decifrada até mesmo por uma pessoa que não domina os códigos da escrita, mas que conheça as nuances de cada cor.

Farina (2011, p. 16), define, “A cor como uma força poderosa. Ela age como uma espécie de lei”. Assim, pode-se dizer, que os estudos das cores, têm forte relação com a linguística ecossistêmica, definida por Couto (2007, p. 270), grosso modo, como: “O estudo das relações entre língua e meio ambiente”.

O estudo dessas relações, conforme Heisenberg (1981 *apud* COUTO, 2007, p. 66), as pessoas “não veem coisas em seu objeto de estudo, mas uma imensa rede de relações”. Essa perspectiva permite afirmar que o estudo dos topônimos, segundo Siqueira (2021, p. 68),

[...] faz emergir a relação entre nome, espaço, lugar e, em termos ecossistêmicos, também a inter-relação língua, povo e território, ou seja, o lugar tomado em termos políticos, sociais, culturais e ecossistêmicos. Essa tríade é fundamental para se pensar os fatos da linguagem em sua natureza ecológica.

O que se pode buscar é refletir se a sensação visual causada pelas cores atua como motivadores para a escolha do nome para lugares em que o topônimo se compõe de um nome de cor (*Rio Vermelho, Serra Azul*). Na classificação de Dick (1990), tais topônimos integram a taxa “cromatopônimos⁵”, justamente por se tratar de nomes relacionados a cores.

Assim, procura-se verificar a relação entre a cor que pode ser predominante no lugar, e a provável motivação de alguns lugares específicos do Centro Oeste goiano, que carrega no nome também o nome de alguma cor (verde, vermelho, dourado), a saber: *Ouro Verde de Goiás, Rubiataba, Rio Vermelho e Serra Dourada*. Goiás é um estado que tem preservado cidades históricas, como a cidade de Goiás, banhada pelo Rio vermelho e cercada pela Serra Dourada, como é descrita na prosa e poesia de Cora Coralina (cf. item 1). O que torna esses topônimos poéticos e bastante conhecidos.

Segundo Siqueira; David (2015), o ato de dar nomes aos lugares é inerente ao homem, que nomeia aquilo que passa a existir, assim para nomear um lugar o nomeador precisa de uma motivação, que pode ser cultural, histórica ou pessoal, e atrelada a essas escolhas muitas vezes, estão os nomes das cores que têm uma ligação direta com o meio ambiente, pois quase tudo que existe, reflete luz que é percebida como uma cor.

⁵ Do grego *khroma* -atos, cor. Porto Editora – *cromo* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cromo>

ECO-REBEL

Para o estudo, que não se pretende exaustivo, a primeira ocorrência é o topônimo, *Ouro Verde de Goiás*, que traz no nome a cor verde devido às matas densas que formavam o espaço geográfico daquela região, que levou os seus fundadores a essa escolha motivados pela natureza, que deu origem aquele lugar. No entanto, a cor verde tem papel relevante na formação cultural e histórica dessa região, porque se tornou, ao longo do tempo, uma região de vocação agrícola; assim é possível pensar que o verde do nome pode ser vinculado ao verde das lavouras. Cada cor carrega uma simbologia, que provavelmente também tem relação com o espaço a ser nomeado. De acordo com Farina, Perez e Bastos (2011).

A cor verde é resultado da mistura do amarelo e azul, contém a dualidade do impulso ativo e a tendência ao descanso e relaxamento. É um sedativo que relaxa os vasos capilares e tem efeito de reduzir pressão sanguínea. Suas radiações acalmam as dores nevralgias e resolvem alguns casos de fadiga nervosa, insônia etc. Sugere umidade, calma, frescor, esperança, amizade e equilíbrio, além de possuir todas as conexões com a ecologia e a natureza. [...] Essa cor também apresenta uma associação material com a umidade, frescor, diafanidade, primavera, bosque, águas claras, folhagem, tapete de jogos, mar, verão, planície e natureza. [...] No que diz respeito a associação afetiva, está relacionada com a adolescência, bem-estar, paz, saúde, ideal, abundância, tranquilidade, segurança, natureza, equilíbrio, esperança, serenidade, suavidade, crença, firmeza, coragem, desejo, descanso, liberdade, tolerância, ciúme. [...] A palavra verde vem do latim *viridis*. Simboliza a faixa harmoniosa que se interpõe entre o céu e o Sol. Cor reservada e de paz repousante. Cor que favorece o desencadeamento de paixões. Farina, Perez e Bastos (2011, p. 101).

Culturalmente, a cor verde tem sido caracterizada como a cor que simboliza a vida, a saúde, talvez porque traz sensações de calma e de segurança. Ecologicamente, é uma cor associada à fertilidade da terra, que emerge no germinar, no brotar, ainda a cor do crescimento. O verde também está relacionado com projetos de preservação do meio ambiente, com a sustentabilidade e a ecologia, pois ela representa a natureza, as matas como foi descrito na escolha do nome da cidade de Ouro Verde de Goiás.

A cidade de Ouro Verde de Goiás nasceu ainda no século XIX, com a fundação da Fazenda de Boa Vista do Matão, situada na parte central do estado de Goiás, que inicialmente pertencia ao município de Meia Ponte (Hoje Pirenópolis), e mais tarde ao município de Anápolis. Somente em 01/10/1963 com a Lei nº 4.592 foi criado por definitivo o município de Ouro Verde de Goiás⁶.

No site da prefeitura, consta que o nome da fazenda prestigiava duas características marcantes da região: a altitude, que propicia uma ampla visão do entorno, e as densas matas existentes naquela época. O que, provavelmente, motivou a escolha do nome de *Ouro Verde de*

⁶ <https://ouoverdegoias.go.gov.br/>

ECO-REBEL

Goiás. Em termos morfológicos, *Ouro Verde de Goiás* é um nome composto: Ouro + Verde + de Goiás.

O dourado é a cor da nobreza, da elegância, também representada pelo metal nobre “ouro”, que simboliza, riqueza e soberania. Farina, Perez e Bastos (2011), descreve que a cor dourada (ouro), tem uma forte relação com o dinheiro, luxo e felicidade. E no “simbolismo cristão essa cor está relacionada com o sagrado, evidenciado na palavra auréola, que vem de *aurum* (ouro), signo revelador da santidade”. O ouro também simboliza a vitória, vencedores são premiados com medalhas e troféus dourados, como recompensa pelo melhor desempenho.

Serra Dourada é patrimônio goiano, que envolve a cidade de Goiás, circulando-a com um brilho dourado, a depender da hora do dia. Localizada entre a cidade de Goiás e o município de Mossâmedes, recebeu este nome por refletir a luz do sol nos montes que rodeiam a cidade de Goiás. Fica evidente que o nomeador se valeu da cor como força representativa para nomear a serra. Por outro lado, pode também vincular o reflexo dourado da serra à cor do ouro, primeira riqueza extraída de Goiás.

Convém lembrar que esse espaço está entrelaçado à arte goiana na prosa e poesia de Cora Coralina e na pintura de Goiandira do Couto. É o lugar de onde a artista goiana Goiandira do Couto retirava areias coloridas para criar suas paisagens; é lugar singular, para os autores, a areia dói nos olhos de tão branca, mas possui areia de variadíssimas cores e matizes, conforme se escava as pedras.

No que tange ao Rio Vermelho, a referência que consta sobre a escolha desse nome é apenas uma citação no *blog* da cidade de Goiás que registra essa motivação em razão da cor avermelhada das águas barrentas no período da cheia, em decorrência de chuvas.

Gomide (2009), destaca que o *Rio Vermelho* é uma referência cultural para a cidade de Goiás. A história da cidade calca-se na história da mineração praticada no Rio Vermelho. Da mineração, surge o Arraial, caracterizando também um “mito de origem” [...] Presente nas narrativas orais e escritas, principalmente na poética de Cora Coralina (cf. item 1). As águas do rio têm sido, ao longo dos tempos, motivo de discussão, preocupação e admiração. [...] o Rio Vermelho aparece não mais somente como referência geográfica, mas como símbolo de experiências cotidianas vividas em Goiás: no lazer, no trabalho, na disposição física da cidade (cortada ao meio) e nas enchentes;

ECO-REBEL

Já a cidade de Rubiataba, apresenta na sua história⁷ que o município recebeu esse nome devido a um cafezal nativo que existia naquela região, assim, o nome Rubiataba teve origem em outras duas palavras: rubiácea ‘café’ e taba (tupi) ‘aldeia’, ou seja, em relação à cor devido à qual esse município recebeu o nome devido a um cafezal nativo que existia naquela região. Pode-se fazer alusão também à cor vermelha da pedra rubi, um tipo de pedra preciosa de cor avermelhada que é muito cobiçada no uso de joias e adereços.

Cunha (1998, 817) indica a origem latina da palavra vermelho: adj. da cor do sangue XIII. Do lat. *vermiculus* || avermelhado 1500 || avermelhar XVIII. Vermelho é intenso, é exagero, é a cor mais carregada na psicologia das cores. Segundo chiefofdesign.com.br⁸, “o vermelho carrega dois opostos, do bem e do mal, como o amor e a guerra”. Segundo Farina, Perez e Bastos (2011), essa cor tem o seguinte significado:

Vermelho nos vem do Latim *Vermiculus* [verme, inseto (a cochinilha)]. Desta se extrai uma substância escarlata, o carmim, e chamamos a cor de carmesim [do árabe: qirmezi (vermelho bem vivo ou escarlata)]. Simboliza uma cor de aproximação, de encontro. [...] Vermelho, refere-se à alimentação, assim como a energia e o fluxo (sangue), além de remeter a acolhimento (fraternidade). [...] É uma cor quente e bastante excitante para o olhar, impulsionando a atenção e a adesão aos elementos em destaque. O vermelho ainda remete à festividade, no sentido da comemoração popular. [...] O vermelho é a cor por excelência, a cor arquetípica, a primeira de todas as cores. Em muitos idiomas, a mesma palavra significa vermelho e colorido, em outras há uma sinonímia entre bonito e vermelho. [...] Na cultura cristã, o vermelho de sangue tomado positivamente é o que dá vida, que purifica e santifica, É o vermelho do Salvador, o que ele derramou na cruz pela salvação dos homens. É signo de força, de energia, de redenção. Ao contrário o vermelho pode ter conotações negativas, como símbolos de impurezas, de violência e de pecado. Conecta-se a todos os tabus sobre o sangue herdado da bíblia. É o vermelho da carne impura dos crimes de sangue, dos homens revoltados. É a cor da cólera, da mancha e da morte. Pode ainda ser ligado positivamente como em Pentecostes – cor do fogo do Espírito Santo. É ao mesmo tempo uma luz e um sopro. Brilha, aquece, alumia, como o Sol. É a cor do amor e do erotismo. Como a cor da atração e da sedução, se materializa nos lábios vermelhos. É a cor dos chamados “pecados da carne”, dos tabus das transgressões. Associação material: Rubi, cereja, guerra, lugar, sinal de parada, perigo, vida, sol, fogo, chama, sangue, combate, lábios, mulher, feridas, rochas vermelhas, conquista, masculinidade. Associação afetiva: Dinamismo, força.

Segundo Max Luscher (*apud* FARINA, PEREZ E BASTOS, 2011, p. 91), alguns estudos e experiências psicológicas, têm mostrado que o corpo humano sofre reações físicas quando é

⁷ <https://www.rubiataba.go.gov.br/>

⁸ Site que trabalha com *desing* visual.

ECO-REBEL

exposto a determinada cor. “O vermelho, pode causar uma elevação da pressão arterial e nota-se que o ritmo cardíaco se altera”. O uso das cores pode ser fundamental no tratamento e na recuperação de paciente com distúrbios psicológicos ou doenças crônicas. No entanto, fica evidente dizer que as cores estão presentes não só na materialidade da vida humana, elas também exercem um papel psicológico e imaterial no desenvolvimento do homem e nas suas relações com meio em que vive.

Em relação à estrutura morfolexical, é possível dizer que os topônimos *Rio Vermelho* e *Serra Dourada* são descritivos já que apresentam recortes ambientais que formam a composição toponímica e associam um termo genérico, a “constante toponímica” (DICK, 2001, p. 87) a um dado particular do objeto da nomeação, termo específico/determinante. Originalmente, não haveria um composto *Rio Vermelho* ou *Serra Dourada* (em L), mas um topônimo simples: “rio” – constante toponímica e “vermelho” – índice cromático, o topônimo propriamente dito; o mesmo se dá com “serra” – constante toponímica – e “dourada” – índice cromático, o determinante. Isso porque, segundo Dick (2001, p. 87), “os termos componentes conservam ainda, na língua falada (em L), sua integridade e autonomia significante”. Pela índole gramatical do termo modificador (adjetivo) ligado sempre a uma base nominal (substantivos), a necessidade linguística de precisar adequadamente os elementos segmentáveis do conjunto onomástico, pois este não isola cada uma das partes que acabam por compor um único bloco (significativo referencial), um bloco indissociável.

O topônimo *Ouro Verde* também apresenta indissociabilidade, os componentes toponímicos são reconhecidos como um todo significativo. *Rubiataba*, por sua vez, apresenta o elemento “rubia” de rubiácea mais a base tupi “taba”, formam um composto por aglutinação dos elementos formadores, isso, em si, já acarreta indissociabilidade dos elementos formadores. Apesar de “rubia” fazer referência à cor, é provável que não possa ser analisada como um índice cromático, já que P, geralmente não a entende como uma cor, mas apenas como nome de uma planta.

Considerações Finais

Para realização deste estudo, considerou-se alguns conceitos da ecolinguística tais como a tríade que compõe o ecossistema integral da língua: conceito de língua (L): a maneira ou as formas como os membros de povo (P) se interagem no território (T) lugar onde convivem. O interesse

ECO-REBEL

recaiu em T, mais especificamente nos nomes aspectos de T, já que um território só passa a ser visto como tal depois de nomeado. A ação de nomear é como um ato de fundação linguística, cultural e mental. O lugar passar a existir tendo como referência o nome.

O recorte feito foi para os cromotopônimos, nomes de lugares com nomes de cor de Goiás: *Ouro Verde de Goiás*, *Rubiataba*, *Rio Vermelho* e *Serra Dourada*. Pode parecer um número reduzido, mas o fato é que há poucos cromotopônimos em Goiás. A cor não representa uma motivação muito recorrente no conjunto toponímico goiano. Na verdade, consideradas as devidas proporções, os topônimos mais comuns são os de origem indígena, um total de 76 municípios e outros tantos que compõem a microtoponímia goiana.

A atenção destinada especificamente, à cor neste estudo, se deveu em parte, porque os topônimos *Rio Vermelho* e *Serra Dourada* (mais conhecidos e também simbólicos) se constituem quase como personagens da história goiana, são referências constantes face ao aspecto histórico que evocam como referências maiores a Goiás. Tanto assim, que os nomes “Rio Vermelho e Serra Dourada”, além de habitar o imaginário do povo goiano, estão sempre no rol de sugestões para nomear outros lugares goianos: (Teatro Rio Vermelho e Estádio Serra Dourada).

Para Elman; Benetti (s/d), a cor tem força e poder se associada a relações diversa tais como o que ocorre no nome Rubiataba, que o vermelho (rubia) não é inferido diretamente do vermelho do fruto de uma rubiácea. Há dúvidas se, sincronicamente, pode-se dizer que tem função indicial cromática, já que “rubia -ácia” nem sempre é automaticamente, associado à cor vermelha. Se sim, seria uma metonímia, a cor do fruto pela planta. Nesse sentido, os símbolos que vão se estabelecendo e refletindo a relação entre língua e ambiente, seja físico ou cultural. Em diferentes campos de atividade humana, as cores carregam significados ancorados na capacidade de percepção humana para reconhecer sensações, relações, vínculos e outros aspectos que estão na base da capacidade humana de simbolizar.

O verde, por exemplo, quase sempre caracterizado como a cor que simboliza a vida e a ecologia, é associado à fertilidade da terra e também à preservação do ambiente; ele foi tomada como elemento para compor o topônimo *Ouro Verde de Goiás*, anteriormente pelas matas verdes, hoje por ter uma vocação agrícola, o verde das lavouras valorizadas economicamente; mas, quando se recorta o verde acrescenta-se um valor “verde”, sustentável, de riqueza.

Referências

- BASÍLIO, M. *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BIDERMAN, M. T. C.; NASCIMENTO, M. F. B. do; PEREIRA, L. A. S.; Uso das cores no português brasileiro e no português europeu. In: *As ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, volume III. São Paulo: *Humanitas*, 2007. p. 105-124.
- CORALINA, C. *Villa Boa de Goyaz*. 2.ed. São Paulo: Global, 2003.
- COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- COUTO, Hildo Honório do. Linguística Ecológica. In: COUTO, H. H. do; et.al. (orgs.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia-GO: Editora UFG, 2016, p. 209-262.
- COUTO, H. H. do. A língua não é uma coisa, é motraive. *ECO-REBEL* v. 8, n. 1, p. 91-106, 2022.
- CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.
- _____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2.ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001. p. 79-90.
- ELMAN, D.; BENETTI, M. A cor como representação: o imaginário verde amarelo. Disponível em [Dialnet-ACorComoRepresentacao-6277625-2.pdf](#) Acesso em 21 de setembro de 2022.
- FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. Revisores: Heliodoro Teixeira Bastos; Clotilde Perez. Ed. Edgard Blucher Ltda. 6. ed. São Paulo, 2011.
- NUNES, A. C. X. Informação através da cor: a construção simbólica psicodinâmica das cores na concepção do produto. *Revista UDESC-ModaPalavra*. V. 6, n. 9, p. 63-72, jan./jul. 2012.
- POCKLINGTON, R. *Introducción a la Toponomástica*, s/d. Disponível em: http://www.academia.edu/21713377/introducci%C3%93n_a_la_toponom%C3%81stica_-_1._aspectos_universales_de_la_toponimia. Capturado em 5 de jul. de 2022.
- SILVA, M. M. G. O ecossistema mental da língua e a psicolinguística. *Eco-Rebel*, Brasília, v.

ECO-REBEL

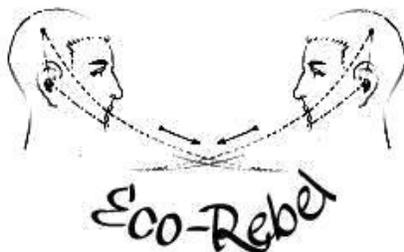
07, n. 02, p. 17-30, 2021.

SIQUEIRA, K. M. F. Toponímia Kalunga: aspectos da inter-relação língua, povo e território. *Via Litterae*, Anápolis, v. 7, n. 1, p.61-75, jan. -jun.2015. SIQUEIRA, K. M. F. de. Espaços, lugares, territórios: multiplicidades face ao mapa mental e à designação toponímica. *Mediação*, Pires do Rio, v. 16, n. 02, p. 67-84, jul. -dez, 2021.

SIQUEIRA, K. M. de F; COSTA NETO, E. M.; ARAÚJO, G. P. de; Toponímia dos municípios de Alagoas sob a perspectiva da ecolinguística. *ECO-REBEL* v. 7, n. 3, p. 55-80, 2021.

Aceito em 16 de maio de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



USOS DE PREPOSIÇÕES POR FALANTES DE ITALIANO COMO LÍNGUA MATERNA NA APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO LÍNGUA ADICIONAL: UMA VISÃO LINGUÍSTICO-ECOSSISTÊMICA

Stephanie de Carvalho Guerra (PPGLL/UFG)

Elza Kioko N. N. do Couto (PPGLL/UFG)

Abstract: This paper is part of an ongoing master's thesis, whose objective is to analyze the use of prepositions by native speakers of Italian who are learning Brazilian Portuguese as an additional language. The *corpus* of the research consists of 50 textual productions that were provided by teachers of the Centro Cultural Brasil-Itália (CCBI) course based in Rome. From the data, we will verify which prepositions were used in their prototypical senses, and which ones were rearranged to cover other meanings beyond those of more recurrent uses. The analysis will have Ecosystem Linguistics as theoretical assumptions, with emphasis on the Ecology of Space Relations (ERE), proposed by Couto (2007, 2017).

Keywords: Mother tongue. Additional Language; Ecosystemic Linguistics; Prepositions; Ecology of Spatial Relations.

Resumo: Este artigo faz parte de uma dissertação de mestrado que está em andamento, cujo objetivo é analisar os usos das preposições pelos falantes de italiano como língua materna que estão aprendendo português brasileiro como língua adicional. O *corpus* da pesquisa é constituído de 50 produções textuais que foram fornecidas pelos professores do curso do Centro Cultural Brasil-Itália (CCBI) com sede em Roma. A partir dos dados, verificaremos quais preposições foram utilizadas em seus sentidos prototípicos, e quais preposições foram remanejadas para abranger outros significados para além daqueles de usos mais recorrentes. A análise terá como pressuposto teórico a Linguística Ecológica, com ênfase na Ecologia das Relações Espaciais (ERE), proposta por Couto (2007, 2017).

Palavras-chave: Língua materna; Língua Adicional; Linguística Ecológica.;Preposições; Ecologia das Relações Espaciais.

1. Introdução

Quando nos dedicamos a aprender uma nova língua, é certo que encontraremos dificuldades em determinados temas. E as preposições constituem, sem sombra de dúvidas, uma das seções das gramáticas que ensejam muitos tropeços. O senso comum já nos adverte que o português é um dos idiomas mais difíceis para assimilar. As gramáticas normativas apenas corroboram a problemática, na medida em que, ao enquadrarem as preposições como classes invariáveis, cuja função se restringe à relação entre termos, deixa-se de evidenciar outros aspectos interessantes, como o semântico, que tornam essa categoria gramatical cheia de sutilezas. A título de ilustração, lembrei-me de uma manchete que dizia algo assim: "Idosa reage a assalto e bate no bandido *com* bengala". Para muitos, a frase passará despercebida. No entanto, a ambiguidade saltará aos olhos de um leitor atento.

Em uma aula de português tradicional, esse exemplo (se aparecesse) seria destrinchado em identificação e classificação. De modo didático, os estudantes destacariam a preposição "com", e indicariam que seu papel temático é de "instrumento", que é uma das concepções mais abordadas pelas gramáticas. Nesse sentido, entenderíamos que a "idososa" utilizou uma "bengala" para tentar se defender de um "bandido". Entretanto, a preposição "com" também pode denotar "posse". Isso posto, a interpretação seria outra, a de que a "bengala" seria do "bandido", e não da "idososa". Embora a imagem dessa situação pareça cômica, ela é plausível. E é esse caráter das preposições que lhes possibilita designar novos significados. Desse modo, aulas que se atenham à memorização dos usos das preposições (posse, matéria, causa, modo etc.), ao invés de uma abordagem baseada em raciocínio, pouco ou nada contribuem para um aprendizado eficiente.

Isso posto, reiterando que as preposições são de fato um elemento difícil de dominar, e não apenas no português, concluímos que se as adotássemos como objeto de pesquisa, analisando o modo como aprendentes as empregam em diferentes contextos, surgiria a possibilidade de compreender seus múltiplos valores semânticos, bem como de investigar quais seriam alguns dos problemas que impedem o desenvolvimento da competência comunicativa do sistema preposicional de língua portuguesa. Contudo, é importante destacar que nosso enfoque não é distinguir o uso que atende ao convencionalizado pelas gramáticas daquilo que seria classificado como "desvios" da norma padrão. Partindo da premissa de que "erros" são saberes provisórios,

pretendemos encará-los como um processo que integra o pensamento do estudante. Esses registros serão fundamentais para que repensemos estratégias que oportunizem o uso adequado dessa classe gramatical, a partir de atitudes reflexivas.

1.1 Ecolinguística: breve panorama histórico

Se apresentássemos o termo “ecolinguística” para um leigo, e pedíssemos que ele tentasse deduzir o objetivo de estudo dessa disciplina, provavelmente ele associaria o prefixo “eco” à ecologia, à “linguística” e à linguagem. Embora represente uma ideia simplificada, ela, de fato, se aproxima do propósito da teoria. Inspirada na biologia, a ecolinguística se propõe a estudar as inter-relações entre língua e meio ambiente. De forma análoga à ecologia, definida por Haeckel (1866) como “a ciência que estuda a relação dos organismos com o ambiente” (FIEDLER *et al.*, 2021, p. 233), a ecolinguística nos mostra que assim como os organismos estabelecem relação com o *habitat* que os circunda, nós, seres humanos, integrados em determinado espaço, igualmente interagimos uns com os outros. E essa interação, cabe destacar, ocorre através de complexos processos de linguagem.

A despeito dessa relação entre língua e ambiente, os pesquisadores da área atribuem o pioneirismo a Edward Sapir (1969, *apud* COUTO; FERNANDES, 2013, p. 293). Destoando do que era de praxe à época, o linguista incorporou às suas reflexões não apenas o aspecto social, mas também os fatores físicos. Por físicos, segundo Sapir (1929 *apud* SILVA, 2020, p. 25), entende-se tanto os elementos abióticos que garantem a sobrevivência dos organismos (relevo, clima, pluviosidade etc.) quanto os elementos bióticos, que dizem respeito a todos os seres vivos da comunidade biológica. Isso posto, essa nova tendência de pensamento, no qual a língua é intrínseca aos ambientes físicos e sociais, é um lampejo do que se configurará como a ecolinguística propriamente dita.

Todavia, foi Haugen, na década de 1970, que ficou conhecido como o instituidor da ecolinguística (COUTO; FERNANDES, 2013, pp. 293-294). Apesar de não ter utilizado o termo tal como é difundido atualmente, mas as expressões “ecology of language” e “language ecology”, foi ele o precursor do assunto. Após a palestra na qual abordou o tema, Haugen publicou o livro intitulado *The ecology of language* (Stanford University Press, 1972), que o consolidou como o precursor da teoria. Fato interessante, já que consta que o primeiro registro escrito da palavra

“ecolinguística” (1975) é atribuído ao sociolinguista Jean-Baptiste Marcellesi (COUTO, 2018, pp. 97-98). De todo modo, independentemente de quem registrou a palavra primeiro, o que se vê são vertentes e modelos teórico-metodológicos para a perspectiva ecológica da língua.

Se Haugen contribuiu com os princípios teóricos da ecolinguística — “o estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente” (1972, *apud* COUTO, 2013, p. 278) —, Alwin Frank Fill foi quem delimitou seu objetivo, difundido-a como disciplina por todo o mundo. Analisando os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos no campo da linguística aplicada, com enfoque nas pesquisas de Michael Halliday, Fill (2015) ressaltou que os linguistas precisariam superar as discussões relacionadas às estruturas da língua. O cerne de interesse, portanto, deveria ser as interações comunicativas entre as pessoas e o meio ambiente que as circunda. Não é que aspectos gramaticais deixassem de ter relevância, mas a atenção se voltaria para o modo como o sistema linguístico é articulado para construir realidades, principalmente realidades nas quais vigore a visão antropocêntrica.

Para um leigo (ou para pessoas ingênuas), pôr o homem¹ no “centro do universo”, talvez, seja uma maneira de garantir a nossa sobrevivência como espécie. No entanto, essa cisão entre *homem x demais “coisas” do mundo* consiste em incorporar um modelo de vida “padrão” que enxerga a natureza com base no que soa “útil” ou “inútil”, decerto, para um determinado grupo seletivo. Para validar sua afirmação sobre essa visão utilitarista da natureza, Fill aponta alguns exemplos. Vejamo-los pela perspectiva de Couto (2012, pp. 17-19). Dentre os inúmeros apontamentos, não há a menor dúvida de que os eufemismos são um dos mais impactantes². Para invisibilizar a violência perpetrada contra os seres vivos, opta-se por “pescar” no lugar de “matar peixe”, “caçar” ao invés de “perseguir para matar”, “desflorestar” em substituição a “matar árvores”. A esse rol, eu acrescento “testar em animais” em oposição a cada procedimento que de fato é realizado para se atingir um objetivo específico na indústria, sobretudo na de cosméticos.: “mutilar”, “envenenar”, “intoxicar”, “torturar”, “submeter a dor extrema”, “matar” etc. Ainda nesse setor industrial, temos o “abate”, que de modo algum evidencia as etapas de “beneficiamento” cárneo: suspensão da alimentação, degola, pendura por uma das “patas” traseiras

1 Façamos a ressalva de que “homem” não contempla a todos de forma equânime.

2 Para aprofundar o conhecimento em relação às estratégias de eufemização, ler Trampe (2017).

em trilhos aéreos, sangria, esfola, evisceração, refrigeração, cortes e desossas, embalagem e expedição (BLOCK *et al*, 2016).

Outra estratégia tão desconcertante quanto a de eufemização é o androcentrismo³ na linguagem. Na língua portuguesa, um exemplo tangível é o masculino globalizante. Uma experiência trivial que possibilita atestarmos isso é se uma mãe tiver um menino e uma menina, a referência às crianças será “meus filhos”. À primeira vista, confrontarmos esses usos poderá parecer uma espécie de censura dos linguistas, todavia, como sabidamente Couto (2012, p. 11) destacou, o objetivo é “chamar a atenção para esses fatos, a fim de que se possa agir adequadamente”. A partir do momento, em que se normalizam essas expressões generalizadoras, o preconceito e a discriminação se perpetuam. Dito de outro modo, fazer “vista grossa” ao caráter androcêntrico dos sistemas que regulam a vida em sociedade, apenas robustece a reprodução social de que as mulheres são “menos pessoa” do que os homens, principalmente se elas forem negras, periféricas, indígenas, imigrantes, mães.

Soma-se a esses dois exemplos muitos outros que denotam preconceitos, reforçam estereótipos, contribuem para o silenciamento de grupos minoritários. Couto (2012, p. 17) enumera “etnocentrismo”, “racismo”, “crescentismo”, “sexismo” etc. Compondo uma crítica a respeito dessas tendências, o pesquisador adiciona o “classismo”: “Trata-se de termos relacionados com determinados segmentos da sociedade” (COUTO, 2012, p. 18). É a concepção — com raízes tão profundas que mantém perene a relação “senhor-servo” típica do período colonial —, que se fundamenta em “classe dominante”, aquela em que as referências frequentemente ganham conotação positiva (elitismo), em oposição à “classe pobre”.

1.2 A Linguística Ecológica (LE)

Após esse percurso sobre as bases instituidoras da ecolinguística em uma visão macro, vamos direcioná-la para o contexto nacional. No Brasil, o primeiro linguista a tratar do assunto foi o professor Hildo Honório do Couto no texto “The place of place in creole genesis” (1998)⁴, apresentado no Simpósio “Pidgin and creole languages in the 21st century” em Nova Iorque. Desde então, Couto tem sido uma das principais referências de pesquisadores dedicados à área. Em 2007,

3 Como bem destacou Couto (2012, p. 11): “irmão do machismo e do sexismo”.

4 Disponível: <http://www.ecoling.unb.br/images/1_Place_of_place.pdf>. Acesso: 24 mai. 2022.

com a publicação de *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*, instaurou-se a vertente da ecolinguística no país, que a partir de 2015 passou a ser denominada linguística ecossistêmica (COUTO, 2015).

1.3 Preposições na Ecologia das Relações Espaciais (ERE)

Contrapondo-se à ideia de que as preposições são apenas elos sintáticos, a linguística ecossistêmica (LE) as compreende como aptas a desempenhar outras funções para além das morfossintáticas. Assim, muitos linguistas contemporâneos estão propondo uma revisão do conceito, segundo o qual essa categoria desempenha papel importante nos enunciados, dado que sua ausência ou sua presença pode resultar em alterações no campo semântico. Por exemplo, enquanto que em “Fui **a** trabalho”, a preposição concorre para transmitir a noção de “finalidade”, em “Fui **para** o trabalho”, a preposição indica “movimento / em direção a”. Desse modo, o que se constata é que, na verdade,

tudo na língua é semântico, isto é, tudo tem um significado. [...] As preposições não fazem exceção a isto: Nós trabalhamos *com* ele, e não *contra* ele.

Contextos deste tipo ressaltam bem o significado de unidades como *com ele* e *contra ele*, auxiliados por diferentes preposições. [...] Ora, cada preposição tem o seu significado unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais (sentido), em acepções particulares que emergem do nosso saber sobre as coisas e da nossa experiência de mundo (BECHARA, 2009, p. 250).

Nessa ótica, COUTO et al. (2007a; 2012; 2017a) se baseia em Bernard Pottier (1962 *apud* COUTO et al., 2017a, p. 188) para introduzir os estudos sobre as preposições na perspectiva da LE, mais especificamente na ecologia das relações espaciais (ERE). No primeiro nível, por meio de uma representação tridimensional (Figura 1), os pesquisadores (2017, p. 189) sugerem que as preposições têm originalmente uma acepção espacial. Ou seja, a hipótese deles é favorável à primariedade espacial dessa categoria gramatical. Para mais, eles propõem que os outros valores que elas estabelecem (nocional, temporal) seriam redutíveis à espacialidade (COUTO, 2010 *apud* SIMIÃO, p. 88, 2018).

ECO-REBEL

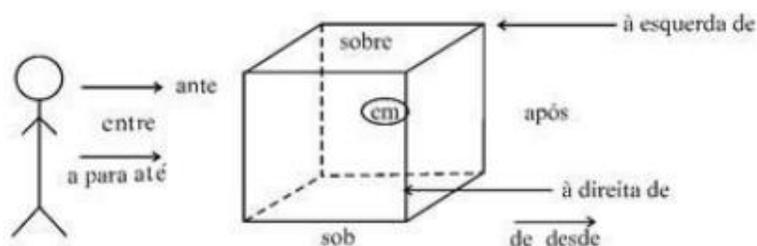


Figura 1.

No que concerne à Figura 1, Couto *et al* (2017, pp. 189-190) agrupa as preposições em duas categorias: de um lado, figuram aquelas em que a presença de um observador é imprescindível. De outro, acomodam-se aquelas que independem dele, pois a relação “está objetivamente lá”. Em seguida temos as preposições que independem de um observador. São as que se enquadram nas seguintes posições: “interioridade” que se opõe a “exterioridade”, “horizontalidade” que se opõe a “verticalidade”, e “superioridade” que se opõe a “inferioridade”. Quanto às preposições que dependem de um observador, estas são as relações: “anterioridade” que se opõe a “posterioridade”, e “dexteridade” que se opõe a “sinistridade”.

Partindo do centro do cubo tridimensional (Figura 1), explicaremos de modo sucinto o que cada relação contempla. Consoante Couto (2017, p. 189), a preposição que exprime “interioridade”, e que é a “mais usada na maioria das línguas do mundo, além de substituir muitas outras” é *em* (certamente que há outras preposições / locuções prepositivas com sentido equivalente, tal como *dentro de*). Dentre as dez relações, a “interioridade” seria “universal”, a mais abrangente, uma vez que o que ela existe independentemente da observação de alguém.

Seguindo na análise, temos em oposição à “interioridade” a “exterioridade”, cujo lexema mais comumente usado é *fora de*. cremos que essa definição, não aprofundada pelo pesquisador, tanto é que nem consta no modelo tridimensional, seja motivada pelas características físicas do que está sendo levado em consideração.

ECO-REBEL

No que tange às relações de “horizontalidade” e de “verticalidade”, Couto (2017, p. 189) menciona que elas são importantes para estabelecer as demais relações. De modo a obtê-las (“horizontalidade” / “verticalidade”), é preciso traçar uma linha imaginária vertical partindo de *sobre* até *sob*, e uma linha horizontal partindo de *antes* até *depois*. No cruzamento entre elas, encontra-se o *em*. Os extremos da linha vertical são as relações de “superioridade” e de “inferioridade”.

No que se refere à linha horizontal, dela advêm as relações de “anterioridade” e de “posteridade”, geralmente lexicalizadas por *antes* e *após*, respectivamente, bem como as relações de “dexteridade” e de “sinistridade”, lexicalizadas, nessa ordem, por *à direita de* e *à esquerda de*.

2. Métodos

2.1 A metodologia na Linguística Ecológica

Tendo em vista que a linguística ecológica, vertente da ecolinguística no Brasil, é uma teoria recente, há de se convir que as pesquisas nela desenvolvidas também o são. Em razão disso, seus métodos de análise ainda estão sendo definidos. E esse é um ponto no qual alguns críticos se debruçam, estigmatizando-a por não ter um método próprio (ALBUQUERQUE, 2015, p. 132). No entanto, esse posicionamento não é pertinente, posto que pensar pela perspectiva ecológica pressupõe dinamismo. Dessa forma, para alcançarmos os objetivos, a ótica cartesiana, para a qual cada teoria comporta um método específico, limitaria a percepção do pesquisador em relação aos vários elementos que se articulam nas interações comunicativas. Assim, a visão ecológica de mundo demanda um olhar para as relações entre língua, povo e território em sua integralidade.

ECO-REBEL

Apesar de a linguística ecossistêmica ter muito pouco tempo como disciplina científica, ela nos mostra que o fazer ciência nos moldes tradicionais, nos quais o olhar se volta para o objeto em uma única direção, é contraproducente. Dito de outro modo, para estudarmos os fenômenos relacionados à linguagem, será preciso dispor de métodos diversificados, tamanha é a complexidade das relações entre língua e meio ambiente. Em vista disso é que a linguística ecossistêmica se sobressai, ao preconizar uma abordagem multimetodológica, multidisciplinar (ou multiteórica) e multilateral. No entanto, eleger vários métodos não implica que tudo é permitido. A partir do momento em que o pesquisador define seu problema de pesquisa, a escolha por quais caminhos seguir obedecerá uma lógica. A seleção desses percursos não ocorre de forma aleatória. Os métodos de análise precisarão não apenas estar relacionados ao objeto de estudo específico, mas lhes serem complementares.

Uma vez dispostos, os métodos apropriados oferecerão subsídios a esse pesquisador, de modo que ele direcione seu olhar tanto para o aspecto microscópico do fenômeno em questão quanto para as diversas facetas que o constituam. É o que Couto (2018, p. 26) apresenta como o “método da focalização”, em referência ao proposto por Garner (2004). Ao nos debruçarmos sobre um determinado objeto, devemos esquadrihá-lo tomando como pontos de referência as perspectivas de “diferentes janelas”, bem como aquelas que a “cumeeira da casa” também nos possibilitem enxergar.

Na prática, a proposta é que o investigador se inteire do conhecimento através de uma abordagem holística (termo derivado do grego *holos*, que significa “o todo, completo, global”), na medida em que se atenha às relações e às interações entre o objeto e o seu contexto. É importante destacar, no entanto, que partir do micro ao macroscópico (ou vice-versa) tende a propiciar um ponto de vista o mais completo possível, embora não signifique que o pesquisador precise se aprofundar em tudo. Alinhar-se ao paradigma da visão ecológica de mundo (VEM), em contrapartida à visão ocidental de mundo (VOM), mecanicista e reducionista, na qual há uma supremacia do homem em relação à natureza, possibilita ver e compreender o mundo não de modo fragmentado, mas como um sistema em que todos os elementos físicos, biológicos e socioculturais se interconectam.

2.2 Procedimentos para a coleta de dados

Com o objetivo de analisar os usos das preposições pelos falantes de italiano como língua materna na aprendizagem do português brasileiro como língua adicional, definimos 50 produções textuais como *corpus*. Esses textos foram encaminhados por e-mail pelos professores do curso Português como Língua Adicional (PLA) do Centro Cultural Brasil-Itália (CCBI) com sede em Roma. Com o intuito de promover a língua portuguesa no exterior, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil instituiu esses centros culturais, vinculados às embaixadas e aos consulados. Após a verificação documental, identifiquei que os anexos continham produções de diferentes níveis de proficiência, “Intermediário I”, “Conversação nível Intermediário” etc., com atividades realizadas entre os anos de 2015 a 2021. Para manter a privacidade, cada texto foi encaminhado apenas com as iniciais do nome e do sobrenome do estudante.

2.3 Procedimentos para a análise de dados

Dado que o objeto de pesquisa são os usos das preposições por aprendentes italianos de português, e que tais partículas exercem uma função verdadeiramente importante no enunciado, porque estabelecem relações que contribuem para a construção de sentido, analisaremos se as escolhas lexicais foram remanejadas para indicar outros sentidos para além dos prototípico, com base na ecologia das relações espaciais (ERE).

Tendo em mãos os dados, seguiremos três etapas propostas por Bardin (2011):

1. Os dados serão avaliados, conforme sua importância para a análise do objeto de pesquisa;
2. Após avaliação, os dados serão categorizados por “preposições menos marcadas” e “preposições mais marcadas” da língua;
3. As relações semânticas das preposições serão analisadas sob duas perspectivas: “sentido prototípico” e “sentido remanejado”.

3. Resultados

A análise dessa pesquisa ainda está em desenvolvimento. Por isso, os resultados obtidos são parciais. A partir do que já foi analisado, constatamos que os falantes de italiano como língua

materna que estão aprendendo português brasileiro como língua adicional empregam as preposições sem muitas dificuldades, até mesmo quando são estudantes de níveis mais básicos. O fato de o italiano e o português serem línguas consideradas próximas, no entanto, não deve ser o que enseja esse domínio, uma vez que nem sempre as diversas situações frasais são expressas de modo semelhante. Por exemplo, a frase “Vou **ao** trabalho **de** ônibus”, em italiano seria “Vado **al** lavoro **in** autobus”. Equivale isso a dizer que uma “tradução por analogia” incorreria em “erro”. Outro caso que me ocorreu foi de um estudante que escreveu “Depois disso ele fugiu **para** a Colômbia”. O que despertou a curiosidade foi o fato de que o grupo verbal corresponderia em italiano a “[...] fuggito **in** Colombia”.

Esse panorama suscita questões interessantes, na medida em que nos desafia a compreender o processo pelo qual esses aprendentes conseguem selecionar as preposições que satisfatoriamente atendem às convenções do português brasileiro, mesmo quando há circunstâncias em que elas diferem na língua materna. Além disso, o levantamento nos mostra que o uso das preposições com noção prototípica diminui, conforme o nível de proficiência aumenta. Essa constatação sugere que quanto mais o estudante tem contato com a língua-alvo da aprendizagem, mais o rol das preposições com seus matizes semânticos aumenta. O que não conseguimos mensurar, até o momento, é se esse conhecimento decorre de práticas repetitivas que foram mecanicamente armazenadas na memória, ou se há uma relação lógica em termos de polissemia das preposições entre esses dois idiomas. Como advertimos, a pesquisa ainda está em andamento. Nosso intuito é melhorar essa compreensão.

4. Discussão

Dentre um rol extenso de preposições e de locuções prepositivas, a escolha por iniciar a análise com *em* não foi aleatória. No artigo “A ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo guineense”, Couto (2007, p. 91) propõe que o conectivo mais abrangente, “universal”, e por isso o mais comum nas línguas do mundo é o *em*, no equivalente em português. E por ser ela a preposição menos marcada da língua, o que implica compreender posições de modo geral, sua relação mais prototípica é a de “interioridade”.

É certo que o processo histórico pelo qual as preposições passaram desde o latim até as línguas românicas, com maior enfoque para a língua portuguesa e para o italiano, está longe de capturar a abundância de valores semânticos imbricados nelas. No entanto, as frases constituintes

ECO-REBEL

do *corpus* fornecem informações relevantes de usos frequentes dessas partículas. De tal sorte que a preposição portuguesa *em* pode denotar⁵

1. meio → “Pagava *em* cheque tudo o que comprava.”
2. avaliação → “A casa foi avaliada *em* milhares de cruzeiros.”
3. fim → “Pedir *em* casamento.”
4. matéria → “Gravura *em* aço.”

De forma análoga ao português, a preposição italiana *in* também expressa inúmeros sentidos, inclusive os de estaticidade/permanência, e os de movimento em relação a um lugar. Exemplos⁶:

1. lugar onde uma ação acontece (estático) → “*In* classe, ci sono studenti di tutto il mondo” (Na sala, há estudantes do mundo todo).
2. lugar para onde uma ação se dirige (dinâmico) → “É stato mandato *in* esilio per motivi politici” (Foi mandado *para* o exílio por motivos políticos).
3. fim → “Questo esemplare non è *in* vendita, è solo *in* mostra” (Este exemplar não é para venda, é apenas *para* amostra).
4. meio → “Sono venuto dal mio paese *in* aereo” (Vim do meu país *em* um avião).

4.1 Preposição *em*

Façamos a análise de alguns dos usos da preposição *em* pelos aprendentes italianos de português. Para isso, selecionei a seguinte amostra:

Texto 1

Há poucos dias, fui a três boas pastelarias perto da minha casa e disse: "Gostaria comprar a sua melhor sobremesa artesanal em forma de pomba porque vou fazer um concurso nos dias de Páscoa!"

5 Os exemplos foram retirados da “Moderna Gramática Portuguesa”, de Evanildo Bechara (2019).

6 Exemplos retirados de “Le preposizioni” (CHIUCHIÚ *et al*, 1984).

ECO-REBEL

Depois eu disse os nomes das outras duas lojas concorrentes do bairro e já foi muito divertido ver os donos, ou ajudantes, preocupados com qual sobremesa vender para mim.

Na semana passada fui à loja vencedora e o que aconteceu quando o comuniquei foi inesperado: uma empregada parou de atender um cliente e comemorou com a outra na caixa, o dono me regalou uma pomba e fiquei surpreso e muito engraçado.

Assim encomendei um troféu com placa pela internet e vou trazer para eles quando chega!

A.A.

Intermediário I

No que diz respeito a esse texto, constatamos que a preposição *em* foi utilizada em quatro sentenças.

1. “Gostaria comprar a sua melhor sobremesa artesanal **em** forma de pomba”.
- 2, “[...] voi fazer um concurso **nos** dias de Páscoa!”.
3. “**Na** semana passada fui à loja vencedora”.
- 4, “[...] uma empregada parou de atender um cliente e comemorou com a outra **na** caixa”.

No exemplo (1), a preposição *em* compõe uma locução adjetiva “em forma de”, que modifica o núcleo nominal ao qual ela se refere, “sobremesa”. Isso posto, percebe-se que o conteúdo semântico não é espacial, mas nocional, expressando “configuração física”. Esse processo em que o sentido prototípico de *em* se amplia, devido à interação com os outros termos, é possibilitado justamente pelo caráter poroso dessa preposição, razão pela qual nos deparamos com inúmeras ocorrências de expressões idiomáticas, tais como “de vez em quando”, “em que medida”, “em riste”, “em vez de” etc. Até mesmo na formação de palavras, muitas das quais sequer nos damos conta de que são compostas por *em* (e pela sua variante *en*), como “embutir” (fazer entrar em), “engarrifar” (colocar dentro de garrafas), “engavetar” (guardar dentro de gaveta)⁷ etc.

7 É importante destacar que nem toda palavra formada pelo prefixo *em-* mantém os traços semânticos da preposição latina que a originou. Por exemplo, “empobrecer” não está relacionado com a ideia de “localização”, mas de “transformação”. Sobre esse assunto, recomendo a leitura de “Prefixação de origem preposicional na Língua Portuguesa”, de Susana Nunes (2011).

ECO-REBEL

Em (2) e (3), verificamos que o aprendente recorreu às formas aglutinantes de *em* para designar períodos de tempo específicos, “dias de Páscoa” e “semana passada” respectivamente. Logo, as relações que essas preposições estabelecem é de temporalidade. Se nos ativermos a esse valor, perceberemos que a hipótese da ERE de que originariamente as preposições são espaciais é plausível, dado que os acontecimentos se realizam em um espaço de tempo.

Quanto à sentença (4), há dois aspectos interessantes para analisarmos. O primeiro deles diz respeito ao sentido manifesto que a frase escrita suscita. Todavia, antes de esclarecê-lo, apresentarei o contexto. A atividade que motivou a produção do texto em questão tinha como temática “histórias engraçadas ou assustadoras”. O aprendente iniciou contando que pretendia realizar um concurso na páscoa, com o propósito de eleger a “melhor sobremesa artesanal”. Um dos doces italianos típicos desse época festiva é a colomba pascal, um pão com formato de pomba, por isso o nome “colomba”, “pomba” em italiano. Para incitar a competição, ele encomendou o prato em três confeitarias⁸ próximas a casa dele.

Quando o resultado foi divulgado, o aprendente foi até a confeitaria campeã. Após dar a notícia, uma das funcionárias parou o atendimento e foi comemorar ao lado de “outra”⁹ pessoa. No entanto, ao retermos a frase, conforme está escrita, a ideia sugerida é de que tanto essa atendente, quanto essa “outra” pessoa estão celebrando “dentro” de uma caixa. O que soa engraçado. E essa interpretação é realizável, devido ao sentido prototípico da preposição *em*, comumente empregada com o significado de “dentro de, no interior de”. Porém, pelo bom senso, compreende-se que essa “outra” pessoa é a atendente de caixa. Em outros termos, é a funcionária que está “no caixa”¹⁰, com a função de registrar a entrada/saída do dinheiro. Ainda que haja essa constatação, nota-se que o sentido de “localização no espaço” não se dissipou, dado que quem ocupa a posição de caixa *está na* seção onde se recebe o pagamento.

8 No texto, o aprendente escreveu “pastelaria” ao invés de “confeitaria”. Provavelmente, essa escolha lexical foi influenciada pelo termo em italiano, “pasticceria”.

9 No meu modo de ver, o pronomes indefinido “outra” está ambíguo, porque tanto pode se referir a uma cliente, quanto a uma funcionária.

10 Em italiano seria “addetti alle vendite”.

4.2 Preposição *com*

Outra preposição frequentemente utilizada é *com*. De acordo com a ERE, o sentido prototípico dessa partícula é de “proximidade no espaço, concomitânica, copresença”. Em outras palavras, designa um fenômeno em que um instrumento ou alguém está presente na ação, não necessariamente em contato direto um com o outro. No entanto, ao examinarmos as construções introduzidas por *com*, constatamos que sua porosidade também contribui para a ampliação de seus matizes de significado (modo, causa, instrumento, matéria etc.). A título de exemplo, vejamos:

Texto 2

Uma mulher está na cama com seu amante quando o marido dela volta mais cedo para casa. O amante muito contrariado esconde-se no armário, mas esquece seu telefone celular em cima da mesa de cabeceira, mas o marido finge que nada aconteceu, va na outra cama e espere pelo jantar. O dia que tras o marido volta com um amigo em casa, va no quarto, de repente puxa as cobertas e acha a mulher com o amante na cama.

Pega a arma e a ponta na direção do homem.

A mulher diz: pare, não atire: - É ele que pagou o carro novo que te comprei, ele pagou a renda da casa o mar, é sempre ele que paga a viagem no Brasil.

O homem vira-se para o amigo e pergunta: E agora? O que faço?

O amigo responde: Cubra-lo porque está frio!

M.B.

Intermediário I

Em relação a essa amostra, identificamos que a preposição *com* foi utilizada em três sentenças.

1. “Uma mulher está na cama **com** seu amante”.
2. “[...] o marido volta **com** um amigo em casa”.
3. [...] acha a mulher **com** o amante na cama”.

Observa-se que o sentido prototípico de “copresença/companhia” prevaleceu. Interessante destacar que esse traço primário apresentou alta frequência nas demais produções textuais. Recuperando o texto 1, temos essa noção em “[...] comemorou **com** a outra”. Para mais, a temos

também em “[...] preocupados **com** qual sobremesa vender para mim”. Ainda que de forma sutil, a noção de espacialidade é evocada nessa situação, tendo em conta que, ao nos “ocuparmos antecipadamente” (pre + ocupar) com algo/alguém, trazemos para nós o fato que está gerando inquietação. Nessa perspectiva, estamos na “companhia” do que nos causa desassossego. Por fim, também temos essa ideia em “[...] encomendei um troféu **com** placa”.

4.3 Preposição *para*

A respeito da preposição *para*, cuja frequência nos textos também é bastante alta, podemos dizer que seu sentido prototípico é de “direção”, conforme a Ecologia das Relações Espaciais. Em razão desse uso recorrente, sua noção primária está sendo ampliada para abarcar novos sentidos. Dentre estes, um dos que gera controvérsias é o de “finalidade”. A questão que suscita é “ao estabelecer relação entre os elementos de uma sentença, o “para” com papel temático de *finalidade* é preposição ou conjunção?”. Por exemplo, em “Viera um vestido de Marta, **para** que a vestissem com ele” (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 620), o “para” figura na seção de conjunção subordinativa final. Decerto que nossa proposta não é dirimir o litígio, mas, um ponto de destaque é que independentemente da classificação, ao ser remanejada, *para* (finalidade) não perde a noção de “percurso, movimento em direção a”. Dito isso, vejamos a seguinte amostra:

Texto 3

Normalmente não tenho muita memória dos acontecimentos, mas tenho um episódio muito assustador que aconteceu durante um viaje para o Brasil o que eu lembro muito bem. Eu com minha turma costumamos de ir para o Brasil todos os anos para praticar kitesurf. Nos curtimos de ir usualmente ao Cumbuco, uma pequena vila norte de Fortaleza. Para chegar a Fortaleza nos transitamos de Rio ou S. Paulo, porque não tem voos directo da Roma para Fortaleza.

No ultima viagem, no 2019, eu tinha mais ferias dos meus amigos e decidi de ir sozinho por alguns dias para Aruba, uma islã norte de Venezuela. O voo deixava na madrugada e eu, sozinho, deixei meu amigos para o aeroporto de Uber. In frente do banco de aceitação, eu descobri que tinha deixado meu telefone no Uber...

O telefone continha, alem dos números de telefone dos todos amigos, o passagem de avião, as referencias de meu hotel in Aruba, os telefone para alugar o carro in Aruba... Um super abacaxi!

ECO-REBEL

Felizmente tinha um Ipad com quem consegui fazer o telefone tocar... o motorista respondeu mas eu falava pouco Portuguese e ele tinha um sotaque muito complicado... A empregada de Aerolinea me cobrou este galho, falando com o motorista que me trouxe de volta o telefone. Tudo bem o que acaba bem!

A.P.

Intermediário I

Percebe-se que nesse recorte, há 8 sentenças introduzidas por “para”.

1. “[...] aconteceu durante um viaje **para** o Brasil”.
2. “[...] costumamos de ir **para** o Brasil”.
3. “[...] costumamos de ir para o Brasil todos os anos **para** praticar kitesurf”.
4. “**Para** chegar a Fortaleza nos transitamos de Rio ou S. Paulo”.
5. “[...] não tem voos directo da Roma **para** Fortaleza”.
6. “[...] decidi de ir sozinho por alguns dias **para** Aruba”.
7. “[...] deixei meu amigos **para** o aeroporto de Uber”.
8. “O telefone continha, alem dos números de telefone dos todos amigos [...], os telefone **para** alugar o carro in Aruba”.

Em 4 dessas ocorrências, o sentido prototípico de "direção no espaço" foi mantido: (1), (2), (5) e (6). Em contrapartida, em (3), (4), (7) e (8), ocorreu remanejamento. Nesses casos, o *para* está evocando ideia de "finalidade, objetivo".

Referências

- ALBUQUERQUE, Davi Borges de. Palavras iniciais sobre a metodologia em ecolinguística. *Via Litterae*, v. 7, n. 1, 2015.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 38ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BLOCK, Nayara Caroline da Silva; COSTA, Gabriel S. Alves da; GONÇALVES, Karoline Yoshiko; NEGRÃO, Pedro Henrique Barros. *Processo de produção da carne bovina: dos animais ao produto final*. UNESPAR: X EEPA, 2016.
- CHIUCHIÚ, A.; FAZI, M. C.; BAGIANTI, R. *Le preposizioni*. Perugia: Guerra, 1984.
- COUTO, E. K. N. N. do; FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. Aquisição de língua: uma perspectiva ecolinguística. *Letras de Hoje*, v. 48, n. 3, p. 290-298, 2013.
- COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- COUTO, H. H. do. Ecologia das Relações Espaciais: as preposições do crioulo guineense. *Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, n. 17, p. 80-111, 2007a.
- COUTO, H. H. do. Ecologia das preposições espaciais portuguesas. *Lusorama*. 2010.
- COUTO, H. H. do. Onomasiologia e Semasiologia revisitadas pela Ecolinguística. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 20, n. 2, p. 183-210, 2012.
- COUTO, H. H. do. Linguística Ecolinguística. *Ecolinguística: Revista brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, v. 1, n. 1, 2015.
- COUTO, H. H. do. Linguística Ecolinguística: um novo modo de estudar os fenômenos da linguagem. In: COUTO, Elza K. N. N. do et al. (org.). *Linguística Ecolinguística - 10 anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- COUTO, H. H. do. *Ecologia das Relações Espaciais: as preposições do crioulo guineense*. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, v. 31, p. 177–208, 2017.
- COUTO, H. H. do. A metodologia na linguística ecolinguística. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, v. 4, n. 2, 2018.
- CUNHA, Celso; & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

ECO-REBEL

FIEDLER, Maico Stochero; NITSCHKE, Pedro Peixoto; SILVA, Carolina Prauchner; ALMEIDA, Thamara Santos de. Ecologia I: explorando as inter-relações da vida sob a ótica evolutiva. In: VIEIRA, Gilberto Cavalheiro; ARAÚJO, Leonardo Augusto Luvison. Ensino de Biologia: uma perspectiva evolutiva, v. I: *Interdisciplinaridade & Evolução*. Porto Alegre: Instituto de Biociências da UFRGS, 2021.

GARNER, Mark. *Language: an ecological view*. Oxford/Berlim: Peter Lang, 2004.

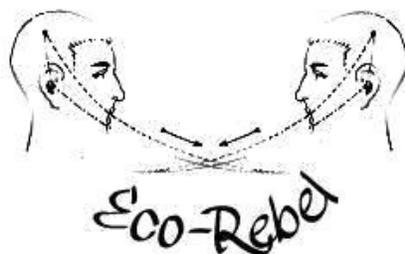
SILVA, Cleber Cezar da. *A relação entre língua e meio ambiente nos hidrônimos do estado de Goiás*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2020.

SIMIÃO, Lajla Katherine Rocha. *Um estudo Ecolinguístico do uso de preposições em redações de vestibulares*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2018.

TRAMPE, W. Euphemisms for killing animals and for other forms of their use. In: FILL, A.; PENZ, H. (ed.). *The Routledge Handbook of Ecolinguistics*. Londres: Routledge, 2018. p. 325-341.

Aceito em 02 de maio de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



O CALENDÁRIO SOCIOCULTURAL DO SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO CULTURAL KALUNGA: UM DIÁLOGO ENTRE OS SABERES TRADICIONAIS E A LINGUÍSTICA ECOSSISTÊMICA

Adão Fernandes da Cunha (PPGL - UnB)

Gilberto Paulino de Araújo (UFT/GEPL)

Rosineide Magalhães de Sousa (PPGL/ FUP - UnB)

Abstract: The objective of this article is to discuss the proposal of a Sociocultural Calendar to support and strengthen educational public policies aimed at school units belonging to the Kalunga Historical and Cultural Heritage Site (SHPCCK). The calendar will serve as a basis and reference for the work of educators of and in this field. It follows the orientation of Rural Education and Ecolinguistics (Ecosystemic Linguistics). The methodology is based on ethnography as an action that helps us to understand the culture of a people in their natural environment. This perspective reaffirms the paths of struggle and (re)construction of scientific work, in which the researcher acts as an agent of transformation within his community. To substantiate the notes of this calendar, it was necessary to resume the studies of Cunha (2018), carried out in the Professional Master's Degree in Sustainability with Traditional Peoples and Lands (MESPT/UnB). This resulted in the creation of the Agricultural Calendar of the Vão de Almas Community. It is hoped that the dialogue on the Sociocultural Calendar of the SHPCCK can subsidize the reconstruction of the school calendar in the Kalunga territory for a ex-maroon education that fosters a new proposal for school literacy, as well as valuing linguistic and traditional knowledge.

Key-words: Sociocultural calendar; Ecosystemic Linguistics; Historical site; Kalunga Cultural Heritage.

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir a proposta de um Calendário Sociocultural para apoio e fortalecimento de políticas públicas educacionais direcionadas às unidades escolares pertencentes ao Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK). O calendário servirá de base e consulta ao trabalho dos educadores *do e no* campo. Ele segue a orientação da Educação do Campo e da Ecolinguística (Linguística Ecolinguística). A metodologia pauta-se na etnografia como uma ação que nos ajuda a compreender a cultura de um povo em seu ambiente natural. Tal perspectiva reafirma os caminhos de luta e de (re)construção do fazer científico, nos quais o pesquisador atua como agente de transformação no seio de sua comunidade. Para fundamentar os apontamentos desse calendário, foi necessário retomar os estudos de Cunha (2018), realizado no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT/UnB), que teve como resultado a criação do Calendário Agrícola da Comunidade Vão de Almas. Espera-se que o diálogo sobre o Calendário Sociocultural do SHPCK possa subsidiar a reconstrução do calendário escolar no território Kalunga para uma educação quilombola que fomente uma nova proposta de letramento escolar, bem como valorizar os saberes linguísticos e tradicionais.

Palavras-chave: Calendário Sociocultural; Linguística Ecolinguística; Sítio Histórico; Patrimônio Cultural Kalunga.

Introdução

Este trabalho constitui um recorte da pesquisa de doutorado ainda em fase de construção sobre o Calendário Sociocultural do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK). Apresenta uma perspectiva de diálogos na interface entre a Educação do Campo e a Linguística Ecolinguística (Ecolinguística).

O território investigado é a comunidade Kalunga Vão de Almas (Município de Cavalcante – GO). O foco do estudo volta-se para o diálogo entre os sujeitos e o meio natural de modo a considerar a formação de um calendário sociocultural ainda invisível diante de algumas políticas públicas, entre elas a Política de Educação Escolar Quilombola.

ECO-REBEL

A intenção é mostrar como os valores culturais, identitários, éticos ecolinguísticos, entre outros, do povo Kalunga são importantes para o direcionamento de políticas públicas (de modo específico no contexto da Educação do Campo) que reconheçam, valorizem e respeitem o sujeito coletivo de direito.

Nesse sentido, a proposta do calendário surge das vivências e experiências de um pesquisador e educador nativo, que em sua imersão na academia também pode aprimorar seu olhar como etnógrafo. Este sujeito do campo, em interação com o meio ambiente do qual faz parte, em diálogo com outros pesquisadores e membros de sua comunidade, busca ir além da perspectiva do observador, ocupando de fato seu lugar de fala como alguém que conhece a sua própria história ou realidade.

Assim, o Calendário Sociocultural SHPCK tem seu vínculo nas tradições e na identidade Kalunga. Este considera os letramentos da vida/das vivências desse povo, os saberes e fazeres acumulados e (re)construídos a partir da ancestralidade. Consideramos, por exemplo, os tempos e espaços das manifestações religiosas, dos festejos e folias, do plantio e cultivo das roças, os conhecimentos sobre as plantas medicinais etc.

Ao pensarmos nos letramentos da vida, consideramos a necessidade de criar e recriar novas estratégias de ensino-aprendizagem sem que estas desconsiderem a identidade e a cultura dos povos tradicionais, isto é, práticas pedagógicas pautadas na inclusão, na igualdade racial e social, no respeito à diversidade linguística.

Vislumbramos ampliar as perspectivas de enfrentamento das desigualdades sociais e dos descasos políticos frente à discriminação e ao preconceito de linguístico. Certamente a Educação do Campo e a Linguística Ecolinguística como áreas do conhecimento e também movimentos contra-hegemônicos têm contribuído com esse processo de luta. A primeira por assumir e manter o compromisso de formação política e de desenvolvimento social e econômico dos sujeitos do campo. A segunda pela defesa incondicional da vida, da diversidade biológica, cultural e linguística.

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Neste sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 13-14).

ECO-REBEL

Tais aspectos destacados pelos autores estão em consonância com os pressupostos da Linguística Ecológica, tendo em vista a preocupação, o respeito e o cuidado em relação à diversidade linguística e cultural dos povos originários e do campo. Ressaltamos, novamente, que os saberes tradicionais precisam ser (re)conhecidos, valorizados e trabalhados no chão das escolas.

Assim como a Educação do Campo considera a dimensão política e social no processo de formação dos sujeitos do campo (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002), a Ecolinguística compreende como indissociável a inter-relação entre língua, povo e meio ambiente (COUTO, 2007).

Diante disso, nossa discussão leva em conta tais elementos numa perspectiva contra-hegemônica, em defesa da vida e, sobretudo, do reconhecimento e valorização dos saberes e fazeres dos povos do campo como eixo de construção do Calendário Sociocultural do SHPCK.

Calendário sociocultural: concepções, aspectos e definições

Ao mencionar a palavra calendário, o que vem imediatamente a nossa mente é um quadro composto de números em ordem cronológica para identificação dos dias, meses e ano. Além disso, temos as marcações de dias que ganham destaque pelo fato de nos lembrar as datas comemorativas.

Tal representação do calendário possui sua relevância, pois nos ajuda contabilizar o tempo e a organizar tudo aquilo que compõe nosso cotidiano. Isso não é diferente no meio escolar: professores, estudantes e toda a comunidade se organizam a partir daquilo que conhecemos como calendário letivo. Todavia, podemos nos perguntar, é possível que um calendário escolar possa atender e propor uma organização didático-pedagógica sem levar em consideração a realidade de suas comunidades? E mais, seria possível pensar um calendário letivo sem considerar as manifestações culturais, os ciclos agrícolas, as características do meio ambiente físico, entre outras especificidades dos territórios em que vivem os povos e comunidades tradicionais?

A resposta já se encontra nos documentos que regem a educação nacional, conforme consta no capítulo 28 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

ECO-REBEL

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 10).

Outro importante documento é o Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

- PRONERA. Vejamos o trecho que trata desse tema:

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. (BRASIL, 2010, artigo 2º, s/p).

Além disso, vale ressaltar o que se encontra no Decreto 6.040/2007 (inciso I Art. 3º), tendo em vista as características relativas à organização social dos quilombolas e dos povos originários:

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, artigo 3º, s/p).

Os documentos citados demonstram a necessidade de se considerar as especificidades socioculturais da organização do tempo e do espaço das comunidades e populações tradicionais. Dito de outro modo, a estruturação do calendário escolar não pode desconsiderar as práticas sociais dos povos do campo, que está intimamente integrado ao meio ambiente físico e às suas manifestações culturais.

Na prática, infelizmente, não é isso que ocorre. A organização do calendário letivo feita pelas secretarias municipais e estaduais de educação além de desconsiderar os ciclos de produção agrícola e as manifestações culturais presentes no território Kalunga, também apresenta um calendário escolar universal, engessado e impositivo.

Os princípios ecológicos *diversidade*, *adaptação* e *holismo*, conceitos utilizados pela Linguística Ecológica, nos auxiliam na compreensão de por que considerar e olhar holisticamente para os diferentes contextos culturais e linguísticos. É por isso que a definição de um calendário sociocultural ultrapassa os limites da mera organização cronológica do tempo.

ECO-REBEL

A diversidade também está relacionada às conexões ou à noção de rede cuja manutenção depende do elo ou do papel que cada espécie desempenha no complexo sistema ecológico. [...] uma visão holística é aquela que considera que o comportamento das partes não é resultante da simples soma de cada um dos seus elementos constituintes, mas o sistema como um todo determina como se comportam as partes. [...] A adaptação está relacionada ao equilíbrio que deve ser mantido no ecossistema toda vez que haja alguma mudança significativa dentro ou fora deste. O fato é que todo ecossistema apresenta um equilíbrio dinâmico, isto é, em constante processo de mudança, não podendo ser precisado ou mensurado com base em apenas um ou outro fator, uma vez que este depende da estreita relação entre os elementos que o constituem. (ARAÚJO, 2014, p. 59-60).

Definir o calendário sociocultural de uma variedade da cultura brasileira, a exemplo da comunidade Kalunga do Vão de Almas, requer uma visão holística, principalmente em considerar a participação dos próprios sujeitos do campo nesta caminhada, assim como revisitar as tradições e a identidade local.

O Calendário Sociocultural do SHPCK, numa busca de melhor se adaptar à realidade local e considerar a diversidade de interações e manifestações culturais presentes no território, organiza-se em ciclos de modo a integrar ao espaço escolar o ciclo agrícola, as festividades e ritos religiosos, entre outros elementos culturais do território.

Do ponto de vista da Linguística Ecológica (COUTO, 2017), a língua é o resultado de nossas interações com o meio físico e o meio social. Isso quer dizer que as interações ocorrem num espaço físico (ecossistema natural), entre os membros da comunidade (ecossistema social) e por meio da língua falada por cada indivíduo (ecossistema mental).

Em consonância, a Educação do Campo também considera a interação como um componente essencial do processo pedagógico. Além disso, merece destaque o protagonismo do indivíduo como elemento constituinte da participação e da luta coletiva, como podemos observar na própria estrutura em que se baseia o PRONERA:

A estrutura pedagógica do PRONERA se baseia em: a) Caráter interativo: as ações são desenvolvidas por meio de parcerias entre órgãos governamentais, Instituições de Ensino Superior, movimentos sociais e sindicais e as comunidades assentadas, no intuito de estabelecer uma interação permanente entre esses atores sociais, pela via da escolarização continuada. [...] c) Caráter participativo: a indicação das necessidades a serem atendidas é feita pela comunidade beneficiária, que deverá estar envolvida em todas as fases – elaboração, execução e avaliação - dos projetos. (MONTE ALTO, 2012, p. 46).

Isso nos leva a entender melhor a definição do calendário sociocultural. Com base nos saberes e fazeres tradicionais, e mediado pela língua, o Calendário Sociocultural do SHPCK tem

ECO-REBEL

sua síntese nas atitudes, valores, sentimentos, crenças, isto é, nos elementos que fazem parte da identidade e mantêm vínculo com a cultura e memória quilombola.

De acordo com Galeano (1991 apud NEVES, 2000, p. 109), “a memória é o melhor porto de partida para navegantes com desejo de vento e profundidade. De fato, na busca de construção da identidade, os sujeitos individuais e sociais mergulham na profundidade de suas histórias, em uma dinâmica que pode apresentar um caráter espontâneo ou direcionado”.

Em nosso processo histórico, o arcabouço da memória Kalunga tem sido passado de geração a geração por meio da oralidade, evidenciando o papel e a importância da interação linguística nas práticas sociais locais. A memória é um processo social (ecossistema social da língua), mas, sobretudo, mantém relação direta com o ecossistema mental da língua.

A memória é algo inteiramente mental, tanto no indivíduo quanto na comunidade. [...] Veremos também memória exige uma sede, ou seja, o cérebro, como salientado por Bergson. O cérebro (junto com a mente) exige um corpo (pessoa). Desaparecendo a pessoa, desaparece o cérebro e a mente, o que implica o desaparecimento da memória. Como a coletividade é constituída de pessoas (indivíduos), se elas desaparecerem desaparece também a coletividade, a comunidade, a sociedade. Isso mostra a importância da mente, e do ecossistema mental, para a existência da comunidade na história. (COUTO, 2021, p. 116-117).

Observamos, assim, que a língua falada pelos Kalunga (ou o modo de falar dos Kalunga – o português rural do nordeste goiano) também é um aspecto integrante da memória e da história dessa comunidade. Em outras palavras, aquilo que pode ser considerado desvio ou “estranho” ao se comparar com a gramática normativa, possui significado, comunica e possibilita o compartilhamento dos saberes entre os membros da comunidade. E mais que isso, a língua faz parte da cultura de uma comunidade ou de um povo.

A existência e persistência de uma comunidade linguística (de língua ou de fala) depende da memória da totalidade dos indivíduos que a constituem. Isso significa que depende também da memória de cada um deles. Afinal, se partirmos da totalidade de indivíduos e a formos dividindo em segmentos, chegaremos ao “indivíduo” que, etimologicamente significa “aquilo que não pode ser dividido”. Isso equivale a dizer que o que vale para o indivíduo vale também para a totalidade (comunidade) de que faz parte, e vice-versa. (COUTO, 2021, p. 111).

O fato é que tanto a língua falada pelas comunidades e povos tradicionais, assim como as manifestações culturais e o modo de interagir com a natureza são pouco conhecidos (ou até mesmo

ECO-REBEL

desconhecidos e desvalorizados) por grande parte das pessoas que vivem imersas na cultura urbana.

Uma vez que é algo desconhecido ou desvalorizado passa a ser tratado, também, de maneira preconceituosa. Conforme salienta Monte Alto (2012, p. 120): “Essa desvalorização decorre, em muitos sentidos, da assunção do preconceito contra o rural, tomando o ‘urbano’ como sinônimo de ‘civilização’ e modelo a ser seguido. Assim, a população do campo se sente fragilizada, enfraquecida em sua auto-estima e incorpora o discurso do opressor [...]”.

Assim, a memória, as tradições e a identidade são elementos fundamentais, que precisam ser considerados nas práticas pedagógicas das escolas do campo e, por isso, não podem estar desvinculadas da organização didática, que tem sua representação no calendário escolar.

Memória e História são processos sociais, são construções dos próprios homens – que têm como referências as experiências individuais e coletivas inscritas nos quadros da vida em sociedade. [...] Portanto, as motivações exteriores, como no caso da História Oral, inúmeras vezes desencadeiam o processo de reordenação, de releitura de vestígios e de reconstrução da identidade histórica. Neste sentido, a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a História, constitui-se também como base da identidade, por meio de um processo dinâmico, dialético e potencialmente renovável, que contém as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente (NEVES, 2000, p. 113).

É por isso que a definição do calendário sociocultural não se sobrepõe ao calendário linear que temos para referenciar cronologicamente o tempo. A ideia é alertar as instituições de ensino responsáveis pela gestão das escolas do campo para que estas considerem outras formas de organizar o tempo e o espaço como legítimas e vinculadas à realidade local.

Na dissertação de mestrado *O calendário agrícola na comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca*, Cunha (2018) fez uma síntese das atividades envolvidas no ciclo de produção agrícola do Vão de Almas, resultando numa proposta de organização do calendário escolar integrado às práticas sociais da comunidade. Abaixo segue a baliza estruturada a partir das discussões com os membros da comunidade.

ECO-REBEL

Imagem 1: Baliza em construção – Calendário Agrícola do Vão de Almas



Fonte: Cunha (2018).

A Terra/terra é o eixo central e representa o ecossistema físico, a própria natureza, sendo este elemento a base ou o sustento da produção agrícola. Como elemento do ecossistema social, a terra (território) também é o lócus das manifestações culturais e centro de organização de saberes e fazeres compartilhados pelo povo.

A partir desse eixo, outros círculos se formam, de maneira cíclica. Temos, então, dois períodos do ano: o inverno e o verão. Os dois períodos no cerrado (território Kalunga) são mais marcados devido ao “tempo das águas” e ao “tempo da seca”, mas estes não desconsideram as outras estações (primavera e outono). Esta alternância de ciclos no calendário nos remete ou evidencia o princípio ecológico da porosidade, isto é a abertura às transformações, inovações e mudança.

ECO-REBEL

O princípio da abertura, também chamado de porosidade, está relacionado à troca (envio e recebimento) de energia do ecossistema com ecossistemas adjacentes. Isso quer dizer que o fluxo de energia é algo constante na natureza, evidenciando que os ecossistemas apresentam-se como um *continuum*, isto é, suas fronteiras são resultantes de uma lenta e gradual transição. (ARAÚJO, 2014, p. 59).

A renovação dos ciclos considera as atividades agrícolas que vão sendo desenvolvidas pela comunidade, de modo específico o manejo da mandioca. Desse modo, a cada ano ocorre uma reorganização dos tempos e espaços em função do manejo da mandioca, principalmente para atender as exigências da natureza.

Do ponto de vista pedagógico, a escola deve considerar o envolvimento das famílias ao longo do ano nessas atividades de cultivo, de tal modo que o calendário letivo também passaria por um constante processo de avaliação, reavaliação, reconstrução. Isso quer dizer que a sua utilização gera uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e sociais da comunidade, um permanente diálogo das “velhas” e “novas” práticas de desenvolvimento da vida e da educação no quilombo.

Fora a roçada a derruba e a queima, outros processos de preparo da terra começam também neste período do verão. O processo da junta dos garranchos (garranchos= restos de madeira que ficaram depois da queima) para facilitar a limpa com a enxada prevendo a plantação que deve iniciar nos primeiros contatos com o inverno. Pode-se pensar que nós passamos um tempo descansando do trabalho agrícola. Pensamento equivocado. Porque quando estamos descansando estamos produzindo a farinha nos finais de semanas. É tempo de lida com tantas outras atividades que muito se faz junto a de mandioca. É tempo de refazer o feito. Como em outros tempos, um tempo de produção de farinha seja para consumo próprio, venda, troca ou reserva para a seguridade alimentar. (CUNHA, 2018, p. 124).

Para fins deste artigo, propomos justamente a ampliação daquilo que se encontra no calendário agrícola. O período de cultivo integra, então, outros saberes e fazeres que não podem ser dissociados do calendário cultural da comunidade. A própria baliza mostrada anteriormente, possui esses pontos de intersecção, que estão marcados pelas festividades (folias, festejos e ritos religiosos).

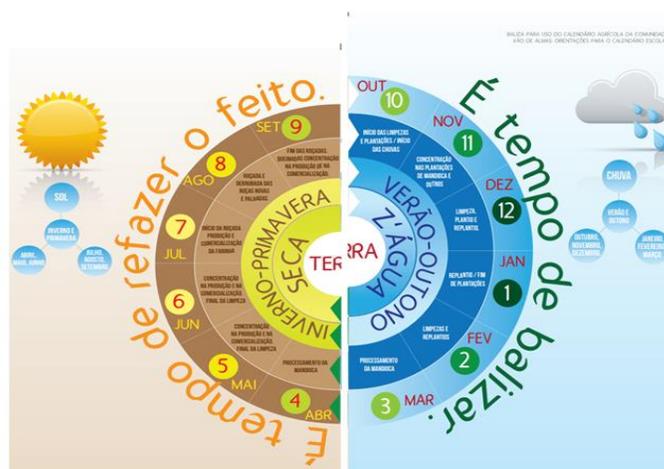
Uma outra característica que justifica a forte produção da farinha nessa época é a venda para arrecadação de dinheiro para compra de roupas, sapatos, cosméticos, entre outros produtos para se comemorar nas festividades da comunidade. Festa de São João em junho, Festa de São Sebastião em julho, agosto tem Festa de Nossa Senhora D’Abadia (Romaria) e em setembro tem Festa de São Gonçalo na comunidade do Vão do Moleque. Festas cuja parte cultural deve ser considerada na ressignificação do calendário escolar. (CUNHA, 2018, p. 124).

ECO-REBEL

Conforme destacado pelo autor, um dos elementos mais representativos do ciclo agrícola é a produção, o consumo, a troca e a venda da farinha de mandioca, importante alimento que faz parte do sustento das famílias. A farinha se encontra presente na composição de outros alimentos, farofas, farinha no leite, na paçoca de carne, paçoca de gergelim e de coco etc.

A participação dos membros da comunidade, ao longo do ano, nas atividades de produção agrícola e nas manifestações culturais envolve pessoas de diferentes faixas etárias, incluindo as crianças e os jovens em idade escolar. Por isso a escola não pode nem deve ficar alheia a esses ciclos. Além disso, deve considerar tais períodos, de modo a incorporar os saberes e fazeres tradicionais nas práticas pedagógicas.

Imagem 2. Baliza: calendário agrícola com orientações para o calendário escolar



Fonte: Cunha (2018).

Uma forma de garantir que essa organização e práticas sociais sejam incorporadas ao calendário escolar é a sua inclusão no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, sendo este construído no permanente diálogo entre os gestores, docentes, discentes e a comunidade local. Conforme já mencionado, no que diz respeito às políticas públicas, a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008. Estes são marcos normativos importantes, que estabelecem a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas* no currículo oficial da rede de ensino (em âmbito municipal, estadual e federal). As duas leis reafirmam o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial.

ECO-REBEL

Cumpramos ressaltar o posicionamento da Linguística Ecológica sobre essas questões, conforme discussão apresentada por Silva (2017) em seu artigo *Reflexões sobre a perspectiva política que subjaz à Ecolinguística*:

Pensando no modo como o Estado e a comunidade se constituem, entende-se que há socialmente uma rede de relações conflituosas, apesar de o ideal ser um ambiente plenamente harmonioso e de comunhão. A existência dos conflitos em sociedade está associada a uma infinidade de fatores que corroboram para a segregação entre os indivíduos, entre eles, poderiam ser destacados: a desigualdade social, a divisão de classes, o machismo, a homofobia, o racismo, a intolerância religiosa e política etc. A Ecolinguística, ao perceber esses conflitos, busca, além de tentar entendê-los por meio dos estudos da interação comunicativa, encontrar caminhos para amenizá-los ou saná-los, reduzindo o sofrimento, quando possível e buscando formas de exaltar a manutenção da vida. (SILVA, 2017, p. 90).

O autor destaca os problemas que assolam as sociedades e, nesse caso, alertamos para as questões que envolvem as comunidades e povos tradicionais. Por isso, pensar a educação numa perspectiva emancipadora, contra-hegemônica, assim como faz a Educação do Campo, é também considerar as formas de organização descentralizadas, autônomas e realizadas a partir da cooperação das comunidades.

Tais aspectos mantêm relação com os princípios da Ecologia Profunda, de Arne Naess, uma das bases da Linguística Ecológica, sobretudo da vertente denominada Análise do Discurso Ecológica (ADE). Conforme elencado por Silva (2017), o princípio de número 7 da Ecologia Profunda, reafirma o que dissemos até aqui:

Por fim, a busca pela autonomia local e a descentralização, em que se almeja evitar processos burocráticos, cindindo com princípios de regulação estatais. Dessa forma, as comunidades passam a ter autossuficiência material e mental, se autogerindo como um ecossistema autônomo, descentralizado e enfatizando os interesses e demandas locais. (NAESS, 1973 apud SILVA, 2017, p. 92).

Desse modo, as tomadas de decisão em cooperação possibilitam a ampliação de nossa capacidade, enquanto sociedade, de interpretação e resolução dos problemas que se apresentam demasiadamente complexos.

Salientamos, então, outro elemento que compõe os saberes e fazeres dos Kalunga: a língua, ou de modo específico, o léxico relacionado aos diversos conhecimentos que compõem os saberes tradicionais da comunidade. Compreendemos o léxico na perspectiva de Sapir (1969, p. 45): “o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico

ECO-REBEL

completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade”.

Diante disso, seguem alguns termos empregados no cotidiano dos Kalunga e os significados atribuídos pelos membros da comunidade, sendo estes resultados da prática social no território. Por exemplo, podemos citar um importante objeto confeccionado de modo artesanal, utilizado para colocar insumos que são transportados nas longas caminhadas pelo território.

A *capanga* também conhecida como embornal (*imbornal*) é um objeto confeccionado por meio do reaproveitamento de tecidos. Apresenta formato de uma sacola, contendo uma ou duas alças. Serve para auxiliar no transporte de cargas, de pequenos mantimentos, de ferramentas etc. Geralmente, as capangas são mais utilizadas pelos mais velhos. Tem um significado histórico e se apresenta também como símbolo de resistência.

Ao levarmos em consideração o processo artesanal de produção da capanga, sendo este um conhecimento passado entre as várias gerações das mulheres Kalunga, geralmente as responsáveis por sua confecção, perceberemos o porquê de consideramos as várias práticas sociais como elementos constituintes do Calendário Sociocultural do SHPCK. E nesse sentido, compreendemos a importância da interação comunicativa nesse processo de compartilhamento de saberes por meio da oralidade.

Conforme consta no Dicionário Houaiss eletrônico (2009): *capanga s.f.* (1868) *B* 1. bolsa pequena, de tecido, couro ou plástico, usada a tiracolo por viajantes, especialmente comerciantes de pedras preciosas; bocó, mocó. [...] ETIM. quimb. *kappanga* 'entre sovaco' Ꞇ COL capangada, capangagem Ꞇ HOM. *capanga* (fl.capangar).

Mais que um componente do léxico, a capanga carrega a história de mulheres e de homens negros quilombolas (Kalunga). Confeccionada de retalhos das sobras de tecidos, a capanga se tornou um instrumento de carga de mantimentos e objetos na comunidade. Simbolicamente, cada retalho da capanga pode representar a história de uma mulher ou várias mulheres, de um homem ou vários homens, pessoas que sobreviveram, e como coletivo, formaram e constituem o quilombo.

Outro elemento linguístico e cultural da comunidade é a *matula*. Numa ligeira descrição, percebemos como este componente do léxico carrega em si características específicas das práticas sociais locais.

ECO-REBEL

A *matula* é conhecida como o alimento preparado para os viajantes levarem na capanga e se alimentarem no percurso de ida às cidades ou nas atividades relacionadas ao campo, como a busca de animais que vivem soltos nas áreas de uso coletivo. A matula pode servir de café da manhã para os trabalhadores e trabalhadoras nas atividades da agricultura de subsistência. A matula também é entendida na comunidade como o abate de um animal: caça, bovino, suíno etc., que posteriormente se transforma em alimento.

Assim, podemos perceber a sua ligação com os conhecimentos da tradição relacionados ao espaço-tempo específico da comunidade. A matula está diretamente relacionada ao cotidiano dos viajantes, que recorriam (ou recorrem) a ela para se alimentar durante os longos percursos. Observamos a presença de um calendário “invisível”, práticas sociais de um passado (negros que viajavam por dias fugindo da condição de escravizados) ou mesmo atuais, depois da formação dos quilombos (as viagens com fins diversos).

Esses saberes foram passados de geração em geração e se firmaram como identidade dos quilombos e também são sinônimos de resistência. É possível destacar outro elemento interacional do ecossistema social presente no conceito da palavra matula. Os abates de animais, por exemplo, refletem a história de sobrevivência (alimentação) nos quilombos.

Ao olharmos de fora, talvez não seja possível compreender qual a relação dessa prática social com o calendário sociocultural. Todavia, a matula com o significado de abate de um animal, demonstra o conhecimento sobre a época certa de caçar, quais os frutos ou plantas do cerrado são preferidos por estes animais, a época em que os animais estão em acasalamento e reprodução etc.

Outros saberes podem ser citados, a exemplo da etnobotânica, que envolve o conhecimento sobre as ervas medicinais, as plantas utilizadas na construção das casas, os conhecimentos sobre a cultura agrícola, tudo isso de modo a entrelaçar os diferentes tempos e espaços, ou seja, o modo de produção da vida no território Kalunga.

Assim, podemos perceber de que forma o ecossistema mental, o ecossistema natural e o ecossistema social constituem o ecossistema integral da língua. Para o calendário sociocultural a maior contribuição da Linguística Ecossistêmica é justamente a compreensão de que a língua é a própria interação dos sujeitos entre si e o ambiente.

[...] a língua é um sistema de subsistemas parcialmente dependente e parcialmente independente que forma uma ponte de duas mãos entre a cognição humana por meio do qual seres humanos reais em sociedades humanas terrestres comunicam uns com os outros

ECO-REBEL

em diálogos, ou consigo mesmos em monólogos (MAKKAI 1993, p. 141 *apud* COUTO, 2007, p. 99).

Desse modo, a afirmação do autor nos leva a pensar na interação que os saberes tradicionais devem ter com os saberes da escola, sendo o Calendário Sociocultural do SHPCK uma possibilidade de ampliar o diálogo entre o Estado (secretarias de educação) e sociedade (Comunidade Kalunga do Vão de Almas). Além disso, fazer com que os saberes e fazeres da comunidade ultrapassem as fronteiras de nosso território, interligando a raiz do passado africano à diversidade de outras culturas, de outras comunidades tradicionais, em particular dos quilombos contemporâneos.

Considerações Finais

Cada aspecto da cultura de uma comunidade e povo tradicional representa uma teia de saberes e fazeres. Essas teias têm sido uma forma de libertação através da criatividade, da coragem e da resistência colocadas à prova nas práticas sociais de cada indivíduo que compõe essa rede de interações.

Defendemos neste trabalho a criação/formação do Calendário Sociocultural do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, tendo como base os saberes e fazeres que constituem a cultura quilombola, de modo específico as tradições, experiências e vivências dos membros da Comunidade Kalunga do Vão de Almas.

O calendário sociocultural, em diálogo com o calendário escolar, servirá de apoio para a (re)organização dos tempos e espaços, do planejamento didático-pedagógico relativo à educação nas escolas do campo/quilombolas do território Kalunga.

A proposta coaduna com aquilo que se encontra nos documentos que regem a educação nacional em relação à autonomia das escolas na organização escolar própria e a adequação do calendário escolar às especificidades de seus territórios, línguas e culturas.

Referências

ARAÚJO, Gilberto Paulino de. *O Conhecimento Etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente*. (Tese doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/16472>. Acesso em: 18/03/2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso 08/04/2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 08/04/2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso 08/04/2023.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.352%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 12/05/2023.

COUTO, Hildo Honório do. *A linguagem rural da região de Major Porto, município de Patos de Minas (MG): uma visão linguístico-ecossistêmica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística Ecolinguística: um novo modo de estudar os fenômenos da linguagem. In: COUTO, Elza K. N. N. do et al. (orgs.). *Linguística Ecolinguística: 10 anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

CUNHA, Adão Fernandes da. *O Calendário Agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca*. Adão Fernandes da Cunha. Brasília-DF, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34102>. Acesso em 25/02/2020.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. (Orgs.). *Por uma educação básica no campo: Identidade e políticas públicas*. Brasília, DF: articulação nacional Por

ECO-REBEL

Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf>. Acesso em 11/04/2023.

MONTE ALTO, Rosana Lacerda. *Saberes e fazeres quilombolas: diálogos com a Educação do Campo*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/2177/1/ROSANA%20LACERDA%20MONT E%20ALTO.pdf>. Acesso em 12/05/2023.

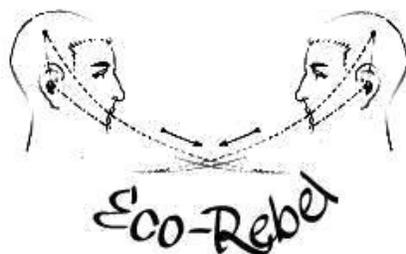
NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. *História Oral*, 3, 2000, p. 109-116. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25/19>. Acesso em 06/04/2023.

SAPIR, Edward. Linguagem e ambiente. In: *Linguística como Ciência: Ensaios*. 2. ed. Tradução: J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969. p. 43-62.

SILVA, Anderson Nowogrodzki da. Reflexões sobre a perspectiva política que subjaz à Ecolinguística. In: COUTO, Elza K. N. N. do et al. (orgs.). *Linguística Ecosistêmica: 10 anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

Aceito em 30 de maio de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



O DISCURSO EUCLIDIANO ACERCA DA GUERRA DE CANUDOS: UMA INTERPRETAÇÃO ECOLINGUÍSTICA DE FONTES HISTÓRICAS

Maria Rosileide Bezerra de Carvalho (Universidade do Estado da Bahia)

Luiz Paulo Almeida Neiva (Universidade do Estado da Bahia)

Abstract: This article aims to characterize the formation process of the Euclidean discourse about Guerra de Canudos (Canudos War), the influence of power relations in its construction and the repercussions on the official discourse. The theory-methodology of ecological discourse analysis was used, involving the physical, mental and social contexts. The concept of discursive formation of historical sources was mobilized, using theoretical sources Albuquerque (2018), Alves & Acioli (2021), Couto (2007), Cunha (2003, 2000), among others. The analysis uses excerpts from *Os sertões* and reports written by its author Euclides da Cunha. The role of the dialogical relationship of exoecological factors in the semantic production of information during the conflict period is verified. Thus, exoecology, the external text production systems acted on the Euclidean discourse and guided the transformation/reconfiguration of the discursive formation of historical sources.

Key words: Ecolinguistics; Discourses; *Canudos war*; Discursive formation

Resumo: O presente artigo objetiva caracterizar o processo de formação do discurso euclidiano acerca da Guerra de Canudos, a influência das relações de poder em sua construção e a repercussão sobre o discurso oficial. Utilizou-se a teoria-metodologia da análise do discurso ecológica, envolvendo os contextos físico, mental e social. Mobilizou-se o conceito da formação discursiva de fontes históricas, utilizando fontes teóricas Albuquerque (2018), Alves & Acioli (2021), Couto et al. (2021), Couto (2007), Cunha (2003, 2000), entre outros. A análise se utiliza de excertos da obra *Os sertões* e das reportagens escritas por Euclides da Cunha. Verifica-se o papel da relação dialógica dos fatores exoecológicos na produção semântica da informação no período do conflito. Assim, a exoecologia, os sistemas externos de produção do texto atuaram sobre o discurso euclidiano e nortearam a transformação/reconfiguração da formação discursiva de fontes históricas.

Palavras-Chave: Ecolinguística; Discursos; Guerra de Canudos; Formação discursiva.

Introdução

Os estudos do discurso procuram investigar os sentidos materializados nos textos e demais expressões culturais, os fatores intervenientes em suas produções e as repercussões nas diferentes práticas sociais. Este artigo objetiva caracterizar o processo de formação do discurso euclidiano acerca da Guerra de Canudos, a influência das relações de poder em sua construção, e a repercussão sobre o discurso oficial vigente à época. Utilizou-se a teoria-metodologia da análise do discurso ecológica, envolvendo os contextos físico, mental e social. Ademais, mobilizou-se o conceito da formação discursiva de fontes históricas e seu papel na reconstrução do passado e quanto ao processo de transformação/reconfiguração, de acordo com os fatores endo e exoecológico que os contextualizam ao longo do tempo. Para tanto, foram utilizados os aportes teóricos de Albuquerque (2018), Alves & Acioli (2021), Couto *et al.* (2021), Couto (2007), Castro & Santos (2016), Cunha (2003, 2000), entre outros. A análise se utiliza, como *corpus* de apoio, excertos da obra *Os sertões*, e das reportagens escritas por Euclides da Cunha.

Para a consecução dos objetivos propostos, o presente artigo é dividido em três partes. Na primeira seção, as formações discursivas de fontes históricas são abordadas segundo seu papel na reconstrução do passado, sua relação com a noção de ideologia, e quanto ao processo de transformação/reconfiguração. Na segunda seção, são apresentados brevemente os contextos socioeconômico, político, cultural e ambiental subjacentes à Guerra de Canudos, enquanto fatores exoecológicos, bem como, a influência destes no processo de produção das reportagens e da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Na terceira seção, discute-se a ecolinguística como campo epistêmico para a visão holística da linguagem e do sujeito ecológico, bem como, para a análise do discurso euclidiano e das suas transformações/reconfigurações. Em seguida serão discutidos, enquanto fator exoecológico, o papel da imprensa e de suas narrativas ideologizadas na formação da opinião pública, consubstanciando a depreciação de Antônio Conselheiro e seus seguidores, que culminou na escalada do conflito e o extermínio dos opositores.

1- As Formações Discursivas de fontes históricas e a reconstrução do passado

A reconstrução do passado a partir da interpretação de fontes históricas em suas formações discursivas, possibilita desvelar as relações de poder e interesses políticos e econômicos existentes

ECO-REBEL

nos discursos oficiais, bem como identificar a formação dos discursos equivocados a partir do confronto de retóricas antagônicas produzidas.

Segundo Foucault (1971), uma formação discursiva se estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma dada repartição discursiva.

No quadro teórico da análise do discurso, segundo Pêcheux, ao contrário do que ocorre na arqueologia de Foucault, não só é pertinente falar em ideologia juntamente com o sujeito, tomando-a como princípio organizador da formação discursiva (INDURSKY, 2000). Ademais, Pêcheux introduz a diferença e a divisão como características da ideologia, ou seja, ela é heterogênea e vive sob o signo da contradição.

A transformação/reconfiguração de uma formação discursiva é resultante do encontro do sujeito do discurso com a linguagem e a história, na qual podem ocorrer tipos de falha no ritual: i) a primeira dá origem à entrada de novos saberes, anteriormente alheios a um determinado domínio de saber; ii) a outra falha no ritual pode significar não apenas a transformação/reconfiguração, mas a fragmentação da própria forma-sujeito; iii) uma outra falha no ritual pode resultar na instauração de uma nova posição-sujeito que traz para o interior da formação discursiva, saberes que aí causam estranhamento e introduzindo em seu interior ambiguidade ideológica e efeitos de divisão (INDURSKY, 2000). A autora explicita que falha no ritual remete para uma falha na interpelação do sujeito, visto que o ritual é passível de falhas que o sujeito pode identificar nos saberes de sua formação discursiva, passar a questioná-los e identificar-se com outra formação discursiva.

Segundo Azpeitia (2015), para descrever o processo de produção de um discurso e, dessa forma, identificar as marcas que este processo deixou no texto, é preciso atentar para as condições de produção daquele texto. Esta informação extratextual encontra-se, preponderantemente, formada por outros textos. A leitura ideológica de qualquer texto sempre é possível, pois, tratando-se de uma dimensão relativa às condições de produção do dito texto, encontra-se as marcas da formação social onde o texto foi produzido.

Nesta perspectiva, na próxima seção, serão apresentadas as informações extratextuais que compõem os contextos socioeconômico, político, cultural e ambiental em torno da Guerra de Canudos, e a influência destes no processo de produção das reportagens, tudo visto no jornal o *Estado de São Paulo* e na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que era correspondente do jornal.

2- Guerra de Canudos: fatores exoecológicos ao conflito e suas repercussões

Os discursos constituem um conjunto de produções verbais cuja construção é inseparável de suas condições de elaboração, ou seja, do processo interativo entre enunciados, ambientes sociais, culturais, políticos, cognitivos, numa perspectiva ecossistêmica. (ALVES & ACIOLI, 2021).

A Guerra de Canudos, bem como todo o seu contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental subjacente, é objeto de diversos estudos de historiadores, sociólogos, literatos, jornalistas e outros estudiosos brasileiros, e também estrangeiros, com destaque para Mario Vargas Llosa, escritor peruano, autor de *La guerra del fin del mundo*, publicado em 1981. Ademais, o conflito foi tema de diversas peças de teatro, filmes, documentários e uma minissérie da televisão brasileira.

A Guerra narrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões* marca a historiografia brasileira, e traveste-se em denúncia sobre a grande injustiça perpetrada pelo Estado brasileiro, em uma luta desigual contra a população de Belo Monte, respaldada, muitas vezes, por falsas narrativas veiculadas pela imprensa da época. Importa ressaltar que “o primeiro contato de Euclides da Cunha com seu objeto viria através da participação na Guerra de Canudos como enviado especial do jornal *O Estado de São Paulo*.” (GALVÃO, 2022, p.2). Certamente, os artigos produzidos na função de correspondente serviram de fonte inicial na escrita de *Os Sertões*, lançado com imenso sucesso em 1902, cinco anos após o final da Guerra.

Segundo Azpeitia (2015), muito tem havido muito debate acerca do gênero ao qual pertence *Os Sertões*. Escrita com estilo florido e rico em erudição, caracterizada como ensaio, tratado científico e, também, narrativa épica, especialmente, no capítulo “A luta”. *Os Sertões* procura apresentar de forma minuciosa a verdade factual, transparecendo a influência positivista e cientificista, mas, também, traz a visão subjetiva do autor, como em um romance de ficção. Assim, com sua riqueza linguística, narrativa e histórica, continua sendo a fonte inesgotável de estudo e pesquisa.

Ribeiro (2015), aponta que o interesse pelo estudo e pela representação da Guerra de Canudos resulta de comoção da população brasileira ao tomar conhecimento, notadamente ao final da guerra, da violência extremada empreendida contra a população de Canudos.

ECO-REBEL

[...] percebemos que esse choque se deu, principalmente, com o fim da guerra, pois nos principais jornais chegaram notícias do grande número de mortos e dos crimes cometidos pelas tropas federais, como a degola desnecessária dos prisioneiros, estando entre eles diversas crianças, mulheres e idosos. Os próprios jornalistas, muitos deles, indignaram-se com tais práticas e saíram do campo de batalha com opiniões sobre o Exército e a campanha bem diferentes daquelas que tinham no início da guerra. Grande exemplo disso foi Euclides da Cunha que, posteriormente, denunciou em sua epopeia, *Os sertões*, os erros e covardias do Exército e a bravura do povo de Belo Monte. (RIBEIRO, 2015, p.16).

A Guerra de Canudos se estendeu de novembro de 1896 a outubro de 1897. Neste período, houve quatro expedições militares contra a cidade de Canudos, resultando em milhares de mortos e destruição completa do arraial. Na história de ocupação dos sertões da Bahia, a constituição e extinção do arraial de Canudos são marcadas por fatos peculiares, compostos pelas questões políticas, econômicas, sociais, teológicas e outras (CALASANS, 1987; VILLA, 1995).

Quando começou a escalada do conflito com os habitantes de Canudos, em 1895, o país encontrava-se no sexto ano de governo republicano e há cinco anos do falecimento de Pedro II, inviabilizando qualquer tentativa de restauro da monarquia. Entretanto, a república ao tentar recolher impostos, obrigar declaração de propriedades, e a organização do comércio segundo as leis do capitalismo, levou a população local à reação instintiva de refugiar-se no sistema anterior (AZPEITIA, 2015).

Em *Os Sertões*, segundo Galvão (2022), são apresentados fatores vinculados à república recém-instalada, que corroboraram para a eclosão do conflito:

Tentando elucidar a origem da Guerra de Canudos, Euclides mostra como o advento da República acarreta alterações que perturbam o ânimo dos conselheiristas: novos impostos, separação entre Igreja e Estado, liberdade de culto e instituição do casamento civil, que contradizia frontalmente um sacramento católico (GALVÃO, 2022, p. 4).

De acordo com a autora supracitada, após a segunda expedição, com o recuo, abandono, fuga dos militares e vitória dos jagunços, cresceu a importância social e fama do arraial de Canudos, que experimentou um aumento populacional de centenas de pessoas. A fama impulsionou também medidas mais drásticas de combate militar, político e econômico aos ideais existentes no arraial. Com isso, uma nova expedição, a terceira, foi realizada. Novos caminhos foram traçados, novas experiências fracassadas, novas provas de desconhecimento do território se mostraram, resultando no insucesso da expedição militar. Em 1897, é preciso uma nova expedição militar para arrasar o arraial de Canudos. Na quarta investida militar, destruíram Canudos com incêndios do arraial e grande parte da população foi dizimada de forma bárbara.

Em seguida, a ecolinguística será discutida como campo epistêmico para formação holística da linguagem e do sujeito ecológico, bem como, para a análise do discurso euclidiano e das suas transformações/reconfigurações.

3- A ecolinguística como campo epistêmico para a análise do discurso euclidiano

Nesta seção, serão tratados de forma sucinta aspectos históricos e teórico-metodológicos que permeiam a proposição da ecolinguística, e mais especificamente da linguística ecossistêmica, como campo epistêmico para o enfrentamento das lacunas observadas nas demais teorias linguísticas, ao abordar-se interações entre os aspectos linguísticos e o meio ambiente. O texto tomou por base os estudos de Albuquerque (2018); Couto (2007, 2009).

A ecolinguística, corrente que surgiu na década de 1970 com o linguista Haugen (1972), que, mesmo não empregando o termo “ecolinguística”, propôs uma análise ecológica das línguas, levando-se em consideração as interações entre aspectos linguísticos e o meio ambiente. Assim, pode ser definida como o estudo das relações entre a língua e seu meio ambiente.

A vantagem da visão ecolinguística é que, diferentemente de todas as demais teorias linguísticas, ela permite estudar a língua e os meios ambientes de modo integrado na ecologia da interação comunicativa (EIC). Com base nos dados coletados, procura-se compreender não apenas o que o texto quer dizer, mas como o faz. Trata-se, assim, de um procedimento de análise descritiva e interpretativa, que pretende observar o escopo da pesquisa de maneira abrangente para descrever a realidade de forma holística, e depois direcionada, na fase interpretativa aos conceitos da ecologia. (ALBUQUERQUE, 2018; COUTO, 2009).

Segundo Albuquerque (2018), a ecolinguística possui diferentes vertentes e modelos teóricas, destacando-se ecolinguística crítica, análise do discurso ecocrítica, linguística ambiental, ecolinguística dialética, linguística ecossistêmica e ecologia das línguas. Além disso, a ecolinguística também apresenta diferentes modelos teóricos, como o modelo gravitacional, o modelo evolucionário, o modelo da gramática pragmo-ecológica, entre outros. (ALBUQUERQUE, 2018, p. 22)

A linguística ecossistêmica foi apresentada em Couto (2007). Sua proposta teórica enfatiza a importância de três elementos: a língua (L), o povo (P) e o território (T) que, juntos, formam a ecologia fundamental da língua (EFL), sendo estes três elementos ligados aos três meio ambientes social, mental e natural, ou seja, o ecossistema linguístico natural, mental e social. Identifica-se,

ECO-REBEL

também, o ecossistema linguístico geral e local. O ecossistema linguístico geral, equivale à comunidade de língua e ao domínio do sistema. Já o ecossistema linguístico local consiste na comunidade de fala, ou de interação, sendo, assim, o ecossistema onde ocorrem os atos de interação comunicativa (AIC). Inclui também um ramo importantíssimo que é a análise do discurso ecológica (ADE)

A linguística ecossistêmica vê a língua não como instrumento para comunicação ou expressão do pensamento, como fazem as teorias estruturalistas e a linguística neurocognitiva, mas como a própria comunicação e expressão do pensamento (COUTO, 2009).

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, as análises desenvolvidas a partir da ecolinguística são realizadas de maneira diversificada e procuram alcançar variados objetivos, suscitando críticas que argumentam a ausência de teoria e metodologia próprias por parte da disciplina. Couto (2009), ao rebater as referidas críticas, argumenta que a ecolinguística é uma ciência que tem uma visão abrangente de seu objeto de estudo, ou seja, uma visão holística da linguagem, e acaba por não se limitar à visão newtoniana-cartesiana tradicional. Assim, ela não precisa necessariamente ter uma visão única de seu objeto, nem metodologia própria (COUTO, 2007, p. 282).

A teoria ecolinguística da ecologia fundamental da língua (EFL), ou ecossistema fundamental da língua, formulada por Couto (2007) é composta pela linguagem (L), pelo povo (P) falante da L e o território (T) onde o P reside e fala a L. Sua metodologia consiste na coleta e na análise inicial dos dados de acordo com as teorias linguísticas tradicionais. Realiza-se em seguida, uma nova interpretação dos resultados, com base na teoria ecolinguística, com a verificação das interrelações entre os elementos de L, P e/ou T.

Importa ressaltar que, por ter uma visão holística da linguagem, a ecolinguística pode utilizar recursos de outras disciplinas para estudar um fenômeno linguístico específico. Entretanto, não se propõe a ser uma teoria ou ciência que estuda tudo. Não sendo válido, portanto, falar em uma metodologia própria, pois utilizará a metodologia de outras disciplinas. “As interpretações dos dados e das análises é que seguirão os conceitos da ecolinguística, considerando, assim, a metodologia da ecolinguística como multimetodológica por causa de seu caráter interdisciplinar e multidisciplinar”. (COUTO, 2009, p. 291).

Dessa forma, segundo o mesmo autor, a ecolinguística preconiza a mudança do foco de interesse e objetivo de investigação para o estudo das relações, em detrimento do estudo dos

ECO-REBEL

objetos, como ocorre na visão tradicional mecanicista. Ademais, em vez de se eliminar a importância do pesquisador/observador colocando-o como figura neutra, considera-se sua perspectiva como experienciador das relações a serem estudadas por ele.

Segundo Albuquerque (2018), os pressupostos teóricos da linguística ecossistêmica são os mesmos da ecologia biológica, além de trabalhar conceitos da ecologia de forma não metafórica, justificando o destaque para este ramo da ecolinguística. O conceito de meio ambiente, um dos pilares da ecolinguística, é entendido como o local onde ocorrem as interações linguísticas. O ecossistema é o conjunto maior onde estão localizados os diferentes meios ambientes e onde ocorrem as várias inter-relações. Estas são definidas como a série de interações que ocorre dentro do ecossistema (dos componentes bióticos entre si; entre os componentes bióticos e abióticos; e dos componentes abióticos entre si). Já a adaptação consiste basicamente nas modificações feitas para a sobrevivência das espécies em relação a mudanças no ecossistema. A evolução está intimamente ligada ao conceito de adaptação. Segundo a teoria linguística atual, a língua apresenta variação e mudança, no decorrer da história. A diversidade consiste no processo de estudar e valorizar a importância do grande número existente de espécies pelo mundo. Sendo que cada espécie possui seu respectivo papel dentro do ecossistema, ou até dentro da grande teia de relações do planeta, a hipótese de Gaia.

Portanto, é possível identificar na ecolinguística, e mais especificamente na linguística ecossistêmica, um sujeito falante, ecológico, que sofre e realiza interações no ecossistema. A língua, por sua vez, sofre variação e mudança ao longo do processo sócio-histórico, resultando em evolução decorrente das adaptações e interações ocorridas. Assim, a análise do discurso ecológica, passa a ser utilizada para estudar os discursos como um conjunto de produções verbais cuja construção é inseparável de suas condições de produção, isto é, do processo interativo entre enunciados, ambientes sociais, culturais, políticos, cognitivos, numa perspectiva ecossistêmica.

Em seguida serão discutidos, enquanto fator exoecológico, o papel da imprensa e de suas narrativas ideologizadas na formação da opinião pública, levando à depreciação de Antonio Conselheiro e seus seguidores, que culminou na escalada do conflito e o extermínio dos opositores.

4- Papel da imprensa e da narrativa científicista para validação da barbárie

O papel da imprensa na época da Guerra de Canudos, enquanto partícipe do sistema de formação de opinião, confirma a importância que a narrativa desempenha na construção da memória coletiva, buscando respaldar a escalada do conflito e seu bárbaro fim.

Segundo RIBEIRO (2015), o século XIX foi um período de grandes mudanças e conquistas para a sociedade brasileira. A imprensa foi instaurada no país e uma esfera pública e uma opinião pública foram se formando na sociedade, influenciando o desenvolvimento e consolidação de movimentos sociais, principalmente nos grandes centros urbanos, que resultaram na proclamação da independência, libertação dos escravos e, na proclamação da república, cuja instauração foi considerada um ato libertador, que modernizaria e tornaria a nação igualitária. Assim, a imprensa, ao longo do século XIX, participou como instrumento de divulgação de ideias e formação de opinião em diversas etapas importantes da história da sociedade brasileira.

Noções científicistas importadas da Europa, como o positivismo e o evolucionismo, eram utilizadas pela elite intelectual formada nas universidades e centros de pesquisa do país, bem como, por militares, para explicar e interpretar a realidade do país. Circulavam entre esses intelectuais ideias de que havia sociedades mais evoluídas, as ocidentais, e as menos evoluídas incluíam aborígenes, indígenas, negros, entre outras sociedades consideradas primitivas. Ademais, conceitos do “darwinismo social”, no qual, a raça e o meio eram considerados fatores que influenciavam a evolução ou a estagnação social. Assim, a personalidade e o caráter de um povo eram moldados pelo ambiente e determinados pela raça. O desenvolvimento da ciência era outro critério definidor, pois sociedades que não utilizavam conhecimentos científicos a fim de se organizarem eram consideradas primitivas, bárbaras e incivilizadas (RIBEIRO, 2015).

Segundo Castro, (1995), os princípios positivistas foram difundidos na Escola Militar da Praia Vermelha, centro formador dos militares que idealizaram a proclamação da república brasileira.

[...] Basicamente, os princípios positivistas, oriundos dos ensinamentos difundidos por Comte, concebiam o intelectual brasileiro como responsável e missionário pelo futuro do País. Cabia a ele civilizar os bárbaros e lutar por uma nação justa, igualitária e evoluída. Essas metas só seriam alcançadas, segundo esses ideais, por meio do regime republicano. A Monarquia, nesse contexto, era identificada com o autoritarismo e o retrocesso (RIBEIRO, 2015. p.18-19).

Euclides da Cunha, como muitos intelectuais e cientistas, acreditavam e utilizavam ideias científicistas, positivistas e deterministas com o propósito de respaldar princípios democráticos,

ECO-REBEL

abolicionistas e republicanos. Evidentemente, nem todos estavam imbuídos de sentimentos de justiça social e igualitária, pois objetivos econômicos estavam sempre subjacentes.

Importante ressaltar que tal contexto levou à vinculação da comunidade de Canudos ao movimento monarquista, e Antônio Conselheiro e os seus seguidores a serem identificados como degenerados, retrógrados e incivilizados, justificando, assim, sua destruição. Identificamos, assim, a noção de formação discursiva conforme as considerações teóricas de Pêcheux, ou seja, concebida em vinculação com a noção de ideologia. Os enunciados discursivos compõem um domínio do saber e representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito.

Os discursos veiculados pela imprensa da época tinham como objetivo desmoralizar e criminalizar o movimento sertanejo e apoiar a sua destruição. Porém, havia argumentos que identificavam, basicamente, o movimento como um grupo de revoltosos que intencionavam deflagrar um golpe restaurador, e havia outros discursos que não os consideravam monarquistas, mas como um perigo ao desenvolvimento do país.

Essa guerra foi um marco na história da imprensa nacional devido a seu impacto fora do comum: pela primeira vez no país procedeu-se a uma cobertura jornalística em bloco no palco dos acontecimentos, viabilizada pela recente instalação de linhas de telégrafo sulcando o sertão. As principais folhas de Rio, São Paulo e Bahia criaram uma coluna especial, quase sempre intitulada “Canudos,” dedicada exclusivamente ao assunto, por toda a duração da guerra. Além disso, estampavam qualquer coisa: invencionices, pareceres dogmáticos de militares de partido previamente tomado, documentos forjados, cartas falsas. A divulgação de todos esses materiais tinha por objetivo comum reforçar a ideia de uma iminente restauração monárquica (GALVÃO, 2022, p. 2).

O interesse da imprensa pela guerra é confirmado em virtude da grande quantidade de material publicado sobre o assunto, bem como pelo envio de correspondentes especiais à Bahia por parte dos jornais. As principais cidades em que esses correspondentes atuaram foram Salvador, Cansanção, Queimadas, Monte Santo e Canudos. Esses correspondentes foram enviados à Bahia no decorrer da quarta expedição, pois, após a derrota da expedição Moreira César, houve muito interesse e preocupação em âmbito nacional. Ademais, as classes dominantes não aceitaram a possibilidade de quebra do monopólio da terra, mediante uma revolta armada no campo.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, além de ter publicado os artigos de Euclides da Cunha, colaborador habitual desde 1888, divulgou diversos artigos, cartas e telegramas oficiais do governo ou do exército. Dentre estas publicações, ganhou destaque dois artigos publicados por Euclides com o mesmo título de *A nossa Vendeia*, o primeiro em 14 de março de 1897 após o fracasso da

ECO-REBEL

terceira expedição e morte do general Moreira César, e o segundo em 17 de julho do mesmo ano, com o envio da quarta expedição. (GALVÃO, 2022; BARONI, 2011).

Os artigos estabeleceram conexões entre o conflito no sertão da Bahia e a Guerra de Vendeia, na França (1793 – 1796). “Num conciso sintagma de três termos, transpunha para o coração do Brasil a revolta monarquista católica coligando campesinato e nobreza (1793) em reação contra a revolução francesa, democrática, laica e republicana” (GALVÃO, 2022, p. 9). Esta comparação foi aceita e adotada amplamente. Estes dois artigos foram produzidos antes da partida de Euclides da Cunha para Canudos, portanto, seus conhecimentos a respeito do meio e do homem dos sertões foi baseado em estudos e pesquisas.

No primeiro artigo, Euclides da Cunha escreve sobre o solo, a vegetação e o clima da região de Canudos. Segundo Baroni (2011), já é possível identificar a tentativa de compreensão sobre o sertanejo e sua intrínseca relação com a terra, além da identificação desta última, como elemento protagonista para a luta. Não há cisão entre o homem e a natureza, que eram descritos como estando em sintonia, como exposto a seguir: “[...] esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam” (CUNHA, 2000, p. 50-51). O vínculo homem e solo é também utilizado por Cunha para justificar, “[...] sob um ponto de vista geral, *a aproximação histórica expressa no título do artigo*” (CUNHA, 2000: 50-51, destaque nosso).

Euclides já fazia referência ao inimigo inatingível no artigo anterior, entretanto, no de 17 de julho, aprofunda na compreensão da região, da terra, da sensação de imobilidade da paisagem para poder caracterizar o sertanejo, o jagunço, em íntima comunhão com o meio. Ressalta também a sua vestimenta toda feita de couro curtido, das alparcatas ao chapéu de abas largas, sábia proteção contra os espinhos que sequer a ferem. “Não há persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso, abrupto” (CUNHA, 2000: 57).

Ao identificar o sertanejo como homem fanatizado, ingênuo, simples e sob influência monarquista, Euclides da Cunha traça paralelos entre o fanatismo sertanejo e o dos *chouans* de Vendeia, além de destacar o papel protagonista exercido pela terra nos dois conflitos.

No artigo de 17 de julho de 1897, além de descrever mais detalhadamente o meio físico do sertão, Euclides da Cunha busca compreender a tática de guerra dos sertanejos, comparando-a com os conflitos entre as forças inglesas contra os zulus e os afghans, com o conflito francês em Madagascar e com as forças italianas contra os abissínios (BARONI, 2011).

ECO-REBEL

Como integrante da quarta expedição, exercendo as funções de repórter e adido do Estado Maior do ministro da Guerra, Euclides da Cunha enviou para o jornal *O Estado de São Paulo*, a série de correspondências que levaria o título de *Diário de uma Expedição* (CUNHA, 2000).

Da leitura dessas correspondências, depreende-se como Euclides se encaminhou para Canudos presa da mesma lavagem cerebral que as forças armadas e os demais jornalistas, tomados todos de entusiasmo republicano e de fervor sacrificial. Encontravam-se prontos a dar a vida pela República que tanto prezavam, não sem antes extirpar do mundo a ameaça monarquista. É ao longo do desenrolar das reportagens que o leitor pode entrever dúvidas incipientes a se insinuarem no espírito do escritor, *que dá os primeiros sinais de desconfiar da propaganda maciça*. Essas dúvidas serão depois intensamente elaboradas em *Os Sertões* (GALVÃO, 2022, p.6, destaque nosso).

As reportagens começaram a bordo do navio Espírito Santo, que conduzia tropas no percurso Rio-Bahia. Em Salvador, capital da Bahia, cabe destaque para a narrativa de Euclides acerca do interrogatório de um jagunço de catorze anos feito prisioneiro, que negara o que os interrogadores sugeriam.

Euclides observa: “... não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos rudes filhos do sertão”. Esse é o primeiro sinal de que a inteligência de Euclides está prestes a captar algum engano no ar. Penetrando no sertão e chegando até Canudos, o escritor vai gradativamente intensificando esses sinais, e mitigando o entusiasmo patriótico que no início demonstrara, sem, todavia, perdê-lo de vez (GALVÃO, 2022, p.9).

O poderio bélico da quarta expedição, com abundância de homens, armas e munições, não tardou a aquebrantar a resistência canudense. O arraial foi colocado sob bombardeio durante vários dias, sendo suas casas completamente incendiadas.

O arraial se calou, sem se render, a 5 de outubro de 1897. Os últimos resistentes, calcinados numa cova no largo das igrejas, não eram mais que quatro, dos quais dois homens, um velho e um menino. Sempre lembrado, esse final inglório tornou-se representativo daquela que foi uma guerra de extermínio contra uma população indefesa (GALVÃO, 2022, p.7).

Ao término da Guerra de Canudos, tornou-se evidente que não ocorrera conspiração ou apoio logístico partindo de monarquistas aos sertanejos. Posteriormente, a partir de denúncias e testemunhos, foi possível constatar que houvera clara manipulação da opinião pública, mediante narrativas formuladas pela classe dominante e sustentadas e veiculadas pela imprensa da época.

Neste sentido, identifica-se a primazia do discurso oficial e muitas vezes equivocado, cuja retórica visava promover e manter as relações estratégicas e de poder entre a igreja católica, os donos de terras e os políticos, em detrimento da realidade de resistência à ordem social, política e religiosa imposta aos sertanejos pelas elites locais.

ECO-REBEL

A contraposição ao discurso oficial só ocorreria após o final do conflito, sendo protagonizada pelos principais jornais ao noticiarem o grande número de mortos e os crimes cometidos pelas tropas federais, incluindo a prática da degola em prisioneiros rendidos, incluindo crianças, mulheres e idosos. Assim, a participação da imprensa, através da veiculação de narrativas, foi decisiva para justificar o temor e combate aos conselheiristas, bem como, para influenciar a defesa dos mesmos pela opinião pública após o término da guerra. Posteriormente, a denúncia seria realizada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*:

“Não se fez uma guerra, subordinada a preceitos invioláveis – fez-se uma diligência policial com oito mil homens. [...] “Perdido no deserto, jungido a provações imensas, muitas vezes sem os mais elementares recursos e sob o ataque persistente e traiçoeiro do inimigo, o soldado brasileiro jamais patenteará abnegação maior” (CUNHA, 2000, p.79-80). [...] “Difícilmente se encontra, folheando a história inteira, um exército que, já quase faminto de véspera e extenuado de combates, se bate durante catorze horas, da madrugada à noite, sem tomar sequer uma gota de água” (CUNHA, 2000, p.80).

Segundo Calasans (1997), seguiu-se uma onda de esquecimento após o final da guerra, o que foi rompido pela publicação da obra *Os Sertões*, em 1902. O historiador Marco Antônio Villa também atribui à obra de Euclides da Cunha a grande visibilidade dada ao conflito até os dias atuais (VILLA, 1995). Assim, é necessário reconhecer o mérito de Cunha em impedir o apagamento de valores e memórias, bem como, o silenciamento das vozes dos canudenses barbaramente massacrados. Nesta perspectiva, a obra assume seu papel vingador¹ ao condenar as ações brutais do exército republicano em suas investidas contra o Arraial, e empreender iniciativas na defesa dos sertanejos. Galvão (2022), aponta a mudança na narrativa euclidiana ocorrida das reportagens à publicação de *Os Sertões*:

Cinco anos, ou um pouco menos computando os trâmites editoriais, foram necessários para a verdadeira metamorfose que vai das reportagens a *Os Sertões*: cinco anos e uma grande ambição. A massa de informações científicas e históricas acumuladas no livro aponta para o risco da dispersão. Mas, ali reunidas, ganham uma certa unificação, que lhes é conferida pelo estilo naturalista, então predominante na literatura brasileira, junto com um tratamento parnasiano da paisagem (GALVÃO, 2022, p.10)

¹ Em carta, datada de 21 de abril de 1902, enviada ao amigo Francisco Escobar, Euclides de Cunha assumia a postura de defensor dos canudenses: “Serei um *vingador* e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogados dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária...” (CUNHA, 1997, p. 133, grifo nosso).

ECO-REBEL

Tomando por base Indursky (2000), pode-se inferir que a transformação/reconfiguração da formação discursiva das reportagens para *Os Sertões* é resultante do encontro do sujeito do discurso, Euclides da Cunha, com a linguagem e a história. A adição de novos saberes, oriundos sobretudo do testemunho ocular do conflito, além das pesquisas nos vários domínios do saber, como antropologia, botânica, zoologia, geologia, entre outros, resultou em falhas no ritual, que por sua vez originaram não apenas a transformação/reconfiguração, mas a instauração de uma nova posição-sujeito revelada na sua formação discursiva.

Albuquerque (2018), identifica na ecolinguística, e mais especificamente na linguística ecossistêmica, a variação e mudança como decorrente das adaptações e interações ocorridas ao longo do processo sócio-histórico. O sujeito falante Euclides da Cunha sofreu e realizou interações no ecossistema, portanto, o processo de construção do seu discurso foi interativo entre enunciados, ambientes sociais, culturais, políticos, cognitivos reverberando-se na transformação/reconfiguração identificada.

Utilizando os mesmos sintagmas do tipo “A nossa Vendeia”, Euclides da Cunha publica, em 1902, sua obra literária e histórico-jornalística dividida em três partes: *A Terra*, *O Homem* e *A Luta*. Com relação à *Terra*, encontra-se a descrição do ambiente do sertão, para que são mobilizados textos e autores de diversas áreas de conhecimento (geologia, meteorologia, botânica, zoologia, física e química), compondo um verdadeiro estudo geográfico da região. Observa-se uma antropomorfização dos seres da natureza. Em *O Homem*, há a descrição da vida e dos costumes do sertanejo, sendo este determinado pela tríade meio, raça e história. Configura-se em estudo antropológico e sociológico do sertão nordestino, ao utilizar escritos de história da colonização, de folclore, de psiquiatria, de neurologia, de sociologia, de etnologia. Ao abordar a resistência do povo sertanejo da terra, caracterizou Antônio Conselheiro, desde sua genealogia, aos propósitos enquanto líder do movimento de Belo Monte. Assim, “O determinismo, o cientificismo, o evolucionismo, a noção de linearidade do progresso tido como inelutável, as preocupações ligadas aos fatores hereditários, tudo isso tem frequentemente voz ativa na narrativa” (GALVÃO, 2022, p.26). Na parte *A Luta* o autor descreve o conflito entre o exército brasileiro e os sertanejos conselheiristas ao abordar as quatro expedições realizadas pelo exército contra o Arraial de Canudos. Para tanto, são utilizadas suas próprias reportagens e cadernetas de campo, reportagens dos outros correspondentes, bem como, ordens do dia do exército aos relatórios de governo (GALVÃO 2022; RIBEIRO, 2015).

ECO-REBEL

Com o final da guerra de canudos, consolida-se o regime republicano no Brasil, a partir do massacre do Arraial e a resultante intimidação a uma suposta restauração monárquica.

Euclides da Cunha narrou em suas obras as impressões com relação ao lugar outrora desconhecido, que adentrara em razão das atividades de correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, e de adido militar, como também inter-relacionou esse espaço com os sujeitos que nele viviam.

A seca mereceu repetidas menções, com várias hipóteses sobre sua gênese, que vão desde a influência das manchas solares até o peculiar regime dos ventos. Posteriormente passará das hipóteses às propostas de solução. A flora da caatinga é descrita como se desenvolvendo entre dois meios desfavoráveis: o terreno árido e o calor do sol. Suas mutações adaptativas visam protegê-la da morte ou por sede ou por insolação. Euclides, ao concluir que o sertão de Canudos é único, pois suas características não coincidem exatamente com nenhuma taxonomia pré-existente, antecipa a relevância da caatinga ao constituir-se como único bioma exclusivamente brasileiro. No excerto a seguir, a descrição da vegetação característica:

Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o com as folhas urticantes, como espinho com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante (CUNHA, 2009, p. 51).

Segundo Silva *et alli* (2014), Euclides também manifesta, anacronicamente, um sentimento de afetividade pelo sertão, ao descrever a ressurreição da flora após a ocorrência de chuvas, enaltecendo a mudança de clima e de paisagem que tornam possível a vida do homem. “Toda a narrativa e descrição barrocas da paisagem são constituídas por antíteses, sendo o paraíso e o inferno apenas uma de tantas” (SILVA *et alli*, 2014, p.258).

No que concerne à Terra, os seres da natureza, antropomorfizados, são dotados de sentimentos ou mesmo de desígnios:

Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam. O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título do artigo (CUNHA, 2000: 50-51).

ECO-REBEL

Além dos jagunços canudenses, que batalhavam contra as tropas do exército, existiam as formas vegetais características da caatinga, desfavoráveis às tropas militares, que gastavam tempo e esforços físicos para cruzar os caminhos, confirmando mais uma vez, o protagonismo da terra. (CUNHA, 2009).

A associação ambiente-homem era o forte entrave à vitória das forças governamentais. O tema da simbiose entre homem e meio, surge também quando escreve sobre o favorecimento da natureza ao jagunço, com a confecção de armamento para o seu rústico arsenal: “as cavernas numerosas que se abrem nas camadas calcárias dão-lhes o salitre para a composição da pólvora e os leitos dos córregos, lastrados de grãos de quartzo duríssimos e rolados, são depósitos inexauríveis de balas” (CUNHA, 2000: 59).

Em *Os sertões*, Euclides expõe o fanatismo dos soldados em relação aos ideais republicanos, fanatismo esse que não aparece em suas reportagens. Nestas, a barbárie é restrita aos jagunços. Estes emergem como lutando para defender as suas casas da invasão dos soldados do estado. Há a degola, barbárie soldadesca. Há, assim, inúmeros exemplos que seguem distintas formações discursivas em *Os sertões* e nas reportagens escritas ao longo da Campanha.

Considerações finais

As formações discursivas em fontes históricas possibilitam desvelar as relações de poder, interesses políticos e econômicos existentes nos discursos oficiais, bem como, identificar a formação de discursos equivocados a partir do confronto das retóricas antagônicas produzidas. A transformação/reconfiguração de uma formação discursiva é resultante do encontro do sujeito do discurso com a linguagem e a história. Assim, conhecer as condições de produção de um texto possibilita sua leitura ideológica, visto que nele são impressas as marcas da formação social de onde o texto foi produzido.

A guerra narrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões* marca a historiografia brasileira, e traveste-se em denúncia sobre a grande injustiça perpetrada pelo estado brasileiro, em uma luta desigual contra a população de Belo Monte, respaldada, muitas vezes, por falsas narrativas veiculadas pela imprensa da época. A obra foi publicada em 1902, cinco anos após o final do conflito. Os artigos e reportagens produzidos por Cunha na função de correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, serviram de fonte inicial na escrita de *Os Sertões*. O discurso subjacente a estes escritos era embasado em ideias cientificistas, positivistas e deterministas, que, por sua vez,

ECO-REBEL

respaldavam princípios democráticos, abolicionistas e republicanos, ou seja, os enunciados discursivos relacionavam-se com a ideologia vigente e dessa forma regulavam a retórica. Construiu-se, assim, todo o cenário para justificar o aniquilamento de Antônio Conselheiro e seus seguidores.

A contraposição ao discurso oficial só ocorreria após o final do conflito, sendo protagonizada pelos principais jornais ao noticiarem o grande número de mortos e os crimes cometidos pelas tropas federais. Posteriormente, a denúncia seria realizada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, confirmando uma transformação/reconfiguração da Formação Discursiva empregada nas reportagens produzidas na função de correspondente do jornal *A Folha de São Paulo*. Foram identificadas, assim, formações discursivas diversas, forjadas no palco dos acontecimentos, como o fanatismo em relação aos ideais republicanos e a barbárie da degola protagonizados pelos soldados, e narrados apenas em *Os Sertões*. Verificou-se, sobretudo, o papel da relação dialógica dos fatores exoecológicos na produção semântica da informação no Brasil

Em *Os sertões* identificam-se a inter-relação e imbricamento entre o homem, a terra e a luta. Sob a perspectiva da análise de discurso ecológica, podemos correlacionar isso com a tríade que configura a base da ecolinguagem: povo, território e língua. Verifica-se, sobretudo, o papel da relação dialógica dos fatores exoecológicos na produção semântica da informação no Brasil.

A análise do discurso ecológica mostrou-se adequada para o estudo do discurso euclidiano e suas transformações/reconfigurações, visto que sua construção resultou de um processo interativo entre enunciados, ambientes sociais, culturais, políticos, cognitivos, numa perspectiva ecossistêmica.

Referências

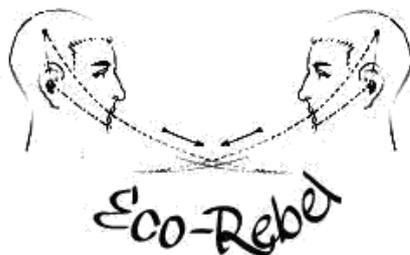
- Albuquerque, Davi Borges de. *Ensaio de Ecolinguística teórica e aplicada*. 1. ed. – Brasília: Anderson Nowogrodzki da Silva Editor, 2018.
- ALVES, Vera Lúcia Santos & ACIOLI, Moab Duarte. Poesia na prosa: a dobra ecolinguística no jornalismo literário contemporâneo. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 105-124, jan./jul. 2021.
- AZPEITIA, Juan Ignacio. *Espelhos de Canudos na Guerra de Vargas Llosa*. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens, Departamento de Ciências Humanas, *Campus I*. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.
- BARONI, Alice. A Guerra de Canudos e a construção discursiva euclidiana. *Revista Rumores*. Edição 9, volume 1, jan.-jun. de 2011.

ECO-REBEL

- CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual da Cultura, EGBA.1997.147p.-(Coleção Memória da Bahia 5).
- _____. Canudos – origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. *Revista USP*. São Paulo, n. 54, p. 72-81, 2002.
- _____. Canudos - origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Salvador, n. 34, p. 47-63, 1987.
- CASTRO, C. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- _____, Hildo Honório do. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão*. 2a. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. *Os sertões*. 3. ed. São Paulo: Ediouro, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, 1971.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Os Sertões, um olhar sobre seus 120 anos. *Pontos de Interrogação*, v. 12, n. 2, jul-dez, p. 17-27, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontodeint/article/view/16399/11127> acesso em: 04/02/2023.
- INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 2000. (Col. Ensaios, 15).
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise. & HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.
- RIBEIRO, E. S. *Desordem e retrocesso: os discursos científicos e cientificistas acerca da Guerra de Canudos na imprensa*. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 350 f.
- SILVA, Edilane Ferreira da; COSTA, Érika Maria Asevedo; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa de. Topofobia e topofilia em “A Terra”, de “Os Sertões”: uma análise ecocrítica do espaço sertanejo euclidiano. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, 26 (2): 253-260, mai/ago/2014.
- VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

Aceito em 05 de abril de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 9, N. 2, 2023.



OBITUÁRIO

Por Izabel Magalhães (UnB)

Jacob Louis Mey

Neste ano, no dia 10 de fevereiro, perdi o grande amigo, Jacob L. Mey: estivemos juntos em vários momentos e em diferentes lugares, no Brasil e em outros países. No Brasil, em Brasília, que ele visitou 4 vezes a meu convite, como Professor Visitante, ministrando cursos e seminários (1997, 2000, 2002, 2004). Na época em que fui Professora Visitante na Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza, ele também foi, a meu convite, ministrar o curso Pragmática e Análise do Discurso, em 2012.

Juntamente com Hartmut Haberland, Mey foi o fundador do periódico internacional *Journal of Pragmatics*, em 1977, e meu primeiro artigo publicado no exterior foi exatamente nesse periódico, em 1995. Até 2010, ele foi o editor de *Journal of Pragmatics*; também foi o editor de *RASK*, do *International Journal of Language and Communication* e um dos editores de *Pragmatics & Society*, que ele fundou em 2010, juntamente com Hartmut Haberland e Kerstin Fischer.

Jacob Mey nasceu na Holanda, em 30 de outubro de 1926, mas obteve seu Doutorado, em Linguística, na Universidade de Copenhague, em 1960. Em 1992, ele recebeu um título de Doutorado Honorário pela Universidade de Saragoça. Provavelmente, sua família migrou para a Dinamarca na época da II Guerra Mundial, pois me recordo de ele contar que sua família judia teve de se esconder das forças nazistas quando ele era adolescente. Um fato interessante de sua vida pessoal é que ele possuía três residências: uma em Austin, Texas, E.U., outra na Dinamarca e uma terceira, na Noruega, por causa de sua mulher, Inger Mey, que é norueguesa. Quando se aposentou, em 1996, recebeu o título de Professor Emérito no Instituto de Linguagem e Comunicação da Universidade do Sul da Dinamarca, em Odense.

ECO - REBEL

Mey é reconhecido internacionalmente por seus estudos de Pragmática, principalmente em seus aspectos sociais. A obra *As vozes da sociedade*, publicada no Brasil, em 2001, enfatiza esse ponto. Ele publicou as seguintes obras: *Whose language? A study in linguistic pragmatics* (Amsterdã: John Benjamins, 1985); *Pragmatics: an introduction* (Oxford: Blackwell, 2001); *When voices clash: a study in literary pragmatics* (Berlim: Mouton de Gruyter, 2001); *As vozes da sociedade* (Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001); *Concise encyclopedia of pragmatics* (ed.) (Oxford: Elsevier, 2 ed., 2009); (com Alessandro Capone) *Interdisciplinary studies in pragmatics, culture and society* (Berlim: Springer, 2016).

Às vezes, os amigos, como eu, achavam que ele estava trabalhando demais para a sua idade, mas esse era um assunto delicado, pois ele amava tudo que se relacionasse à Pragmática. Jacob Mey trabalhou em diversas universidades mundo afora: Universidade de Oslo, Universidade do Texas em Austin, Universidade de Georgetown, Universidade J. W. Goethe em Frankfurt am Main, Universidade de Frankfurt, Universidade Karl Franzens em Graz, Universidade Batista de Hong Kong, Universidade da Cidade de Hong Kong, Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Yale, Universidade Tsukuba, Instituto Nacional de Pesquisa da Linguagem em Tóquio, Universidade Northwestern, Universidade de Haifa, Haifa Technion, Universidade Söderbörg e Universidade Örebro.

Mey tinha interesse por computadores e também por ecologia. Publicou artigos na revista *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, da Universidade de Brasília, e também na revista *ECO-REBEL*. No artigo “Ecology, language, and pragmatics”, publicado na revista *RRL* (LXIII, 1-2, 2018), de Bucareste, ele defende a tese de que a ecologia linguística deveria ter em conta falantes, pois as línguas não sobrevivem sem sobreviventes. Entretanto, diversos estudos linguísticos apenas descrevem as línguas.

Para finalizar este texto, registro aqui a grande falta que faz Jacob Mey, pois o encontrei inúmeras vezes, tanto no Brasil quanto no exterior, principalmente no Congresso da *International Pragmatics Association (IPrA)*, onde o encontrei em Manchester (2011), Nova Délhi (2013), Antuérpia (2015) e Belfast (2017). Também tive um convívio próximo com ele, quando veio ministrar cursos a meu convite. Quando soube da sua morte, fiquei muito triste e até escrevi um poema em homenagem a ele. O poema está em inglês, mas segue uma tradução para o português.

A Tribute to J. Mey

Homenagem a J. Mey

There he goes in his bike

Lá vai ele em sua bike

Trying to reach the sky

Tentando alcançar o céu

E C O - R E B E L

In the hot morning,
The sun burns his white face,
And the jacket-fruit tree
Greets him, saying "good morning"
He didn't wish to go
And still struggled to come down,
But the clouds took him away,
There, in the bright morning sky.
Though he was aged,
He still struggled to stay.
In the sunny morning,
The wind took him away for good
In that bright sunny morning
He tried to forget sad memories
And remember only the joyful
Moments of his long life.
In Brasilia, Manchester, New Delhi,
Antwerp, Belfast, Campinas,
Wherever I met him,
We had good moments of talk
Over a good cup of coffee,
The small man,
Always smiling over his coffee
And spreading a word of wisdom and joy,
Not to be blown away with the wind,
A word that stays here

Na manhã quente,
O sol queima o rosto branco
E a jaqueira
Cumprimenta-o, dizendo "bom dia"
Ele não queria ir
E ainda lutou para descer,
Mas as nuvens o levaram,
Lá, no céu brilhante da manhã.
Apesar da idade avançada,
Ele ainda lutava para ficar
Na manhã ensolarada.
O vento o levou pra valer
Naquela ensolarada e brilhante manhã,
Ele tentou esquecer as lembranças tristes
E lembrar só os momentos
Alegres da longa vida.
Em Brasília, Manchester, Nova Délhi,
Antuérpia, Belfast, Campinas,
Onde quer que eu o encontrasse,
Tínhamos bons momentos de prosa,
Tomando uma boa xícara de café.
O homem baixo,
Sempre sorrindo sobre o café
E espalhando uma palavra de saber e alegria,
Para não ser levada pelo vento,
Uma palavra que fica aqui

E C O - R E B E L

And refuses to go in the big cloud

E se recusa a ir com a grande nuvem

That took him away.

Que o levou embora.

(Brasília, 18/2/2023)

Aceito em 05 de junho de 2023.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 9, n. 2, 2023.